

MENSAGEM

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2018



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

TITULARES DO PODER EXECUTIVO

MARIA APARECIDA BORGHETTI

Governadora do Estado

DILCEU JOÃO SPERAFICO

Secretário Chefe da Casa Civil

LUCILIA FELICIDADE DIAS

Secretária Especial da Chefia de Gabinete do Governador

SILVIO MAGALHÃES BARROS II

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

JOSÉ LUIZ BOVO

Secretário de Estado da Fazenda

SANDRO MARCELO KOZIKOSKI

Procurador Geral do Estado

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

Secretário de Estado da Saúde

ABELARDO LUIZ LUPION MELLO

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

LUCIA APARECIDA CORTEZ MARTINS

Secretária de Estado da Educação

JÚLIO CEZAR DOS REIS

Secretário de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária

RODRIGO SALVADORI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE

Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

CARLOS EDUARDO DE MOURA

Controlador Geral do Estado

JOÃO LUIZ FIANI DE ASSIS BAPTISTA

Secretário de Estado da Cultura

ALEXANDRE TEIXEIRA

Secretário de Estado da Comunicação Social

NADIA OLIVEIRA DE MOURA

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

JOÃO CARLOS BARBIERO

Secretário de Estado do Esporte e do Turismo

PAULO CESAR ROSSI

Secretário Especial do Trabalho e Relações com a Comunidade

MAURÍCIO TORTATO

Secretário Chefe da Casa Militar

GEORGE HIRAIWA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

ANTONIO CARLOS BONETTI

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

VIRGÍLIO MOREIRA FILHO

Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico

ELIO DE OLIVEIRA MANOEL

Secretário Especial de Administração Penitenciária

JOSÉ MARIA ALVES PEREIRA

Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência

ELIAS GANDOUR THOMÉ

Secretário de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

DÉCIO SPERANDIO

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Sumário



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

SUMÁRIO

O Desempenho da Economia Paranaense em 2018.....	9
1 Casa Civil	15
1.1 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ) ..	17
1.2 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários (AEF)	17
1.3 Escritório de Representação do Governo	18
1.4 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR).....	19
1.5 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR)	21
1.6 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)..	23
1.7 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	25
1.8 Secretária Especial da Chefia de Gabinete da Governadora	27
1.9 Secretário Especial de Administração Penitenciária.....	27
1.10 Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico	29
1.10.1 Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR)	30
1.10.2 Agência de Fomento do Paraná S.A. (FOMENTO PARANÁ)	30
1.11 Secretário Especial do Trabalho e Relações com a Comunidade	31
1.12 Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência	33
2 Companhia Paranaense de Energia.....	37
2.1 Destaques de 2018	37
2.2 Modelo de Excelência da Gestão.....	37
2.3 Acompanhamento dos Projetos Corporativos.....	38
2.4 Geração de Energia Elétrica	38
2.4.1 Operação e Manutenção de Usinas	38
2.4.2 Expansão da Geração de Energia	39
2.4.3 Participação em Leilões de Energia Nova.....	40
2.4.4 Outras Fontes de Energia Renovável	40
2.5 Comercialização de Energia Elétrica	40
2.5.1 Energia Comercializada	40
2.5.2 Consumidores Livres.....	41
2.6 Transmissão de Energia Elétrica	41
2.6.1 Novos Empreendimentos	41
2.6.2 Operação e Manutenção da Rede Básica de Transmissão	42
2.7 Regularização Fundiária	42
2.8 Distribuição de Energia Elétrica	43
2.8.1 Mercado de Energia Elétrica	43
2.8.2 Ações Relevantes da Distribuidora	43
2.9 Telecomunicações	45
2.10 Tecnologia da Informação.....	46

2.11 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais	48
2.11.1 Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social	48
2.11.2 Gestão Socioambiental	56
2.12 Administração	61
2.12.1 Gestão de Pessoas	61
2.12.2 Logística de Suprimento e Serviços	62
2.12.3 Desenvolvimento Organizacional e Processos	63
2.12.4 Desenvolvimento Organizacional	64
2.13 Resultados Econômico-financeiros	64
2.14 Reconhecimentos	65
3 Companhia de Saneamento do Paraná	69
3.1 Governança Corporativa	70
3.2 Mercado e Investimentos	71
3.3 Concessões	71
3.4 Fontes de Financiamento	71
3.5 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	71
3.6 Outras Fontes de Recursos	72
3.7 Resultados Financeiros	72
3.8 Meio Ambiente	72
3.9 Regulação	74
3.10 Tarifa Social	74
3.11 Gerenciamento de Riscos	74
4 Casa Militar	79
4.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)	79
5 Controladoria Geral do Estado	85
5.1 Assessoria Técnica	85
5.2 Coordenadoria de Controle Interno	85
5.3 Coordenadoria de Corregedoria	86
5.4 Coordenadoria de Transparência e Controle Social	86
5.5 Coordenadoria de Ouvidoria	87
5.6 Observatório da Despesa Pública (ODP)	88
6 Procuradoria Geral do Estado	91
6.1 Câmaras de Conciliação de Precatórios	91
6.2 Ações Coletivas	91
6.3 Ações Trabalhistas	92
6.4 Aprimoramento da Arrecadação de Dívida Ativa	95
6.5 Ações Tributárias	96
6.6 Âmbito Consultivo	97
6.7 Medidas de Combate aos Atos de Improbidade Administrativa e Corrupção	97
7 Secretaria de Estado da Comunicação Social	101

7.1 Coordenadoria de <i>Marketing</i>	101
7.2 Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos	101
7.3 Coordenadoria de Comunicação Integrada	102
7.4 Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)	102
7.5 E-Paraná Comunicação	104
7.6 Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)	105
8 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	109
8.1 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA).....	109
8.2 Coordenação de Modernização Institucional (CMI)	110
8.3 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG)	111
8.4 Coordenação de Concessões e Parcerias (CCP).....	113
8.5 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	115
8.6 Instituto de Pesos e Medidas do Estado (IPEM).....	116
8.7 Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR).....	116
8.8 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD).....	119
8.9 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Paraná Projetos.....	119
9 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência	123
10 Secretaria de Estado da Fazenda	131
10.1 Redução de Despesas	131
10.2 Redução da Dívida.....	132
10.3 Ampliação de Receitas.....	133
10.3.1 Tributárias	133
10.3.2 Receitas Não-Tributárias	136
10.4 Melhoria da Gestão	137
10.5 Atração de Novos Investimentos.....	138
10.5.1 Programa Paraná Competitivo.....	138
10.5.2 Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC).....	138
10.6 Resultados Alcançados.....	139
10.7 Evolução dos Indicadores	140
11 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	143
11.1 Desenvolvimento Rural Sustentável	143
11.2 Informação, Comunicação e Economia Rural.....	145
11.3 Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional	147
11.4 Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).....	149
11.5 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).....	153
11.6 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)	160
11.7 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).....	162
11.8 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)	164
11.9 Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR)	165

12 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	169
12.1 Excelência no Ensino Superior.....	169
12.1.1 Ensino	169
12.1.1.1 Coordenadoria do Ensino Superior (CES).....	170
12.1.1.2 Assessoria Técnica.....	170
12.2 Paraná Inovador	172
12.2.1 Pesquisa.....	173
12.2.1.1 Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF).....	173
12.2.1.2 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)	174
12.2.1.3 Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR)	176
12.2.1.4 Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos (SEPARTEC)	176
12.2.2 Extensão Universitária	177
12.2.2.1 Assessoria de Projetos Especiais.....	177
13 Secretaria de Estado da Cultura	181
13.1 Administração Indireta.....	184
13.1.1 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)	184
13.1.2 Biblioteca Pública do Paraná (BPP).....	185
14 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano	189
14.1 Administração Direta	189
14.2 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC).....	190
14.3 Serviço Social Autônomo - PARANACIDADE	193
14.3.1 Programas de Investimento em Infraestrutura Básica e Social	194
15 Secretaria de Estado da Educação.....	197
15.1 Superintendência de Educação (SUED)	197
15.1.1 Gestão Educacional (DGE).....	197
15.1.2 Educação Especial.....	199
15.1.3 Educação Básica.....	200
15.1.4 Educação e Trabalho	201
15.1.5 Diversidade	201
15.1.6 Políticas e Tecnologias Educacionais	203
15.1.7 Legislação Escolar	203
15.1.8 Informações, Registro e Planejamento Escolar	204
15.2 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR)	204
15.3 Colégio Estadual do Paraná (CEP)	207
16 Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo.....	211
16.1 Ações do Esporte	211
16.2 Ações do Turismo.....	214
17 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social	221
17.1 Programa Família Paranaense.....	222
17.2 Assistência Social.....	224

17.2.1	Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	225
17.2.2	Proteção Social Básica	226
17.2.3	Proteção Social Especial	227
17.2.3.1	Programas e Serviços de Média Complexidade.....	228
17.2.3.2	Programas e Serviços de Alta Complexidade	228
17.3	Garantia de Direitos	229
17.3.1	Política da Defesa de Direitos da Mulher.....	230
17.3.2	Política dos Direitos da Criança e do Adolescente	231
17.3.3	Política Estadual da Pessoa Idosa	232
17.4	Resumo da Execução Financeira	234
18	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	237
18.1	Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP)	237
18.2	Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal (DFIL)	238
18.3	Departamento de Gestão de Projetos e Obras (DGPO)	239
18.4	Departamento de Estradas de Rodagem (DER).....	240
18.5	Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).....	242
18.5.1	Projetos Estruturantes.....	242
18.6	Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE)	244
18.7	Paraná Edificações (PRED)	245
19	Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos	249
19.1	Justiça, Cidadania e Direitos Humanos	249
19.2	Defesa do Consumidor - PROCON/PR.....	252
19.3	Sistema de Atendimento Socioeducativo	253
20	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	257
20.1	Recursos Hídricos e Atmosféricos	257
20.2	Mudanças Climáticas	258
20.3	Biodiversidade e Florestas	259
20.4	Educação Ambiental	261
20.5	Resíduos Sólidos	261
20.6	Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT)	262
20.7	Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)	263
20.8	Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	265
20.9	Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG).....	269
21	Secretaria de Estado da Saúde.....	275
22	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária.....	285
22.1	Polícia Militar do Paraná (PMPR).....	285
22.2	Polícia Civil do Paraná	286
22.2.1	Instituto de Identificação do Paraná (IIPR)	287

22.2.2 Escola Superior de Polícia Civil (ESPC)	289
22.3 Polícia Científica	290
22.4 Departamento de Políticas Públicas Sobre Drogas (DEPSD)	290
22.5 Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CECONSEG)	291

Economia Paranaense 2018



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

O Desempenho da Economia Paranaense em 2018

Após um encerramento de 2017 que apontava perspectivas promissoras para o ano vindouro, os primeiros resultados do IBGE para o produto interno bruto (PIB) brasileiro em 2018 demonstraram que a reação econômica então observada tinha forte assento no desempenho recorde da agropecuária daquele ano (240 milhões de toneladas em grãos), ao mesmo tempo em que indicaram que a recuperação dos padrões de consumo – dada por indicadores positivos nos setores de comércio e serviços e mesmo em alguns ramos da indústria de transformação – seria de fôlego menor. Em termos dessazonalizados, o PIB alcançou irrisórias taxas de crescimento de 0,1% e 0,2%, respectivamente, no primeiro e segundo trimestres do ano.

Embora certa frustração com o ritmo menos intenso de retomada, a economia revelou razoável expansão do consumo, auxiliada por inflação mais baixa e por juros básicos menores, e mesmo dos investimentos, tendo ambos os agregados expandido respectivamente em 2,3% e 3,6% no acumulado do primeiro semestre de 2018.

Para além da metade do ano, indicadores parciais e alternativos vieram confirmando trajetória mais gradual de recuperação, a exemplo do Banco Central que revela durante o período taxas do Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) em crescimento e que em termos acumulados até setembro registra expansão de 1,1%. Ao mesmo tempo, indicam que a economia nacional deve encerrar o ano com expansão inferior a 1,5%.

Em medida importante, esse ritmo de crescimento econômico deriva da progressiva, porém lenta, retomada do mercado de trabalho, o qual, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), registrou taxa de desocupação em 11,9% da força de trabalho no terceiro trimestre do ano – percentual significativamente abaixo dos 13,7% alçados no auge da crise no primeiro trimestre de 2016, contudo, ainda elevado.

Além disso, uma retomada mais expressiva de investimentos veio sendo desfavorecida pela manutenção de quadro político-institucional conturbado (incluindo o advento da greve dos caminhoneiros no mês de maio), e fundamentalmente pela periclitante situação fiscal do setor público (com destaque à União e unidades federadas), principal constrangimento às expectativas ao investimento e ao crescimento da economia brasileira.

Em que pesem os esforços envidados para sua redução, o déficit primário do Governo Federal mantém-se em patamares substancialmente elevados, devendo fechar 2018 em R\$ 159 bilhões (quinto ano seguido de resultado negativo) segundo projeções da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em medida importante, esse número descende dos gastos previdenciários, nos quais, além dos déficits dos regimes de servidores vinculados à União, o Regime Geral da Previdência Social deve completar o ano com déficit de R\$ 201,6 bilhões, conforme projeto de lei orçamentária anual de 2019 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Ressalte-se aí o caráter explosivo dessa conta nos últimos anos que em termos reais, conforme a STN, sai de R\$ 64,6 bilhões para R\$ 157 bilhões, respectivamente, nos acumulados de janeiro a setembro de 2015 e de 2018, o que pôs em xeque a solvência do estado brasileiro no médio prazo.

Em meio a esse quadro, os investimentos ainda estão longe de uma dinâmica mais forte. Apesar da taxa de crescimento acumulada no ano de 3,6%, supramencionada, sua participação insiste em inexpressivos 16,0% do produto nacional, limitando o crescimento de

médio prazo da economia brasileira – e que deve ocorrer, ainda pelo aproveitamento ainda de elevada ociosidade.

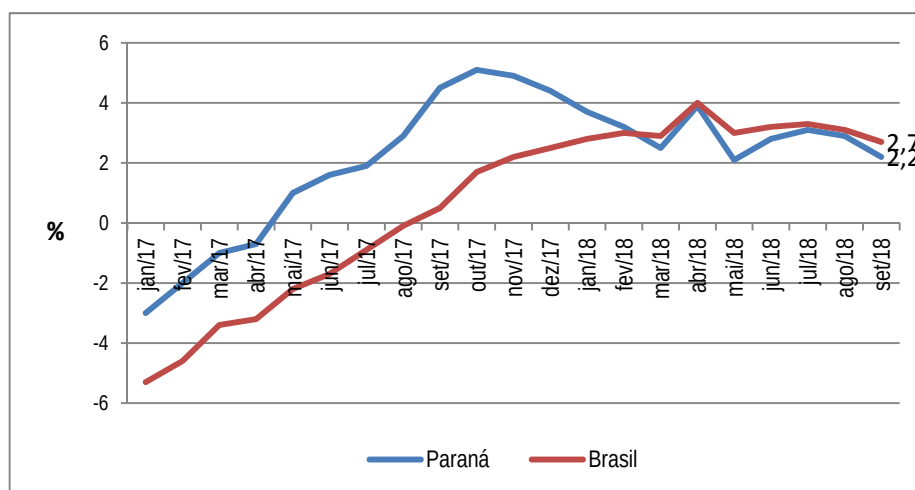
Por sua vez, a trajetória da produção e da renda registrada pelo Paraná no ano passado foi marcada pela reversão das tendências de recuperação formadas no ano anterior quando cresceu 2,5% – de forma semelhante à observada no contexto nacional, em que expectativas de retomada de crescimento mais vigoroso foram frustradas.

A lista de elementos desse cenário principia pelo declínio da performance agropecuária, cuja safra anterior alcançou recordes históricos (41,5 milhões de toneladas ao todo), principalmente em função da elevada produtividade propiciada pelo clima adequado na fase de plantio. A não repetição dessas condições acarretou produção da safra de grãos 15,1% inferior em 2018 – com destaque à menor produção de milho, basicamente na safra de inverno, e a de feijão. Ressalte-se que mesmo inferior, a safra de 2018 com 35,3 milhões de toneladas figura como a segunda maior alcançada pelo Estado, em toda sua história.

Por sua vez, a indústria de transformação do Estado sofreu com a desaceleração das exportações e em específico do mercado argentino, cuja recessão impactou negativamente as vendas e a produção paranaenses de automóveis. Esse mesmo setor externo impôs, também, reversão de vendas externas do complexo de carnes que, em função de embargos internacionais oriundos da Operação Trapaça (derivação da Operação Carne Fraca) pela Polícia Federal, recuaram 6,4% no acumulado até outubro com relação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu ainda para o descenso a greve dos caminhoneiros em maio, que desarticulou cadeias produtivas importantes no Estado como a da própria indústria alimentar e a indústria automotiva, durante intervalo de pelo menos dois meses.

Mesmo com todos esses eventos, a indústria de transformação e extrativa paranaense manteve razoável ritmo de crescimento observado desde 2016 e ampliou sua produção em 2,2% até setembro, tendo por principais ramos o de veículos automotores com 2,1% e a petroquímica com 1,79%, no mesmo comparativo. Nesse intervalo, a indústria alimentar sofreu reveses, conforme mencionado, afetando principalmente o ramo de carnes, de modo que a mesma decaiu em 8,7%.

GRÁFICO 1 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUALIZADO (%) DE PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO, PARANÁ E BRASIL, 2017-2018



FONTE: IBGE

Entretanto, parcela expressiva do recuo econômico resulta do arrefecimento do setor de serviços, o qual participa substancialmente da agregação de valor, em algo em torno de 50,0% do PIB. Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, esse setor no Paraná, em total contraposição ao registrado em 2016, acumula queda de 2,4% até setembro, no qual sobressai o fraco desempenho de serviços prestados às famílias, serviços de informação e comunicação e serviços técnico-profissionais (tabela 1). Esse perfil revela em parte uma queda de caráter estrutural (em todo o País) associada à mudança no uso de serviços de comunicação (dadas pela crescente adoção de tecnologias de comunicação baseadas em *internet*), como, por outro lado, recuo em serviços mais diretamente ligados ao setor produtivo (caso de serviços técnico-profissionais), apontando, neste caso, para o caráter ainda setorizado da recuperação econômica em curso.

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO POR ATIVIDADES - PARANÁ - 2017-2018

ATIVIDADES	PERÍODO (%)		
	2017	2018	
		Acumulado em 12 meses (até setembro)	Acumulado no ano (até setembro)
Indústria	4,4	2,2	2,2
Comércio varejista	4,0	2,4	1,8
Comércio varejista ampliado ⁽¹⁾	4,7	4,2	3,0
Serviços	5,0	-0,1	-2,4
Serviços prestados às famílias	17,9	2,1	-3,7
Serviços de informação e comunicação	-5,6	-6,8	-7,3
Serviços profissionais, administrativos e complementares	4,6	-3,7	-7,0
Transportes, serviços auxiliares aos correios	14,9	5,3	1,9
Outros serviços	-13,3	-0,7	7,9

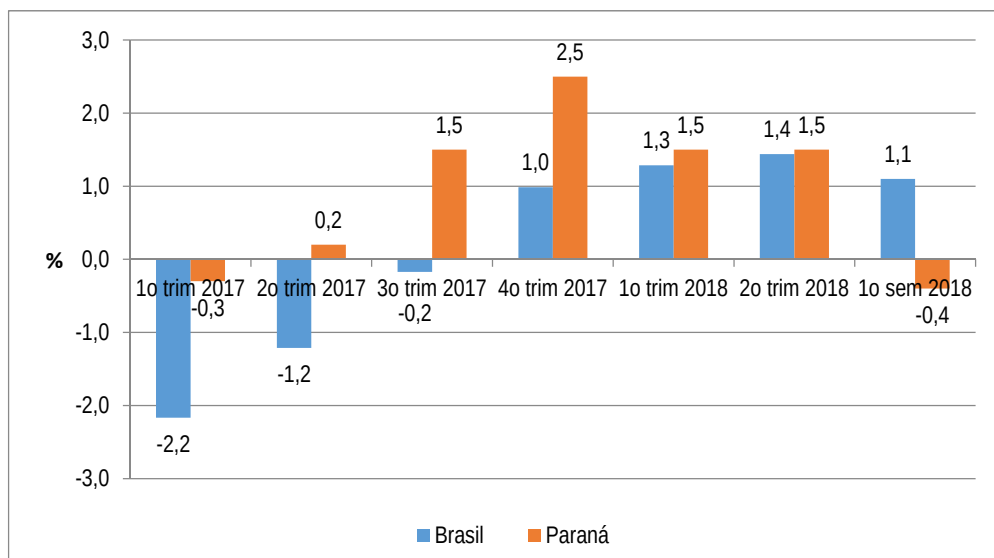
FONTE: IBGE

NOTAS: (1) Inclui vendas de veículos, motocicletas, partes e peças e de materiais de construção.

Por tudo isso, o produto interno bruto (PIB) paranaense acusou expressiva desaceleração comparativamente a 2017, registrando retração de -0,4% acumulado até o segundo trimestre, conforme gráfico 2.

A par disso, seu mercado de trabalho ainda descreve trajetória de lenta recuperação, com a taxa de desocupação alcançando no terceiro trimestre do ano passado 8,6% de sua força de trabalho, conforme a PNAD-C. Mesmo assim, ainda por essa fonte, comportou-se de modo mais favorável na medida em que registrou ganhos progressivos no volume de ocupações e de massa de rendimentos ao longo dos três primeiros trimestres do ano. No primeiro caso, o Paraná obteve para o um terceiro trimestre de ano, ascensão do pessoal ocupado em 1,9% com relação ao terceiro trimestre de 2016, ano mais crítico para o mercado de trabalho no período da crise econômica. Por sua vez, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego vêm sendo mais significativos quanto a uma recuperação, de modo que no período acumulado janeiro a outubro o saldo de emprego cresceu em 90,0% com relação ao observado no ano anterior no mesmo período (de 31,3 mil para 59,5 mil novos empregos gerados no Estado).

GRÁFICO 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB, BRASIL E PARANÁ, 2017-2018



FONTE: IBGE/IPARDES

Em parte por essas condições, o comércio varejista no conceito ampliado do IBGE tenha mantido razoável desempenho, após ter crescido 4,7% em 2017, com vendas tendo ampliado 3,0% no acumulado até setembro de 2018.

Ainda, pode estar favorecendo os resultados do comércio, que registra taxas anualizadas superiores a 4,0% em setembro no conceito ampliado, segundo tabela 2, a melhoria das condições de crédito das famílias, inclusive quando comparadas às observadas em âmbito nacional. Além da ampliação de contratação de crédito, há o sensível declínio da inadimplência vindo a contribuir para a recuperação progressiva dos gastos das famílias.

TABELA 2 - INDICADORES DE CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA - BRASIL E PARANÁ - 2017-2018

TRIMESTRE	PERCENTUAL DO SALDO DE CRÉDITO A PESSOA FÍSICA COM RELAÇÃO AO PIB ¹		PERCENTUAL DE INADIMPLÊNCIA DE PESSOA FÍSICA ¹	
	BR ⁽¹⁾	PR	BR ⁽¹⁾	PR ⁽¹⁾
I 2017	24,8	29,9	4,0	2,8
II 2017	24,8	29,8	3,9	2,7
III 2017	24,9	30,1	3,7	2,7
IV 2017	25,1	30,5	3,7	2,6
I 2018	25,2	31,0	3,7	2,6
II 2018	25,3	30,2	3,6	2,5
III 2018	25,4	Nd.	3,5	2,4

FONTES: Banco Central do Brasil, IPARDES

(1) Médias simples de três meses.

Nd: não disponível

Mesmo que para o período em análise não tenha se refletido em melhorias da atividade econômica, conforme acima apurado, a continuidade de condições benignas do mercado de trabalho e do crédito pode ser importante a uma recuperação do produto em 2019 a partir de ampliação dos padrões de consumo, de modo a permitir extensão do desempenho positivo em ramos como o do comércio varejista e um novo impulso a outros do setor de serviços, como no caso dos serviços prestados às famílias.

Casa Civil



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

1 Casa Civil

O campo de atuação da Casa Civil envolveu atribuições, tarefas e responsabilidades diretas, advindas de sua existência como Órgão do primeiro nível hierárquico da administração pública estadual, típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo e tarefas de apoio, às unidades e órgãos desprovidos, ou providos apenas parcialmente, de estrutura própria, entre eles o Escritório de Representação do Governo, os Secretários Especiais da Chefia de Gabinete do(a) Governador(a), de Desenvolvimento Econômico, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Administração Penitenciária, e do Trabalho e Relações com a Comunidade.

A atuação do Gabinete envolveu o planejamento, a coordenação e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a assistência direta e imediata ao(à) Governador(a); o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo; o atendimento a deputados federais, estaduais, secretários de Estado, prefeitos, vereadores, presidentes de partidos e de câmaras municipais, representantes de movimentos classistas, sindicatos e público em geral.

Visando diminuir a burocracia e facilitar o atendimento dos órgãos públicos estaduais aos cidadãos, foi assinado o Decreto n.º 9.360, de 23 de abril de 2018, que padroniza procedimentos em repartições públicas e deixa de exigir dos usuários informações que já estão na base de dados do Estado. A medida vai ampliar a abrangência da plataforma de serviços do Governo Digital.

A Diretoria Geral realizou o registro, controle e atribuição de celeridade ao trâmite dos processos e manteve contato principalmente com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Fazenda (SEFA) e Procuradoria Geral do Estado (PGE) para o alinhamento às diretrizes do governo. Representou o Secretário Chefe da Casa Civil nas suas ausências e coordenou as atividades inerentes a Secretaria.

A Diretoria Administrativa Financeira desenvolveu suas atribuições na promoção da administração geral do órgão; manutenção do Palácio Iguaçu e residências oficiais; elaboração de minutas e análises, controle e encaminhamento de documentos submetidos ao Chefe da Casa Civil e ao(à) Governador(a); acompanhamento dos processos de nomeação de pessoal e demandas dos órgãos.

Na execução de suas atribuições, destaca-se o apoio das seguintes unidades:

- Núcleo Jurídico da Administração (NJA) - prestou assessoria jurídica aos órgãos e aos titulares da Casa Civil, Casa Militar, Secretários Especiais e Vice-Governadoria, com a emissão de mais de 3.000 despachos técnicos, informações, minutas de ofícios e ofícios, minutas de Decreto, extratos de publicação de contratos e convênios.
- Núcleo de Informática e Informações (NII) - administração do Sistema de Cadastro de Autoridades G-CAU, do Sistema de Gestão Governamental (G-Gov)

e do *site* da Casa Civil; ajustes no sistema de Controle de Processos (GCC); apoio à agenda do(a) Governador(a) na geração do *Briefing* com informações municipais; desenvolvimento e implantação do Sistema Gerador de Atos (SGAO), customizado para a formatação de Leis, Decretos, Portarias e Resoluções, integrando com sistemas: Sistema de Publicação do DIOE, e-Org (SEPL), Meta4 (SEAP) e controles da CGE; Termo de Cooperação Técnica firmado com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), visando a integração do Sistema G-GOV com o Sistema Integrado de Transferências (SIT); apoio na escolha e implantação do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto; implantação de projeto protótipo do e-protocolo Digital em testes desde agosto, entre outros.

- Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE) - preparou expedientes que necessitam de formalização documental do(a) Governador(a) e Assessoria, do Chefe da Casa Civil, Diretoria-Geral e Diretoria Administrativa e Financeira, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, do Gabinete da Vice-Governadoria em exercício, e demais autoridades.
- Centro de Redação de Atos (CRA) - edição dos Decretos do Poder Executivo, das Resoluções e Circulares da Casa Civil, e envio para publicação e inserção no Sistema de Legislação.
- Centro de Apoio Operacional (CAO) - análise prévia da documentação remetida à Casa Civil e encaminhamento às unidades afins; elaborou extratos de despachos conclusivos proferidos pelo(a) Governador(a) e pelo Chefe da Casa Civil; instruiu o preparo de processos de disposições funcionais, incluindo o controle e acompanhamento; controle da divulgação de atos oficiais, providenciando a publicação na Imprensa Oficial.
- Núcleo de Controle Interno (NCI) - por meio do Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC) da Controladoria Geral do Estado (CGE), analisou os formulários das áreas de planejamento, financeira, administrativa e de recursos humanos; participou dos processos licitatórios da Casa Civil; elaborou relatórios à CGE e TCE-PR; acompanhou sindicâncias e processos administrativos, entre outros.
- Coordenadoria Técnico-Legislativa (CTL) - análise, informação e instrução de expedientes oriundos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP-PR); elaboração de projetos de lei e das respectivas leis; envio de ofícios, informações e pareceres à ALEP e publicações no Diário Oficial; alimentação e correção de Leis no sistema de Legislação do Estado; acompanhamento de Sessões Plenárias na votação de projetos de lei propostos pelo Poder Executivo.
- Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP) - coleta e organização de dados políticos; reestruturação, organização e acompanhamento dos trabalhos dos Núcleos Regionais da Casa Civil; organização de eventos no Interior para assinaturas de convênios de liberação de recursos para os municípios; acompanhamento e articulação da agenda política do Governador(a), Vice-Governadora e Chefe da Casa Civil; promoção do relacionamento junto às

prefeituras, câmaras municipais, Poder Legislativo Estadual e entidades de representação da sociedade civil organizada.

- Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI) - planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo na organização de recepções, eventos e festividades. Prestou apoio às autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Estado: ao Chefe do Poder Executivo na visita do Presidente da República, nas visitas dos Ministros de Estado e Governadores, nas visitas e aos embaixadores de países estrangeiros em visita ao Paraná, entre outras; bem como apoiou o(a) Governador(a) em viagens aos municípios do Estado, a outros estados, ao Distrito Federal, em viagens internacionais e em 198 eventos que contaram com a presença do(a) Governador(a).

1.1 Assessoria Especial para Assuntos de Políticas Públicas para a Juventude (AEJ)

Tem por objetivo articular e garantir os programas e projetos das secretarias e órgãos do governo do Estado, destinados ao público jovem.

O Programa Rede Jovem visa estender um plano de ação intersetorial no enfrentamento das fragilidades constatadas em cada município e encontra-se em desenvolvimento nos municípios de Almirante Tamandaré, Cerro Azul, Tunas do Paraná, Itaperuçu e Campo Largo. Em 2018, realizou reuniões de acompanhamento e aprimoramento das atividades realizadas em parceria com as prefeituras.

Para estabelecer políticas públicas de juventude permanentes, a AEJ trabalhou no Plano Estadual de Juventude visando sua conclusão; e o Conselho Estadual de Juventude (CEJUV) deu continuidade aos trabalhos, com a realização de diversas reuniões.

A Identidade Jovem, ou ID Jovem, do Governo Federal, é o documento que possibilita acesso aos benefícios de meia entrada em eventos artístico-culturais e esportivos e a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual, entre outros. A AEJ trabalhou na divulgação dos benefícios como: inscrição gratuita para concursos públicos federais, ampliação para duas passagens gratuitas e duas com 50,0% para avião e ônibus executivo.

1.2 Assessoria Especial para Assuntos Fundiários (AEF)

Realizou a interlocução com os movimentos sociais e reforma agrária nos 326 assentamentos e 126 acampamentos, buscando soluções pacíficas para os conflitos fundiários. Realizou ações em acampamentos e assentamentos em parceria: a) educação às escolas no campo - Secretaria de Estado da Educação (SEED); b) construção de postos de

saúde no campo e promoção da saúde - Secretaria de Estado da Saúde (SESA); c) incentivou a participação no Festival de Artes - Secretaria de Estado da Cultura (SEEC); d) promoção do esporte - Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET); e) incentivo à produção agrícola - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).

Discutiu a questão fundiária com as etnias indígenas Guarani, Kaingang e Xetá, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), visando a formação de uma Política Indígena para o Estado, que atenda os 70 acampamentos e aldeias, distribuídos em 30 municípios paranaenses. Buscou soluções para demandas dos sem-teto nos órgãos competentes (Polícia Militar, COHAPAR e municípios).

1.3 Escritório de Representação do Governo

Tem por objetivo dar assessoramento técnico ao governo do Estado, mediante a prestação de informações e acompanhamento das políticas públicas do Governo Federal, em assuntos relacionados ao Congresso Nacional, assim como promover a articulação com instituições federais municiando-as de informações atualizadas e qualificadas sobre o Estado.

Assessorou o Grupo de Trabalho Intersecretarial (criado pelo Decreto nº 1.305 de 07/05/2015), que coordenou as relações institucionais do Estado do Paraná com o Governo Federal e defendeu os seus interesses na Capital Federal.

Atividades desenvolvidas:

- Assessoramento Técnico - apoio operacional e assessoria ao(à) Governador(a), aos Secretários de Estado, a órgãos estaduais, municípios paranaenses e instituições não governamentais em reuniões, audiências com órgãos federais, acompanhamento de processos, liberação de recursos e solicitação de convênios junto ao Governo Federal. Destacam-se: a) reunião com a Embaixada da China para apresentar oportunidades de investimentos e desenvolvimento de negócios no Estado do Paraná; b) apoio logístico e de assessoramento ao Departamento Penitenciário (DEPEN) em assuntos como a construção das penitenciárias no Paraná junto ao Ministério da Justiça/DEPEN Nacional; c) acompanhamento dos processos, junto ao Ministério da Saúde, para liberação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS) da PROVOPAR, Federação Comunitária das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana (FEMOCLAN), Hospital Pequeno Príncipe, Associação de Proteção a Maternidade, Infância e Família de Vera Cruz d'Oeste e Instituto Madalena Sofia; entre outros.
- Assessoramento Legislativo - assessoria no acompanhamento de audiências públicas e reuniões das Comissões Permanentes, Mistas e Especiais da Câmara dos Deputados e Senado Federal, pertinentes aos interesses do Estado do Paraná, destacando-se as discussões e tramitação: a) Medida Provisória n.º 801/17 - dispensa os Estados de uma série de exigências para renegociar suas dívidas com a União com base nas Leis Complementares n.º 148/14,

n.º 156/16 e n.º 159/17; b) Projetos de crédito suplementar - a diversos órgãos do Governo Federal e também para Estados e municípios; um dos projetos aprovados transfere para Estados, Distrito Federal e municípios crédito suplementar no valor de quase R\$ 4,5 bilhões (PLN n.º 3/2018); c) Projeto de Lei n.º 7636/14 - regula a exploração e a fiscalização dos royalties da atividade de produção de gás e petróleo de xisto betuminoso; d) criação da Frente Parlamentar Mista para a criação do Fundo Orçamentário da Região Sul - Fundo Sul a ser gerido pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); o fundo será criado por meio de medida provisória e deverá contar com parcela dos recursos dos Fundos Constitucionais existentes, como o FNO, FCO e FNE que, em 2017, deixou de aplicar R\$ 7,0 bilhões.

- Representação Institucional - representou e prestou assessoria ao Governo do Estado em reuniões e eventos como entrega do Selo Nacional de Responsabilidade Social pelo Trabalho e Fórum Mundial da Água e Abertura.

1.4 Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR)

O DETRAN/PR realiza investimentos com recursos oriundos da prestação de serviços à população paranaense, de acordo com a Lei Federal n.º 9.503/1997 e legislação complementar. Possui arrecadação própria e autonomia de gerenciamento de seus recursos.

Tem como metas de trabalho o cadastramento, a atualização, a manutenção e a emissão de documentos pertinentes aos condutores de todos os modelos de veículos automotores e tipificações, o registro e o controle das infrações de trânsito. Exerce ainda atividades relativas à educação para o trânsito, a fiscalização e orientação às entidades parceiras que atuam na área como despachantes, centros de formação de condutores, fábricas de placas e lacres, e as clínicas médicas e psicológicas.

Visa a redução e a gravidade dos acidentes e maior segurança no trânsito, por meio do desenvolvimento de planos de sinalização viária urbana, programas de educação para o trânsito, parceria em programas de recuperação da malha viária estadual.

Desenvolve ações sistêmicas e contínuas em prol da comunidade, contribuindo para a defesa da vida e da cidadania. Atua como um órgão de excelência em gestão, reconhecido pela satisfação e primor dos serviços prestados à sociedade, qualificando e valorizando o corpo funcional, resultando na eficiência operacional da autarquia.

- Inovações tecnológicas realizadas - implantação da Procuração Digital; Guia Unificada de Frotista, Central de Certidões; Prontuário Digital; reciclagem EAD; Prova Eletrônica de Libras; Sistema de Agendamento e Rastreamento de Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Digital; Placas Mercosul, com previsão de implantação até dezembro; entre outras.
- Sistema DETRAN Fácil - *site* e terminais de autoatendimento: estima-se atingir o marco de 20.413.339 de acessos *online*.

- Possui 282 totens, em 183 cidades do Estado.
- Simulador de direção veicular - implantado em 2017, dispõe de 527 equipamentos cadastrados, totalizando 656 CFCs que utilizam o equipamento.
- Processo de Vistoria Digital de Veículos - visa otimizar o tempo de atendimento ao usuário, prevê 3.104.067 milhões de vistorias, em 2018, um aumento de 99,0% em comparação ao ano de 2017.
- Plataforma VortX - possui 11 serviços ativos e objetiva concentrar os diversos sistemas do DETRAN em uma única plataforma.
- Prontuário Digital de Saúde - por meio do DETRAN Fácil, agilizou o serviço e eliminou os prontuários físicos. Estima-se a realização de 680 mil exames de aptidão física e mental.
- Leilões - até agosto realizou 13 leilões, com previsão de realizar 15 até o final de 2018 e expectativa de comercialização de 27.000 veículos, em três eventos na modalidade de reciclagem, 19 na modalidade circulação, e seis na modalidade sucata.
- Educação por Videoconferência - Escola Pública de Trânsito: em funcionamento desde 2014, o Projeto de Ensino sem Distância, tem como meta a disseminação de informação para o público interno e externo, contou com 65 tele salas, 15 estúdios, 58 CIRETRANS, com 19.825 participantes em 3.439 horas/aula. Com a premissa do bem servir, dispõe de sua estrutura para a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Polícia Militar, Instituto Alzheimer Brasil, entre outros, totalizando 21.529 participantes em 3.565 reuniões de trabalho.
- Ações de Educação para o Trânsito: a) Projeto Conhecendo o DETRAN e o BPTRAN - 420 alunos de escolas públicas foram convidados a conhecer as dependências do DETRAN e do BPTRAN; b) DETRAN Móvel - contempla o Se Liga no Trânsito, o Sobriedade no Trânsito, o Paraná Cidadão, o Mutirão da Cidadania e o Móvel Feiras, atendeu 31 cidadãos em oito municípios do Estado; c) investiu em ciclos de palestras nas universidades, escolas e empresas, bem como em palestras educativas a adolescentes em conflito com a lei e seus responsáveis, com previsão de alcançar 400 pessoas até dezembro; d) oferta de 345 cursos na modalidade EAD (até dezembro) para 8.685 participantes e 786 cursos presenciais para 19.574 participantes.
- Credenciou 385 clínicas, 819 despachantes, 784 centros de formação de condutores, um centro de formação de condutores militar, 19 empresas para cursos especializados, seis empresas para cursos de capacitação, 187 fábricas de placas e 304 desmontes. Conta com uma rede bancária composta por Banco do Brasil, Banco SICREDI, Banco Cooperativo do Brasil S.A. (BANCOOB), Banco Rendimento e Banco Santander.

- Infraestrutura - a) 85 imóveis próprios e 15 imóveis locados/cedidos; b) entregues as novas sedes das CIRETRANS de Cambé e Medianeira; c) concluídos reparos e manutenções nas CIRETRANS de Barbosa Ferraz, Sertaneja, Guaraniaçu, Matelândia, Rondon e Santa Helena; d) em andamento os serviços de reparos e manutenção das CIRETRANS de Icaraíma, São Mateus do Sul, Terra Boa, União da Vitória; e) concluída a obra de construção da nova sede da CIRETRAN de Arapongas; f) o reparo e manutenção as CIRETRANS de Campo Mourão e Paranavaí - em licitação.
- Eventos - participou em encontros, congresso, lançamento de projetos e parcerias no Paraná e em outros Estados como o 61º e 62º Encontro da AND em Brasília e o Congresso CONARCI 2018. Participação nos lançamentos do projeto Amigos da Bike, de Totens nas Ruas da Cidadania, em Curitiba, da parceria DETRAN e Renault, entre outros.
- Capacitação continuada - 11 cursos com a participação de 380 funcionários, totalizando 86 horas; e duas palestras, com 75 participantes.
- Serviços prestados/disponibilizados - expectativa de frota de 7.216.743 veículo, em 2018, com 270.766 veículos de 1º emplacamento; expectativa de 5.805.000 condutores habilitados, incluindo 132.800 primeiras habilitações. Realizou 254.000 exames teóricos, 425.000 exames práticos, 17.000 Permissões Internacionais para Dirigir (PID), emissão de 1.310.000 CNHs, 123.000 processos de suspensão e 6.000 de cassação.
- Junta Administrativa de Recursos e Infrações (JARI) - 19.038 julgamentos em 2018 (previsão).
- Infrações - previsão de cadastramento de 301.000 autos de infrações, devendo atingir 3.488.000 até o final do exercício.

1.5 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR)

Principais atividades da área de Regulação Econômica:

- Desenvolvimento de estudos e metodologias relativos às tarifas do transporte coletivo público de passageiros na Região Metropolitana de Curitiba.
- Análise das metodologias utilizadas para definição das tarifas da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia Paranaense de Gás (COMPAGAS) e rodovias concedidas.
- Elaboração de relatório para acompanhamento e análise dos balanços auditados das concessionárias de rodovias no Paraná.
- Elaboração de Termo de Referência para Contratação de Contabilidade Regulatória no setor de saneamento, com previsão de contratação até dezembro de consultoria especializada para elaboração de Contabilidade Regulatória no setor de Saneamento.

- Elaboração de 15 pareceres técnicos relativos a serviços de concessão delegados, sob responsabilidade da Agência: a) Contrato Programa (COP) de Nova Tebas e Santa Tereza do Oeste; b) Minuta de Protocolo de Intenções com a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) para Fiscalização e Qualidade de Serviços, e Regulação Econômica e Financeira; c) COMPAGAS - reajuste das tarifas praticadas por segmento de mercado; d) cálculo da tarifa de transporte público coletivo da Região Metropolitana de Curitiba; e) revisão periódica do Contrato de Concessão n.º 073/1997 - Lote 03 - Concessionária Rodovias das Cataratas S.A.- ECOCATARATAS; f) adequação de Cronograma de Investimentos do Contrato de Concessão n.º 071/1997 - Lote 01 - Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A.- ECONORTE; g) reajuste das tarifas praticadas em função do COP n.º 47/2012 (RSU) - Cornélio Procópio; h) revisão periódica do Contrato de Concessão n.º 072/1997 - Lote 02 - Concessionária Rodovias Integradas do Paraná S.A. - VIAPAR; i) reajuste anual referente à Tarifa Básica da Travessia de Guaratuba; j) Índice de Reajuste Tarifário - 2018 da SANEPAR; k) recomposição das tarifas do Sistema de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná; l) reajuste tarifário de Resíduos Sólidos de Cornélio Procópio; m) solicitação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para isenção de tarifa de pedágio - veículos locados; n) reajuste do contrato de prestação de serviços públicos de recebimento, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos coletados em Apucarana.
- Quanto às metas previstas até o final de 2018, destacam-se: a) análise e parecer da Tarifa Média da COMPAGAS e dos processos de revisão e reajuste das tarifas relativas às rodovias concedidas no Estado do Paraná; b) elaboração de contas gráficas para acompanhamento dos custos relativos aos serviços delegados de saneamento, gás e transporte coletivo, visando dar mais tecnicidade e celeridade nos processos de homologação tarifária.

Principais atividades da área de Fiscalização e Qualidade de Serviços:

- Procedimentos de fiscalização extraordinária: a) nas rodovias que compõem o Lote-01 do Anel de Integração, Contrato n.º 071/1997 - Concessionária ECONORTE; b) nas rodovias que compõem o Lote-01 do Anel de Integração, Contrato n.º 072/1997 - Concessionária VIAPAR; c) nas rodovias que compõem o Lote-03 do Anel de Integração, Contrato n.º 073/1997 - Concessionária ECOCATARATAS; d) nas rodovias que compõem o Lote-04 do Anel de Integração, Contrato n.º 074/1997 - Concessionária CAMINHOS DO PARANÁ; e) nas rodovias que compõem o Lote-05 do Anel de Integração, Contrato n.º 075/1997 - Concessionária RODONORTE; f) nas rodovias que compõem o Lote-06 do Anel de Integração, Contrato n.º 076/1997 – Concessionária ECOVIA; g) no sistema de tratamento de esgoto do Município de Palmas- PR; h) no Sistema SANEPAR de abastecimento de água no município de Rio Branco do

Sul; i) no Sistema SANEPAR de tratamento de resíduos sólidos do Município de Cornélio Procopio; j) nos *City Gates* do sistema de distribuição de gás canalizado (GNV) no Estado do Paraná a COMPAGAS.

Principais atividades da área de Informação e Tecnologia:

- Ampliação do sistema de emissão da Taxa de Regulação - criação de banco de dados com todas as taxas recolhidas e implantação de sistema de consulta por meio de ferramenta de *Business Intelligence* (BI), para emissão de relatórios diversos.
- Atualização e ampliação do parque de equipamentos de Tecnologia da Informação da Agência para substituição de equipamentos antigos com vida útil esgotada, incremento de equipamentos para atender novos colaboradores e componentes necessários à fiscalização em campo. Foram adquiridos estações de trabalho, *notebooks* e *tablets*; previstas aquisições de câmeras fotográficas e de vídeo aos trabalhos de campo, *scanners*, conjunto de *software* para instalação nos novos computadores.
- Planejamento para o desenvolvimento de solução de tecnologia da informação para controle dos sistemas de Gerenciamento Financeiro e de Fiscalização dos contratos de concessão, que inclui a definição do escopo, a tecnologia a ser utilizada e a gestão junto à Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) para a definição de orçamento e início do desenvolvimento, com previsão de conclusão em dezembro.
- Desenvolvimento de projeto de mapeamento dos processos produtivos da AGEPAR - definição da ferramenta *Business Process Modeling Notation* (BPMN); relação dos processos internos da AGEPAR, definição de prioridades, treinamento, mapeamento de processos com abrangência corporativa, contratação da infraestrutura para registro e processamento das rotinas (até dezembro).

Principais atividades da Gerência Administrativa e de Recursos Humanos:

- Realização de Concurso Público e Curso de Formação para o cargo de Especialista em Regulação e Auxiliar de Regulação - as provas objetivas, discursivas e de títulos foram realizadas em março, e o curso de formação, com carga horária de 40 horas, ocorreu de 28 de maio a 02 de junho. O concurso foi homologado pelas Resoluções nº 13.819/2018 e nº 14.508/2018. A nomeação dos candidatos aprovados está prevista para o exercício de 2019.

1.6 Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR)

Empresa pública pioneira no segmento de informática é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, tendo como acionista majoritário o Estado do Paraná. Tem como missão prover soluções de tecnologia da informação e comunicação que

permitam modernizar e melhorar o desempenho da gestão pública estadual com a oferta de serviços públicos mais eficazes aos cidadãos paranaenses.

Suas principais realizações, em 2018, foram:

- Programa Governo Digital do Paraná - lançado em 2018 com serviços dos órgãos e empresas estaduais, é uma plataforma digital para o cidadão obter serviços públicos e informações relacionadas ao governo, de forma personalizada às suas necessidades e interesses, a partir da sua identidade digital.
- Solução de Atendimento nas Farmácias do Paraná - em parceria com a SESA implementou um novo módulo no Sistema de Assistência Farmacêutica Especializada (SISMEDEX), que permite aos pacientes cadastrados agendar data e horário para retirar medicamentos.
- Site de Gestão de Infração de Trânsito - desenvolvido para o DETRAN/PR reúne serviços específicos do sistema de Gestão de Infrações de Trânsito voltados ao cidadão. Tem como foco principal veículos de outros estados e de outros países que cometem infrações no Paraná. Os principais serviços disponibilizados são: consulta de multas, identificação do condutor infrator e consulta de processos.
- Aplicativo Cultura Paraná - em parceria com a Secretaria de Cultura do Paraná (SEEC), desenvolveu a segunda versão do aplicativo, que divulga as atividades artístico-culturais do Paraná, nos espaços culturais do Estado, além da programação cultural privada e independente.
- Solução para *Recall* de Carros - em parceria com o DETRAN-PR e a Renault, desenvolveu uma solução que permite duas formas de comunicação com os proprietários que não responderam ao *recall* de carros, podendo ser utilizadas em conjunto ou separadamente: a) envio de carta personalizada para o endereço do proprietário; b) envio de SMS ao celular do proprietário, desde que cadastrado no DETRAN Fácil.
- Certificadora Digital - iniciou as operações da Autoridade de Registro (AR) CELEPAR e da Prestadora de Serviço de Suporte (PSS) CELEPAR. A AR CELEPAR foi responsável pelo recebimento de solicitação, validação presencial e emissão de 2.700 Certificados Digitais ao Governo do Estado; a Prestadora de Serviço de Suporte, focada em Autoridades Certificadoras, teve projeto executado e implantado com base nas atividades descritas nas Políticas de Certificado e de Segurança, na Declaração de Práticas de Certificação e Serviços de Biometria específicos, disponibilizando no *Data Center* da CELEPAR a infraestrutura física e lógica e de recursos humanos especializados, passando pelo processo de auditoria do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), definido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), devidamente credenciada.
- Sistema de Identificação Biométrica - desenvolvido para a Polícia Militar do Paraná, permite cruzar dados para identificar Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa, cassada e pessoas com mandados de prisão em aberto.

- Soluções para município - consolidou o início de atividades para levar soluções de gestão pública aos municípios do Paraná. Foram implantados serviços de gestão de infrações de trânsito, sistema de atendimento das prefeituras (156), soluções de comunicação digital, entre outros, em alguns municípios do Estado contribuindo para melhoria da administração municipal e dos serviços aos cidadãos.
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - signatária desde 2015, realizou ações como incentivo à cultura; desenvolvimento e apresentação do *Business Intelligence* (BI) ODS; Portal ODS de boas práticas; acessibilidade à pessoa portadora de deficiência; curso de acesso à *internet*, *smartphone* e redes sociais para idosos; gestão de resíduos sólidos e coleta seletiva; usina fotovoltaica; e ODS & arte.
- Solução de Monitoramento de Estradas - contratação de solução integrada de tecnologia da informação e comunicação para instalar uma infraestrutura inteligente que permitirá o monitoramento de pelo menos 900 pontos da malha rodoviária estadual em tempo real, cujo objetivo é ampliar o controle de tráfego no Paraná por meio eletrônico. O sistema integrado será configurado para coletar, tratar e armazenar dados em tempo real e vai viabilizar o Projeto RICEI – Rede Integrada de Coleta Eletrônica de Informações, cuja implantação está prevista para iniciar em 2019.

A CELEPAR desenvolveu 93 soluções aos seguintes órgãos: ADAPAR (03), APPA (10), Casa Civil (03), Casa Militar/Defesa Civil (03), CELEPAR (3), Defensoria Pública (08), DETRAN (14), IAP (01), ITCG (01), SEED (06), SEFA (17), SESA (11) e SESP (13).

1.7 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

Principais atividades e resultados da Agência Paraná (AGPR) do BRDE, até agosto:

- Desempenho Operacional - realizou 522 novos contratos em um montante de aproximadamente R\$ 280,0 milhões. Os segmentos econômicos de maior destaque foram o primário em número de contratos e o terciário em termos de valor contratado, conforme apresentado na tabela a seguir.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (JAN-AGO/2018)

SETOR	VALOR CONTRATADO (R\$)	N.º DE CONTRATOS
Primário	93.110.833,90	450
Secundário	51.704.719,88	20
Terciário	135.522.106,02	52
TOTAL	280.337.659,80	522

FONTE: BRDE/AGPR

- Contratações por porte das entidades - na segmentação por porte das entidades, observa-se uma concentração em produtor rural quanto à quantidade ao número de contratos. No âmbito empresarial, há equilíbrio entres os portes de MPMEs e Grande empresa, quanto ao valor contratado. A tabela 2 mostra as contratações realizadas pelo BRDE no Paraná em 2018, segregando por porte da entidade.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ POR PORTE DAS ENTIDADES (JAN-AGO/2018)

PORTE ENTIDADE	VALOR CONTRATADO (R\$)	NÚMERO DE CONTRATOS
Produtor Rural	84.439.241,74	450
Micro Empresa	3.122.570,00	4
Pequena Empresa	25.748.055,20	27
Média Empresa	70.644.449,48	18
Média-Grande Empresa	0,00	0
Grande Empresa	96.383.343,38	23
Prefeitura	0,00	0
TOTAL	280.337.659,80	522

FONTE: BRDE/AGPR

- Operações Contratadas por Região - entre as regiões com o maior volume de operações contratadas está a Oeste, seguida pela Região Metropolitana de Curitiba e Sudoeste, que somaram aproximadamente R\$ 71,0 milhões, R\$ 59,0 milhões e R\$ 53,0 milhões, respectivamente. A tabela 3 detalha a situação em cada uma das mesorregiões do Estado e por setor na contratação.

TABELA 3 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (JAN-AGO/2018)

MESORREGIÃO PROCESSO	VALOR CONTRATADO (R\$)	NÚMERO DE CONTRATOS
Centro Ocidental Paranaense	22.743.431,86	61
Centro Oriental Paranaense	12.207.436,84	15
Centro-Sul Paranaense	23.111.333,26	66
Metropolitana de Curitiba	59.606.406,49	29
Noroeste Paranaense	4.073.856,45	22
Norte Central Paranaense	26.765.282,58	72
Norte Pioneiro Paranaense	3.562.928,00	6
Oeste Paranaense	71.086.209,56	177
Sudeste Paranaense	3.624.680,00	14
Sudoeste Paranaense	53.556.094,76	60
TOTAL	280.337.659,80	522

FONTE: BRDE/AGP

- Operações de Crédito de Longo Prazo - até agosto as contratações somaram aproximadamente R\$ 280,3 milhões em 522 contratos, abrangendo a maior parte dos municípios paranaenses. Nesse período, o valor realizado de operações de crédito, proporcionalmente, ficou abaixo do Índice de Referência e do Índice Esperado, devido a mudanças na política de crédito público do governo federal, à crise econômica, às incertezas políticas do ano eleitoral e ao adiamento de investimentos do agronegócio ao segundo semestre, tendo em vista as expectativas quanto às condições do novo Plano Safra. O volume contratado previsto para 2018 é de R\$ 700,0 milhões. Vale destacar que o BRDE tem buscado novas fontes de recursos, visando ofertar crédito com melhores condições e em maior volume aos investimentos no Estado.

1.8 Secretária Especial da Chefia de Gabinete da Governadora

O campo de atuação da Secretária Especial da Chefia de Gabinete da Governadora envolveu assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no trato de questões, providências e iniciativas do seu expediente oficial; a administração geral do Palácio e das residências oficiais do governo e atribuições de assistência direta à Governadora.

A Ilha das Cobras foi transformada no Parque Estadual da Ilha das Cobras (Decreto n.º 10.959, de 4 de setembro de 2018), onde funcionará a Escola do Mar, sob administração do IAP em conjunto com a SEMA, constituída nos termos do Protocolo n.º 15.339.219-6. A Granja do Canguiri, integrante da APA do Iraí, será administrada pela SEED, onde funcionará o Centro de Treinamento para profissionais da educação do Estado.

A Secretária administra a Agenda Oficial da Governadora e a acompanha em reuniões técnicas, prestando o assessoramento administrativo, jurídico e político necessário. Além de ser responsável pela revisão dos processos administrativos que necessitam da assinatura da Governadora, coleta do autógrafo em mensagens enviadas a ALEP, em decretos e leis encaminhadas ao Diário Oficial para publicação e em processos administrativos.

Realiza a Gestão do Comitê de Qualidade do Governo do Estado e do Governo Digital, em conjunto com a Secretaria da Fazenda (SEFA), da Administração e Previdência (SEAP), do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), da Comunicação Social (SECS), Casa Civil (CC) e Controladoria Geral do Estado (CGE).

1.9 Secretário Especial de Administração Penitenciária

Com a nomeação do Secretário Especial de Administração Penitenciária (Decreto n.º 9.442, de 30 de abril de 2018), o sistema prisional do Estado passou a ter uma gestão específica, com dedicação exclusiva para buscar soluções às grandes questões, especialmente geração de vagas.

Em 2018, com cerca de 11.000 presos em delegacias, apesar da redução em comparação com 2011, quando havia mais de 16.000 presos nessa condição, faz-se necessária a geração de pelo menos mais 10.000 vagas no sistema prisional, para promover o esvaziamento gradativo das delegacias.

O Estado tem 31.360 presos em regime fechado. Considerando os presos do DEPEN (presídios) e das delegacias, têm-se a média de 1,7 presos por vaga. O sistema prisional do Estado (somente vagas em penitenciárias) tem 18.435 vagas, de acordo com a capacidade nominal de projeto, e tem em suas 31 unidades 20.360 presos.

Além dos presos no regime fechado, há 7.150 presos monitorados por tornozeleiras eletrônicas no regime semiaberto e semiaberto harmonizado. Encontra-se em andamento processo licitatório para elevar o número para 12.000 tornozeleiras. Considerando o déficit de vagas no sistema prisional, especialmente o número de presos em delegacias de polícia, encontram-se em fase de implantação as medidas a seguir.

- Salas de vídeo-audiência - em funcionamento nos presídios, evitam o deslocamento do preso aos fóruns para serem ouvidos, aumentam a segurança, economiza recursos com transporte e emprego de efetivo.
- Portal do Governo Digital - foram desenvolvidos: a) *web* audiência - em conjunto com o TJPR sem a necessidade de deslocamento de presos para os fóruns; b) *web* visita - visitas virtuais no período da manhã, utilizando a ociosidade do equipamento de *web* audiência; c) *web* agenda - em tratativa com a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná (OAB-PR), termo de cooperação técnica conjunto, para a criação e sistematização do agendamento eletrônico de visitas de advogados aos internos; d) *web* cadastro - cadastramento de visitantes pela *web*, com identificação biométrica, que aumenta a segurança na identificação dos visitantes, na entrada e na saída.
- Encontram-se em andamento obras de construção e reforma de unidades penais: a) construção CIS de Piraquara, para o regime semiaberto feminino - 216 novas vagas, 71,0% da obra executada, com previsão de término no primeiro semestre de 2019; b) ampliação Casa de Custódia de Piraquara - 334 novas vagas, previsão de nova licitação, em novembro, após desistência da empresa contratada para a obra; c) ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara II - 501 novas vagas, 10,0% da obra executada, com previsão de término no segundo semestre de 2019; d) ampliação da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu - 501 novas vagas, a obra estava paralisada, foram realizadas tratativas com a empresa que culminaram na assinatura de novo contrato; e) ampliação da Penitenciária Industrial de Cascavel - 334 novas vagas, a obra encontrava-se paralisada, foram realizadas tratativas com a empresa que culminaram na assinatura de novo contrato; f) construção da Cadeia Pública de Campo Mourão - 382 novas vagas, 62,0% da obra executada, com previsão de término no primeiro semestre de 2019; g) construção do CIS de Campo Mourão, para o regime semiaberto - 216 novas vagas, em fase de licitação; h) construção da Cadeia Pública de Jovens e Adultos em Piraquara - 382 novas vagas, previsão de licitação das obras em novembro; i) ampliação da Penitenciária Estadual de Piraquara I - 501 novas vagas, previsão de licitação das obras em novembro; j) construção da Cadeia de Londrina - 752 novas vagas, previsão de licitação das obras em novembro; k) construção da Cadeia de Guaíra - 752 novas vagas, previsão de licitação das obras em novembro; l) construção da Cadeia de Foz do Iguaçu - 752 novas vagas, previsão de licitação das obras em novembro; m) construção da Cadeia de Ponta Grossa - 752 novas vagas, previsão de licitação das obras em novembro; n) implantação de celas modulares (*shelters*) em várias unidades - 682 vagas entregues; o) nova Penitenciária Modelo em Piraquara - sistema construtivo - foi contratada, aguarda liberação, com 582 vagas. Autorizada a realização de projetos para construção das casas de custódia no Litoral, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Noroeste e Norte Pioneiro, com 512 vagas cada.

- Contratados 1.156 agentes de cadeia pública por Processo Seletivo Simplificado (PSS) que estão empregados em delegacias do Estado; e encontram-se em processo de transferência para a gestão do DEPEN cerca de 5.500 presos de 37 grandes delegacias de polícia, liberando os policiais civis para a sua atividade de polícia.
- Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão - unidade modelo em que os presos trabalham durante o dia e estudam à noite. Projeto pioneiro que está sendo ampliado em mais seis presídios do Estado, aumentando o número de presos com grande capacidade de ressocialização.

Na assistência aos presos, foram realizadas ações nas áreas de educação e trabalho.

- Educação: a) aumento do número de presos em atividades educacionais (ensino regular, remição pela leitura, cursos técnicos e profissionalizantes), tendo alcançado a média de 8.385 presos, que representou 41,2% da população carcerária, um acréscimo de 18,9% em relação à média de 2017 (7.054 presos); b) ações de aperfeiçoamento e capacitação dos profissionais atuantes na área, com a realização da Formação em Ação Disciplinar (FAD), (em abril e outubro), Semana Pedagógica (em fevereiro e julho), III Encontro Estadual de Educação nas Prisões (em setembro), além de reuniões mensais aos sábados por área de disciplina ministrada.
- Trabalho - em média 6.282 presos (30,8% da massa carcerária) desenvolveram atividades laborais, em 401 canteiros de trabalho, tanto para o DEPEN (canteiros próprios, pagos pelo Fundo Penitenciário do Paraná), como para empresas, por meio de Termo de Convênio (com 25 novos convênios firmados), o que representou um crescimento de 14,0% em relação à 2017. Realizado o projeto de reinserção no mercado de trabalho para presos com tornozeleira eletrônica, que alocou 53 presos monitorados somente na Região Metropolitana de Curitiba.
- Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário (ESPEN): a) foram certificados 795 servidores em 31 eventos (cursos de atualização, capacitação, formação, palestras, encontros e mostras), nas áreas de saúde, segurança, gestão e tratamento penal; b) nova plataforma de ensino a distância, versão 3.4.2+ do *Moodle*, aplicável a diferentes plataformas, incluindo *smartphones*, conta com *design* simples e dinâmico, para que o usuário tenha uma experiência prática e agradável.

1.10 Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico

O Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico, nomeado pelo Decreto n.º 9.987, de 07 de junho de 2018, atuou como interlocutor com o setor empresarial e no assessoramento direto a Governadora, tendo como vinculadas a Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) e a Agência de Fomento do Paraná S.A (FOMENTO PARANÁ).

Tem como atribuição as ações para geração de empregos, atração de investimentos, negócios com outros países e representar a Governadora quando ausente, em recebimento a comitivas internacionais. Atuou como conselheiro do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pequeno Porte (SEBRAE) e Presidente do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FOPEME).

Atuou em parceria com a Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) na articulação com os investidores, órgãos e entidades locais. Destacaram-se os segmentos de papel e celulose, agroindustrial de exportação e automotivo que registraram significativos investimentos.

Atendeu demandas de desenvolvimento produtivo regional, de forma a estimular vocações latentes, que tratadas em conjunto podem oferecer por sinergia e complementariedade melhores resultados econômicos e sociais.

1.10.1 Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR)

Nas ações que envolveram o Registro Mercantil destaca-se a continuidade do processo de integração dos órgãos de registro e legalização de empresas no sistema Empresa Fácil, que realiza as solicitações do empreendedor pela entrada de dados e documentos de forma unificada, na JUCEPAR, administradora da REDESIM no Estado.

- Realizados seminários regionais no Estado para contadores e para relatores e vogais da JUCEPAR, objetivando o alinhamento de entendimentos legais e procedimentais.
- Transferência do acervo documental da Santa Cândida para o Centro de Documentação, onde foi instalada uma sala de treinamento.
- Concluído o processo de aquisição do imóvel localizado a Rua Barão do Rio Branco, onde será instalada a nova sede da Junta.
- Atendimentos diários realizados - 800 solicitações de viabilidade de nome; 1.200 processos de abertura, alteração e baixa de empresas; 1.200 certidões emitidas; e 500 livros mercantis registrados.
- REDESIM - alcançou alto nível de desburocratização e simplificação nos registros empresariais no Estado, reduzindo para menos de cinco dias úteis o prazo para abertura, alteração e baixas de empresas, de forma sincronizada e integrada, contemplando - além dos registros no cadastro da própria JUCEPAR, os registros federal, estadual e municipal, bem como os órgãos de fiscalização e controle (Bombeiros, Vigilância Sanitária e Controle Ambiental).

1.10.2 Agência de Fomento do Paraná S.A. (FOMENTO PARANÁ)

A FOMENTO PARANÁ teve um aumento significativo na contratação de Operações do Setor Público tendo atendido 146 municípios, até outubro, com contratos que somaram R\$ 358,0 milhões e superaram a meta prevista para 2018 no Contrato de Gestão para este segmento, de R\$ 215,0 milhões.

As contratações de Operações do Setor Privado somaram, até outubro, R\$ 98,5 milhões, valor 19,4% superior ao registrado no mesmo período no ano anterior. Do total contratado, R\$ 43,9 milhões referem-se a 3.820 operações de microcrédito.

A Agência começou a operar a linha Fundo Clima - Máquinas e Equipamentos Eficientes, com recursos do BNDES, para apoiar projetos para instalação de sistemas de aquecimento solar e de cogeração (placas fotovoltaicas, aerogeradores, geradores a biogás e equipamentos necessários) em empreendimentos de qualquer porte.

Foi liberado o primeiro financiamento pela linha BNDES Saúde - Atendimento ao SUS, destinada a instituições filantrópicas da área da saúde, para aumentar e fortalecer a capacidade de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto beneficiou três hospitais da Irmandade Santa Casa de Londrina.

A FOMENTO PARANÁ foi designada como gestora de três novos fundos criados pelo Governo do Estado para apoiar o fortalecimento das micro e pequenas empresas: Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FAG/PR); Fundo de Capital de Risco das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FCR/PR) e Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FIME/PR).

Em parceria com o SEBRAE-PR, capacitou três novas turmas no Curso de Formação de Agentes de Crédito e realizou seis encontros regionais com agentes do Estado. Foi realizada mais uma turma de capacitação de Correspondentes para atuar na intermediação de financiamentos de operações entre R\$ 20,0 mil a R\$ 1,5 milhão.

Foi lançado o Edital n.º 341/2018 de processo seletivo com 12 vagas e formação de cadastro de reserva para contratação de colaboradores com os oito primeiros aprovados convocados no final do semestre.

A mudança em junho para uma nova sede, de fácil acesso aos clientes, mais ampla, com instalações modernas e espaços de trabalho mais adequados, proporcionou mais segurança, conforto e interatividade entre os colaboradores.

1.11 Secretário Especial do Trabalho e Relações com a Comunidade

O Secretário Especial do Trabalho e Relações com a Comunidade, ao qual se subordinam o Departamento do Trabalho (DET), Conselho Estadual do Trabalho do Paraná (CET/PR) e demais atividades correlatas, com suporte técnico-administrativo prestado pela Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU), no gerenciamento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, primando a inclusão social pelo trabalho, e pela coordenação de 216 Agências do Trabalhador do Estado, realizou:

- Rede de Agências do Trabalhador - coordenação dos serviços de recrutamento, seleção e orientação profissional voltados à recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho. Até agosto, foram abertas 96.713 vagas, sendo o setor de Serviços o que mais abriu vagas (31.145) e janeiro foi o mês com maior abertura de vagas (11.637). Do total de vagas, 1.242 destinaram-se exclusivamente a pessoas com deficiência e 3.170 foram exclusivas para o Jovem Aprendiz. Foram

inscritos 107.541 trabalhadores, tendo sido realizados 303.366 encaminhamentos, com 64.552 colocados. A meta, até dezembro, é a inserção no mercado de trabalho de 96.617 trabalhadores.

- A rede estadual de atendimento ao trabalhador habilitou 271.076 requerentes ao benefício Seguro-Desemprego, que acessaram as modalidades: Formal, Bolsa Qualificação Profissional e Empregado Doméstico. Até setembro, a rede estadual foi responsável por 82,0% das habilitações do Estado, do total de 474.699 atendimentos realizados por todos os convênios do Paraná.
- Qualificação Profissional - em parceria com a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), encontra-se em execução o programa de qualificação profissional, ação contemplada no Contrato de Empréstimo n.º 3129/OC-BR, firmado entre o Governo do Estado e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 6/8/2014, com o objetivo de oferecer oportunidade de emancipação com a melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias. Oportunizou 2.880 vagas em 40 municípios paranaenses, contemplados por serem municípios prioritários do programa Família Paranaense, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
- Artesanato e Economia Solidária - cadastro de artesãos, entidades e núcleos no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) e emissão da Carteira Nacional do Artesão. Até julho, foram emitidas 79 Carteiras Nacionais do Artesão (entre novos cadastros e renovação). Publicado Edital de Chamamento Público para seleção de artesãos, associações ou cooperativas, com suas respectivas produções, para participação no Salão do Artesanato - Edição São Paulo, em novembro.
- Dia D - realizado em setembro, a Agência do Trabalhador de Curitiba disponibilizou 500 vagas para pessoas com deficiência, por meio de mais de 20 empresas parceiras, com mais de 400 atendimentos. Outros 41 municípios realizaram o Dia D, por meio de suas Agências do Trabalhador.
- Mutirão do Jovem Aprendiz - realizado em agosto, em parceria com os Sindicatos do Setor de Serviços, ofertou mais de 2.000 vagas e cerca de 900 jovens encaminhados.
- Feira de Empregos e Profissões - 2ª edição, realizada em julho, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e promovida pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), ofertou mais de 3.500 vagas de trabalho, por meio do SINE e empresas de recursos humanos, com mais de 22.200 visitantes, 735 atendimentos realizados e 873 currículos recebidos.
- Observatório do Trabalho - com o objetivo de avaliar os municípios que se destacam em cada região, foram elaborados Boletins (Informativos, Especiais e Regionais), com dados do CAGED mensal, nos quais são feitos recortes segundo a subdivisão dos Escritórios Regionais. O trabalho leva em consideração se os municípios possuem ou não Agências do Trabalhador e como estas conduzem o trabalho da intermediação da mão de obra nas regionais. Até agosto, foram

elaborados 09 Boletins e 12 matérias com informações do CAGED que subsidiam ações de diversas áreas do governo e de outras instituições demandantes.

- Conselho Estadual do Trabalho - trabalhou na revitalização dos Conselhos Municipais do Trabalho; promoveu encontros mensais com representantes da bancada patronal, dos trabalhadores e governo; realizou reuniões descentralizadas nos municípios de Londrina, Cornélio Procopio, Cianorte, Ponta Grossa e Ibaiti e Foz do Iguaçu (prevista para novembro); e seis reuniões ordinárias em Curitiba. Os grupos de trabalho acompanham os eixos temáticos do trabalho decente, saúde e segurança do trabalhador, Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, e Planejamento Estratégico.
- Aquisição e entrega de 120 veículos para as Agências do Trabalhador, adquiridos com recursos do Tesouro do Estado e do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).
- Autorização da realização de Processo Seletivo Simplificado (PSS), em outubro, para a contratação temporária de 61 profissionais (55 técnicos administrativos, 02 técnicos em informática, 02 analistas de sistema e 02 supervisores de setor) para atuarem na Agência do Trabalhador de Curitiba; a publicação do edital está prevista para novembro.

1.12 Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Por meio do Decreto n.º 10.885/2018, passou à subordinação do Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência a Coordenação da Política da Pessoa com Deficiência (CPCD) e o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Com Deficiência do Paraná (COEDE)/ e por meio do Decreto Estadual n.º 11.314 de 10/10/2018 passou a responder pela gestão do Programa Espaço Cidadão.

Na Promoção de Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência atuou prioritariamente na integração e articulação com os órgãos da administração pública, direta ou indireta, e entidades da sociedade civil, destacando a formulação de estratégias voltadas à integração das ações na execução da política. Objetivando a garantia de direitos e a ampliação de oferta de serviços que assegurem condições de acesso igualitário à pessoa com deficiência, destacam-se:

- Anteprojeto de Lei para a criação do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Paraná.
- Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - realizou 06 reuniões ordinárias, até agosto; com previsão de realizar 04 reuniões ordinárias até dezembro.
- Projeto Praia Acessível - viabilização de acesso à praia e ao mar de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, em parceria com a SANEPAR, nos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos, Guaratuba e Santa Helena. Foram ampliados os atendimentos no Verão Paraná 2016/2017 de 486 para cerca 1.000 atendimentos no Verão Paraná 2017/2018, em nove pontos de atendimento. Em 2018/2019 serão 10 pontos com 03 *Fly Banners* e 01 Cavalete cada (03 em

Guaratuba, 03 em Matinhos, 03 em Pontal do Paraná e 01 na praia de água doce de Santa Helena) para identificação e localização dos pontos de atendimento pelos usuários, tendo em vista que nas duas edições anteriores os usuários tiveram dificuldades de localizar tais pontos.

- Isenção Tarifária de Transporte Intermunicipal - até agosto, foram recebidos 4.954 requerimentos e concedidos 5.427 benefícios.
- Sistema do Passe Livre Intermunicipal (SPL) - implantação do sistema que dá celeridade ao requerimento de isenção tarifária intermunicipal e capacitação em 18 municípios.
- Parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) para encaminhamento de 64 denúncias recebidas por meio do Departamento de Inteligência do Estado - Disque Denúncia 181.
- Encaminhamento de 169 denúncias registradas no Disque 100 Direitos Humanos para o Ministério Público.
- Análise de 14 projetos provenientes do Edital n.º 004/2017 e 82 projetos provenientes do Edital n.º 006/2017 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, para atendimento de organizações da sociedade civil que prestam atendimento a crianças e adolescentes com deficiência, totalizando R\$ 13,2 milhões.
- Elaboração e publicação digital da cartilha Políticas Públicas e Projetos, volume III, da Coleção Paraná Inclusivo.
- Espaço Cidadão - oferece estrutura completa, com computadores, *links* de acesso à *internet* com fibra ótica, acessibilidade a pessoas com deficiência e atendente capacitado para orientar o usuário. Trata-se de centros de aperfeiçoamento profissional e repasse de conhecimento aos paranaenses que procuram crescer em suas carreiras, começar um novo ofício e melhorar sua qualidade de vida. Conta com 310 municípios com 357 Espaços Cidadão ativos, sendo: 267 em Bibliotecas Cidadãs, 17 em presídios, 01 em parceria com a Biblioteca Mario Lobo, em Paranaguá, 01 no Instituto Paranaense de Cegos, 04 comunitários com o terceiro setor e 67 em parceria com municípios. Recebeu 749 solicitações de substituição de computadores e 07 solicitações de novos Espaços Cidadão.

Companhia Paranaense de Energia



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

2 Companhia Paranaense de Energia

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

2.1 Destaques de 2018

Merece destaque o programa de investimentos realizado nos primeiros seis meses de 2018, considerando suas subsidiárias integrais e as Sociedades de Propósito Específico (SPEs), da ordem de R\$ 1.272,2 milhões: R\$ 862,2 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia, R\$ 244,8 milhões em obras de distribuição e R\$ 129,0 milhões em telecomunicações e 36,2 milhões em outras participações. Dos R\$ 862,2 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 88,3 milhões foram na UHE Colíder, R\$ 31,0 milhões na UHE de Baixo Iguaçu, R\$ 250,7 milhões na modernização de usinas e nas linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e outros Estados e R\$ 492,2 milhões em parques eólicos localizados no Rio Grande do Norte. O programa total previsto para 2018 é de R\$ 2.878,6 milhões.

O Planejamento Estratégico Integrado da COPEL visa a conquista de sua Visão, de ser referência nos negócios em que atua, gerando valor de forma sustentável nos negócios que compõem seu *core business*: Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização de Energia e Telecomunicação.

2.2 Modelo de Excelência da Gestão

Em 2018, todas as subsidiárias integrais da COPEL realizaram o diagnóstico para adequação às melhores práticas conforme o Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

Três subsidiárias concorreram ao Prêmio Melhores em Gestão 2018. O resultado da classificação das empresas participantes sairá no começo de 2019.

2.3 Acompanhamento dos Projetos Corporativos

Por meio da ferramenta *Enterprise Project Management* (EPM), o Escritório de Projetos Corporativo efetuou o monitoramento físico e financeiro de oito projetos corporativos e dois projetos de SPEs, em que a Companhia tem participação.

2.4 Geração de Energia Elétrica

2.4.1 Operação e Manutenção de Usinas

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontram-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico. Destacam-se:

- Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM) - em processo de modernização que contempla: a substituição dos rotores das turbinas por rotores com projeto hidráulico superior e a substituição dos reguladores de velocidade da turbina e o sistema de excitação (regulador de tensão), em ambos os casos em função de encontrarem-se no final de sua vida útil. O projeto de modernização foi iniciado em 2010 e tem previsão de término em 2022. Foi concluído ensaio de rendimento das turbinas, em modelo reduzido nas instalações da Andritz Hydro, na Alemanha. Após três anos de trabalho, sendo os dois primeiros dedicados ao projeto e fabricação dos componentes e o último ano à desmontagem, reforma e substituição de componentes, nova montagem e comissionamento, no dia 28/07/2018 entrou em operação a Unidade Geradora 02 da UHE GBM, a primeira das quatro unidades a ser modernizada. A unidade geradora é a maior já modernizada no Brasil. Foi iniciado em agosto o processo de modernização da Unidade Geradora 01, que deve durar cerca de um ano.
- Usina Termoeletrica (UTE) Figueira - a modernização visa aumentar sua eficiência e atender a legislação vigente, reduzir a emissão de gases e partículas resultantes da queima do carvão e atender a legislação ambiental. Após a assinatura do contrato com a EMTEP Engenharia (26/07/2017) para reinício do processo de modernização, deu início às tratativas de serviços e estima-se que a planta entre em operação comercial em no primeiro trimestre de 2019.
- Os processos de Operação e Manutenção (O&M) das Usinas Geradoras de Energia Elétrica da COPEL são certificados, desde 2005, na norma ISO 9001, no que diz respeito à gestão da qualidade. Em 2018, foram conquistadas as certificações ISO 14.001 (Gestão Ambiental) para as usinas UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Netto e PCH Salto do Vau e OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho) para as usinas UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga e UHE Governador José Richa.

2.4.2 Expansão da Geração de Energia

- Usina Hidrelétrica Colíder - localizada no Rio Teles Pires, entre os municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, no Mato Grosso, teve as obras iniciadas em 2011 e deve absorver R\$ 2,2 bilhões em investimentos. Em 2016, concluíram-se os trabalhos de supressão da vegetação na área do futuro reservatório e atualmente 98,0% das obras foram concluídas. O empreendimento terá 300 MW de capacidade instalada, com previsão de entrar em operação comercial em dezembro de 2018. A COPEL GeT conquistou a concessão para implantação e exploração da usina por 35 anos no leilão de energia realizado pela Aneel em 30.07.2010. A COPEL GeT vem cumprindo seus compromissos de suprimento de energia da seguinte forma: a) de janeiro de 2015 a maio de 2016 - com sobras de energia descontratada em suas demais usinas; b) de junho de 2016 a dezembro de 2018 - com redução parcial, em junho de 2016, por meio de acordo bilateral; e de julho de 2016 a dezembro de 2018, com redução da totalidade dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), por meio de acordo bilateral e participação no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova (MCSD-EN).
- Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu - a COPEL detém 30,0% de participação no Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI) que tem o objetivo de construir e explorar o empreendimento denominado Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, com potência instalada de 350,2 MW e garantia física de 171,3 MW médios localizado no Rio Iguaçu, entre os Municípios de Capanema e de Capitão Leônidas Marques, e entre a UHE Governador José Richa e o Parque Nacional do Iguaçu, no Estado do Paraná. Com investimento estimado de R\$ 2,3 bilhões, o início da geração comercial da Unidade 1 está previsto para final de janeiro de 2019, e das Unidades 2 e 3, para o final de fevereiro e final de março de 2019, respectivamente. Encontram-se em andamento as atividades de desvio de segunda fase, montagem da casa de força e do vertedouro, a implantação do sistema de transmissão e os programas fundiários e socioambientais. Após reconhecimento a favor do CEBI da excludente de responsabilidade pelo atraso de 756 dias em novembro de 2017 a ANEEL reconheceu um adicional de 46 dias de excludente de responsabilidade pelo atraso na implantação da UHE Baixo Iguaçu, afastando a aplicação de quaisquer penalidades e obrigações contratuais, comerciais ou regulatórias advindas do atraso. Com isso, o empreendimento, passou a ter o vencimento da sua concessão em 30 de outubro de 2049 e o início de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica em 12 de novembro de 2018, com término previsto para 11 de novembro de 2048.

2.4.3 Participação em Leilões de Energia Nova

Encontra-se em desenvolvimento estudos de viabilidade técnica, socioambiental, institucional e econômica para subsidiar decisões sobre a participação nas disputas de concessões ou autorizações para implantação e exploração de empreendimentos hidrelétricos, eólicos, solares e térmicos que poderão ser objeto de leilões de novos empreendimentos de geração a serem promovidos pela ANEEL.

A COPEL GeT, por meio do Consórcio Bela Vista, participou do leilão A-6 realizado em agosto de 2018, vencendo o certame. Com um investimento estimado em R\$ 200,0 milhões, a PCH Bela Vista, que tem 29 MW de capacidade instalada e garantia física de 16,6 MW, será construída no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do Estado do Paraná.

2.4.4 Outras Fontes de Energia Renovável

A COPEL, em consonância com o planejamento estratégico corporativo, tem o propósito de conquistar protagonismo na matriz energética brasileira com a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas renováveis. Para isso estão em operação parques com capacidade instalada total de 277 MW, sendo 183,6 MW referentes ao Complexo Brisa Potiguar e 94 MW referentes ao Complexo São Bento e mais 52,92 MW, referentes a participações societárias de 49,0% no Complexo Bento Miguel (apto a operar).

Encontra-se em fase de construção o Empreendimento Eólico Cutia, localizado no Rio Grande do Norte, dividido em dois grandes complexos: a) Complexo Cutia - composto por sete parque eólicos com 180,6 MW de capacidade instalada total e 71,4 MW médios de garantia física, com energia comercializada no 6º Leilão de Reserva, em outubro de 2014, ao preço médio histórico de R\$ 144,00/MWh. As primeiras unidades entraram em operação para teste em 2018, com previsão de finalização no início de 2019; b) Complexo Bento Miguel - composto por seis parque eólicos com 132,3 MW de capacidade instalada total e 54,8 MW médios de garantia física, com energia comercializada no 20º Leilão de Energia Nova, em novembro de 2014, ao preço médio histórico de R\$ 136,97,00/MWh e previsão para entrada em operação para o início de 2019.

2.5 Comercialização de Energia Elétrica

2.5.1 Energia Comercializada

No ano de 2018 o volume de energia comercializada pela COPEL COM no mercado livre de energia aumentou significativamente. No 1º semestre foram comercializados em torno de 750 MW médios, o que levou a empresa a subir 14 posições no *ranking* de volume de energia comercializada no mercado livre por empresas do mesmo segmento, passando do 39º lugar para o 25º lugar no *ranking* das comercializadoras de acordo com os dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

2.5.2 Consumidores Livres

A COPEL COM fornece energia em 15 estados para 4,0% dos consumidores livres e especiais do Brasil, sendo que 70,0% de seus clientes estão localizados fora do Estado do Paraná. Dentre os consumidores livres do Paraná, 11,0% são clientes da COPEL COM. Com foco na ampliação de sua carteira de clientes no Paraná, em 2018 foram realizados eventos pelo interior do Estado que contou com a participação de 102 empresas.

2.6 Transmissão de Energia Elétrica

2.6.1 Novos Empreendimentos

- Londrina - Ivaiporã - a COPEL arrematou um lote no leilão de ativos da Eletrobrás no dia 27/09/2018 na B3, a bolsa de valores brasileira, 75,0% de participação da Eletrosul Centrais Elétricas na Uirapuru Transmissora de Energia, que opera um circuito da linha de transmissão de 525 kV entre Londrina e Ivaiporã, na Região Central do Paraná. A participação foi arrematada por R\$ 105,0 milhões e possibilitará a otimização de custos administrativos e de operação e manutenção. Operando comercialmente desde 2006, o circuito percorre 120 km e 10 municípios paranaenses entre as subestações de Ivaiporã e Londrina, passando por 270 torres.
- Araraquara - Taubaté - Empreendimento LT 500 kV ARARAQUARA 2 - TAUBATÉ, SE ARARAQUARA E SE TAUBATÉ, composto pela implantação das Instalações de Transmissão do Lote A - Leilão 01/2010. A construção e operação de 330 km de Linha de Transmissão em 500 kV, iniciando no pórtico da SE Araraquara2 até as proximidades da SE Taubaté (T-752) e as respectivas Entradas de Linhas, interligações de barras e demais equipamentos, possibilitou um aumento de Receita Anual Permitida (RAP) para a COPEL de R\$ R\$ 20,0 milhões (valor do contrato de concessão). O projeto entrou em operação comercial em 27/07/2018.
- Instalações de Transmissão Lote E do Leilão ANEEL 005/2015 - o Leilão ANEEL 005/2015, Lote E contempla uma série de empreendimentos que deverão entrar em operação de setembro de 2019 a março de 2021. O empreendimento, possibilitará um aumento de Receita Anual Permitida (RAP) para COPEL de R\$ 97,9 milhões (valor original Contrato de Concessão n.º 06/2016 - ANEEL).
- Resoluções autorizativas - além das obras conquistadas nos leilões promovidos pela ANEEL, a COPEL GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas, com o objetivo de ampliar e melhorar as instalações existentes. São elas: a) Resolução Autorizativa n.º 4890/2014, de 29/10/2014 - desmontagem de 137 km e construção de 142 km de linha de transmissão em 230 kV, iniciando no pórtico da SE Figueira e chegando até a SE Ponta Grossa

Norte e as respectivas entradas de linhas e interligações de barras e demais equipamentos; a entrada em operação comercial foi no dia 05/07/2017; b) Resolução Autorizativa n.º 5.711, de 22/03/2016 - implantação na subestação 230 kV Figueira - do 1º banco de capacitores 138kV - 15 Mvar com investimento de R\$ 4,8 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 800 mil, a partir da entrada em operação comercial, prevista para março de 2019; c) Resolução Autorizativa n.º 5.776 de 12/04/2016 - implantação na subestação 230 kV Sarandi - do 2º autotransformador 230/138kV - 150 MVA, com investimento de cerca de R\$ 14,8 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 2,3 milhões; esse projeto entrou em operação comercial em 29/07/2018, com 78 dias de antecipação em relação ao prazo estabelecido na resolução autorizativa; d) Resolução Autorizativa n.º 5.834/2016 de 17/05/2016 - implantação na subestação 230 kV Apucarana - do banco de capacitores 138 kV - 30 Mvar, com investimento de cerca de R\$ 5,5 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 930 mil, a partir da entrada em operação comercial, prevista para março de 2019; e) Resolução Autorizativa n.º 5.930/2016 de 05/07/2016 - implantação na subestação 500 kV Bateias - de um banco de reatores de barra, em 500 kV - 200 Mvar, com investimento de cerca de R\$ 30 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 4,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial, prevista para setembro de 2018.

2.6.2 Operação e Manutenção da Rede Básica de Transmissão

Nas atividades de operação e manutenção das instalações da COPEL na Rede Básica (acima de 230 kV), foram implementadas melhorias e novas tecnologias, visando garantir os índices de disponibilidade dos 3.032,6 km de linhas de transmissão e 37 subestações. O fato mais relevante para os processos de operação e manutenção das instalações de Transmissão foi a conquista da certificação ISO 9001 ocorrida em maio de 2018.

2.7 Regularização Fundiária

- Reassentamentos UHEGJR - o processo de regularização das fazendas dos reassentamentos decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, continua em andamento. As famílias foram realocadas para viabilizar o empreendimento e os títulos entregues aos respectivos ocupantes. Estão sendo realizadas as rratificações de escrituras públicas para a transferência de 295 lotes aos reassentados da Fazenda Flamapec. Destaca-se a evolução dos trabalhos das seguintes fazendas: a) Fazenda Centenário (Guaraniaçu) - abertura de 30 matrículas e escrituração para transferência aos reassentados e fazenda Nova Prata com a transferência de lotes. Em 2018 foram realizadas as atividades técnicas para a certificação das matrículas que formam os reassentamentos Fazenda Varguinhas e Fazenda Três Barras Fazenda Agroibema e Fazenda Liasi.

- Empreendimentos Eólicos - foram realizados os trabalhos de liberação fundiária para 13 parques eólicos, da linha de transmissão e também da subestação de energia, contemplando mais de 170 atingidos com o processo de instituição de servidão e pagamento da indenização da servidão e dos danos motivados pela obra.

2.8 Distribuição de Energia Elétrica

No âmbito de distribuição de energia a Companhia apresentou, em relação aos anos anteriores, crescimento no número de consumidores.

O incremento de ligações previsto para 2018 é de aproximadamente 85 mil consumidores, com influência principal das classes residencial e comercial. Desta forma, estima-se que ao término do ano serão faturados 4.646 mil consumidores, número 1,9% superior ao verificado em 2017.

2.8.1 Mercado de Energia Elétrica

A tabela a seguir apresenta o mercado realizado em 2017, o estimado para 2018 e respectivas taxas de crescimento:

CLASSE	GWh ⁽¹⁾			NÚMERO DE CONSUMIDORES (x mil)		
	2018 ⁽²⁾	2017 ⁽³⁾	Var. (%)	2018 ⁽²⁾	2017 ⁽³⁾	Var. (%)
Residencial	7.331	7.126	2,9	3.762	3.682	2,2
Industrial	11.331	10.975	3,2	76	77	-1,3
Comercial	5.924	5.754	3,0	397	390	1,8
Rural	2.391	2.305	3,7	353	355	-0,6
Outros	3.277	3.240	1,1	58	57	1,8
TOTAL	30.254	29.400	2,9	4.646	4.561	1,9

(1) Mercado cativo e livre.

(2) Dados previstos.

(3) Dados realizados.

2.8.2 Ações Relevantes da Distribuidora

- Manutenção de ações e projetos visando modernidade e agilidade no atendimento ao cliente, com redução do impacto ambiental e melhoria no atendimento, como o envio e recebimento de mensagens SMS (12 milhões/ano) e o incentivo de uso de canais alternativos de atendimento como a agência virtual e APP para Android e IOS.
- Participação em feiras e eventos, tais como o *Show Rural* em Cascavel, ExpoLondrina, Expoingá, Londrina Matsuri, ExpoCop desenvolvendo atividades educativas e de segurança no uso de energia elétrica junto ao público, além da divulgação dos canais de atendimento.

- Atualização tecnológica do sistema de leitura, faturamento, e impressão simultânea da nota fiscal/conta de energia elétrica com a utilização de equipamentos com o sistema operacional *Android*, possibilitando agregar novos recursos, como a telemedição e leitura via rádio, além de proporcionar ganhos de produtividade com a redução do tempo de processamento, e redução de custos operacionais. O Sistema de Leitura com Impressão Simultânea, envolve 100,0% dos consumidores urbanos atendidos em baixa tensão. Isto proporciona economia na impressão de faturas em folhas especiais e a utilização de envelopes com janela plástica para aproximadamente 3.170.000 unidades consumidoras. Em 2018, a quantidade de faturas emitidas diminuiu cerca de 1.000.000, contribuindo para o meio ambiente
- Serviço de envio de *Short Message Service* (SMS) aos clientes em 2018:
 - a) comunicação de desligamentos programados - 800 mil SMS enviados até setembro;
 - b) aviso de conclusão de serviços de ligação nova, desligamento a pedido, vistoria de unidade consumidora - 2,7 milhões de SMS enviados até setembro;
 - c) aviso de cobrança - 4,0 milhões de SMS enviados até setembro;
 - d) comunicação de falta de energia - foram recebidos 400 mil SMS até setembro.
- Fatura digital - optaram pela fatura digital 1.014.256 unidades consumidoras cadastradas, recebendo-a em anexo por *e-mail*. Com isso as faturas deixam de ser impressas no momento da leitura, ou posteriormente com o envio pelos Correios, reduzindo o impacto ambiental e o custo para a COPEL.
- *Walk-by* - implantação do sistema de leitura via rádio dos medidores para locais de difícil acesso, sendo implantados 4.800 pontos. O leiturista recebe a leitura por meio de sinal de rádio do medidor, imprime a fatura e entrega ao cliente.
- Atendimento a clientes por meio de diversos canais, até setembro de 2018:
 - a) atendimento telefônico, com 7.834.678 ligações atendidas;
 - b) 402 agências e postos de atendimento na área de concessão da COPEL, responsáveis por 5.234.345 atendimentos;
 - c) *site* COPEL, com 6.546.689 acessos;
 - d) COPEL *Mobile* com 1.345.567 atendimentos realizados tais como, atualização cadastral, consulta a desligamentos programados, dentre outros;
 - e) Unidade de Resposta Audível (URA) com 1.130.788 atendimentos, para informar falta de energia, consultar débitos, informar autoleitura e solicitar religação de conta cortada por falta de pagamento;
 - f) *chat* com 141.600 atendimentos realizados;
 - g) *e-mail*, com 94.300 atendimentos realizados;
 - h) terminais de autoatendimento, com 235.200 atendimentos realizados;
 - g) mídias sociais (*Facebook*, *Messenger* e *Twitter*) com 3.566 atendimentos realizados;
 - i) Portal de Imobiliárias - canal exclusivo para as imobiliárias cadastradas, que emitem serviços como ligação nova, religação, consulta de débitos, troca de titularidade, desligamento a pedido dentre outros, com 345.800 atendimentos realizados.

- Investimentos de aproximadamente R\$ 572,0 milhões para as obras de expansão, melhoria, renovação, automação e desenvolvimento de redes de distribuição, sendo R\$ 112,0 milhões para a construção de subestações e linhas de transmissão de alta tensão, R\$ 460,0 milhões para as redes de distribuição de média e baixa tensão.
- Entre 2016 e 2018 foram reforçados os planos de ações preparatórias e preventivas com vistas ao período do verão (período úmido), para prover atendimento eficaz à quantidade de emergências deste período, principalmente devido a temporais.
- Distribuição de Serviços - ressaltam-se melhorias tecnológicas dos equipamentos (*tablets* e *workstations*) e *softwares* envolvidos (otimizador), com a obtenção dos ganhos: a) os serviços emergenciais são enviados automaticamente à equipe mais próxima e disponível utilizando sistema denominado FastDEC, com redução no tempo de mobilização com atuação imediata de aproximadamente 1h10min; b) acompanhamento em tempo real da execução dos serviços (cumprimento de prazos); c) análise dos cenários da demanda de serviços e recursos; d) sequenciamento de rota para garantir o atendimento no melhor momento.

2.9 Telecomunicações

A COPEL Telecomunicações está presente, com sua rede de fibras óticas, nos 399 municípios paranaenses.

Principais dados técnicos da COPEL Telecomunicações realizados em 2018: 63 km de cabos ópticos instalados no anel principal (*backbone*), acumulando 10.389 km; 238 km de cabos ópticos autossustentados (Rede GPON) instalados, acumulando 5.475 km; 740 km de cabos ópticos autossustentados (Rede Acesso) instalados, acumulando 16.852 km; 399 cidades atendidas no Paraná e 02 em Santa Catarina; 173.204 clientes; 2.193 escolas estaduais ligadas; 5.536 atendimentos acumulados definitivos ao Governo, sendo 2.193 do Paraná Digital e 3.343 da RedeGov; índice de disponibilidade média dos serviços de 99,92%.

Programas desenvolvidos:

- Paraná Digital - leva *internet* às escolas, com prioridade para as localidades com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, com 2.193 escolas estaduais atendidas em parceria com o Governo do Estado/Secretaria de Estado da Educação (SEED).
- *Internet* gratuita nas praias - foram disponibilizados durante a temporada, 118 pontos de acesso espalhados por Antonina, Caiobá, Guaratuba, Ilha do Mel, Ipanema, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Sul, Praia de Leste, Riviera, Santa Terezinha e Shangri-lá.
- Projetos sociais e de cidadania - lançamento do projeto *Internet sem Bullying*, com previsão de atendimento até 2019, a 2.000 alunos da rede pública em 10 escolas.

Com mensagens sobre o uso seguro, inclusivo e ético da *internet* e o combate ao *cyberbullying*, o projeto sensibiliza os alunos, dos 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental em Escolas Estaduais, sobre os riscos do *cyberbullying* e alerta os pais por meio de cartilha específica sobre o problema. Foram atendidas cinco escolas em Curitiba e Cornélio Procopio, chegando a cerca de 770 jovens, de 11 a 17 anos de idade.

- A conexão da COPEL Telecom também está nos eventos de cidadania promovidos pela Justiça Federal e órgãos do Governo Estadual como Justiça nos Bairros, Mutirão da Cidadania e Ação Global. Por meio da conexão de *internet* da COPEL Telecom, os serviços dos órgãos envolvidos nos eventos são oferecidos gratuitamente à população.
- Fortalecimento da marca e Incentivo ao esporte: a) Maringá Vôlei - fortalecimento da marca COPEL com o patrocínio do time, *naming rights* projetando o nome da empresa na Superliga Masculina, principal competição de vôlei do país; b) Caramuru Ponta Grossa - apoio ao time que atua na Cidade de Ponta Grossa e está na Superliga A; c) em 2018, a COPEL Telecom passou a apoiar o time Curitiba Vôlei na Super Liga feminina.
- COPEL Fibra-*Internet* - não houve ampliação da rede nesse período, totalizando até setembro, 238 km.

2.10 Tecnologia da Informação

Desenvolvimento de Aplicativos realizado internamente:

- Implantação: a) de solução para gerenciar as licenças ambientais nas instalações e empreendimentos da COPEL GeT (usinas, linhas de transmissão e subestações); b) de solução para obtenção, controle e tratamento de informações de verificação comportamental para auxiliar na implantação de um projeto de Segurança Baseada em Comportamento (BBS *Behavior Based Safety*) na COPEL Geração; c) de módulo no ERP SAP em atendimento às exigências legais referentes ao REINF (escrituração fiscal digital de retenções e outras informações fiscais); d) do eSocial no ERP SAP, sistema de escrituração fiscal digital das obrigações fiscais previdenciárias e trabalhistas; e) de sistema integrado ao sistema Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná (PROJUDI), que emite processos oriundos do Tribunal de Justiça; e) do sistema de Gestão Estratégica da COPEL; f) de aplicativo BI de indicadores da COPEL Telecom - *dashboards* com indicadores da COPEL Telecom (vendas, receita, ativações, custos); g) do RH Digital, eliminando o trâmite de documentos físicos nas solicitações enviadas pelos empregados para RH; h) do processo automatizado de desativação de clientes COPEL Fibra; i) do

módulo de computação móvel para equipes que operam e realizam a manutenção das redes de alta tensão; j) do banco geográfico regulatório, responsável pela centralização das informações relacionadas à gestão de ativos de rede de distribuição; k) de solução de planejamento de expansão da rede elétrica; l) da agência virtual para o grupo A; m) do módulo de gestão de projetos e obras da COPEL Distribuição; n) de solução possibilitando ao consumidor solicitar serviços via *Whatsapp*, *Telegram* e *Facebook*; o) de solução de arrecadação possibilitando pagamento de fatura por meio de cartões de débito, crédito ou cripto moedas; p) de solução de suporte técnico *mobile* na COPEL Telecom; q) do projeto *Smart Grid* COPEL; r) de solução para atender Resolução n.º 687/2015 - faturamento micro e mini geração; s) de solução de faturamento convencional tarifa branca; t) do Decreto n.º 10.171/2018 - nota fiscal complementar da SEFA; u) do envio de fatura COPEL Distribuição por SMS; v) do sistema de administração de imóveis da COPEL Distribuição; x) do portal de atendimento virtual para unidades contratadas no programa COPEL Com Você (contratação de estabelecimentos comerciais que fazem o atendimento presencial em nome da COPEL, no Paraná).

- Adequações no ERP SAP em atendimento à Lei n.º 13.303/2016, referente ao estatuto jurídico das empresas estatais.
- Atualizações no sistema de automação de subestações, permitindo criação de unifilares, editor de configuração e novas funcionalidades IHM (interface homem máquina).
- Implementação do canal de comunicação com o cliente COPEL Telecom por meio de SMS permitindo reagendamento da instalação via *mobile*.
- Melhorias no processo de ativação de produtos COPEL Fibra.
- Autoenvolvimento das faturas COPEL Telecom.
- Construção do módulo de integração do sistema de operação da Distribuição com o SAP para o controle individual de medidores e do módulo de agendamento de manobras, que permite otimizar as intervenções programadas.
- Emissão de segunda via da fatura pelo eletricista via equipamento *mobile*.
- Integração com o Governo Digital (CELEPAR).
- COPEL *Mobile* (Distribuição): inclusão de débito automático e cadastro de vários CPFs/CNPJs no aplicativo.
- Projeto ANEEL - SIASE.
- Geração de arquivos Luz Fraterna.
- Inclusão registro 1400 na interface SPED.
- Alteração versão NF-e de 3.10 para 4.00.
- LIS *Android* leitura automática *Walkby*.
- Desenvolvimento do sistema *web* de gestão da frota da COPEL Distribuição.

2.11 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais

2.11.1 Sustentabilidade Empresarial e Responsabilidade Social

Reafirmando seu compromisso com a sociedade, a COPEL busca impulsionar o crescimento econômico com responsabilidade social, investindo em iniciativas que visam a conservação e mitigação de impactos ao meio ambiente, promovendo o respeito aos direitos humanos, a conduta ética e transparente e de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade empresarial.

Signatária do Pacto Global desde 2000, tem o compromisso de atuar, com foco na sustentabilidade, e de reportar anualmente por meio de Relatório de Sustentabilidade o avanço das ações dos compromissos assumidos. Como membro fundador do Comitê da Rede Brasileira do Pacto Global, criado em 2003, apoia o movimento na disseminação dos princípios do Pacto Global na promoção de articulações efetivas e consistentes entre governos, empresas e organismos sociais em prol dos desafios sociais, ambientais e econômicos para a sustentabilidade, bem como, na sensibilização de outras empresas no país a engajarem e adotarem a cidadania empresarial como padrão para a gestão de seus negócios.

Os esforços estão voltados na disseminação da Agenda 2030 da ONU, e na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na sua gestão. Sob a égide da Agenda 2030, temas universais devem ser trabalhados internamente na COPEL com a priorização de ações para a geração de energia renovável, universalização/eficiência energética e investimento em inovação tecnológica.

E a COPEL como parte dos compromissos assumidos deve zelar pela transparência na comunicação das realizações e desafios, e pelo diálogo aberto com todos os seus públicos de relacionamento visando aprimoramento, que são publicados anualmente no Relatório de Sustentabilidade. Com isso a COPEL reafirma à sociedade a busca contínua na melhoria do desempenho voltado à sustentabilidade.

A Companhia adota as melhores práticas de mercado para:

- Direcionar e avaliar o desempenho, e comparar as práticas com as referências mundiais e nacionais: Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE), Indicadores Ethos para Modelos de Negócios Sustentáveis e Responsáveis e o *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI).
- Reportar o desempenho empresarial e engajar os públicos - *Global Reporting Initiative* (GRI) modelo *Standards*, Relato Integrado (IIRC), Comunicação de Progresso do Pacto Global, *Carbon Disclosure Project* (CDP) e *Global Greenhouse Gas Protocol* (GHG), Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), consideradas nas informações provenientes das Demonstrações Financeiras e da Comunicação de Progresso em relação aos compromissos assumidos com o Pacto Global. Para

garantir a confiabilidade do conteúdo informado no relatório, foi realizada a asseguuração independente dos *disclosures* materiais e dos princípios de relato pela *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes.

Entre os resultados alcançados destacam-se:

- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - referência no mercado de ações; integra a 13ª Carteira do ISE 2018 da B3. A COPEL utiliza essa plataforma para medir seu desempenho em sustentabilidade empresarial desde a criação do índice em 2005.
- Permanência na carteira do *FTSE 4GOOD Emerging Index* - a série *FTSE4Good* é uma ferramenta para investidores elaborada pela empresa independente de produção de índices *FTSE*, composta pela *The Financial Times* e pela *London Stock Exchange* criada com o intuito de reconhecer as empresas que possuam boas práticas relacionadas a aspectos sociais, ambientais e de governança (ESG na sigla em inglês).
- Reconhecimento como empresa pública mais transparente do Brasil - a Transparência Internacional (TI), organização não-governamental, iniciou em 2017, estudo inédito para a publicação do primeiro relatório da série Transparência em Relatórios Corporativos (TRAC) voltado exclusivamente para organizações com sede no Brasil. Para análise, foram escolhidas as 100 maiores empresas e os 10 maiores bancos brasileiros a partir de um *ranking* Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico, utilizando dados coletados pelos pesquisadores a partir do *site* das empresas e *links* nele embutidos. Segundo o relatório, a COPEL ocupa a 8ª posição do *ranking* geral de empresas brasileiras; obteve índice de 96,0% na avaliação de divulgação do seu programa anticorrupção e 75,0% no quesito transparência organizacional.
- Pacto Global - como signatária desde o ano 2000 do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), a COPEL compromete-se a atuar com foco nos valores como direitos humanos, relações no trabalho, meio ambiente e combate à corrupção em seus negócios fundamentando seu planejamento estratégico nos mesmos princípios do Pacto, cumprindo seu papel empresarial de promover crescimento econômico com sustentabilidade. Em 2018 sediou e coordenou o Centro do Programa Cidades do Pacto Global da ONU para a Região Sul do Brasil em parceria com o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE e com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES). Principais ações realizadas: a) organização dos dados para governança do Programa e realização, em maio, do evento Atingindo os ODS na América Latina - *High Level Regional Forum*, no Museu Oscar Niemeyer, uma parceria do Pacto Global das Nações Unidas com o Programa Cidades e Princípios para Educação Executiva Responsável (PRME), visando evidenciar

boas práticas e cases de sucesso de toda a América Latina; b) projeto Cultivar Energia - submetido à ONU, cede imóveis sob linhas de energia da COPEL em parceria com prefeituras municipais e comunidades para a implantação de hortas comunitárias, foi reconhecido como projeto inovador pelo Programa Cidades do Pacto Global da ONU; c) *Hub Local 2030* - foi sediado no Chapéu Pensador, em setembro, o primeiro *Hub Local* - rede que reúne o sistema ONU, governos locais, empresas e sociedade civil para desenvolver e implementar colaborativamente soluções para o avanço dos ODS; d) atualização da rede de parceiros na categoria Município e Organização *non Business*.

- Prêmio COPEL de Sustentabilidade - Troféu Susie Pontarolli - criado em 2012, sua 4ª edição conta com as categorias: Instituições Sociais e Fornecedores. Na categoria Instituições Sociais os três projetos ganhadores receberão, no início de 2019, um prêmio em dinheiro no valor de R\$ 10,0 mil para o 1º lugar, R\$ 6,0 mil para o 2º lugar e R\$ 4,0 mil para o 3º lugar. Na categoria Fornecedores, os vencedores receberão certificados emitidos pela Companhia.
- Programa de Educação para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (EducaODS) - visa informar aos públicos interno e externo da Companhia, sobre a importância dos ODS, sensibilizando-os sobre o tema, contribuindo assim, para a conscientização e mudança de valores e comportamentos de todos, em relação ao desenvolvimento sustentável, motivando-os para a ação em prol dos ODS. Em 2018 realizou: a) oficinas focadas em solução de problemas de eco eficiência; b) palestras que foram transmitidas via *web*; c) atividade do jogo de quebra-cabeça gigante dos ODS e Caça ao tesouro em Usinas, nos Polos da COPEL do Interior; d) plano de comunicação interno, semanal, sobre os ODS; e) criação de um site sobre os ODS.
- EletriCidadania - programa corporativo de voluntariado, instituído em 2004, visa o incentivo do voluntariado e o desenvolvimento de atitudes de cidadania e responsabilidade social entre os empregados. O programa permite que os empregados utilizem até quatro horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias que levem ao desenvolvimento sustentável da sociedade em todos os aspectos, sejam eles culturais, educacionais ou profissionais. Em 2018, até o mês de junho, 245 empregados registraram participação nas ações de voluntariado, totalizando 573 horas. Conta, até agosto, com 45 instituições cadastradas, por meio de Chamada Pública Permanente, sendo que destas, 21 receberam ações corporativas de voluntariado. Desde o lançamento do Edital, o total de voluntários na COPEL aumentou em quase 80,0% e mais de 16.000 pessoas são diretamente beneficiadas pelas ações da Companhia.

- Promoção da Diversidade - tratada pela Comissão Permanente de Diversidade desde 2015, seus objetivos são sensibilizar e mobilizar o quadro funcional para a promoção da igualdade de direitos, oportunidades e reconhecimento para todos, com atenção a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação baseada em gênero, raça/cor, deficiência, LGBT+, idade e religião. Em 2018, no pilar gênero, foi dado foco à questão do assédio sexual na empresa. Para tanto, foi aplicada uma pesquisa anônima *online* por um período de duas semanas. Com adesão de mais de 30,0% da força de trabalho da COPEL, obteve 2.490 respostas e a partir de então, foram traçadas duas frentes de trabalho iniciais: a) plano educativo orientando sobre o que é assédio sexual, com uma série de vídeos produzida pelo Ministério Público do Trabalho; b) criação de um fluxograma claro de procedimentos administrativos em caso de assédio sexual, traçado em conjunto com o Conselho de Orientação Ética. No pilar raça/cor, houve foco na reescrita de editais de concursos, que passarão a contar com uma banca de avaliação de candidatos que se inscreverem para cotas étnico raciais, dadas as tentativas de fraude somente com a autodeclaração. No pilar idade, foi ofertado um minicurso de *smarthphones* para melhor integração de pessoas com mais de 60 anos por meio da esfera tecnológica, com destaque à comunicação, em parceria com o SESI, aberto à comunidade em todas as regionais da COPEL. E no pilar religiosidade, circulou pelas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Cascavel e Maringá, a palestra Religião, relevância e diversidade: em busca de sentido.
- Programa Corporativo de Acessibilidade - criado em 2007 para fortalecer a cultura de inclusão da Pessoa com Deficiência e Melhorar as condições de acessibilidade a pessoas com deficiência e de mobilidade reduzida. Em 2018, foram assinados os contratos da Concorrência COPEL CLG160001/2016, e encontram-se em andamento as obras de adequação arquitetônica para acessibilidade, de acordo com o cronograma de atendimento à NBR9050. Foi lançado o Curso EAD Conhecendo a Pessoa com Deficiência, que teve 2.800 empregados participantes.
- Programa Cultivar Energia - tem por objetivo implementar hortas comunitárias nos imóveis sob linhas de energia da COPEL, em parceria com prefeituras municipais e comunidades. Por meio da ocupação social de espaços ociosos, pretende-se promover a inclusão, segurança alimentar e geração de renda. Visa proporcionar segurança a comunidade, pois tem o potencial de inibir ocupações irregulares e perigosas sob as linhas de energia. Deu continuidade aos projetos de hortas implantadas em 2013 e 2014, que beneficiam em torno de 150 famílias de comunidades de Maringá. Em 2018, duas novas hortas foram implantadas, concretizando o programa em mais dois municípios, Cascavel e Ponta Grossa. Mais 100 famílias estão sendo beneficiadas, com a expectativa de que esse número ultrapasse 1.000, pela localização em áreas de densidade populacional.

- Capacitação promovida pelas Comissões Internas Socioambientais (CISAs) - com o objetivo de discutir temas ligados aos ODS anualmente as CISAs promovem eventos de capacitação e sensibilização sobre temas como Sustentabilidade Empresarial, Direitos Humanos, Mudanças Climáticas, Ecoeficiência, Eficiência Energética, Gestão de Resíduos e Impactos do Negócio. Até setembro, foram realizados três eventos extensivos aos empregados da Companhia, fornecedores e sua cadeia de suprimentos transmitidos via *web* e dois outros eventos estão programados até o final de 2018.
- Programa Luz Fraterna - mantido em parceria com o Governo do Paraná, em que as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda e com consumo mensal de até 120 kWh tem isenção total da fatura. Até agosto, o total de recursos do Estado com o pagamento do programa foi de R\$ 25,9 milhões, com uma média mensal de 153 mil famílias atendidas.
- Programa Tarifa de Irrigação Noturna e Programa Tarifa Rural Noturna - visa o aumento da produtividade agrícola, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida para o produtor rural, mediante adesão ao desconto de 60,0% a 70,0% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21h30 e 06h00. Para irrigantes, mediante parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), são oferecidos subsídios na construção/reforço de redes. Até outubro, encontravam-se cadastrados 4.467 agricultores na Tarifa de Irrigação Noturna e 12.752 agricultores na Tarifa Rural Noturna.
- Programa de Eficiência Energética (PEE) - desenvolvido anualmente em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e a Lei n.º 9.991/2000, com a aplicação de recursos financeiros em projetos que visam a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica. De janeiro a setembro foram aplicados cerca de R\$ 5,8 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores atendidos pela COPEL Distribuição, sendo entidades sem fins lucrativos, estabelecimentos comerciais, indústrias, entre outros projetos. Dentre as ações, merece destaque a COPEL na Comunidade - Programa de Eficiência Energética, com a realização de 39.000 diagnósticos energéticos em residências de clientes enquadrados na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) com 5.000 refrigeradores eficientes sendo entregues a consumidores identificados com equipamentos antigos em piores condições. Encontram-se em execução 19 projetos de diversos setores (comercial, industrial, entre outros) selecionados por Chamada Pública e em tramitação a assinatura de 39 projetos de diversos setores onde está prevista a aplicação de R\$ 31,0 milhões em eficiência energética.

- Telemedição - a COPEL possui atualmente, telemedição em cerca de 90,0% dos seus clientes atendidos em média e alta tensão. Os dados de faturamento são obtidos automaticamente, sem a necessidade de deslocamento de um leiturista e levam à melhora na qualidade do faturamento, mitigando erros e agregando valor aos demais processos internos da Companhia. O sistema tem capacidade de monitorar o uso da energia elétrica, emitindo alarmes, quando situações anômalas ocorrem, contribuindo para a detecção de defeitos e procedimentos irregulares na medição e, consequentemente, com as perdas comerciais da COPEL DIS.
- Sistema de telemedição *Walk-By* - iniciada em 2017 a implantação de sistema que permite a leitura do medidor a partir da rua, para clientes atendidos em baixa tensão, cujos medidores encontram-se instalados no interior da propriedade, sem acesso livre para o leiturista. Com isso, possibilita-se a leitura correta do consumo de energia, além de evitar faturamentos efetuados pela média de consumo ou pela taxa mínima de disponibilidade. Este sistema está sendo instalado inicialmente na cidade de Curitiba, contemplou até setembro, cerca de 2.700 unidades.
- Programa Iluminando Gerações - tem por objetivo a realização de palestras de caráter informativo e preventivo sobre sustentabilidade, uso consciente e seguro de energia elétrica, utilização de recursos naturais (energia e água) e destinação correta dos resíduos para alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas. Após as palestras os alunos participantes recebem o *kit* contendo: cartilha que aborda cuidados com a energia elétrica e uso dos recursos naturais, lápis com borracha régua e caderno. Adicionalmente às palestras realizadas por empregados da COPEL, as escolas também recebem o Teatro Histórias Eletrizantes, espetáculo didático que conscientiza, de forma lúdica, sobre o uso seguro da energia elétrica na prevenção de acidentes causados por choque elétrico. Em 2018, até o mês de outubro, entre palestras e apresentações do teatro, o programa levou orientações para cerca de 52 mil alunos de todo o Paraná, com projeção de ultrapassar a margem de 80 mil alunos até o final do ano.
- PrevenCão - campanha desenvolvida em conjunto com os Correios, SANEPAR e Cavo com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância dos cuidados com os animais de estimação, para prevenir acidentes. A cada dia, em média, 115 pessoas sofrem acidentes com cães no Paraná, sendo carteiros, leituristas e garis os alvos mais comuns. Foi desenvolvida cartilha com orientações e dicas de como cuidar do animal, além de apresentação da peça teatral PrevenCão nas escolas municipais e eventos.
- Programa + Clic Rural - lançado em 2015, visa à melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica na área rural, com foco nas atividades agropecuárias integradas com processos produtivos sensíveis a interrupções. A previsão de investimento é de R\$ 500,0 milhões para instalação de novos

equipamentos e tecnologias, além de aplicar o conceito de redes inteligentes na área rural do Paraná até 2019, com impacto direto na qualidade do fornecimento de aproximadamente 69.000 consumidores diretos e mais de 600 mil consumidores indiretos. Até 2017 foram investidos R\$ 145,0 milhões e para 2018 está previsto o investimento de R\$ 167,0 milhões em obras nas redes de distribuição e obras de subestações de 34,5/13,8 kV. Até agosto foram realizados R\$ 65,0 milhões do total previsto. Estão em operação nas redes tecnologias de ponta como religadores monofásicos, *self healing* (restabelecimento automático de redes desligadas acidentalmente por meio da automatização de equipamentos automáticos de religamento), cabos protegidos na área rural (evitando contato de galhos e árvores com os cabos), entre as mais relevantes. Destaca-se, em 2018, a entrada em operação de duas subestações pré-fabricadas (tecnologia que reduz o tempo de implantação das estruturas).

- Projeto Mais que Energia - criado em 2014, visa a implantação, expansão e consolidação de projetos e programas de investimentos sociais para a comunidade. O primeiro projeto, com recursos oriundos da linha de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), do BNDES, em um montante de R\$ 750,0 mil, visa apoiar instituições e escolas que atendem pessoas surdas e/ou surdo-cegas nos temas: educação e inclusão social; segurança de ambientes para atendimento a elas; acessibilidade; saúde e qualidade de vida; e treinamento e capacitação de profissionais para atender aos alunos. Duas instituições estão sendo contempladas: Colégio Estadual para Pessoas Surdas Alcindo Fanaya Júnior e a Associação Batista de Ação Social de Curitiba (ABASC), ambas localizadas em Curitiba. Em 2017 foram elaborados por empresa especializada, contratada por meio de processo licitatório, os projetos arquitetônicos e complementares necessários para o atendimento a primeira instituição. Em 2018 foram adquiridos e entregues mobiliários e equipamentos previstos nos projetos apresentados pelas instituições selecionadas e iniciado o processo licitatório para contratação de empresa especializada para a execução de obras de reparos no Colégio Estadual para Pessoas Surdas Alcindo Fanaya Júnior. Para 2019 está previsto a execução dessas obras, encerrando assim o atendimento as duas instituições selecionadas.
- Cobrança de Valores de Terceiros (CVT) - arrecadação de contribuições via fatura de energia, para entidades filantrópicas contratantes junto à COPEL Distribuição. Os valores a serem incluídos devem ter autorização por escrito ou por meio de gravação de voz do titular da unidade consumidora ou seu cônjuge, no valor mínimo de R\$ 1,00 e máximo de R\$ 1.000,00. Até setembro, são 129 instituições filantrópicas cadastradas, com 225.000 doações e arrecadação média mensal de R\$ 2.390,0 milhões.

- Projeto COPEL no Bairro - criado em 2016, suas ações são definidas especificamente a cada bairro, de acordo com as respectivas necessidades e particularidades. Para atender as demandas locais, aproximar-se da comunidade para maior conscientização quanto ao uso eficiente e seguro da energia elétrica, sensibilização quanto ao uso racional dos recursos naturais e facilitar aos moradores o acesso aos serviços comerciais e técnicos da empresa, a COPEL disponibiliza ao público, durante o evento, atendimento comercial, registro de solicitação de serviços e orientação e cadastramento de benefícios tarifários.
- Programa Boa Vizinhaça - instituído em 2017, tem por objetivo ouvir as partes interessadas, estreitar o relacionamento com as comunidades do entorno de suas sedes administrativas, promover o bem-estar social e estruturar ações alinhadas à legislação e ao seu referencial estratégico, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável. Para fins de delimitação de comunidade do entorno considera-se o raio de 2 km dos prédios da COPEL Distribuição. Com a participação voluntária, são desenvolvidas ações educativas e culturais de contraturno social, de geração de renda por meio de construção de hortas e oficinas. O programa, mantido com recursos próprios da COPEL Distribuição, estreita o relacionamento com as comunidades do entorno dos prédios administrativos da COPEL Distribuição; potencializa as ações da COPEL DIS nas comunidades; contribui para o desenvolvimento local sustentável das comunidades; atende às exigências das plataformas de sustentabilidade referentes ao relacionamento com as comunidades do entorno; alinha as intervenções comunitárias com as estratégias de negócio da empresa e estimula os empregados a participarem de ações de voluntariado. Com base no banco de dados, desenvolvido especificamente para o Programa Comunidade Entorno COPEL, foram identificadas instituições de cunho social e educacional com potencial para a realização de ações previstas no programa. Em Ponta Grossa (Centro de Artes e Esportes Unificados e Acap Geny Ribas) e Cascavel (Escola Estadual Presidente Costa e Silva) foram desenvolvidas atividades no contraturno tais como: aulas de informática básica, matemática, reforço escolar, oficinas de artesanato, auxílio nas atividades culturais, criação e manutenção de hortas orgânicas. O Programa encontra-se em fase de implantação em Londrina, Maringá e Curitiba.
- Comunidades indígenas - para garantir o acesso à energia, a COPEL desenvolveu nas comunidades indígenas localizadas em unidades de conservação ambiental ou outras áreas onde não é viável implantar a rede de distribuição de energia, projetos que abrangem novas ligações de energia, promoção do uso eficiente da eletricidade e instalação de painéis fotovoltaicos. Em 2018, 713 unidades consumidoras de indígenas estiveram inscritas na Tarifa Social de Energia Elétrica - Baixa Renda e não houve casos de violação de direitos de povos indígenas.

2.11.2 Gestão Socioambiental

- Comitê Técnico de Gerenciamento de Bifenilas Policloradas (PCB) - como signatário da Convenção de Estocolmo, o Brasil enviou esforços para reduzir a presença de poluentes orgânicos perigosos (POP) entre os quais está o PCB. Devido a sua relevância para o setor elétrico, institucionalmente a Companhia tem acompanhado as tramitações a respeito do tema, quer seja pelo Projeto de Lei e quanto a atualização da Norma Brasileira (ABNT) a respeito do gerenciamento do PCB. O Projeto de Lei foi aprovado nas Comissões da Câmara e deverá seguir para votação do Congresso Nacional em 2019. A atualização da Norma Brasileira (ABNT) foi encaminhada para consulta pública. Em 2014, a COPEL habilitou-se para ser uma das três empresas do setor elétrico brasileiro a realizar Projetos Demonstrativos de Gestão de PCB, no âmbito do Projeto PNUD BRA/08/G32, executado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). As atividades, em cada empresa iniciaram em outubro de 2015 e foram oficialmente encerradas em evento promovido pelo MMA em 31/07/2018, em que foram apresentados os resultados das 962 análises realizadas nas três companhias. A COPEL foi escolhida pelo MMA para a realização de 370 análises adicionais, por meio de aditivo contratual do Consórcio contratado pelo PNUD. O projeto é um marco de excelência na implantação de políticas públicas, de maneira cooperada, ao possibilitar testar na prática a metodologia para a realização do inventário, primeiro passo para a definição de Plano Nacional PCB.
- Programa de Gestão Corporativa de Resíduos - objetiva implantar, padronizar e sistematizar as melhores práticas de gestão de resíduos na Companhia e suas ações estão centradas na criação e revisão de normas e manuais; na conscientização de colaboradores; na melhoria de processos internos e na compilação de informações. Em 2018 foram realizados desenvolvimentos de TI para dar maior visibilidade aos dados de geração e destinação de resíduos, treinamentos aos funcionários, investimentos em melhorias de infraestrutura para armazenamento de resíduos, manutenção das normativas internas para melhor gestão dos resíduos e mantidas as ações de encaminhamento para reuso ou reciclagem dos resíduos industriais. A COPEL tem representação no Fórum Lixo e Cidadania do Paraná; e mantém aberta a Chamada Pública Permanente COPEL DMC 001/2013 para o cadastramento de Associações e Cooperativas de Catadores de materiais recicláveis, em atendimento ao Decreto Estadual n.º 8.426/2017, que substituiu o n.º 4.167/2009 mantendo o mesmo teor. Essa chamada pública e outras ações internas e externas de sensibilização contribuem para a Coleta Seletiva Solidária na COPEL, que atualmente beneficia mais de 300 famílias de catadores de materiais recicláveis em todo o Paraná. Em maio,

foi realizado o evento Respeito, Trabalho e Cidadania, que contou com a participação de 45 catadoras representantes das principais associações e cooperativas de reciclagem de Curitiba, com enfoque no empoderamento feminino e trouxe à pauta temas como saúde da mulher e violência doméstica, entre outros. Além de palestras foi oferecida uma variedade de exames médicos por meio do Programa Cuide-se Mais do Serviço Social da Indústria (SESI), além de um bazar de roupas em boas condições.

- Programa Ecoeficiência - instituído em 2014, tem como objetivo integrar as iniciativas existentes na COPEL relacionadas à redução e otimização do uso de recursos naturais, fortalecendo e potencializando-as, além de propor novas iniciativas com mesmo propósito. A principal premissa de atuação é a integração e o engajamento dos colaboradores por meio de ações contínuas de comunicação e sensibilização, incentivando a replicação de boas práticas de gestão e redução no consumo de recursos. As ações deste programa estão concentradas nos temas energia, água, papel, mobilidade e combustível, educação e comunicação. Em 2017, foi determinado o uso de etanol nos carros *flex* da frota da Companhia e os resultados apresentados no Inventário 2018 refletiram na redução de emissões de gases de efeito estufa. Em 2018, foi iniciada uma campanha para redução de plástico de uso único, como copos para água e café. Visando incentivar meios de transporte mais sustentáveis, o Programa Ecoeficiência realiza eventos ciclísticos em datas específicas e coloca à disposição dos empregados duas bicicletas elétricas, que podem ser emprestadas para uso a trabalho ou particular.
- Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas - tem por objetivo definir o posicionamento da COPEL frente ao tema, identificar oportunidades e riscos relacionados aos negócios da Companhia e fomentar a inovação em tecnologias e processos para incentivar a redução de emissões de gases de efeito estufa. Em 2018, foram realizadas: a) aprovação da norma interna que regulamenta as ações da COPEL em relação a Mudança do Clima, desdobrando o tema em vários processos; b) revisão e definição, até o final de 2018, das metas e compromissos para os próximos quatro anos, que contribuirão para reduzir as emissões de GEE e irão preparar a companhia para enfrentar à mudança do clima; c) avanços na Gestão das Emissões de gases do efeito estufa (GEE), por meio do uso preferencial do etanol pela frota de veículos da empresa; d) inventário de GEE, publicado no registro público de emissões do Estado, recebendo a premiação do Selo Clima Paraná, na categoria Ouro; d) estudo da quantificação de sequestro de carbono em áreas verdes da companhia; e) discussões nas esferas estadual e federal referente a possibilidade de precificação de carbono no Brasil; f) realização de pesquisas e estudos de modelos de negócios que contribuirão para a redução de emissões

no setor elétrico, como o estudo em geração de energia a partir de termelétricas movidas com biomassa, de uso de painéis solares e de gerenciamento inteligente de energia; g) investimento na construção de eletropostos integrados à construção da eletrovia que cruza a BR-277 ligando Paranaguá a Foz do Iguaçu; h) estudo da possibilidade de investir em comercialização de títulos verdes de energia. Com o intuito de se antecipar na tomada de decisões para mitigar os efeitos oriundos da mudança do clima, foi concluído o piloto para análise de risco de vulnerabilidade de seus negócios, em duas áreas de atuação e está sendo estudada a implementação de um sistema de gerenciamento de riscos voltado a mudança do clima.

- Regularização de uso de Terra Indígena para produção e transmissão de energia: a) TAC Indígena Apucarantina 2002 - Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 20/12/2002 (TAC APC 2002) entre COPEL Geração e Transmissão S.A (COPEL GeT), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Ministério Público Federal (MPF) que estabeleceu o pagamento de uma compensação financeira e regularizou o uso da área indígena para fins de geração de energia elétrica – como o consumo de energia da comunidade, desde 2014, vem ultrapassando os valores previstos para compensação, os valores excedentes vem sendo quitados pela COPEL GeT e vêm sendo tratadas junto ao MPF, soluções para a questão. A COPEL GeT propôs algumas contrapartidas à comunidade indígena do Apucarantina com o objetivo de readequar o faturamento decorrente do consumo de energia elétrica em patamares adequados e viabilizar a celebração de aditivo ao TAC, de modo a excluir a atribuição da COPEL GET de pagar as faturas de energia, repassando-as aos titulares das unidades consumidoras. Em 2018, por meio de consultas prévias, livres e informadas, obedecendo os termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário (1989); b) TAC Indígena Apucarantina 2006 - em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 01/12/2006 entre COPEL GeT, FUNAI e Ministério Público Federal, a COPEL GeT faz a gestão, em conjunto com os indígenas, de um fundo oriundo de indenização paga pela COPEL à Comunidade Indígena em razão dos impactos causados pela instalação e funcionamento da Usina de Apucarantina; encontra-se em revisão a exequibilidade dos 39 projetos do Programa aplicados à Comunidade Indígena, no sentido de avaliar medidas para proporcionar maior perenidade ao fundo; c) Comunidade Indígena Barão de Antonina - pagamento da compensação financeira anual à Comunidade Indígena Barão de Antonina, de acordo com os valores estipulados no Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 2006 com os indígenas, a FUNAI e Ministério Público Federal, em razão da instalação e operação da LT 230 kV Figueira-Apucarana. A partir de 2017 a

COPEL iniciou o fornecimento de insumos para a construção de cercas visando o isolamento e recuperação das Áreas de Preservação Permanente, conforme o Projeto de Recuperação Ambiental da Terra Indígena Barão de Antonina, elaborado em atendimento a outro Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 2009 em decorrência do mesmo empreendimento.

- Regularização do Patrimônio Cultural: TAC de Arqueologia da UHE Mauá e 1º Termo Aditivo - em 2018, avançaram as tratativas com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-PR), a fim de firmar novo termo aditivo ao TAC, repactuando prazos e escopo dos programas previstos no Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 2012 com o MPF, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e IPHAN, para mitigar e compensar os impactos causados sobre sítios arqueológicos na área diretamente afetada da UHE Mauá.
- Programas Linha Livre e Borda Livre - destinam-se a intervir junto aos atingidos em áreas de ocupações irregulares localizadas sob as linhas de transmissão e em bordas de reservatórios dos empreendimentos da COPEL GeT. Ao longo de 2018 os seguintes empreendimentos foram atendidos pelo programa Linha Livre: LT 230 kV Ponta Grossa Sul - Ponta Grossa Norte; LT 230 kV UHE GPS - Pilarzinho, LT 230 kV Santa Mônica - Pilarzinho; LT 230 kV Barigui - Santa Quitéria; LT 230 kV Santa Quitéria - Campo Comprido; LT 230 kV Uberaba - Santa Quitéria; LT 230 kV Umbará - Uberaba; LT 230 kV Contorno Norte - Pilarzinho. Com relação ao programa Borda Livre, as ações de 2018 ocorreram principalmente na UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto.
- PBA da LT Araraquara-Taubaté (SP) - obra prioritária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e fundamental para escoar a energia proveniente das usinas do Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), no Estado de Rondônia para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Este empreendimento projeta-se sobre 28 municípios de São Paulo. O PBA elaborado para subsidiar a solicitação da Licença de Instalação foi composto por nove programas e 11 subprogramas socioambientais e sua Licença de Operação foi emitida em maio de 2018.
- Gestão Socioambiental de Reservatórios - foram mantidas as atividades previstas no Programa, que visa promover ações de inspeções para o levantamento de ocorrências ambientais e fundiárias nos reservatórios. Em 2018, o programa contou com a inovação tecnológica pelo uso do aplicativo *Collector for ArcGIS* que permite coletar e categorizar informações em campo. As ocorrências registradas ficam armazenadas e são gerenciadas pelo Sistema de Informações Geográficas SSA - Ocorrências, que permite o acompanhamento periódico e registro das ações adotadas até plena conclusão das ocorrências registradas.
- Programa Florestas Ciliares - tem como objetivo a implantação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) nos ambientes naturais no entorno dos reservatórios das usinas, por meio de plantios florestais, em atendimento ao novo Código Florestal (Lei n.º 12.651/2012). Foi dada continuidade ao monitoramento das

APPs e estão sendo validadas em campo as informações cartográficas obtidas em 2017 e planejadas as ações a serem executadas buscando a implantação das APPs nos reservatórios da COPEL GeT.

- Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna - atende a condicionantes ambientais, que visam observar mudanças na fauna de peixes dos reservatórios e possíveis influências da operação das usinas nestas comunidades. Em 2018, teve continuidade o monitoramento da fauna de peixes, com análise de mais de 100 espécies distribuídas nos diferentes reservatórios, e o repovoamento, com 133.000 indivíduos liberados.
- Ações de Patrimônio Cultural - Memória, Guarda e Educação: o Museu Regional do Iguaçu, até a primeira quinzena de outubro registrou 7.620 visitantes nas modalidades de agendamento e visita espontânea, sendo que na modalidade agendamento atendeu 60 Instituições de formação como escolas, colégios, Ensino Técnico, Ensino Superior e de Pesquisa e de Entidades da Sociedade Civil Organizada; realizou ações de Museu Itinerante; bem como ações de campo devido à projetos de educação patrimonial, histórico-cultural, preservação, conservação e recuperação ambiental, além de projetos de renovação e/ou expansão de ativos de Geração e Transmissão. O acervo arqueológico catalogado por ocasião da construção e operação da UHE Mauá, está sob a guarda temporária do Museu Regional do Iguaçu, e em processo de conferência, para posterior remanejamento ao Museu da região da UHE Mauá, que se encontra em planejamento.
- Hortos Florestais - situados nas Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador Ney Aminthas de Barros Braga e Governador José Richa, para atender aos plantios do Programa Florestas Ciliares, do Programa de Arborização Urbana e o fornecimento de mudas para atendimento de condicionantes ambientais em razão de diversos empreendimentos e ações da COPEL. Em 2018, foram produzidas 121.560 mudas de espécies nativas, 3.355 mudas para arborização urbana, além de mudas de espécies exóticas de sete diferentes espécies.
- Licenciamento Ambiental - em 2018, foram protocoladas 76 solicitações de licenças ambientais para empreendimentos em implantação e operação (renovação e regularização); foram emitidas 45 licenças e permanecem em análise nos órgãos ambientais 69 processos de licenciamento, incluindo solicitações protocoladas em anos anteriores.
- Regularização do Licenciamento Ambiental - com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão de Alta Tensão (LDATs) e Subestações (SEs) que iniciaram sua operação antes de fevereiro de 1986, a COPEL firmou com o IAP um Termo de Ajustamento de Conduta. Dos 188 empreendimentos que foram objeto do TAC, 155 encontram-se atualmente em operação e 33 foram desativados. Até junho de 2018, foram emitidas 117

Licenças de Operação - LOs (68 LDATs e 49 SEs), o que equivale a 75,0% dos protocolos de TAC referentes aos empreendimentos em atividade.

- Estudos Ambientais - o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para a fase de Licenciamento Prévio têm por objetivo: diagnosticar a situação local quanto aos meios físico, biótico e socioeconômico; identificar e avaliar os potenciais impactos socioambientais positivos e negativos das etapas de planejamento, construção e operação de um empreendimento; propor medidas para minimizar eventuais impactos negativos e potencializar os positivos. Na fase de licenciamento de instalação e obtenção de autorização para supressão de vegetação, novos estudos são desenvolvidos, como o Inventário Florestal (IF) e Projeto Básico Ambiental (PBA) ou Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais (RDPA). Estes últimos objetivam detalhar os programas, as medidas preventivas, mitigadoras e reparadoras apresentadas nos estudos ambientais iniciais e atender aos requisitos estabelecidos pelo órgão ambiental. Em 2018, foram elaborados 26 estudos ambientais (em suas diferentes fases de licenciamento) para 17 Subestações, cinco Linhas de Distribuição de Alta Tensão e duas Estações de Chave.
- Programa Florestas Urbanas - incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da COPEL, por meio de ações junto às prefeituras, visando a convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. Uma de suas principais ações é o fornecimento de mudas em tamanho padrão para plantio em calçadas para os municípios interessados e encontra-se em trâmite processos para doação de 7.600 mudas para 29 municípios. A COPEL participa do Comitê de Trabalho Interinstitucional para avaliação dos Planos Municipais de Arborização Urbana, coordenado pelo Ministério Público do Paraná.

2.12 Administração

2.12.1 Gestão de Pessoas

Dentre as atividades realizadas no âmbito de Gestão de Pessoas, merece destaque o trabalho realizado pela Universidade COPEL (UniCOPEL), que tem por objetivo definir políticas e diretrizes de educação corporativa visando à melhor execução das estratégias corporativas, bem como atuar no desenvolvimento de programas educacionais para a liderança com base nos direcionamentos estratégicos da Companhia. Seu desafio estratégico é ser referência no desenvolvimento de pessoas, agregando valor aos negócios corporativos. Outras atividades de capacitação realizadas:

- Programa de Integridade - alinhada às diretrizes de *compliance* vigentes no país, a Companhia realizou treinamentos voltados à Alta Administração (diretores, diretores-presidentes e conselheiros) e disponibilizou treinamento EAD sobre a Lei e o Decreto Anticorrupção.
- Programa Liderança Transformadora - iniciado em 2016, seguindo o modelo do Pipeline da Liderança, está alinhado com os princípios do PRME, ação do Pacto Global das Nações Unidas, com foco no desenvolvimento de lideranças responsáveis, capacitou 100,0% do quadro gerencial.
- 3º Encontro de Líderes - a UNICOPEL realizou o terceiro encontro de líderes da Companhia, reportando os avanços desde o último encontro em 2017, atualizando informações financeiras e de negócios, apontando os desafios mais prementes e reforçando premissas como rigorosidade no cumprimento de cronograma de obras, austeridade, inovação e crescimento.
- *Workshops* Gerenciais - ainda em 2018 a UNICOPEL disponibilizará aos gerentes da companhia dezenas de *workshops* concebidos para o desenvolvimento de habilidades fundamentais à uma atuação gerencial inovadora e moderna.

2.12.2 Logística de Suprimento e Serviços

- Adequações Sistema ERP/SAP e documentos normativos - Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em Atendimento à Lei Federal n.º 13.303/2016 - elaborados e revisados os documentos normativos, relacionados aos processos de contratações e aquisições, bem como as adequações realizadas nos módulos licitação e contrato no sistema ERP/SAP, devido a implantação em junho de 2018 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em Atendimento à Lei Federal n.º 13.303/2016.
- Implantação de *pool* de contínuos - criado o *Pool* de Contínuos, que atende as diversas áreas da COPEL em Curitiba, coordenado pelo Núcleo de Administração de Condomínio (DGE/CLG/CLSE), destacando-se a economia gerada com a prestação destes serviços. O quadro de contínuos teve uma redução de 43,0%. Com esta ação, a COPEL obteve uma economia anual de R\$ 929,2 mil.
- Adequação das edificações da COPEL à acessibilidade - iniciadas as adequações à acessibilidade, em atendimento à Norma Técnica de Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos (NBR 9050:2015), de todos os imóveis da COPEL, com o contrato firmado em maio de 2018. As adequações, contemplando os cinco lotes licitados para as regionais no Paraná, somam o valor total de R\$ 15,03 milhões.

2.12.3 Desenvolvimento Organizacional e Processos

Escritório de Processos

- Campanha de comunicação de processos - a Cultura de Processos foi iniciada em março de 2018 e tem por objetivo disseminar a todos os empregados da COPEL conceitos básicos de processos e os benefícios da sua gestão, bem como o histórico da COPEL em relação ao tema, contemplando metodologias desenvolvidas ao longo do tempo.
- Portal de Gestão de Processos de Negócio - o portal foi implantado em dezembro de 2017 visando os seguintes benefícios: a) a facilidade de acesso às informações que antes encontravam-se distribuídas nos diversos sistemas, arquivos e bases de dados institucionais; b) *links* de acesso rápido aos aplicativos SORRISO e Portal BPMS; c) integração com o COPEL Informações, permitindo a comunicação entre os empregados, bem como a colaboração e o compartilhamento de informações importantes relacionadas a gestão de processos; d) disponibilização de informações de mercado, por meio de publicações de artigos externos relacionados ao assunto, proporcionando ganho de conhecimento e aprendizado organizacional, disseminando assim, uma cultura de processos.
- Comunidades Gestão de Processos de Negócio e Auditores Internos da ISO no CI - comunidades criadas na rede social da COPEL-CI, com *link* para o Portal de Gestão de Processos de Negócio, com o objetivo de construir uma rede de relacionamento com os empregados da COPEL, permitindo a comunicação e o compartilhamento de informações referentes a processos.
- Fórum de Gestão de Processos de Negócio - evento realizado trimestralmente que tem por objetivo estabelecer parceria com os profissionais de processos da COPEL, bem como disseminar as melhores práticas relacionadas, visando disseminar a cultura de processos e melhorar o desempenho dos negócios da COPEL.
- Gestão do Dia a Dia nos Processos - metodologia para avaliar o desempenho, identificar problemas, ideias de melhoria e oportunidades, tomar decisões, implementar soluções e padronizar as rotinas de trabalho com o objetivo de otimizar e estabilizar resultados, ao mesmo tempo que as tarefas rotineiras são executadas.
- Treinamentos de Gestão de Processos - voltados as metodologias de qualidade ISO 9001:2015; ferramentas da qualidade; mapeamento de processos; projeto de melhoria e inovação de processos e a gestão do dia a dia (*workshops*, *mentorings*, treinamentos em local de trabalho).
- Cadeia de Valor por Negócios - abertura da Cadeia de Valor Corporativa para cada negócio da COPEL: COPEL Distribuição, COPEL Geração, COPEL Transmissão, COPEL Telecomunicações e COPEL Comercialização.
- Parecer ISO - eventos que buscam a sinergia com os escopos de processos com gestão ISO para *benchmarking*, entendimento e aplicação dos requisitos das normas de sistemas de gestão.

2.12.4 Desenvolvimento Organizacional

- Inclusão de metodologia de avaliação de efetividade nas reestruturações organizacionais - pesquisa integrada com gerentes, empregados e clientes das áreas reestruturadas após um ano de sua implantação, com o objetivo de mensurar os ganhos efetivos provenientes das reestruturações organizacionais, comparativamente à estrutura anterior.
- Inclusão de metodologia de gestão da mudança em reestruturações organizacionais - definição das ações de integração e comunicação dos agentes envolvidos no processo de reestruturação organizacional, identificando os colaboradores diretos e agentes indiretamente afetados: clientes internos, clientes externos e demais *stakeholders*. (HCMBOK, 2016)
- Novo Sistema de Níveis de Competência - delegação de Competências e Novo Sistema de Norma Organizacional da COPEL (NOC) - a motivação para o desenvolvimento de novos sistemas para gestão das delegações de competências e de normas organizacionais, foi o ganho em tempo de execução das atividades, na apresentação do novo *layout*, bem como na confiabilidade das informações arquivadas e prestadas ao cliente interno.
- Em andamento novo Sistema de Documentos Normativos - devido ao resultado apresentado nos sistemas acima descritos, optou-se em implantar, também, as melhorias para os documentos normativos, auxiliando inclusive nos trabalhos da auditoria interna.

2.13 Resultados Econômico-financeiros

De janeiro a junho de 2018, a receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 10.852,9 milhões, montante 8,7% superior ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 1.912,0 milhões, com variação positiva de 7,9%, representando um aumento de R\$ 140,4 milhões. Entre janeiro e junho, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 1.601,1 milhões, montante 6,6% inferior ao apresentado no mesmo período do ano anterior (R\$ 1.713,3 milhões).

O lucro líquido da COPEL totalizou R\$ 692,2 milhões nos seis primeiros meses de 2018, montante 21,8% superior aos R\$ 568,3 milhões apurados no primeiro semestre de 2017. O programa de investimentos realizado nos primeiros seis meses de 2018, considerando suas subsidiárias integrais e as SPEs, foi de R\$ 1.272,2 milhões, dos quais R\$ 862,2 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia, R\$ 244,8 milhões em obras de distribuição e R\$ 129,0 milhões em telecomunicações. Dos R\$ 862,2 milhões investidos no segmento de geração e transmissão, R\$ 88,3 milhões foram na UHE Colíder, R\$ 31,0 milhões na UHE de Baixo Iguaçu, R\$ 250,7 milhões na modernização de usinas e nas linhas de transmissão que estão em construção no Paraná e outros Estados e R\$ 492,2 milhões em parques eólicos localizados no Rio Grande do Norte. O programa total previsto para 2018 é de R\$ 2.878,6 milhões.

Quanto ao desempenho das ações da COPEL, de janeiro a junho de 2018, as ações ordinárias nominativas (ON) e as ações preferenciais nominativas classe B (PNB) estiveram presentes em 100,0% dos pregões da B3. As ações ON encerraram o período cotadas a R\$ 19,21 e as ações PNB a R\$ 21,92, com variações negativas de 10,2% e 12,1%, respectivamente.

As ações PNB negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) estiveram presentes em 100,0% dos pregões e registraram desvalorização de 26,9% no período, cotadas a US\$ 5,58. A Companhia também lista suas ações PNB na Europa, via Mercado de Valores Latino-Americano em Euros (Latibex), vinculado à Bolsa de Valores de Madri. Nesse mercado, as ações da COPEL estiveram presentes em 35,0% dos pregões, e registraram variação negativa de 24,0%, fechando o período em € 4,78.

2.14 Reconhecimentos

Em 2018, a COPEL recebeu os seguintes reconhecimentos:

- A COPEL GeT foi premiada em junho, em São Paulo, durante o 16º *Benchmarking* Brasil, com o projeto de fomento à agricultura familiar desenvolvido pela COPEL GeT na região da Usina Colíder, que passou a integrar o *ranking* 2018 das 15 Melhores Práticas Socioambientais do país. O Programa *Benchmarking* Brasil consolidou-se como um dos mais respeitados Selos de Sustentabilidade do país que reconhece, certifica e compartilha as melhores práticas socioambientais das instituições brasileiras.
- Certificado de 10 anos recebido pela COPEL, em agosto de 2018, pelo pioneirismo em divulgar publicamente seus inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE) desde a fundação do Programa Brasileiro GHG Protocol, em 2008.
- Certificada, pela 4ª vez consecutiva, com o Selo Ouro Clima Paraná, concedido pelo Registro Público de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Governo Estadual. Criado pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos em 2016, o selo certifica as ações de empresas paranaenses no campo das mudanças climáticas.
- Prêmio Viva Voluntariado - Edição 2018 - recebido em agosto de 2018, no Palácio do Planalto, em Brasília, na categoria Voluntariado no Setor Público. Este prêmio é promovido pelo governo federal para reconhecer a atuação de cidadãos e entidades responsáveis por atividades voluntárias.
- Reconhecimento do Programa Cidades do Pacto Global da ONU - em agosto de 2018 o Programa Cidades considerou inovador o Projeto Cultivar Energia, que viabiliza a implantação de hortas comunitárias em imóveis localizados nas faixas de segurança das linhas de energia. Este programa é realizado em parceria com Prefeituras Municipais e Comunidades.

- Reconhecimento da ONU no evento *High Level Political Forum*, realizado em julho de 2018, em *New York*, onde Paraná atendeu a orientação da ONU e pela primeira vez no mundo reuniu as três iniciativas irmãs Pacto Global, Programa Cidades e PRME buscando o atingimento da Agenda 2030.
- Reconhecimento da ONU ao Estado do Paraná e a COPEL com a instalação do primeiro *HUB* Local 2030 do Brasil, com sede no Chapéu do Pensador. O *HUB* será coordenado pelo Governo do Estado e reunirá uma rede de parceiros com objetivo de avançar na Agenda 2030, inclusive com o recebimento de recursos.
- Em 2018, a COPEL Distribuição foi eleita na categoria Qualidade da Gestão como melhor distribuidora do Brasil, dado esse divulgado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE). Conquistou também o reconhecimento como melhor empresa do SUL nessa mesma premiação.
- Teve no âmbito do voluntariado, o reconhecimento do prêmio Viva Voluntário 2018, por meio do programa Eletricidadania, que permite aos empregados destinarem até quatro horas de trabalho mensal a ações voluntárias.

A COPEL Telecom melhorou seus processos e buscou excelência na sua gestão e melhoria no relacionamento com seus clientes. Durante 2018 foi assim reconhecida:

- A *internet* da COPEL Telecom permanece como a mais rápida entre os 10 maiores provedores do país - e a mais veloz do Paraná, entre empresas de todos os portes. O levantamento é resultado de 18 milhões de testes feitos pelos usuários e divulgado a cada três meses. Desde novembro, a COPEL Telecom aparece no topo da lista dos provedores nacionais.
- Aplicativo *Easy APR* - criado para agilizar a análise de risco nos trabalhos em campo, foi desenvolvido por uma equipe da STI, da COPEL Telecom e premiado na categoria Desenvolvedores de *Apps* e Conteúdo do Anuário Telesíntese.
- Melhor operadora do Paraná de acordo com usuários de *internet* - ficou em primeiro lugar na categoria banda larga fixa em pesquisa que apontou as melhores operadoras de telecomunicações no Brasil de acordo com a percepção dos consumidores. O resultado foi divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- Anuário Telesíntese - categoria Inovação - COPEL Telecom ganhou pelo desenvolvimento do aplicativo *Easy APR* criado na COPEL para avaliar riscos de execução de certas tarefas pelos técnicos da companhia e evitar acidentes.
- Anuário Telecom - Empresa do Ano do Anuário Telecom 2018 e destaque em Serviços de *Hosting* e Servidores ou Data Center. O prêmio foi entregue em outubro.

Companhia de Saneamento do Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

3 Companhia de Saneamento do Paraná

A Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) é uma empresa de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, titular direto de 20,0% do total das ações, sendo 60,1% das ações ordinárias. Além disso, o Estado obtém indiretamente ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Companhia, por meio da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e da Copel Comercialização.

A SANEPAR atua com sistemas de abastecimento de água em 345 municípios do Paraná, além de Porto União, em Santa Catarina. São aproximadamente 3,89 milhões de unidades consumidoras, o que corresponde ao índice de cobertura com abastecimento de água tratada de 100% dos domicílios urbanos, nas áreas em que atua.

A SANEPAR presta serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário em 188 municípios do Paraná, atendendo aproximadamente 2,82 milhões de unidades consumidoras. O índice de disponibilidade do serviço supera 71,0% de domicílios urbanos das áreas que atua.

Na gestão dos resíduos sólidos urbanos, a Companhia opera os aterros sanitários de Apucarana, Cornélio Procopio e Cianorte, sendo que este último atende também as cidades de São Tomé, Terra Boa, Guaporema e Indianópolis.

Opera um complexo composto por 166 Estações de Tratamento de Água (ETAs), 1.172 poços, 229 Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), três aterros sanitários e quatro barragens, com ramificações em todo o Estado. Possui uma força de trabalho de mais de 7.000 empregados qualificados e comprometidos com o saneamento ambiental, além de diversos colaboradores.

A Companhia está desenvolvendo o segmento de biogás, por meio da CS Bioenergia S.A., joint venture com a Cattalini Bioenergia Operação S.A., possuindo 40,0% de participação. Em 2018, a CS Bioenergia encontra-se 100% em operação, recebendo o lodo da SANEPAR e os resíduos sólidos de grandes geradores, entre eles as Centrais de Abastecimento do Paraná (CEASA). Em março, passou a gerar energia e, em julho, recebeu autorização da COPEL para colocar a energia produzida na rede pública. As atividades da CS Bioenergia atendem à Política Nacional de Resíduos Sólidos, atuando nos eixos de não geração/redução, reutilização, tratamento e disposição de resíduos.

A SANEPAR preza pela equidade na tomada das decisões estratégicas e tem como prática constante a identificação e mitigação de eventuais ameaças aos negócios.

Pelas boas práticas na área da Governança Corporativa recebeu, em outubro, pela quinta vez, o Troféu Transparência, uma iniciativa da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e SERASA Experian.

A SANEPAR permaneceu no grupo de Melhores e Maiores da Revista Exame que pontua as 1.000 maiores empresas do Brasil, passando da 162ª posição para a 145ª. No setor de Água e Saneamento está em 2º lugar no País e, no *ranking* geral da Região Sul, está em 20º lugar entre as 50 maiores.

Em setembro, recebeu o prêmio Estadão Empresas Mais, como uma das três empresas que se destacaram na Região Sul do País, entre 3,6 mil companhias brasileiras avaliadas, na categoria Utilidade e Serviços Públicos. Organizado pelo Grupo Estado, celebra as companhias de melhor resultado e impacto positivo na economia em 23 setores. A receita líquida do ano anterior é a base de classificação do prêmio, além de indicadores como ativos totais, lucros ou prejuízos operacionais, EBTDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), margem de lucro, retorno sobre o capital e outros que atestam a saúde financeira das corporações brasileiras.

No Prêmio Valor Inovação Brasil 2018, a SANEPAR se destacou em quinto lugar no Top 5 do setor Serviços, entre os 21 segmentos avaliados.

Em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), alinhada ao objetivo estratégico principal de garantir a sustentabilidade econômica, financeira e socioambiental, a Companhia aderiu, em 2017, ao Programa Nós Podemos, do Governo Federal, e assinou o Pacto Global, em 2018. Promoveu também a criação de Espaços ODS em todas as sedes e nos Centro de Educação Socioambiental, além de um curso em Educação a Distância (EAD) para os empregados sobre o tema e as iniciativas da Companhia que se enquadram nos dezessete objetivos.

Desde 2016, a SANEPAR divulga em seu Relatório de Administração e Sustentabilidade, os indicadores de pessoal categorizados por gênero, seguindo as recomendações do Global Report Initiative (GRI), deixando claro o compromisso com a equidade de gênero. Em 2018, será lançado o EAD sobre o tema, com material completo que se constitui em um instrumento pedagógico para a disseminação da cultura da igualdade na empresa, que vem ganhando força desde a adesão da Companhia aos Princípios de Empoderamento da Mulher da ONU, em 2017.

3.1 Governança Corporativa

Estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que entre as empresas públicas com ações negociadas na B3, a SANEPAR se encontra entre as três mais adequadas à Lei n.º 13.303 de 2016, Lei das Estatais, com relação aos seus cinco pilares principais: normas gerais, função social, transparência, Conselho de Administração e controle de risco, tendo sido a primeira companhia de saneamento a iniciar o trabalho de adaptação.

De acordo com outro levantamento, publicado no jornal Valor Econômico, em junho, de um universo de 145 companhias ligadas aos estados, apenas 6,9% cumpriam as exigências.

3.2 Mercado e Investimentos

A SANEPAR fornece água tratada de qualidade para 100,0% da população urbana, nos municípios em que atua. Em relação à coleta de esgoto, o índice de atendimento atual, é de 71,0% e todo o esgoto coletado é 100,0% tratado.

Para manter a qualidade na prestação dos serviços, foram realizados investimentos para aprimorar e ampliar os sistemas de produção e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos, protegendo os recursos hídricos para atender à crescente demanda por serviços de água e esgoto nos municípios em que atua. No primeiro semestre de 2018, foram investidos R\$ 446,0 milhões em obras em todo o Estado, resultando, até agosto, no incremento de 32.919 novas ligações de água, 56.643 ligações de esgoto e nas atividades em resíduos sólidos.

3.3 Concessões

A SANEPAR oferece serviços de distribuição de água, coleta, tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos por meio de contratos de concessão e de programa aos municípios. De um total de 346 sedes municipais operadas pela Companhia, aproximadamente 6,0% encontram-se em processo de renovação contratual, por estarem vencidos, vencendo ou se adequando ao Marco Regulatório do Saneamento a Lei Federal n.º 11.445/2007.

Até o segundo trimestre foram formalizados 167 Contratos de Programa nos moldes da Lei Federal n.º 11.445/2007, com destaque para as assinaturas de Contrato de Programa por 30 anos com os municípios de Curitiba, Colombo, Campo Largo e Piraquara.

3.4 Fontes de Financiamento

As fontes dos recursos investidos até junho totalizam R\$ 446,0 milhões, sendo R\$ 51,8 milhões da Caixa Econômica Federal, R\$ 44,2 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) PAC 1 e PAC2, R\$ 282,9 milhões de recursos próprios e R\$ 67,1 milhões em outros investimentos (doações de redes, custos financeiros e serviços internos).

3.5 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

- PAC fase 2 - 82 empreendimentos no total de R\$ 1,4 bilhão, assegurado via BNDES, Caixa Econômica Federal e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), em fase de elaboração dos projetos e execução das obras.

- Assegurados via Caixa Econômica Federal: a) BNDES 2011 - 13 empreendimentos, no valor de R\$ 120,4 milhões; b) BNDES 2012 - 13 empreendimentos, no valor de R\$ 75,8 milhões; c) BNDES 2013 - 05 empreendimentos, no valor de R\$ 222,3 milhões; d) BNDES 2014 - 09 empreendimentos, no valor de R\$ 313,4 milhões; e) CAIXA 2013 - 23 empreendimentos, no valor de R\$ 533,5 milhões; f) CAIXA 2011 - OGU - 01 empreendimento, no valor de R\$ 3,9 milhões; g) CAIXA 2013 - OGU - 01 empreendimento, no valor de R\$ 11,8 milhões; h) FUNASA 2014 - OGU - 17 empreendimentos, no valor de R\$ 85,9 milhões; i) CAIXA Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 14/2014 (IN 14) - Fase 1, 2 e 3 - 102 empreendimentos, no valor de R\$ 1.966,2 milhões - a IN14 regulamenta os procedimentos para o Programa Saneamento para Todos - Setor Privado e Sociedade de Propósito Específico (SPE).

3.6 Outras Fontes de Recursos

Mediante a emissão de debêntures pelo BNDES, foram garantidos os recursos da 7ª Emissão - R\$ 299,5 milhões, compreendendo a execução de 105 km de rede de distribuição e 50.000 ligações de água, 960 km de rede de coletora e 77.000 ligações de esgoto e aquisição de 1.500.000 hidrômetros.

No âmbito da cooperação financeira Brasil-Alemanha, foi firmado financiamento junto ao banco alemão de desenvolvimento Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de € 50 milhões, garantindo a implementação do Programa Paraná Bem Tratado, com vistas à otimização do tratamento, aproveitamento energético por meio da utilização do biogás e mitigação dos gases de efeito estufa em 11 ETEs no Estado.

3.7 Resultados Financeiros

No primeiro semestre, a SANEPAR obteve um lucro líquido de R\$ 440,5 milhões, valor este superior ao resultado líquido de R\$ 356,9 milhões registrado no mesmo período de 2017.

3.8 Meio Ambiente

Atendendo às responsabilidades sociais e ambientais, a SANEPAR buscou formas de atuação mais sustentável, desenvolvendo e mantendo programas e projetos em diversas áreas de atuação, sendo a revitalização dos rios urbanos uma das prioridades.

A empresa adota a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão ambiental. O processo de gestão engloba identificação, análise de riscos e ações preventivas, de contingência e de controle, no que se refere a situações de emergência e acidentes ambientais.

O compromisso com a sustentabilidade está integrado às diversas atividades e assimilado nos processos e projetos corporativos.

- Revitalização de Rios Urbanos - avaliação da qualidade dos rios, córregos e galerias, com baixo custo e agilidade para identificar problemas na rede coletora de esgoto. A metodologia do programa consiste na medição do teor de oxigênio dissolvido em diversos trechos de rios. Os pontos de lançamento irregular de esgoto são referenciados, reduzindo o tempo de reparo e o custo do manejo e minimizando o impacto ambiental. O trabalho contribuiu significativamente para melhorar a qualidade dos rios urbanos, e foi complementado por ações socioambientais nas comunidades ribeirinhas e monitoramento participativo, que capacita cidadãos das comunidades próximas para que comuniquem eventuais alterações nos corpos hídricos. O programa passou por 92 bacias hidrográficas da Grande Curitiba e, além dos resultados e análises produzidos, impulsionou iniciativas para a despoluição de parte do Rio Belém, dos rios Uvu, Bacacheri e Bacacheri Mirim e dos córregos Vila Izabel, Campo Comprido, Muller, Água Verde e Henry Ford.
- Responsabilidade Socioambiental - prestou serviços de saneamento ambiental com excelência, que contribuíram para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população; buscou consolidar o relacionamento com as comunidades atendidas e engajar esse público na preservação dos corpos hídricos e da biodiversidade, assim como no uso racional dos recursos naturais. As ações de educação ambiental foram voltadas à população das cidades onde a empresa está presente.
- Se Ligue na Rede - programa implementado para evitar a poluição dos corpos hídricos, em cada obra de expansão do sistema de esgotamento sanitário, busca conscientizar a população sobre as questões ambientais e de promoção da saúde, alertando sobre a importância de realizar a correta ligação entre o imóvel e a rede coletora (ação de responsabilidade de cada morador), garantindo a viabilidade dos empreendimentos. Durante e após a conclusão das obras, a SANEPAR realiza eventos socioeducativos, transformando os moradores em multiplicadores dos conceitos de preservação ambiental e cidadania; acompanha as interligações executadas e fornece as orientações necessárias. O Programa oferece curso técnico de encanador, viabilizando uma oportunidade de formação profissional e de geração de renda aos moradores.
- Se Ligue Nessa Ideia: Sem Óleo na Rede – programa implantado para promover a compreensão sobre os riscos da destinação inadequada do óleo de cozinha, que pode provocar entupimentos e prejuízos às redes coletoras de esgoto. Em 2018, foram coletados 8.000 litros do produto e destinados a parceiros que fabricam sabão orgânico e biodiesel. Há cerca de 200 pontos de coleta à disposição da população nas cidades de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta

Grossa, Curitiba e Região Metropolitana, Pato Branco, Francisco Beltrão, Paranavaí, Santo Antônio da Platina, Cornélio Procopio, Apucarana, Campo Mourão, Umuarama, Foz do Iguaçu, Toledo, União da Vitória, Guarapuava, Telêmaco Borba, Matinhos e Guaratuba.

- Ecoexpresso - em operação desde 2016, conta com cinco ônibus adaptados que percorrem o Estado disseminando boas práticas de conservação da água. Por meio da metodologia do Rio ao Rio, desenvolvida pela SANEPAR, os visitantes conhecem o caminho que a água percorre do rio até chegar às residências como água tratada. Depois de consumida, a água é devolvida ao rio, como efluente de esgoto tratado. Em maquetes são representados os processos de coleta e tratamento do esgoto doméstico, assim como a disposição e o tratamento dos resíduos sólidos.

3.9 Regulação

Em 2018, foi aprovada a Nota Técnica Final nº 001/2018, por meio da Resolução Homologatória n.º 005, que homologou o Reajuste Tarifário Anual (IRT) de 5,1%, aplicando uma tarifa econômica aos serviços de água e esgoto.

O ambiente regulatório traz estabilidade e previsibilidade essenciais para a viabilização de investimentos que terão significativos ganhos de longo prazo para toda a sociedade; além de reduzir os riscos de práticas discricionárias e arbitrárias, permitindo a redução do custo do capital e fomentando a atratividade.

3.10 Tarifa Social

A SANEPAR mantém o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgoto, com a tarifa de R\$ 9,25 até 5m³ de água por mês e R\$ 4,63 pelo esgotamento sanitário (água + esgoto = R\$ 13,88). O programa está em constante revisão para que apenas as famílias carentes sejam atendidas. Em agosto, cerca de 181 mil famílias estavam cadastradas no programa, resultando em um subsídio acumulado no valor de R\$ 68,0 milhões.

3.11 Gerenciamento de Riscos

A SANEPAR, alcançou um novo patamar em governança corporativa, em razão das boas práticas que avançaram internamente ao longo do último ano. A implantação do processo e a aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos Estratégicos fazem parte dessa evolução e utilizou a metodologia COSO ERM, que prevê a captura de riscos associados ao planejamento estratégico, a avaliação de suas criticidades (impacto e probabilidade), a identificação das ações mitigatórias existentes na Companhia, a definição de respostas aos riscos e o estabelecimento de planos de ação, monitoramento e reporte.

A matriz de riscos aprovada priorizou seis riscos estratégicos com foco em: redução da receita, não renovação e perda de contratos de programa, não cumprimento das leis e responsabilidades ambientais, não execução do plano de investimentos, falhas no posicionamento perante a sociedade do propósito da SANEPAR e risco de desequilíbrio econômico-financeiro frente aos contratos com municípios. Para cada risco estratégico priorizado, foi designado um dono (diretor responsável pela área afeta) e um facilitador, com as atribuições de atuarem e fazerem atuar nos tratamentos dos riscos priorizados, de forma a mitigar suas materializações.

O monitoramento contínuo dos riscos na SANEPAR utiliza-se de indicadores, avaliados pela Diretoria Executiva e reportados ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração trimestralmente ou sempre que o nível de tolerância aos riscos for atingido ou ultrapassado. Dessa forma, em um ambiente regulatório cada vez mais rígido, o gerenciamento de riscos se torna cada vez mais significativo na pauta da linha decisória da Companhia.

Casa Militar



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

4 Casa Militar

4.1 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC)

A CEPDEC atuou em diversas frentes de trabalho no desempenho de sua missão, tanto nas fases que antecedem um desastre (preparação, mitigação e prevenção), quanto nas fases de recuperação e reconstrução do local atingido. Principais ações realizadas:

TABELA 1 - AÇÕES OPERACIONAIS REALIZADAS PELA CEPDEC (DADOS ATÉ SETEMBRO DE 2018)

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Ocorrências registradas	266
Municípios atingidos por desastre	144
Pessoas afetadas	107.933
Danos e Prejuízos econômicos decorrentes dos desastres	R\$ 170 milhões
Alertas emitidos para a população	431
SMS enviados (decorrentes dos alertas) para a população	20.331.464
Municípios com Planos de Contingência à Desastre	399 ¹
Áreas de atenção identificadas	272

FONTE: *Business Intelligence (BI)* da Defesa Civil-PR

- Distribuição de material de ajuda humanitária - visando minimizar os danos à população atingida por desastre, até agosto, foram distribuídos aos municípios atingidos por eventos cujos danos e prejuízos extrapolaram suas capacidades de resposta: 500 bobinas de lona plástica, 48.852 telhas de fibrocimento isenta de amianto, 220 colchões de solteiro, 220 kits dormitório (travesseiro, lençol, fronha e cobertor), 150 cobertores avulsos, 366 kits de limpeza, 70 kits de higiene) e 60 kits de dormitórios.
- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED): a) 261 alunos formados no Curso de Voluntários de Proteção e Defesa Civil Estadual e 35 alunos no Curso de Sistema de Comando de Incidentes; b) 35 alunos matriculados no Curso de Conhecimentos Básicos para Integrantes da Rede Estadual de Emergência de Radioamadores e 206 matriculados no Curso de Capacitação de Brigadista Escolares Municipais (turma Maringá); c) Termo de Cooperação Técnica, Científica e Financeira firmado em 2016 com a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) para redução de riscos de desastre no Paraná e fora dele - 14 projetos de pesquisa sendo realizados os Cursos de Sistema de Comando de Incidentes, de Conhecimentos Fundamentais de Proteção e Defesa Civil, de Desenvolvimento de Capacidades para Tornar Cidades mais Resilientes, além do desenvolvimento de portal para gerir o Ensino a Distância do CEPED, montagem de um estúdio de gravação de vídeo-aulas e sala multiuso; d) Projeto Determinação dos Índices Pluviométricos Críticos para a Ocorrência de Movimentos Gravitacionais de Massa na Região Sul e Sudoeste do Paraná - em desenvolvimento com as instituições participantes UNESPAR, Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) e Instituto de Terras, Cartografias e Geologia (ITCG), financiado pela Fundação Araucária; e) aquisição de mobiliário

- (cadeiras e móveis), *notebooks*, *tablets*, *workstations* e *switches* com recursos do Banco Mundial; f) oficinas de autoavaliação e planejamento em apoio aos municípios que aderiram à campanha Construindo Cidades Resilientes; g) renovação do acordo de Cooperação com a Organização das Nações Unidas; h) realização de palestras; entre outros.
- Sistema Paranaense de Informações para a Gestão dos Riscos a Desastres Naturais (SIGRISCO) - a) desenvolvimento do projeto de estudo para estabelecimento de índices críticos de pluviosidade para o acontecimento de desastres no Paraná; b) implantação e desenvolvimento de projeto de estudo para determinação de índices críticos de pluviosidade específicos para Região Sudoeste e para o Litoral do Paraná, com foco em deslizamentos; c) preparação de base espacial com dados referentes a hidrografia, morfologia, meteorologia, clima, estruturas de monitoramento e informações de desastres ocorridos para subsidiar alertas e auxiliar na correção de dados falhos; d) integração de plataformas de informação para individualização de alertas meteorológicos; e) instalação de radar meteorológico Banda X mediante Termo de Cooperação Técnica com o SIMEPAR, a Agência de Fomento Japonesa *Japan International Cooperation Agency* (JICA) e a empresa *Japan Radio Company* (JRC) para estudos e teste em *software* de previsão de deslizamentos.
 - Alerta de desastres via *Short Message Service* (SMS) - desenvolvida tecnologia (sistema) em parceria com o Ministério da Integração Nacional (MI)/Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) para o envio de alertas de desastre por SMS com o objetivo de alertar o cidadão paranaense quanto a eventos meteorológicos severos que podem causar desastres. Foram enviados, até agosto, 17.873.426 SMSs oriundos de 386 alertas aos cidadãos cadastrados.
 - Sistema de Recepção de Imagem Via Satélite - Licitação Pública Internacional n.º 14.872.152-1 encontra-se em fase de análise de edital pelo BIRD, financiador do projeto, para aquisição de antena de recepção direta de imagens via satélite, baseado na tecnologia GOES-R, com custo estimado de US\$ 200,0 mil, que permitirá uma melhora significativa na detecção, observação e monitoramento de fenômenos ambientais que afetam diretamente a segurança pública, a proteção da propriedade, saúde e a economia. Desde janeiro de 2017, o satélite GOES-R passou a ser denominado GOES 16 em função do atingimento de sua órbita. Em novembro de 2017, entrou em operação e iniciou a captura e geração de imagens do hemisfério ocidental, e encontra-se em plena operação. A geração de satélites GOES possui previsão de operação até 2040 e fornecerão novas imagens com resolução planimétrica aumentada (até 500 metros) e maior frequência de imageamento. Principais benefícios advindos da utilização das imagens GOES 16: a) aprimoramento no monitoramento de eventos meteorológicos severos; b) antecipação na geração e emissão de alertas de tempo severo, enchentes e inundações; c) previsão e monitoramento de descargas atmosféricas; d) antecipação na geração e emissão de alertas de qualidade do ar; e) aprimoramento na detecção e monitoramento de incêndios; f) aprimoramento na previsão e monitoramento de possíveis tornados;

- g) melhoria na geração de chuva integrada e em estimativas de chuva;
- h) geração de dados para estudos de variabilidade climática.
- Capacitação da Rede Estadual de Emergência de Radioamadores (REER) para desastres - realizados três cursos, com 36 alunos, sobre assuntos referentes à Defesa Civil e atualização da REER. Além de simulados para os responsáveis regionais da REER em conjunto com as Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (CORPDEC).
 - Programa Ajuda Local – com custo estimado de R\$ 3,5 milhões, encontram-se em fase de elaboração os projetos para a construção dos Centros Logísticos Regionais (barracões) em Guarapuava, Londrina e Quedas do Iguaçu. Foram adquiridos equipamentos, materiais, empilhadeiras, balanças e caminhões para a descentralização do armazenamento e estoque de itens de ajuda humanitária. No início de 2018, em decorrência de readequação orçamentária (Decreto n.º 9.348/2018), foi incluído um Centro Logístico Regional em Maringá, que aguarda licitação do projeto de engenharia.
 - Apoio na obtenção de recursos federais aos municípios vitimados por desastre mediante instrução, capacitação, confecção e organização da documentação exigida pelo governo federal, destinados à recuperação dos municípios. Até agosto, foram distribuídos R\$ 8,5 milhões, em 11 repasses. Encontra-se em fase de liberação o valor de R\$ 3,7 milhões para ser aplicado tanto em resposta quanto na recuperação das áreas atingidas por desastres.
 - Sistema Informatizado de Defesa Civil do Paraná (SISDC) - foram realizados vários *upgrades* como: emissão facilitada de alertas internos, alerta sonoro para os avisos e inclusão do Protocolo de Alerta Comum (CAP) - *Common Alerting Protocol*, além de melhorias no aplicativo (app) SISDC *Mobile*.
 - *Greater Eastern Oregon Development Corporation* (GEODC) - realizadas diversas alterações como a inclusão da pesquisa de Alertas, da camada denominada Radar JRC (*Japan Radio Company*) e de camada com os contornos dos municípios sobre a camada do Radar, para facilitar a visualização, avaliação e envio de alertas.
 - *Business Intelligence* (BI) da Defesa Civil - atualização do cadastro de pessoas para receber o alerta a partir do sistema do governo federal; inclusão de valores de danos a infraestrutura; quantidade de alertas emitidos, entre outros.
 - Greve dos Caminhoneiros - A atuação do Governo do Paraná e da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil durante a paralisação nacional dos caminhoneiros, em maio deste ano de 2018, foi destaque nacional. O Estado foi o primeiro a liberar as estradas para tráfego de cargas com combustíveis, animais e produtos perecíveis. Depois de uma série de encontros liderados pelo Governo do Paraná, a manifestação no Estado terminou sem nenhum registro de grave violência. A principal medida foi a adoção de um gabinete de crise instalado no Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD), localizado no Palácio das Araucárias, reunindo-se com representantes do Estado, do setor produtivo e com lideranças dos manifestantes. Com diálogo e bom senso, os prejuízos para a economia e atividades essenciais no Paraná foram reduzidos.

Controladoria Geral do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

5 Controladoria Geral do Estado

A Controladoria Geral do Estado (CGE), tem por finalidade o acompanhamento e observância dos limites legais e constitucionais de gastos executados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual; a informação aos gestores sobre indicadores gerenciais relativos à realização dos gastos públicos; a realização de inspeções nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e de pessoal; o estabelecimento de mecanismos voltados a comprovar a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como o recebimento e apuração das reclamações ou denúncias fundamentadas, velando por seu integral atendimento e resolução, inclusive às consultas e aos requerimentos formulados pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, recomendando, quando constatada omissão da autoridade competente, a instauração de sindicâncias e procedimentos administrativos pertinentes. Procede, ainda, a verificação quanto ao cumprimento dos princípios e das normas que norteiam a conduta da Administração Pública, especialmente em relação à legalidade, impessoalidade, economicidade, publicidade e à moralidade administrativa e, também, na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos.

5.1 Assessoria Técnica

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Técnica consistem na prestação de assessoramento técnico e jurídico, sob a forma de estudos, pesquisas, informações, avaliações, exposições de motivos, análises, representação e atos normativos. Merecem destaque: a) atuação na defesa dos interesses da Controladoria em contenciosos administrativos de órgãos do Poder Executivo e de outras instituições; b) acompanhamento e auxílio no desenvolvimento das atividades de Consultoria, com recursos do Banco Mundial; c) auxílio na elaboração de atos normativos internos e d) estudos para elaboração de atos administrativos, decretos e anteprojeto de Lei.

5.2 Coordenadoria de Controle Interno

Sua atuação visa proporcionar razoável segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais, reduzir a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos e a eficácia na disponibilização de bens e serviços, permitindo assegurar a conformidade legal dos controles existentes e identificar as boas práticas de gestão.

Realizou a avaliação dos controles existentes por meio de quatro formulários enviados a cada órgão/entidade, além do envio de formulários extras que apresentam

situações pontuais, a fim de identificar fragilidades nos controles existentes, permitindo a melhoria nos processos e o fortalecimento dos controles, bem como auditorias e inspeções provocadas por meio de denúncias advindas do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO), Gabinete do Controlador ou ainda do Observatório da Despesa Pública.

5.3 Coordenadoria de Corregedoria

Tem como finalidade contribuir para a promoção de uma cultura de ética e de probidade no serviço público do Estado do Paraná, planejando, coordenando e avaliando as atividades do Sistema de Corregedoria do Poder Executivo Estadual, atuando como órgão central do sistema de correição.

Realizou seis inspeções que resultaram em 70 processos analisados, além de 46 pareceres emitidos, visando cumprir a competência legal referente à supervisão técnica e orientação normativa.

A Coordenadoria de Corregedoria atuou em auditorias específicas, como nos contratos do Anel de Integração, envolvendo o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e a Agência Reguladora do Estado do Paraná (AGEPAR). Forneceu informações para a Divisão de Combate à Corrupção visando apurar irregularidades cometidas por servidores públicos estaduais.

Foram capacitados mais de 100 servidores entre funcionários da Corregedoria, Agentes de Corregedoria Setorial e Membros das Comissões de Sindicância e de Processos Administrativos Disciplinares, de 38 órgãos/entidades envolvidos com a área de correição no Estado do Paraná.

5.4 Coordenadoria de Transparência e Controle Social

Principais ações:

- Capacitação dos Agentes de Informação conforme atribuições legais de acesso a informações.
- Continuidade de acordos de cooperação com o Ministério Público Estadual, Controladoria Geral da União, Ministério Público de Contas do Estado e a Universidade Positivo com o intuito de reforçar o controle social sobre a administração pública e fomentar a cultura da transparência no meio acadêmico.
- Cooperação com a Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social, da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná, para realização de atividades que fomentem a cultura da transparência e controle social.
- Monitoramento da divulgação das informações públicas nos sítios oficiais dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e expedição de recomendação para as adequações quando cabíveis.

- Unificação dos Portais de Transparência Institucionais, utilizando as soluções dos sistemas gerenciais do Poder Executivo Estadual, para divulgação de informações padronizadas, atualizadas e que permitam o cruzamento de dados.
- Realização de estudos técnicos visando a criação de áreas de Integridade e Inteligência no âmbito do Poder Executivo Estadual, para aprimorar as ferramentas de controle e prevenção à corrupção.
- Atuação por meio da Resolução n.º 04/2018 - para auditoria de processos nos pedágios do Paraná junto ao DER e a AGEPAR em razão da deflagração da 48.ª fase da Operação Lava Jato - Operação Integração.
- Capacitação de servidores do Estado em temas ligados à Transparência, Controle Social, Integridade, Inovações, Dados Abertos e Prevenção à Corrupção, com recursos do Banco Mundial, com o objetivo de aprimorar e fortalecer a atividade de controle no Poder Executivo Estadual.
- Orientação para o desenvolvimento do sistema informatizado de gestão e-CGE, atuando ainda no mapeamento de processos, gestão de riscos, indicadores e no desenvolvimento de novas frentes de atuação, com recursos do Banco Mundial.
- Normatização da Lei Federal 12.846/2013 - Lei Anticorrupção, por meio do Decreto Estadual n.º 11.953, de 10 de dezembro de 2018.

5.5 Coordenadoria de Ouvidoria

A Coordenadoria de Ouvidoria amplia o espaço público e democrático da tomada de decisões, valorizando o exercício cotidiano da cidadania, estabelecendo mecanismos eficazes para a participação popular, incorporando a comunidade na gestão de governo, como forma de retificar desvios e distorções próprias do sistema representativo. Possibilita ao indivíduo acionar os instrumentos de que dispõe o Estado para receber a devida proteção com rapidez, segurança, eficiência e respeito.

Recebeu reivindicações da população por meio dos canais de comunicação (0800-411113, atendimento presencial, *e-mail*, Fale com o Ouvidor e redes sociais). Estabeleceu a participação de servidores da Administração Pública, por meio das Ouvidorias Setoriais dos Órgãos, formando uma rede de 2.775 servidores cadastrados no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO), do Poder Executivo Estadual, em busca de soluções imediatas e elaborações de medidas preventivas que permitam impedir efeitos danosos aos cidadãos.

Responsável pela formação dos agentes que compõe a rede de multiplicadores nos órgãos do Poder Executivo, promove a quebra de hierarquia na solução dos registros, agilizando a tramitação dos processos.

Na coordenação do SIGO, estabelecido como canal de comunicação para o atendimento das demandas da população, registrou até outubro 72.893 atendimentos realizados pelas Ouvidorias Setoriais e 6.632 pela Coordenadoria de Ouvidoria Geral,

totalizando 79.525 atendimentos distribuídos quanto à sua natureza: 23.553 denúncias (29,6%), 27.741 solicitações (34,8%), 24.227 reclamações (30,4%), 1.070 sugestões (1,5%), 1.885 elogios (2,4%) e 1.049 reivindicações de Acesso a Informação (1,3%).

Na busca pela melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados realizou capacitação e treinamento da rede de ouvidores no atendimento aos cidadãos e de ouvidorias; realizou visitas técnicas às ouvidorias setoriais visando aproximação para discutir em conjunto os problemas evidenciados junto aos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Estadual e prestou suporte aos usuários do SIGO.

5.6 Observatório da Despesa Pública (ODP)

O Observatório da Despesa Pública do Paraná (ODP/PR), instituído pelo Decreto n.º 4.334/2016, realizou estudos temáticos, envolvendo compras governamentais e a vida funcional dos servidores públicos estaduais. Tais estudos visam a produção de informações estratégicas, voltadas à melhoria do controle e monitoramento das ações do Poder Executivo, além de disponibilizar informações e indicadores gerenciais de desempenho e de identificação de situações atípicas, ocorridas na execução dos gastos públicos em áreas sensíveis da administração pública.

Seus resultados servem como insumo à realização das atividades de monitoramento e acompanhamento, desenvolvidas por outras áreas específicas da CGE, bem como para informar aos gestores públicos sobre situações que possam constituir irregularidades, de modo a prevenir a sua ocorrência, gerando indicadores gerenciais relativos à correta execução dos gastos públicos.

Procuradoria Geral do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

6 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) tem suas principais competências estabelecidas nos artigos 132 da Constituição Federal e 124 da Constituição Estadual. No âmbito da representação judicial do Estado, merecem destaque as realizações a seguir.

6.1 Câmaras de Conciliação de Precatórios

- 1ª Câmara de Conciliação de Precatórios - responsável por analisar os pedidos de contribuintes que aderiram à primeira rodada de conciliação, realizou acordos, até setembro, envolvendo o montante de R\$ 135,5 milhões, sendo: R\$ 133,8 milhões o ingresso direto de recursos aos cofres públicos por meio da quitação de impostos estaduais (ICMS, ITCMD e IPVA); R\$ 311,0 mil a título de contribuição previdenciária e R\$ 1,3 milhão de imposto sobre a renda retido. Além do ingresso no erário estadual, o mesmo montante representa a redução do passivo do Estado do Paraná, havendo benefício direto e indireto na ordem de R\$ 270,9 milhões, até setembro.
- 3ª Câmara de Conciliação de Precatórios - regulamentada pelo Decreto n.º 8.942/2018, de abril a outubro, foram celebrados acordos com 95 credores em precatórios cíveis, que resultou na redução de cerca de R\$ 70,0 milhões do passivo do Estado, com aproximadamente R\$ 28,0 milhões de economia efetiva, em razão do deságio de 40,0%. O valor líquido pago aos credores foi de R\$ 38,6 milhões, com retorno aos cofres estaduais de R\$ 2,9 milhões a título de imposto de renda e R\$ 670,0 mil de contribuição previdenciária.
- 4ª Câmara de Conciliação de Precatórios (CCP4) - criada pelo Decreto n.º 11.019/2018, a ser instituída no âmbito da PGE para ampliar o atendimento e adesão de credores.

6.2 Ações Coletivas

- Operação Quadro Negro - ajuizadas ações de improbidade administrativa para fins de responsabilização de agentes públicos e particulares por desvios de recursos de obras escolares, a exemplo: a) Autos n.º 000208- 18.2017.8.16.0179, em trâmite na 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (Unidade Nova Jardim Paulista - Campina Grande do Sul), R\$ 8,8 milhões; b) Autos n.º 0002945-34.2017.8.16.0004, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (Unidade Nova Ribeirão Grande - Campina Grande do Sul), R\$ 8,2 milhões; c) Autos n.º 0003658-09.2017.8.16.0004, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (Unidade Nova Colégio Estadual William Madi - Cornélio Procopio), R\$ 9,2 milhões; d) Autos n.º 0003893-73.2017.8.16.0004, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba (Ampliação do Centro Estadual de Educação Profissional Lysimaco Ferreira da Costa - Rio Negro), R\$ 6,5 milhões.

6.3 Ações Trabalhistas

- Ação Coletiva n.º 0194200-16.1989.5.09.0002 - proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), com mais de 33 mil ex-professores celetistas beneficiários. A Procuradoria Trabalhista e Previdenciária (PRT) trabalha desde 2016 para solucionar as execuções individuais derivadas da ação. O valor dos cálculos realizados na liquidação coletiva ultrapassa R\$ 548,0 milhões. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 9.ª Região definiu, no Conflito de Competência n.º 0001906-92.2016.5.09.0000, a 2ª Vara do Trabalho de Curitiba para o processamento da liquidação e das execuções, ressalvada a competência do foro do domicílio do credor, retornando o caráter coletivo da liquidação (audiência de 03/08/2017). Em setembro de 2017, foram protocolados embargos à execução para discutir o critério de cálculo na liquidação coletiva, tendo sido deliberado que valerá para todas as execuções individuais, que devem aguardar o trânsito em julgado da liquidação coletiva. Os embargos à execução ainda não foram julgados. Devido à importância do processo coletivo, ao valor expressivo das execuções e ao grande número de envolvidos, buscou-se a formalização de um acordo com a APP-Sindicato, que foi autorizado pelo Governador. Com o acordo, o Estado pagará os créditos, mediante precatórios, com deságio de 40,0%, o que representa economia significativa aos cofres públicos. Foram expedidos 480 precatórios para pagamento com deságio, sendo dois em nome do sindicato, beneficiando mais de 10 mil pessoas. Os credores individuais que não aderirem ao acordo deverão aguardar o trânsito em julgado dos embargos à execução apresentados pelo Estado.
- Ação Civil Pública n.º 1429400-07.2008.5.09.0006 - trata da gestão da saúde no Estado do Paraná e a terceirização de atividades ligadas à saúde. Decisão judicial veda a manutenção/contratação de trabalhadores da área técnica/administrativa ligadas à atividade-fim da Secretaria de Estado de Saúde (SESA) em todas as Unidades de Saúde do Paraná. Como existe decisão judicial transitada em julgado, a PGE negocia há anos o cumprimento paulatino com o Ministério Público do Trabalho (MPT) e as entidades sindicais. Possui previsão de multa vultosíssima (cerca de R\$ 600.000,00/dia), nunca executada devido as negociações. Há Ação Rescisória interposta, que aguarda julgamento de Recurso Ordinário junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em 2018, a PRT manteve as gestões junto à SESA para adequação do Estado do Paraná, peticionando ao juízo para dar ciência das providências tomadas. Trabalha-se com a Procuradoria de Brasília para a configuração da perda do objeto da lide, face ao recente entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre terceirização.

- Ação Civil Pública n.º 0010885-92.2016.5.09.0016 - o MPT busca obrigar o Estado do Paraná a implementar medidas relacionadas à saúde ocupacional e ao meio ambiente de trabalho dos agentes penitenciários em todas as 33 Unidades Prisionais Penais do Estado. Por sentença da 16ª Vara foi acolhida a preliminar arguida pelo Estado, declarando a incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar o pedido, determinando a remessa dos autos à Justiça Comum Estadual. Recurso ordinário foi provido para declarar a competência da Justiça do Trabalho para o julgamento da demanda e determinar a remessa dos autos ao Juízo de origem para prosseguimento na forma da lei. Aguarda-se prazo para recurso de revista, caso cabível.
- Ação Civil Pública n.º 0000026-16.2017.5.09.0005 - o parquet e seu assistente, o APP-Sindicato, requerem que o Estado do Paraná, sob pena de multa: a) se abstenha de dispensar os profissionais contratados pela SESA, sob a modalidade Processo Seletivo Simplificado (PSS), no ano de 2016 (editais GS/SEED n.º 59/2015, n.º 26/2016, n.º 60/2015, n.º 28/2016, n.º 61/2015 e n.º 28/2016); b) reintegre os trabalhadores desligados; c) elabore análise ergonômica dos postos de trabalho, incluindo os impactos da redução do número de profissionais na rede de ensino público estadual; d) abstenha-se de promover dispensas até a conclusão da análise técnica da demanda e da contratação de profissionais concursados; e) observe o número máximo de alunos por turma; f) ofereça aos alunos atividades de contra turno escolar e restabeleça o Programa Mais Educação; g) implante normas de saúde e segurança do trabalho, em especial o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, exames médicos periódicos e análise psicossocial; h) ofereça vagas de acordo com a demanda de alunos, proibindo-se a sua extinção. Ainda, requerem a condenação do Estado do Paraná no pagamento de R\$ 100,0 milhões como indenização por dano moral coletivo, entre outros. O MPT interpôs Recurso Ordinário e aguarda-se julgamento no TRT-PR.
- Processos trabalhistas em decorrência da estatização dos cartórios - os funcionários dos cartórios estatizados requerem a responsabilidade solidária ou subsidiária do Estado Paraná. A matéria foi discutida em um Recurso de Revista interposto pelo Estado do Paraná, em que o TST deu provimento para exclusão da responsabilidade subsidiária (RR-1339-51.2013.5.09.0005). O reclamante postulou pela responsabilidade solidária do Estado pelo pagamento das verbas decorrentes do contrato de trabalho, tendo em vista o afastamento da pessoa física titular do cartório, em razão da estatização em janeiro de 2014. A sentença de primeiro grau rejeitou o pedido sob o fundamento de que os serviços notariais e de registro são exercidos por pessoas físicas, mediante delegação do Poder Público, conforme

previsto no artigo 236 da Constituição Federal, bem como nos artigos 20 e 21 da Lei n.º 8.935/1994. Por consequência, incumbe unicamente à titular do cartório dirigir a prestação de serviços de seus empregados, responsabilizando-se exclusivamente pelos direitos e obrigações trabalhistas, afastando-se qualquer responsabilidade do Estado do Paraná pelas verbas decorrentes do contrato de trabalho celebrado com o reclamante. Ao julgar o Recurso Ordinário interposto pelo Reclamante o Tribunal Regional da 9ª Região entendeu que perante o empregado da serventia, contratado pela titular nomeada pelo Estado, a responsabilidade deste é objetiva independentemente da demonstração de dolo ou culpa do agente causador do dano. Que permitindo o Estado do Paraná que sua servidora (cartorária) desrespeitasse as normas trabalhistas, prejudicando o trabalhador, atrai para si a incidência do art. 37, § 6º, da CRFB, sobretudo porque foi o real beneficiário da força de trabalho despendida por este, pelo que deve responder subsidiariamente pelas consequências da ilegalidade perpetrada. O TST conheceu do Recurso de Revista interposto pelo Estado do Paraná, por contrariedade aos arts. 37, §6º, e 236, da Constituição Federal, 20 e 21 da Lei n.º 8.935/94, reformou a decisão do Regional e decidiu conhecer do recurso de revista, por contrariedade aos arts. 37, §6º, e 236, da Constituição Federal, 20 e 21 da Lei n.º 8.935/1994, dando-lhe, no mérito, provimento para excluir a responsabilidade subsidiária do ente público pelos créditos trabalhistas abrangidos pela condenação.

- Ação n.º 0001090-16.2016.5.09.0096 e outras 75 idênticas envolvendo a Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG) - discute-se o trabalho dos presos, que prestaram serviços em uma empresa que fabricava luvas e botas em troca de diminuição da pena e buscam a responsabilidade subsidiária do Estado. Foi declarada a incompetência material da Justiça do Trabalho, na forma do art. 64 do novo Código de Processo Civil (CPC), determinando a remessa dos autos a uma das Varas de Execuções Penais de Guarapuava. Não se tem registro de recurso ordinário das decisões.
- Ação Civil Pública n.º 0000217-81.2018.5.09.0084 - discute-se a validade da quitação geral presente no Plano de Demissão Voluntária (PDV) instituído pelo Governo do Estado no Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), conforme a Portaria n.º 19/2018. Pretende-se a declaração de nulidade das cláusulas que determinam a quitação plena de parcelas relativas ao contrato em virtude da ausência de autonomia da vontade coletiva dos empregados celetistas, pois inexistente autorização em instrumento coletivo de trabalho. Negado o provimento de urgência, foi contestada a ação, que aguarda realização de audiência.

- Ação Civil Pública n.º 00358-2012-006-09-00-3 perante o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (CEJUSC-JT) - defendendo os interesses do Estado do Paraná e das entidades estaduais que possuíam contratos com a LYNX Vigilância e Segurança LTDA, a PGE conseguiu reter os créditos da empresa, além de efetuar os pagamentos diretamente aos empregados que prestavam serviços nas unidades administrativas. Foram beneficiados com a medida judicial 431 vigilantes. Após seis anos de negociação foi feito o rateio de R\$ 902,3 mil entre as 230 reclamatórias trabalhistas existentes em face do Estado do Paraná.
- Recebimento do acervo processual trabalhista do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) - nos termos do Decreto n.º 8.457/2017, a PGE/PRT passou a atender um universo de milhares de demandas com expressivo impactos financeiros e buscou otimizar sua atuação para garantir os melhores resultados possíveis à Administração Indireta. Destaca-se: a) processos envolvendo licença-prêmio, com uma defesa mais efetiva, propiciando redução do número de condenações, além da abertura de procedimento de uniformização de jurisprudência, ainda não julgado; b) processos envolvendo progressões e promoções legais, atuando na diminuição da litigiosidade sobre temas envolvendo progressões legais (Leis estaduais n.º 15.171/06 e n.º 16.536/10), evitando o prolongamento inócuo de processos e evitando o acúmulo de juros, correção monetária e percentuais mais elevados de honorários sucumbenciais; c) renovação do quadro e adesão ao PDV - a PRT acompanhou a formulação do programa de desligamento de 2018, com orientação judicial e extrajudicialmente, tendo sido imprescindível para que ressalvas apócrifas fossem rechaçadas de imediato, garantindo a integridade da tese de quitação geral que tem obtido razoável êxito processualmente; d) ajustamento de condutas administrativas - manteve contato constante com a autarquia para buscar a adequação dos processos internos aos requisitos legais, visando evitar o fomento à litigância, atentando para questões relativas ao pagamento tempestivo de férias, progressões e promoções e a regularização das cargas horárias especiais.

6.4 Aprimoramento da Arrecadação de Dívida Ativa

- Coordenadoria do Passivo (COPAS) - criada para supervisionar e controlar o passivo judicial, notadamente aquele representado pelo estoque de precatórios da Administração Direta e Indireta (Decreto n.º 11.020/2018). Tem a atribuição de coordenar, acompanhar e supervisionar as execuções judiciais, visando à

uniformização de procedimentos administrativos e posicionamento jurídico setorial, especialmente no cumprimento de julgados, com orientação e padronização de procedimentos de atuação processual, na fase de execução ou cumprimento de sentença, sem prejuízo da competência e das atribuições específicas das procuradorias especializadas.

- Ação Declaratória de Reconhecimento de Grupo Econômico e Abuso de Personalidade Jurídica cumulada com Pedido Cautelar de Indisponibilidade de Bens - autuada sob n.º 0002642-21.2017.8.16.0036, perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de São José dos Pinhais, envolvendo um crédito tributário de cerca de R\$ 125,0 milhões. Em 19 de setembro, o Estado do Paraná requereu a citação por hora certa de dois réus - último passo para findar o saneamento do processo e seu prosseguimento.

6.5 Ações Tributárias

- Realizou especial atuação em demandas que discutem a possibilidade de inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e da Tarifa do Sistema de Distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS-energia elétrica. Foi admitido primeiro Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) 1537839-9, pelo Tribunal de Justiça, pendente de julgamento, mas que permitiu a suspensão das ações análogas. Segundo estimativa da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), para o Estado do Paraná haveria impacto superior a R\$ 1,0 bilhão.
- Obteve êxito no pedido de suspensão de liminar n.º 1703986-2 em que o Tribunal de Justiça determinou a suspensão das decisões que discutiam a legalidade do Decreto n.º 442/2015, que alterou o Decreto n.º 6.080/2012 (Regulamento do ICMS-RICMS/PR) determinando o pagamento da diferença entre alíquotas interna e estadual, relativamente a operações que tenham origem em unidade federativa diversa. O Estado requereu em 19/01/2018 o aditamento da inicial para inclusão no requerimento de suspensão a decisão emanada nos autos n.º 0081316-79.2017.8.16.0014, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina.
- A PGE buscou, por meio da ação anulatória n.º 5017063-57.2017.4.04.7000, ajuizada em 2017, desconstituir o auto de infração n.º 51.050.870-0, fruto do processo administrativo fiscal n.º 10980.720100/2014-27, que impacta no erário em prejuízo de R\$ 233,8 milhões (atualizado até fevereiro de 2017). O Estado contrarrazou o recurso de apelação interposto pela Fazenda Nacional, interpondo apelação adesiva.

6.6 Âmbito Consultivo

- Elaboração de 06 minutas padronizadas, sendo 03 de convênios, 02 de aditivos de parcerias e 01 de edital de chamamento público para celebração de termos de parceria da Lei n.º 13.019/2014, que viabilizaram, entre outros, a prorrogação e a alteração de valores de mais de 400 Termos de Colaboração com organizações da sociedade civil para oferta de escolarização e atendimento educacional especializada para estudantes com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento.
- Revisão minutas padronizadas - de editais de licitação (09), de Termo de Doação de Veículos Inservíveis e/ou Desnecessários, e de termo aditivo para prorrogação de contratos de serviços contínuos.
- Minutas padronizadas em elaboração - editais de licitação para obras e serviços de engenharia (06), convênios com municípios (02), listas de verificação para compras de pequeno valor e para adesão à Ata de Registro de Preços (02).
- Edição, até outubro, de 03 orientações administrativas, 32 pareceres e 01 Enunciado de Súmula de Jurisprudência Administrativa para orientar os agentes públicos e uniformizar a atuação dos órgãos e entes estatais.
- Manual de Procedimentos da Consultoria - elaborado para orientar e aprimorar a atuação consultiva da PGE.
- Confeccionadas 822 informações (até outubro), que demonstram a atuação direta da PGE na realização de despesas pelo Estado do Paraná no montante aproximado de R\$ 1,0 bilhão.

6.7 Medidas de Combate aos Atos de Improbidade Administrativa e Corrupção

A partir da deflagração da Operação Integração pelo Ministério Público Federal, na 55.^a fase da Operação Lava Jato, com a finalidade de investigar irregularidades e atos de corrupção nas concessões de rodovias no Estado do Paraná, foi criado, no âmbito da PGE, pela Resolução n.º 346, de 30 de outubro de 2018, o Núcleo Integração/Lava Jato/Quadro Negro que atua diretamente na defesa do Estado do Paraná nas ações que envolvem esse assunto.

O Núcleo assumiu as atribuições de: a) acompanhar o andamento das operações conduzidas pelas Polícias Cíveis e Federal e pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal relativas aos contratos de construção e reformas de colégios estaduais, objeto da Operação Quadro Negro e relativas aos contratos de concessão de rodovias no Estado do Paraná, objeto da Operação Integração, da 55.^a fase da Operação Lava Jato; b) solicitar às autoridades responsáveis pela condução das operações, informações que possam subsidiar ações administrativas e judiciais da PGE; c) instaurar medidas preparatórias à responsabilização de agentes públicos e privados envolvidos em atos contra a Administração Pública estadual, relativos aos contratos de construção e reforma de colégios estaduais, bem como aos

contratos de concessão de rodovias no Estado do Paraná; d) ajuizar e acompanhar ações judiciais coletivas e individuais contra agentes públicos e privados por atos relativos aos contratos de construção e reforma de colégios estaduais, bem como aos contratos de concessão de rodovias no Estado do Paraná; e) representar a Procuradoria-Geral do Estado nas tratativas a respeito de ressarcimento ao erário estadual em eventuais colaborações premiadas; f) emitir relatórios periódicos mensais, ou sempre que solicitado, ao Procurador-Geral do Estado comunicando do andamento dos trabalhos; g) solicitar ao Procurador-Geral do Estado auxílio de servidores públicos das esferas federal, estadual e municipal que possam prestar informações técnicas na elucidação de fatos apurados pelo Núcleo, indicando servidores, quando for o caso. Servidores de outros órgãos do Estado foram convidados a compor o Núcleo. Pelo Decreto n.º 11.315/2018 foi transferido à PGE a atuação nos processos em que o DER é parte e que envolvem as concessões de rodovias.

Foi assinado, ainda, o Decreto n.º 11953, de 10 de dezembro de 2018, que regulamentou a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos de lesão contra a administração pública, nacional ou estrangeira, conforme o disposto na Lei Federal n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013. O referido Decreto dispõe que é dever de todo agente público informar à autoridade máxima do órgão e/ou entidade, além do Controlador Geral do Estado, por escrito, a ocorrência da prática de qualquer ato ilícito regulamentado pela Lei Federal n.º 12.846/2013, sem prejuízo da incidência de sanções previstas em outras normas. Institui ainda o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) para apurar a responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6.º, da Lei Federal n.º 12.846 de 2013.

Especificamente no âmbito de atuação da PGE, dispõe que as medidas judiciais, como a cobrança da multa administrativa aplicada no Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), a reparação integral dos danos e prejuízos, além de eventual atuação judicial para a finalidade de instrução ou garantia do processo administrativo, ou para a preservação do acordo de leniência, em relação à Administração Direta, serão solicitadas à PGE.

Por fim, atribui conjuntamente à Controladoria Geral do Estado (CGE) e à PGE, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná, o processamento e a celebração de acordo de leniência conforme pressupostos, requisitos e condições elencados no Capítulo V da Lei n.º 12.846/13, sempre por meio do Controlador Geral do Estado e do Procurador-Geral do Estado, sendo vedada a sua delegação.

Secretaria da Comunicação Social



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

7 Secretaria de Estado da Comunicação Social

A Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS) cumpre a função de organizar, planejar, coordenar a execução e dirigir as ações relativas à comunicação do Governo do Paraná, atendendo a todas as unidades da administração direta e indireta.

Nesse sentido, desenvolve e executa suas ações a partir da distribuição de atividades entre as áreas de Coordenadoria de *Marketing*, Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos, Coordenadoria de Comunicação Integrada; como unidade indireta a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE) e o Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE); e por contrato de gestão, o Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação.

A SECS é responsável pela elaboração do conteúdo do Governo Digital: um portal criado como uma alternativa *online* de atendimento ao cidadão que mora no Paraná e que funciona no endereço www.governodigital.pr.gov.br. Perto de 300 serviços exclusivos do Governo do Estado estão disponíveis na internet e novas informações e serviços são incorporados ao portal todos os dias. Recentemente, os serviços do governo federal também passaram a ser acessados por meio do Governo Digital.

Ao longo de 2018 aprimorou o Portal da Transparência do Estado e realizou a Concorrência Pública n.º 001/2016 para contratar Agências de Publicidade, visando a continuidade da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. Nas Unidades Indiretas houve reformulações estruturais para a modernização de seus produtos e melhorias e executou suas tarefas, conforme relatório a seguir.

7.1 Coordenadoria de *Marketing*

Responsável pelo planejamento de campanhas publicitárias de utilidade pública e de divulgação das ações de interesse da população paranaense, além da execução da publicidade legal da administração direta e suas vinculadas.

Tem como eixo estrutural de trabalho a divulgação nos meios de comunicação do Paraná das realizações do Governo nas diversas áreas: saúde, educação, segurança, infraestrutura, desenvolvimento social, emprego, realizações de obras, habitação, turismo, atração de investimentos, entre outras. Realizou campanhas educativas para o DETRAN e SANEPAR e de utilidade pública para as diversas Secretarias de Estado, além de demandas de comunicação das empresas como Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS) e da Agência de Fomento do Paraná.

7.2 Coordenadoria de Imprensa e Conteúdos

Ocupa-se da produção jornalística de material editorial veiculado na Agência Estadual de Notícias, produz e distribui informações das atividades do Governo do Paraná, com reportagens de órgãos da administração direta e indireta. É responsável pelas áreas de produção de textos e fotos jornalísticas para a mídia impressa, matérias jornalísticas para rádio e registros em vídeo para as emissoras de televisão. A distribuição de informações tem como foco as ações realizadas pelas diversas esferas da administração pública estadual.

O site www.aen.pr.gov.br, principal plataforma para publicação de notícias dos órgãos do Estado, recebeu 2.504.903 visualizações no período. Até 09 de outubro, foram publicados 2.174 textos (reportagens), 3.058 áudios (notícias para rádio), 26.051 fotografias e 4.524 vídeos. Em razão do período eleitoral o site foi desabilitado entre 07 de julho e 08 de outubro de 2018. O conteúdo disponibilizado é de livre utilização pelos meios de comunicação (jornais, revistas, sites, rádios e televisões), com a recomendação de que seja atribuído crédito para a Agência de Notícias do Paraná no caso de publicação/veiculação da reportagem.

7.3 Coordenadoria de Comunicação Integrada

Responsável por elaborar, produzir, diagramar, editar e monitorar material para as redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube*) do Governo do Paraná, atuou com foco nas notícias do Estado, geradas pela Agência de Notícias do Paraná, e nos assuntos prioritários de cada Secretaria, buscando gerar conteúdo de interesse e apresentar serviços relevantes para a população. Total de seguidores das Redes Sociais até outubro: a) *Facebook* Governo do Estado, 337.491 seguidores (impressões totais: 61.315.622 pessoas); b) *Instagram* do Governo do Estado, 21 seguidores (conta nova, a anterior foi deletada durante o período eleitoral); c) *Twitter* Governo do Estado, 23.123 seguidores; d) *YouTube* Governo do Estado, 10.238.266 visualizações.

7.4 Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)

Produz e divulga programas com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas, visando a ser referência na programação educativa do Estado e na promoção cultural e artística paranaenses. Consiste na união da TV Paraná Educativa, das rádios Paraná Educativa FM e Paraná Educativa AM e do Canal da Música.

Atividades realizadas:

- Jornalismo - produziu conteúdo com a missão de informar e promover a cidadania e a cultura para os paranaenses. Os telejornais apresentados pela emissora focam em serviços a que o cidadão tem acesso, como saúde, emprego, segurança e educação, além de entrevistas em estúdio, e reportagens especiais, que promovem a arte, o esporte e o turismo do Paraná. Após reformulação, em que passou a focar no jeito de ser dos paranaenses, o espaço de conteúdo paranaense na nova grade de programação foi de 3,0% para 30,0%, ao priorizar produções próprias ou independentes com a utilização da equipe e da estrutura já existentes, sem onerar os cofres públicos. O destaque da nova grade está no telejornalismo, que ganhou maior relevância na programação com quatro telejornais diários. Deu sequência à internacionalização de conteúdo. Por meio de acordo firmado com o

Consulado do Japão, constam na grade de programação produções japonesas como o seriado *Dear Sister*, sucesso da TV asiática, exibido com áudio original. Também há um direcionamento para a realização de programas que abordem as diversas etnias que colonizaram o Estado. Constan da grade programas classificados e agrupados nos macro temas: agricultura - 01; arte - 02; cinema - 01; cultura - 02; cultura afro - 01; cultura pop e celebridades - 01; educação - 02; empreendedorismo - 02; entrevistas - 02; esportes - 05; história e cultura - 02; língua portuguesa - 01; meio ambiente - 01; música - 04; notícias - 04; religião - 01.

- Rádio - deu prosseguimento à programação consolidada, com maior interatividade com os ouvintes, por meio de aplicativos para celular/smartphone e *WhatsApp*, participou da Operação Verão e músicos tiveram a oportunidade de apresentar seu trabalho em shows ao vivo em estúdio montado no Litoral e transmitido para todo o Estado. Programação FM 97.1: 43 programas musicais, 03 programas musicais com entrevistas e 01 de jornalismo. Programação AM 630: 03 programas musicais, 07 programas musicais com entrevistas, 01 de cultura, 02 de cidadania, 02 de esporte e 02 de jornalismo.
- Eventos - o Teatro Canal da Música promove eventos com atrações variadas de música, dança, teatro e exposições de diversos tipos de arte, além de palestras, eventos corporativos promovidos por secretarias do município e do Estado. Conta com um grande auditório com capacidade para 900 pessoas e um médio auditório, que comporta 120 lugares. Em 2018, recebeu os seguintes eventos: a) 18 eventos culturais (*shows*, oficinas, premiações, etc.); b) 15 eventos do município e do Estado; c) 43 eventos diversos (palestras, formaturas, fóruns, cursos, etc.); d) 65 gravações de *shows* e programa da casa; e) 01 exposição.
- Redes Sociais - responsável por elaborar, produzir e gravar material para as redes sociais (*Facebook*, *YouTube* e *Instagram*) e para o site da Paraná Educativa, e distribuir *releases* institucionais, que englobam as diversas manifestações artísticas do cenário estadual e nacional, para vários veículos de comunicação, com foco na relevância jornalística, artística e cultural e priorizando a divulgação de produtos da Paraná Educativa e do Canal da Música. A Paraná Educativa obteve 225.017 visualizações de página, com duração média da sessão de 03m10s; do total de 54.091 usuários, 970 são recorrentes e 53.121 são novos. As redes sociais da Paraná Educativa apresentaram 64.383 seguidores, até setembro: a) 49.892 seguidores no *Facebook*; b) 6.398 seguidores no *Instagram*; c) 4.266 inscritos no *YouTube*; d) 3.827 seguidores no *Twitter*. No *Facebook* obteve engajamento total de 136.773 reações, curtidas, comentários e visualizações, com média de alcance *Facebook*/dia de 15.031.
- Central de Operações - responsável por alocar cinegrafistas, conforme a demanda da Paraná Educativa, e escalonar a agenda de gravações. Além da programação periódica, o setor também esquematiza a gravação de grandes eventos e atrações que correm em paralelo ao conteúdo produzido pela TV tais

como: Operação Verão; Carnaval de Curitiba, Morretes, Antonina, Pontal do Paraná, Matinhos e Tibagi; *Shows* sertanejos no Canal da Música; desfile de Sete de Setembro; Marcha para Jesus.

- Núcleo de Criação - em julho, a Rádio e Televisão OM Ltda, declarou em documento oficial que não faz nenhuma objeção que a Rádio e Televisão Educativa do Paraná utilize o nome fantasia TV Paraná, uma vez que não está vinculada juridicamente a ele. Coube, então, ao Núcleo de Criação definir e implantar uma nova estética para a Paraná Educativa, agora também chamada de TV Paraná. A identidade visual da emissora passou por total reformulação. Além da nova marca, mais dinâmica, moderna e atraente, foram desenvolvidas vinhetas, aberturas de programas e produções audiovisuais, que dão suporte à linguagem visual adotada pela nova programação.
- Tecnologia e Infraestrutura - a Diretoria de Tecnologia, com o apoio da Diretoria Administrativo-Financeira, encampou cinco importantes projetos ao longo de 2018: a) conclusão da instalação do novo parque de equipamentos digitais, treinamento de pessoal e início de operação utilizando a nova estrutura técnica; b) desligamento do sinal analógico da Paraná Educativa em Curitiba, no cronograma estabelecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); c) reposicionamento da antena de transmissão digital, para melhor cobertura da cidade de Curitiba; d) modificação do *workflow* do Jornalismo, o que deu mais agilidade aos processos e melhorou a qualidade do material gerado pela Paraná Educativa; e) montagem e operação da infraestrutura técnica em Matinhos, para transmissão das atividades envolvidas na Operação Verão.
- Novas políticas de atuação - visa fortalecer a identidade local na tela ao estabelecer intercâmbios entre as emissoras educativas do Estado. O projeto busca integrar as emissoras, estabelecendo parcerias, e atuar como uma rede de televisões no Paraná. Em contrapartida, serão ofertados cursos presenciais e na modalidade EAD (Ensino a Distância) às emissoras participantes. A formação contínua das equipes locais possibilitará a padronização da qualidade técnica na rede. Destaca-se a inédita implantação da Coordenadoria de Projetos e Captação de Recursos, no âmbito da emissora, para alinhar as expertises dos colaboradores para definição das demandas prioritárias possíveis de compor o Planejamento Estratégico da Autarquia.

7.5 E-Paraná Comunicação

O Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação visa atender ao interesse público e prover a comunidade com a criação, produção e distribuição de material audiovisual com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, conforme seus objetivos estatutários definidos.

Em 2018, deu continuidade ao seu processo de reestruturação, com o chamamento de 20% dos aprovados no Teste Seletivo n.º 01/2017.

O Plano de Trabalho do Contrato de Gestão com a SECS para 2018, está sendo executado conforme previsto, pelos profissionais contratados, com a criação de conteúdos para a Agência de Notícias do Estado.

Devido à conclusão e convocação dos profissionais do teste seletivo, encontra-se em trâmite processo administrativo para a formalização de Contrato de Gestão entre a E-Paraná Comunicação e a Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE), tendo como objeto a prestação de serviços daquela entidade para esta.

Tem como visão tornar-se referência para a comunicação pública praticada no Paraná, e como valores: diálogo; cidadania; solidariedade; compromisso social; colaboratividade; inovação; credibilidade e transparência.

Como um Serviço Social Autônomo, de interesse coletivo, voltado ao interesse público, seu foco de atuação deve ser a Comunicação Pública: processos de comunicação voltados ao fomento da cidadania, da cultura e da educação, com base no interesse público e na viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e à expressão.

7.6 Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Responsável pela edição do Diário Oficial Executivo, Suplemento de Concursos Públicos, Diário Oficial Comércio Indústria e Serviços, Diário da Assembleia e Diário do Município de Curitiba; presta serviço de impressão de material para a administração direta e indireta do governo e empresas públicas.

Divulga os atos oficiais do governo, e é importante apoiador na difusão da história e cultura paranaense, por meio da impressão de diversos títulos históricos, informativos, biografias, contos e poesias.

Em fase de reestruturação administrativa busca modernizar a Imprensa Oficial e torná-la mais eficiente com a implantação de controle dos processos internos por meio de sistema de gestão da qualidade, com base na NBR ISO 9000:2008; com a criação de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) para um ambiente de trabalho com segurança para seus colaboradores; entre outros.

Firmou parceria com o Terceiro Setor – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - para qualificação de mão de obra que além de melhorar o processo produtivo, proporcionará oportunidade de qualificação profissional a jovens e adultos de baixa renda.

Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

8 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de assessoramento e apoio direto ao Governador do Estado, para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos, projetos e programas intersecretariais, da organização base do sistema de planejamento e organização institucional, bem como da articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado.

A estrutura administrativa da Secretaria, disposta no seu novo regulamento, prevê na Administração Direta a Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA), a Coordenação de Modernização Institucional (CMI), a Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG), a Coordenação de Concessões e Parcerias (CCP); na Administração Indireta, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (IPEM) e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR); bem como o Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) e o Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS, por meio de Contratos de Gestão.

A CDE, por meio do Decreto Estadual n.º 9.987/2018, passou vincular-se ao Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico, até 31 de dezembro de 2018.

8.1 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA)

No âmbito do monitoramento e avaliação dos programas de Governo houve aperfeiçoamento de metodologias, tecnologias e fluxos de informações com destaque para a realização do segundo e do terceiro período de acompanhamento do Plano de Metas 2015-2018 Beto Richa. O trabalho envolveu os responsáveis indicados dos órgãos e vinculadas no preenchimento das informações, que foram validadas pelos Diretores Gerais e divulgadas no portal <http://www.planodemetas.pr.gov.br/novosite/>.

Foram desenvolvidas atividades como o acompanhamento do Plano Plurianual 2016-2019 (exercício 2017); revisão do Plano Plurianual; coordenação, elaboração, consolidação e revisão da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa.

Deu-se continuidade aos trabalhos de implementação dos procedimentos para a validação dos pagamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior (Universidade Estadual de Maringá - UEM, Universidade Estadual de Londrina - UEL, Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO) e a inclusão das empresas dependentes no Sistema RH-Paraná Meta4, visando dar cumprimento ao disposto no art. 34

do Decreto Estadual n.º 2.879, de 30 de novembro de 2015. Além do desenvolvimento e implantação de solução informatizada para emissão de empenho no novo Sistema Integrado de Finanças Públicas (SIAF) e o crédito bancário dos pagamentos dos funcionários dessas instituições e empresas, garantindo a continuidade do processo de pagamento de pessoal. Tais trabalhos foram coordenados pela SEPL/SEAP, com a participação da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

8.2 Coordenação de Modernização Institucional (CMI)

- Reestruturação organizacional - buscou a otimização de recursos, a agilidade da gestão interna, o cumprimento dos objetivos institucionais das Secretarias de Estado da Saúde (SESA), do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), além da Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), do Departamento de Administração de Material (DEAM)/SEAP, da Superintendência de Atenção à Saúde (SAS)/SESA e do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).
- Sistema Estrutura Organizacional do Estado do Paraná (e-ORG) - integração ao Portal da Transparência do Estado, tornando a consulta pela população mais simples, ágil e integrada.
- Descrição das atribuições dos cargos de provimento em comissão e das funções de gestão pública integrantes das estruturas organizacionais de órgãos integrantes da Governadoria como o Gabinete do(a) Governador(a), o Gabinete da Vice-Governadoria, a Casa Civil (CC), a Casa Militar (CM), a Controladoria-Geral do Estado (CGE), a Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS) e a SEPL.
- Reestruturação dos quadros de pessoal efetivo e de cargos de provimento em comissão da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR).
- Criação da Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários no âmbito do Estado do Paraná; e da Divisão de Combate à Corrupção, unidade da Polícia Civil do Estado do Paraná, tendo como atribuição a organização, orientação, coordenação e controle das atividades afetas às subunidades que lhe são subordinadas, cabendo-lhe adotar as medidas necessárias à prevenção, investigação, repressão e processamento dos crimes de corrupção.
- Orientação na reformulação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), fortalecendo a comunicação social entre os entes governamentais e não governamentais com a sociedade, de forma democrática, abrangente e interativa; aprovação e acompanhamento do Plano Sustentável de Desenvolvimento (PSD) do Estado, com foco em 2030, integrado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

- Reestruturação de unidades e circunscrições administrativas de atuação da Polícia Militar do Paraná (PMPR), com manifestação favorável em proposições referentes aos Batalhões (rearticulação da gestão no 9º Batalhão, com sede em Paranaguá; do 16º Batalhão, com sede em Guarapuava; do 19º Batalhão, com sede em Toledo), Companhias Independentes (criação em Laranjeiras do Sul e Bandeirantes) e Colégios da Polícia Militar (criação em Cornélio Procópio, Maringá e Cascavel), com vistas ao fortalecimento da Polícia Militar no cumprimento de seu dever nas regiões contempladas.

8.3 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG)

Projetos e Programas em Desenvolvimento e em Negociação:

- Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná - operação de crédito externo junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 350,0 milhões, contratada em 2013, por quatro anos, sendo prorrogada por mais dois anos, estendendo a vigência para novembro de 2019. Até outubro foi executado US\$ 301,0 milhões, divididos em US\$ 289,0 milhões no Componente 1 e US\$ 12,0 milhões Componente 2.
- Banco do Brasil S.A./PROINVESTE - operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. no valor global de R\$ 816,8 milhões, com garantia e contra garantia da União, contratada em 2014 e com prorrogação firmada em 2018 por mais 360 dias, com vencimento previsto para junho de 2019; até outubro, foi executado 99,4% do montante contratado.
- Programa de gestão fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO PR) - BID - operação de crédito externo junto ao BID no valor de US\$ 8,1 milhões, firmado em agosto de 2014; até outubro, foi executado 59,3% do montante contratado.
- Programa integrado de inclusão social e requalificação urbana - Família Paranaense - operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 60,0 milhões, firmado em 2014; até outubro, foi executado 24,1% do montante contratado.
- Programa Paraná Seguro - operação de crédito externo junto ao BID no valor de US\$ 67,2 milhões, destinados à melhoria da segurança pública do Paraná; até outubro, foi executado 8,7% do montante contratado.
- Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transporte do Paraná (BID V) - operação de crédito junto ao BID no valor de US\$ 235,0 milhões, sendo comprometidos US\$ 4,0 milhões do montante contratado e executado US\$ 2,6 milhões em 2018.
- Programa rotas do desenvolvimento - operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. no valor de R\$ 220,0 milhões, destinados a investimentos em infraestrutura rodoviária, até outubro foi comprometido R\$ 53,5 milhões do montante contratado.

Programas em fase de negociação:

- Programa de apoio ao desenvolvimento urbano e melhoria de infraestrutura municipal - Paraná Urbano III/PROSFM - BID - operação de crédito no valor de US\$ 118,4 milhões, em fase de aprovação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Senado Federal, que abrange a negociação entre o Estado, Governo Federal e BID, com assinatura de contrato e aplicação de recursos prevista para 2019.

Em apoio à gestão dos projetos citados, foi desenvolvido e implantado o módulo financeiro e complementado o módulo de monitoramento e avaliação dos indicadores físicos do Sistema de Gestão e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA-PP), objetivando auxiliar no gerenciamento de sete financiamentos em execução no Estado.

Principais ações de Desenvolvimento Regional:

- Regiões de Desenvolvimento (REDES) - programa de ações integradas em territórios priorizados, que visa potencializar as ações do Estado no entorno de empreendimentos localizados em regiões de baixo índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) ou de vulnerabilidades sociais e ambientais, ou ainda em regiões com grande potencial de desenvolvimento regional. Neste programa estão inseridos: a) Projeto de desenvolvimento regional sustentável do Litoral do Paraná - envolvendo sete municípios da região, tem como objetivo traçar diretrizes e ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Litoral do Paraná, respeitando as peculiaridades de cada município e fragilidade ambiental da região, protegendo o patrimônio natural, histórico e cultural, e garantindo o protagonismo dos atores locais no processo de elaboração e implementação do plano; o contrato para elaboração do plano foi assinado em janeiro e encontra-se em execução; b) Projeto de desenvolvimento regional da Metrópole Paraná Norte - com o objetivo de traçar diretrizes e definir ações de implementação estratégicas para a organização, desenvolvimento sustentável e consolidação de uma ampla região composta por 15 municípios do eixo Londrina-Maringá ao longo das BR 369 e BR 376; o contrato foi assinado em março e encontra-se em execução.
- Plano de Revitalização Integrada da Bacia do Rio Belém - em fevereiro, a SEPL participou da série documental relativa a problemas e soluções dos rios brasileiros denominada As Cidades Azuis, destacando as ações do Estado no Plano Rio Belém e a intenção de replicar o modelo em outros municípios do Paraná, por meio de um programa multissetorial de Águas Urbanas.
- Projeto Sustentável de Fitorremediação na Bacia do Rio Belém - em 2018, está sendo concluído o Termo de Referência para contratação do Projeto Executivo para implantação de dois sistemas de fitorremediação na Bacia do Rio Belém. A SEPL participa do grupo técnico responsável pela implementação e posterior monitoramento destas estações.
- Programa de Águas Urbanas Paranaenses - estruturação do Programa Multissetorial em desenvolvimento conjunto com a SEMA, SEDU, PARANACIDADE, Paraná

Projetos e SETI, que pretende consolidar alternativas hídricas sustentáveis nas cidades do Paraná como opções viáveis do ponto de vista normativo, econômico, social e tecnológico

- Projeto Angra Doce - projeto multissetorial, que abrange cinco municípios junto à represa da Usina Hidrelétrica Chavantes e demais áreas de influência, e busca envolver o setor privado e a sociedade civil junto aos governos de São Paulo e Paraná. Em 2018 houve a publicação do Decreto Estadual n.º 8.725/2018, que o instituiu oficialmente como um projeto de Estado, assim como instituiu um Grupo Gestor, do qual participam a SEMA, SEAB/EMATER, SETI, SEET, Paraná turismo e a SEPL, junto da Paraná Projetos e da Paraná Desenvolvimento, todos tendo apresentado propostas e ações. Além disso, houve a participação na revisão do Plano Ambiental de Conservação e Uso da Represa (PACUERA), a cargo da empresa operadora da hidrelétrica *China Three Georges Corporation* (CTG); participou de atividades do Programa Cidades do Pacto Global, apresentado no *Hub Local 2030* (centro de articulação de ações designado pela ONU para a Agenda 2030 - documento que reunirá metas para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e da Oficina de Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Regional Sustentável dos municípios banhados pela Represa Capivara.

8.4 Coordenação de Concessões e Parcerias (CCP)

- Projetos em análise: a) nova ferrovia - estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira, jurídica e ambiental do projeto ferroviário que liga Dourados (MS) à Paranaguá (PR), em fase da realização do estudo de viabilidade dos proponentes, com prazo de entrega em dezembro; b) Hospital da Polícia Militar (HPM) - projeto para implantação de capacidade, manutenção, operação e gestão do HPM, em fase da análise dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos dos proponentes pelo Grupo Técnico do Projeto; c) Parques do Paraná - manutenção, operação, controle de acesso, gestão das áreas públicas e gestão das unidades de conservação, por meio da exploração econômica do turismo nos Parques Estaduais de Vila Velha, Guartelá e Monge; em fase de análise das propostas pelo Grupo Técnico do Projeto; d) pátios veiculares - construção, operação, manutenção e gestão de pátios veiculares do Estado do Paraná incluindo serviços de remoção guarda, vistoria e restituição de veículos apreendidos; em análise e reestruturação pelo DETRAN; e) eixos metropolitanos - instalação de um sistema de transporte público coletivo com acionamento elétrico para atendimento da população na região metropolitana de Curitiba; em fase de avaliação do projeto, para verificação de sua viabilidade; f) malha ferroviária do Paraná - a atual concessionária da malha ferroviária paranaense solicitou à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a antecipação da renovação do contrato de concessão que teria fim em 2027 por mais 30 anos, em contrapartida de uma

proposta de investimentos; em fase de análise técnica da contrapartida de investimentos por parte da atual operadora.

- Projetos em reanálise para verificação de viabilidade técnica: a) trem Pé Vermelho - construção, operação, manutenção e gestão de trem intermunicipal de passageiros ligando Londrina à Maringá; b) Sistema de Identificação Veicular - produção de placas metálicas de identificação veicular rastreáveis e com segurança contra clonagens e furtos; c) Reestruturação CEASA/PR - recuperação, ampliação, modernização, operação e gestão das Centrais de Abastecimentos do Paraná (CEASA/PR); d) Corredor Sudoeste PRC280 - recuperação, manutenção, operação, ampliação de capacidade e gestão da rodovia, ligando Marmelândia ao entroncamento com a BR-153 em General Carneiro, totalizando 288 km; reanálise em função da alteração do nível de serviço proposto; e) Corredor Norte Pioneiro PR-092 - recuperação, manutenção, operação, ampliação de capacidade e gestão da rodovia PR-092 ligando Porto Leopoldina, na divisa com o Estado de São Paulo, até Jaguariaíva, totalizando 206 km, em reanálise em função da alteração do nível de serviço proposto.
- Projetos em fase de elaboração dos estudos dos proponentes: a) serviços de diagnóstico por imagem - instalação, manutenção e operação de equipamentos de diagnósticos por imagem; e fornecimento de laudos médicos dos diagnósticos realizados em rede pública estadual; b) Sistema Integrado de Inteligência e Controle de Operações - implantação de sistema que dará suporte à SESP quanto à comunicação, gestão da informação e prevenção e combate da violência, tráfico, contrabando e descaminho no Paraná; a construção e a manutenção de centros integrados de controle, encontra-se na fase de elaboração dos estudos dos proponentes.
- Projetos em ajustes finais ou finalização do projeto - a) Sistema de Esgotamento Sanitário - implantação, operação e manutenção de sistemas de esgotamento sanitário em 111 municípios, em fase de ajustes finais para abertura do procedimento de manifestação de interesse; b) Travessia Guaratuba/Matinhos - operação e manutenção do transporte da travessia; em fase de finalização do projeto a ser submetido ao Conselho Gestor de Concessões, para autorização.

Além disso, a CCP realizou a reestruturação dos fluxos e processos que regem a Unidade Paraná Parcerias, com objetivo de dotar a área de uma metodologia de gestão por projetos, foram elaborados quatro produtos: Decreto de Competências do Conselho Gestor de Concessões (CGC), da Coordenação de Concessões e Parcerias (CCP), do Grupo Técnico de Assessoramento ao Conselho (GTAC), do Grupo Técnico Setorial (GTS) e do Grupo de Trabalho (GT); Decreto contemplando os procedimentos e fluxos das concessões e parcerias do Estado; Publicação do Manual de Procedimentos e Guia rápido da Unidade de Parcerias do Estado do Paraná.

8.5 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

O IPARDES produz estatísticas e estudos socioeconômicos, com o objetivo de subsidiar ações governamentais e suprir a sociedade com informações e análises relevantes sobre a realidade paranaense. Entre outras atividades mantém a Base de Dados do Estado (BDE), que integra o Sistema Estadual de Informações, e produz estudos em áreas como demografia e conjuntura econômica do País e do Estado.

O Centro de Pesquisa do IPARDES mantém suas atividades na linha de pesquisas e estudos socioeconômicos, com foco no Estado do Paraná, que se concretizam em produtos como as publicações Boletim de Análise Conjuntural, Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD), Caderno IPARDES - Estudos e Pesquisas e Boletim de Comércio Exterior.

Dentre as realizações de 2018, o Instituto, em sintonia com os procedimentos do IBGE, atualizou as projeções demográficas do Estado do Paraná e de seus municípios até 2040, que incluem população por sexo e faixa etária, importantes ao planejamento de longo prazo, definição de políticas públicas e ao planejamento privado; e os números disponibilizados têm sido incorporados pela área de educação em âmbito estadual e municipal.

Foi mantido o processo de revisão metodológica do cálculo do PIB do Paraná, com o andamento de divulgação à sociedade de taxas de crescimento trimestrais e de valores trimestrais desde o ano anterior. No ano passado, evolui-se no cálculo de dessazonalização e na elaboração de série longa do indicador, de modo a ampliar o refinamento no acompanhamento da macroeconomia regional pelos agentes públicos e privados.

O IPARDES trabalhou na construção de uma nova Matriz Insumo Produto, ferramenta que dispõe de forma abrangente vários aspectos e inter-relações produtivas e de demanda final da economia paranaense.

Em outra frente, participou das iniciativas pelo Governo do Paraná referentes à implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com discussão e desenvolvimento de indicadores de acompanhamento, participação em fóruns e interação com demais órgãos do Estado diretamente envolvidos nessa atividade.

No tocante a projetos do Governo do Estado do Paraná junto ao Banco Mundial (Projeto Multissetorial), o Instituto manteve, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial - PRO-RURAL, as atividades relativas à avaliação da Regularização Fundiária e incorporou a avaliação do Apoio a Iniciativas de Negócios Sustentáveis, conduzidos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB).

O Centro de Pesquisa atendeu a órgãos e secretarias, valendo citar o apoio à área de planejamento do Ministério Público do Estado, ao Tribunal de Contas, à Secretaria de Saúde e à Secretaria de Educação na elaboração do Plano Estadual de Educação (neste caso, foi responsável pela elaboração de indicadores voltados à elaboração dos Planos Municipais de Educação no Paraná). Destacam-se ainda a elaboração de cenários econômicos para executivo estadual e estatais; apresentações sobre a economia paranaense e brasileira para entidades diversas; apoio à editoração de trabalhos do executivo estadual.

No tocante às ações geradoras de informações estatísticas, concernentes ao Centro Estadual de Estatística do IPARDES, o Instituto deu continuidade ao cálculo do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), indicador do nível de preço praticado em Curitiba; foram feitas a revisão e a atualização do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM), indicador que possibilita o acompanhamento do desempenho das políticas públicas em âmbito regional.

Cabe citar a atualização do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), fruto da parceria com a Assessoria Especial da Juventude (AEJ). Tal indicador foi resultado da demanda por informações que possibilite a elaboração de políticas públicas para a juventude paranaense.

Por fim, foram realizadas assessorias à diversas instituições com o objetivo de melhoria das práticas administrativas, cabendo ressaltar os atendimentos às prefeituras do Estado do Paraná, para as quais foram fornecidas amplo rol de informações socioeconômicas, contando-se entre elas o Anuário Estatístico elaborado e disponibilizado pelo IPARDES em sua página na *internet*.

8.6 Instituto de Pesos e Medidas do Estado (IPEM)

O IPEM é uma Autarquia Estadual, subordinada administrativamente ao Governo do Estado do Paraná por meio da SEPL; tecnicamente e financeiramente ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), de quem recebe a delegação para o exercício de suas atividades relativas à avaliação da conformidade, verificação metrológica, calibração e ensaios, que beneficiam todos os segmentos da sociedade envolvendo os setores comerciais, industriais e de defesa do consumidor.

Principais ações:

- Verificação metrológica - foram realizadas cerca de 293.000 verificações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Verificação quantitativa em produtos pré-embalados - foram realizados cerca de 59.000 exames em produtos pré-embalados.
- Foram realizadas cerca de 69.000 ações de fiscalização de produtos e serviços com a conformidade avaliada.
- Foram realizadas cerca de 1.700 calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas.
- Foram realizadas cerca de 500 verificações nos processos de registro de empresas.
- Foram realizados cerca de 14.000 ensaios em produtos têxteis.

8.7 Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR)

A COHAPAR, sociedade de economia mista vinculada à SEPL, é responsável pela política habitacional e pela execução dos Programas Habitacionais do Governo do Paraná. Tem como metas equacionar e resolver o déficit habitacional do Estado, prioritariamente à população de baixa renda, incentivando a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação e reforma de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização, para atendimento a famílias com renda mensal de até dez salários mínimos.

Nesse sentido, três linhas estratégicas têm norteado as ações da COHAPAR, voltadas ao atendimento às necessidades habitacionais no Estado, propondo soluções urbanas planejadas e sustentáveis, desenvolvidas para oferecer moradias dignas, com mais qualidade de vida e sustentabilidade: a) habitação rural; b) habitação urbana; c) titulação, regularização fundiária e urbanização em assentamentos precários.

No que se refere a projetos, a COHAPAR realiza a viabilização técnica dos empreendimentos habitacionais produzidos, participando desde a escolha da área, desenvolvimento de projetos e envio para os agentes financeiros, até a sua contratação. Até novembro, estiveram em análise 895 empreendimentos, que compreendem 27.643 unidades habitacionais, com R\$ 246,5 milhões de investimentos previstos; dados sujeitos a alterações, em razão de desistências por parte dos Municípios, inabilitações junto ao Agente Financeiro e junto à COHAPAR, bem como migração de projetos, entre outros.

A disponibilização dos recursos provenientes do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP) permitiu o desenvolvimento de novas modalidades de atendimento no âmbito do Programa Morar Bem Paraná: a) carteira própria - produção de empreendimentos para comercialização junto às famílias de baixa renda, de forma parcelada, diretamente pela COHAPAR, em condições facilitadas, com juros de 5,0% ao ano em até 360 meses, formando uma carteira de financiamentos do Estado, com reinvestimento do retorno das parcelas, proporcionando um círculo virtuoso e crescente de aplicação de recursos; até novembro constavam 64 unidades em obras, 674 em procedimento licitatório e 2.655 em desenvolvimento; b) atendimento à terceira idade - produção de empreendimentos em formato de condomínio, destinado ao público idoso de baixa renda, com infraestrutura de acesso, locomoção e lazer apropriada, composto por unidades com um dormitório a serem cedidas aos beneficiários por meio de aluguel social; até novembro constavam 240 unidades em procedimento licitatório e 80 em desenvolvimento; c) recursos próprios - produção de empreendimentos habitacionais com recursos do FECOP, destinados às famílias em extrema vulnerabilidade social, prioritariamente àquelas com renda mensal até um salário mínimo, não havendo contrapartida por parte do beneficiário final; até novembro constavam 108 unidades em procedimento licitatório e 128 em desenvolvimento.

No que se refere a Obras, a Companhia supervisiona e faz a gestão em empreendimentos distribuídos em todo o Paraná, coordenando a edificação de unidades habitacionais e obras de infraestrutura para atendimento às famílias paranaenses, e acompanhamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia nas edificações da rede pública estadual de ensino. Até novembro, foram concluídos 63 empreendimentos, totalizando 2.329 unidades habitacionais, encontravam-se em andamento 108 empreendimentos, totalizando 7.288 unidades habitacionais, sendo 835 com previsão de conclusão em 2018.

As obras de infraestrutura realizadas em 2018 proporcionaram o atendimento a 33 famílias, com expectativa de atendimento de 12.775 famílias nos próximos anos, considerando os empreendimentos que encontram-se em execução.

A fiscalização de obras e serviços de engenharia nas edificações da rede pública estadual de ensino, referente os Programas Escola 1000 e Renova Escola contam com 271 escolas concluídas e 136 escolas em obras, das quais 28 tem previsão de conclusão até dez./2018.

No âmbito de Regularização Fundiária e Titulação, a COHAPAR atua em programas habitacionais, buscando a regularização de ocupações irregulares, a realocação de moradores residentes em áreas de risco ou de proteção ambiental e evitar que novos assentamentos precários se desenvolvam, mediante ações que englobam a urbanização de áreas carentes, execução de obras de infraestrutura e a titulação de imóveis irregulares.

A Regularização Fundiária desenvolvida pela COHAPAR é subdividida em modalidades, adequadas às necessidades jurídicas e sociais de cada área e de seus moradores:

- Morar Legal Paraná - destinado à regularização fundiária de imóveis de propriedade dos municípios e de particulares; até novembro, 31.188 unidades contratadas em fase de execução, 12.318 unidades em processo de licitação (fase de julgamento de propostas) e 8.657 unidades em fase de análise visando a elaboração de Termo de Referência e consequente procedimento licitatório, totalizando uma demanda cadastrada de 52.163 unidades; com recursos para o pagamento das empresas contratadas oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.
- Comercialização de lotes com ocupação consolidada - projeto destinado a imóveis de titularidade da COHAPAR e do Estado do Paraná com ocupação consolidada; após a regularização urbanística, ambiental e jurídica da área, o imóvel é transferido aos beneficiários mediante a cobrança de prestação que restitui o erário pela transmissão do imóvel, mas não compromete a capacidade financeira dos beneficiados; encontram-se em desenvolvimento ações de regularização fundiária em mais de 2.188 unidades.
- Escrituração Direta - visa a regularização de empreendimentos próprios e compreende a titulação dos imóveis financiados pela COHAPAR; foram tituladas 1.462 unidades; o Programa foi reformulado, em 2018, criando um sistema próprio de gestão, capacitando técnicos regionais, revisando e dinamizando o fluxo operacional, possibilitando a regularização de 20.000 unidades por ano; que representariam uma receita direta de R\$ 10,0 milhões; até novembro há uma demanda reprimida de 90.000 unidades aptas a serem inseridas no Programa.
- Sistema *Online* de Cadastro de Famílias - desenvolvido para aprimoramento de práticas administrativas e de transparência, é uma ferramenta ágil, integrada ao site da Companhia, que mapeia a demanda habitacional do Estado, por meio de cadastros realizados diretamente pelo cidadão, no portal da COHAPAR ou na prefeitura de seu município; conta com 359 municípios conveniados, 168.371 famílias cadastradas, sendo 53.981 famílias com renda até um salário mínimo, 112.665 famílias com renda até seis salários mínimos, 1.290 famílias com renda até 10 salários mínimos e 435 famílias com renda superior a 10 salários mínimos.

- Programa Família Paranaense (SEDS) - por ocasião da criação do Componente 2 do Programa Família Paranaense, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi assinado Termo de Cooperação Técnica com a SEDS para desenvolver e licitar projetos visando a regularização fundiária e construção de 545 unidades habitacionais nos municípios de Coronel Vivida, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Marmeleiro, Salgado Filho, Fernandes Pinheiro, Teixeira Soares, Bituruna, Francisco Alves, Mariluz, Xambrê, Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Quinta do Sol, Marilândia do Sul, Novo Itacolomi, Manoel Ribas, Sengés e Wenceslau Braz, e obras e requalificação urbana e construção de 535 unidades habitacionais nos municípios de Cantagalo, Imbituva, Prudentópolis, Rebouças e Wenceslau Braz, totalizando um investimento de U\$ 24,5 milhões.
- Gestão Financeira - estima-se que, até o fechamento do exercício de 2018, a Companhia movimentará recursos no montante de R\$ 165,2 milhões utilizados exclusivamente para financiamento dos programas e políticas públicas habitacionais do Estado.

8.8 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD)

O Serviço Social Autônomo Agência Paraná de Desenvolvimento (APD) vincula-se por cooperação à SEPL, a quem cabe à supervisão e interveniência do Contrato de Gestão.

Em 2018, na execução de sua missão, na melhoria de sua gestão e controles, suas principais ações foram:

- Programa Municipal de Atração de Investimentos (PMAI) - auxílio aos municípios paranaenses na organização e desenvolvimento do ambiente de negócios, visando o alinhamento de estratégias que permitam ao município, junto da APD, realizar a prospecção de negócios a médio e longo prazo para promoção do desenvolvimento local.
- Promoção da imagem do Estado como destino de investimentos - realizadas missões prospectivas no Brasil e no exterior, apresentações institucionais (com a participação do Governador e Vice-Governadora), participação em feiras, congressos e eventos setoriais, recepção de missões empresariais, e forte atuação junto às mídias sociais e internet promovendo a marca e imagem do Estado.

8.9 Contrato de Gestão - Serviço Social Autônomo Paraná Projetos

O Serviço Social Autônomo Paraná Projetos vincula-se por cooperação à SEPL, a quem cabe à supervisão e interveniência do Contrato de Gestão. Suas principais ações foram:

- Projetos em andamento: a) roteiro de integração regional - Vale do Ivaí - criação de um eixo de desenvolvimento rural regional no Vale do Ivaí; encontra-se em fase de visitas técnicas aos municípios envolvidos, bem como no mapeamento regional; b) identificação das ações estruturantes ao desenvolvimento regional nos municípios banhados pela Represa do Capivara - diagnóstico da situação regional e proposta de ações estruturantes; encontra-se em andamento as visitas técnicas aos municípios, levantamento e análise dos dados socioeconômicos e ambientais, bem como as oficinas de planejamento estratégico com os envolvidos; c) promoção da integração entre os municípios da área especial de interesse turístico Angra Doce - estudo conceitual e anteprojeto arquitetônico de marina pública; concluída a fase de mapeamento das áreas para a implantação de marinas públicas, realizadas reuniões técnicas do grupo de trabalho e estudo conceitual do projeto; d) elaboração de estudos de gestão e melhorias na infraestrutura do Jardim Botânico de Londrina - concluída a fase de visita técnica para diagnóstico das intervenções, apoio técnico e administrativo para os procedimentos licitatórios e a realização de *workshop* com os atores envolvidos, encontra-se em andamento os estudos de viabilidade econômica.
- Projeto concluído - Eixo de Desenvolvimento Intermunicipal na Região Norte - anteprojeto de arquitetura e relatório com subsídios técnicos à elaboração do termo de referência.

Secretaria da Administração e da Previdência



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

9 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), unidade organizacional de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva e instrumental, tem como objetivo a elaboração de orientações normativas e o controle dos Sistemas de Administração Geral, de Recursos Humanos, de Assistência à Saúde dos Servidores e das Políticas de Seguridade Funcional. Para o desempenho de suas atribuições atua de modo integrado e articulado com os órgãos da administração direta, indireta e autárquica do Poder Executivo. No desdobramento de suas atividades, a SEAP atua por meio de suas Unidades Organizacionais e de suas entidades vinculadas, tais como a Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) e o Serviço Social Autônomo PARANÁPREVIDÊNCIA.

Dentre os projetos voltados a inovação e modernização na gestão, exemplifica-se os aprovados e financiados pelo Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em áreas estratégicas à administração estadual, tais como: dimensionamento da força de trabalho; novas alternativas para composição e gestão da frota de veículos oficiais; novo modelo para a assistência à saúde dos servidores; atualização do cadastro imobiliário do estado e capacitação estratégica dos quadros públicos. Mediante contratação de consultorias especializadas, novos modelos de prestação de serviços estão sendo discutidos e propostos, tendo por parâmetro analítico o Estado da Arte nas respectivas áreas.

Merecem destaque o trabalho para a validação dos pagamentos das Universidades Estaduais e para a inclusão dos Órgãos Dependentes no Sistema Meta4; o desenvolvimento de uma solução informatizada para possibilitar o empenho no Novo SIAF e o crédito bancário nas universidades e empresas dependentes, sob a coordenação de SEPL; a implementação dos Processos Digitais enquanto diretriz de gestão governamental; a efetivação de estudos para a implantação do Teletrabalho no âmbito da administração estadual, e todas as ações que envolvem a implementação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), com destaque para o Projeto Atualiza, que efetivou o cadastramento de 100,0% da base cadastral dos recursos humanos do Poder Executivo Estadual, extensivo aos aposentados e pensionistas.

Ao analisar o conjunto de obtidos pela SEAP, nas diversas áreas de atuação, destacam-se as realizações que seguem.

No contexto de Recursos Humanos, as atividades foram desenvolvidas para a consolidação de uma política de transparência na divulgação das informações de recursos humanos, sendo disponibilizadas no Portal da Transparência, novas formas de consulta por meio de gráficos interativos. Foram disponibilizadas informações referentes aos servidores públicos do Poder Executivo na fruição de licença para concorrer a mandato eletivo no Portal da Transparência.

Foi formalizada a implantação do Sistema Integrado de Atos de Pessoal (SIAP), gerenciado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná que se constitui como uma ferramenta para fiscalização dos atos de admissão de pessoal, histórico de servidores, folha de pagamento, atos de inativação, pensão e revisão de proventos.

Foram concedidas promoções e progressões para 2018, com previsão orçamentária de R\$ 281,2 milhões; aprovada proposta para revisão do auxílio-transporte dos servidores que resultou em reajuste de 4,08% (Decreto n.º 9725/2018); concedido reajuste de novos valores do Piso Salarial do Paraná (Decreto n.º 6638/2017); editados e publicados os perfis profissiográficos dos cargos do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), por meio da Resolução Conjunta SEAP/SEAB/IAPAR n.º 260/18.

Foram nomeados 528 servidores oriundos de concursos específicos, sendo 41 Agentes de Segurança Socioeducativos, 76 Professores da Rede Básica Estadual de Ensino, 47 servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo para atendimento da JUCEPAR, 151 profissionais do quadro da saúde para a SESA, 188 servidores para EMATER e 25 para a ADAPAR, para provimento nos respectivos quadros próprios.

Ocorreu, no período, a realização de treinamentos do ambiente de protocolo digital junto às Unidades de Recursos Humanos.

Foram realizadas ações de Projetos e Processos em atividades voltadas à implementação do eSocial, mapeamento dos processos de RH e a modelagem para estabelecer nova gestão de processos; bem como capacitação por meio de cursos, seminários e *workshop* voltados à gestão de RH, na perspectiva do planejamento estratégico de Recursos Humanos, que resultaram na proposta de regulamentação de gestão de desempenho no âmbito do poder executivo estadual e proposição de cartilha para aplicação da gestão do clima organizacional.

Encontra-se em desenvolvimento o Portal de Cadastro, Informações e Serviços ao servidor do Estado do Paraná, com a finalidade de otimizar tempo e recurso da máquina pública, aumentar eficiência, modernização, transparência, desburocratização, padronização de processos e procedimentos em ambiente virtual, contendo informações estratégicas e informatizadas para gestão de Recursos Humanos.

O Sistema de Assistência ao Servidor (SAS), custeado pelo Estado, sem qualquer ônus ao usuário, está disponível na capital e no interior do Estado, distribuído em 15 macrorregiões, com hospitais contratados e/ou referenciados, para atendimento médico hospitalar e ambulatorial aos servidores, seus dependentes e pensionistas. Com vistas a ampliação do SAS, por meio de disponibilização de serviços de diversas complexidades em uma rede em todo o Paraná, o atendimento se faz presente em 43 municípios, com 394 pontos de atendimento e 390.965 beneficiários (titulares e dependentes) com direito à assistência. A produtividade estimada do SAS em 2018 é representado por 1.065.207 atendimentos para 207.529 usuários diferentes, 709.020 consultas médicas, 1.639.366 procedimentos diagnósticos clínicos e cirúrgicos e 108.925 diárias hospitalares.

As ações em destaque no campo da Segurança e Saúde Ocupacional em 2018 foram: a) Agendamento-*Web* - agendamento de perícia pela internet pelo Portal do Servidor, em fase de testes, como meio alternativo, auxiliar e futuramente substitutivo do agendamento por telefone; b) Projeto de Credenciamento Médico - em fase final de modernização, a perícia vem sendo realizada por Sistema Credenciado em todo o Estado; o projeto busca aumentar a capilaridade no Estado, com médicos credenciados nas principais regiões, facilitando os pedidos de licenças e benefícios aos servidores; c) atualização do Manual de Perícia Médica; d) Capacitação Técnica dos Servidores da Perícia em sistemas informatizados tais como Meta4, eProtocolo e GMS que exigem o constante treinamento e atualização dos servidores; e) previsão ajustada de 60.000 perícias no Estado, até dezembro.

No âmbito da Seguridade Funcional e, em especial, no que se vincula ao cumprimento de metas estabelecidas no Contrato de Gestão do Governo estadual com o Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA e no Planejamento Estratégico da SEAP, destacam-se: a adoção de processo eletrônico para concessão de aposentadorias e pensões; a implantação do Regime de Previdência Complementar; a revisão do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência e a adequação do Estado ao projeto de Reforma da Previdência. Encontram-se com indicativo de aposentadoria cerca de 16.000 servidores, com valor médio mensal de R\$ 6.090,00.

Na capacitação estratégica dos Quadros Públicos, a Escola de Gestão do Paraná ofertou 120 ações de capacitações para o desenvolvimento de competências essenciais de gestão pública. Foram estruturadas Trilhas de Aprendizagem, compostas por um conjunto de cursos, seminários e *workshops*, com a participação de 8.700 servidores. Das ações realizadas, 32,0% ocorreram na modalidade presencial e 62,0% a distância. Visando o estímulo à pesquisa e à inovação no contexto da gestão pública paranaense, bem como auxiliar no processo de transferência imediata dos conhecimentos, experiências e aprendizados ao local de trabalho, foram direcionados esforços para fomentar o registro e o compartilhamento de boas práticas de gestão tendo como resultado o registro de 92 boas práticas e 40 produções acadêmicas em áreas estratégicas da administração estadual. Foram lançadas, também, duas edições da Revista Inovação em Gestão Pública no Paraná, para valorização das iniciativas de agentes públicos comprometidos com a inovação e melhoria da qualidade da gestão pública. Com financiamento integral da administração estadual, foram disponibilizadas 570 vagas em curso de Especialização em Gestão Pública.

Na Gestão dos Serviços as ações e atividades foram voltadas à otimização e racionalização de custos. No segmento Limpeza, Asseio e Conservação, foram realizados 11 pregões que resultaram em uma economicidade de 14,8% (R\$ 17, 2 milhões); no segmento Vigilância Ostensiva, a realização de nove pregões, resultou em 22,39% de economicidade (R\$ 31,2 milhões); no segmento *Outsourcing*, a realização de um pregão resultou em 60,5% de economicidade (R\$ 24,0 milhões); na área do eProtocolo Digital, o crescimento foi exponencial, saindo de 7.000 processos digitais em 2017, para 51.000 até outubro, representando ampliação de 628,0%.

Na Gestão de Compras, destacou-se a realização de procedimentos licitatórios para Registro de Preços de bens e contratação de serviços comuns, licitações para aquisição e locação de veículos, contratação de seguros de vida e patrimonial, e certames específicos para órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual. Até outubro, foram apresentados 296 processos, sendo: 58 homologados, 70 na fase interna de certame, 151 na fase externa do certame e 17 cancelados/fracassados. Foram homologados 109 procedimentos licitatórios de 2017 e 10 se encontram em fase externa de certame. Desse total, 97,0% foram por meio de pregão eletrônico e 3,0% pregão presencial. Nas licitações efetuadas em 2018, a diferença entre o valor estimado (R\$ 1,9 bilhão) e o homologado (R\$ 1,2 bilhão), com economicidade de 37,0%, equivalente a R\$ 700 milhões.

A Gestão de Transporte Oficial do Estado conta com uma frota de 23.512 veículos distribuídos nos 399 municípios. Na Gestão de Abastecimento, há 1.044 postos credenciados em 333 municípios, mediante a utilização de Cartão de Abastecimento, possibilitando gerenciamento individualizado dos veículos. Destaca-se neste aspecto os trabalhos de 1.497 gestores e fiscais do contrato capacitados, 56 órgãos integrados e 19.339 veículos e equipamentos ativos no sistema de abastecimento. O sistema atual possibilita o monitoramento mensal de indicadores da frota e por veículo, tendo 17.263 veículos/equipamentos na condição de frota usuária do sistema de manutenção. Se comparado ao Sistema de Manutenção Veicular (SMV), que funcionou até 27/01/2015, nota-se uma economia média da ordem de 21,2%. Foram emitidas e finalizadas 40.992 Ordens de Serviços de setembro de 2017 a agosto de 2018.

O Estado implantou, em projeto efetivado inicialmente em Curitiba, o transporte via sistema ou aplicativo. Com isso, serão desativados gradativamente os veículos que fazem serviço administrativo, substituindo-os pelos da Mega Táxi Brasil, consórcio que venceu a licitação. Atualmente, o quilômetro rodado custa, ao Estado, R\$ 6,50, conforme estudo do IPARDES. Na nova sistemática, cai para R\$ 3,70. Para o Estado, é mais economia com compra de carros, manutenção, abastecimento; maior controle e gerenciamento; e não necessidade de contratação de motoristas. Para o serviço público, haverá otimização do tempo e agilidade. E para a sociedade, o benefício de os carros nas áreas administrativas serem destinados, principalmente, à Saúde e Segurança.

Com o objetivo de reduzir despesas e ter maior controle sobre o uso dos bens públicos no Paraná, foi determinado o recolhimento da frota de veículos utilizados por secretários e dirigentes de estatais, que passaram a ser disponibilizados conforme demanda. Na mesma linha, restringiu-se a distribuição de telefones celulares corporativos entre dirigentes e assessores. Foram mantidos apenas os aparelhos imprescindíveis para não afetar o desempenho das atividades da administração pública.

No contexto da Gestão Patrimonial destacaram-se, em 2018, as ações de gerenciamento permanente do Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado do Paraná (GPI), com 8.104 imóveis cadastrados, sendo 4.673 de propriedade da

administração direta, 927 da administração indireta e 2.504 de terceiros. Foi concluída a atualização cadastral de 4.037 imóveis, em todo o Estado, por meio de contratação de consultoria especializada, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de R\$ 18,2 milhões. Foi implantado o Sistema de Gestão de Patrimônio Móvel (GPM) no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e o Manual dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais para Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis, Bens Imóveis, Ativos de Infraestrutura, Bens do Patrimônio Cultural e Ativos Intangíveis da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Paraná.

O cadastramento e tramitação de processos por meio eletrônico deixou de ser apenas um desejo do Governo do Paraná. A era digital já envolve pelo menos 70 órgãos estaduais. Mais de 96 mil processos percorreram o caminho eletrônico, garantindo rapidez, segurança na informação, gestão integrada de documentos e redução de custos e de burocracia. Muitos dos documentos passaram a ser criados na plataforma, e analisados, complementados e assinados digitalmente, reduzindo as distâncias a um clique no teclado do computador. Um pedido de cancelamento em folha de pagamento, como de seguro de vida ou contribuição sindical, por exemplo, que antes demorava 70 dias, agora é feito em apenas três.

Na área referente à Gestão Documental, o Programa de Gestão de Documentos (PDG) realizou o mapeamento de 170 estruturas administrativas sendo que 175 órgãos e Secretarias Estaduais, 97,7% dos órgãos produtores de documentos que representa a Administração Pública do Estado, foram orientados a aderir à metodologia de gestão de documentos implantada. Foi ampliado o alcance de criação das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSAs), com a designação e constituição formal de 81 Comissões nos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Paraná, publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE). Encontram-se em andamento 521 Projetos de Gestão Documental (designações, eliminações, revisões de tabelas de temporalidade), 175 acervos acumulados e herdados dos Órgãos e Secretarias Estaduais contatados, visando a modelagem inicial do Plano de Classificação para criação das suas respectivas Tabelas de Temporalidades Finalísticas, com 76 tabelas sendo elaboradas, revistas e ampliadas. Com relação ao Programa de Automação dos Arquivos Intermediários, efetuou-se a digitalização parcial do acervo do DEAP, constituído por cerca de 7.000 metros lineares de documentos de caráter administrativo-legal, com a captação de 18.513 itens documentais em 187.635 imagens digitais, dos quais 19.392 itens já se encontram indexados e disponíveis para pesquisa no Sistema Documentador. Foi implantado o Projeto de Interiorização do Arquivo Público do Paraná - uma expansão do Programa de Gestão de Documentos - buscando implementar, no âmbito dos arquivos da Administração Pública Municipal do Estado do Paraná, uma série de ações destinadas aos servidores municipais que trabalham com os

mais diversos tipos de documentação, com o objetivo de dar acesso a informações sobre como preservar e organizar acervos documentais e contribuir para a constituição e a preservação da memória estadual, atender às demandas informacionais do Estado para apoiar no processo decisório. Foram visitados e orientados os 28 municípios que compõem a Macrorregião Metropolitana de Curitiba, bem como os sete municípios que compõem a Macrorregião do Litoral do Paraná.

A Junta Comercial do Paraná passou a vincular-se ao Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico, a partir de junho de 2018, conforme Decreto n.º 9.987.

O Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDENCIA, no pagamento de aposentadorias e pensões destinadas aos servidores públicos e dependentes, com uma clientela de cerca de 400.000 pessoas, desenvolveu projetos visando melhorias no atendimento presencial e a distância, com o uso de novas tecnologias. Nesse contexto, buscou-se a reestruturação de procedimentos para atender as crescentes demandas dos servidores públicos, por meio de avaliação e mudanças de fluxos internos para dar agilidade e redução de papéis na tramitação de processos de concessão de benefícios, alterando o relacionamento com as áreas gestoras de recursos humanos das Secretarias de Estado. Além disso, foram capacitados profissionais em tecnologia da informação reduzindo custos com terceirizações.

Secretaria da Fazenda



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

10 Secretaria de Estado da Fazenda

A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e suas vinculadas têm como finalidade obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar à administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e ampliar os setores da economia.

Para a execução dessas atribuições, está organizada em quatro Coordenações: do Tesouro Estadual (CTE); da Receita do Estado (CRE); de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação e Comunicação (CGETIC); do Orçamento Estadual (COE).

Deu-se continuidade ao ajuste fiscal iniciado em 2015, com o objetivo de equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos. Os resultados e os avanços mais importantes alcançados, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, seguindo as diretrizes de redução de despesas, renegociação de dívidas, incremento de receitas e melhoria da gestão, estão relatados a seguir.

10.1 Redução de Despesas

- Contingenciamento do Orçamento Geral do Estado em R\$ 9,6 bilhões - até setembro, ainda estavam contingenciados R\$ 8,1 bilhões (R\$ 7,6 bilhões do tesouro e R\$ 510,0 milhões de outras fontes). Entre os valores contingenciados das fontes do tesouro, R\$ 2,4 bilhões encontram-se alocados em fonte de recurso que teve frustração de receita em relação a sua estimativa na Lei Orçamentária Anual (LOA) e R\$ 3,9 bilhões referem-se à cobertura das insuficiências financeiras dos Fundos Financeiro e Militar que, por determinação do Tribunal de Contas do Estado e orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), sua execução passou a ser extra orçamentária, tendo sido contingenciado o orçamento definido na LOA.
- Acompanhamento mensal da execução do orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME).
- Sistema RH-Paraná Meta4 - realizado o empenho da folha de pagamento e o crédito bancário dos funcionários e das consignatárias das Instituições Estaduais de Ensino Superior (UEM, UEL, UEPG, UNIOESTE e UNICENTRO) e das empresas, de que trata o Decreto nº 2.879/2015, no Novo SIAF, por meio de funcionalidade desenvolvida no Meta4. Os trabalhos foram desenvolvidos em conjunto com a SEPL/SEAP (coordenadoras do projeto), com a participação da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).

- Cota Orçamentária Trimestral e Financeira Mensal - manutenção da política de gastos das Secretarias, compatível com a disponibilidade financeira do Estado.
- Sistema de Avaliação do Gasto Público - monitoramento dos Indicadores de Gasto Mensal e Relatório de Desempenho Fiscal Mensal.
- Comitê de Qualidade da Gestão Pública - promoção de ações visando a qualidade e a racionalização do gasto público.
- Conselho de Controle das Empresas Estaduais (CCEE) - contribuiu com a Administração Direta em assuntos afetos às empresas sob controle do Estado, fundações e serviços sociais autônomos, com deliberações sobre: a) normas gerais de governança; b) procedimentos referentes a política salarial; c) relação das empresas estatais com receita operacional bruta inferior a R\$ 90,0 milhões, em 2016, sujeitas às normas previstas no Decreto Estadual n.º 5.725/2016.

10.2 Redução da Dívida

- Pagamento de Precatório e Requisição de Pequeno Valor (RPV) - foram pagos R\$ 673,4 milhões, de janeiro a agosto.
- Elaboração e apresentação para o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) do plano para quitação até 2024 da dívida do Estado com precatórios, estimada em R\$ 9,3 bilhões. Para o exercício de 2019, o Governo do Estado reservou R\$ 1,35 bilhão para a sua quitação.
- Restituições de Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) - devolução de R\$ 20,4 milhões de impostos pagos em duplicidade ou recolhidos indevidamente pelos contribuintes (janeiro a agosto).
- Restos a Pagar - pagamento de R\$ 2,1 bilhões de restos a pagar processados e não processados de exercícios anteriores (janeiro a agosto).
- Pagamento da Dívida com a União - o acordo firmado entre a União e os entes federados, em julho de 2016, para escalonamento crescente dos pagamentos a partir de 2017, gerou uma redução de desembolso de R\$ 257,0 milhões, no período de janeiro a junho.
- Compensação de créditos de precatórios com dívidas ativas de pessoas físicas e jurídicas - foram indicadas para compensação dívidas ativas no montante de R\$ 347,8 milhões, que possibilitam o pagamento de até R\$ 313,0 milhões de precatórios, caso sejam pagas todas as parcelas correspondentes aos 10,0% das dívidas ativas (Decreto n.º 8.470/2017).

10.3 Ampliação de Receitas

10.3.1 Tributárias

- Antecipação de recebíveis do Paraná Competitivo diretamente com as empresas, no valor de R\$ 488,5 milhões, com distribuição adicional de R\$ 122,1 milhões de ICMS aos municípios.
- Programa Nota Paraná - lançado em 2015, estimula a emissão de nota fiscal por todos os estabelecimentos comerciais do Paraná, mediante retorno de parte dos impostos pagos para os consumidores e distribuição de prêmios. Possui 2,4 milhões de cidadãos cadastrados, 170,9 mil estabelecimentos comerciais participantes, com 942,0 milhões de notas fiscais emitidas e R\$ 1,2 bilhão em créditos concedidos (dados até novembro).
- Revisão da Lei Estadual n.º 18.877, de 30 de setembro de 2016, que trata da fiscalização e formalização do crédito tributário, do contencioso administrativo e do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais.
- Projeto de combate aos contribuintes devedores contumazes - foram monitoradas 141 empresas, das quais, até setembro, 54 encontravam-se enquadradas no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento, que obriga as empresas a recolherem o ICMS antecipadamente, por ocasião da ocorrência do fato gerador, em que pese a existência de algumas liminares que afastam tal obrigação. A arrecadação aos cofres públicos dessas empresas foi de R\$ 75,2 milhões (R\$ 25,5 milhões do Regime Especial), de janeiro a setembro, contra R\$ 59,0 milhões em 2017, indicando um acréscimo de 27,5% na arrecadação de ICMS. O projeto contribuiu para a cobrança das dívidas ativas de ICMS, bem como para trazer esses contribuintes para a adimplência no pagamento dos impostos gerados recentemente.
- Suspensão dos benefícios fiscais das empresas inscritas no Cadastro Informativo Estadual (CADIN) - bloqueada a utilização de crédito presumido na Escrituração Fiscal Digital (EFD).
- Ampliação de protesto de Dívida Ativa para todo o Paraná e encaminhamento de dívidas ativas de valores maiores - até setembro, foram regularizadas dívidas ativas no montante de R\$ 11,0 milhões.
- Restrição das regras de parcelamento de EFD, nos termos do Decreto n.º 7.985/2017, que alterou a quantidade máxima de escriturações passíveis de parcelamento, de oito para quatro referências. Também foi restringida a quantidade máxima de parcelamentos de dívida ativa vigentes, de ilimitado para até cinco parcelamentos, sendo um parcelamento em até 12 vezes, um em até 24 vezes, um em até 36 vezes e até dois em até 60 meses.

- Implantação da Lei n.º 19.182/2017 que autorizou o pedido de compensação de dívidas ativas inscritas até 25 de março de 2015 com precatórios, desde que recolhidos o equivalente a 10,0% do montante de dívidas ativas sujeitas à compensação, ainda que parcelados em até 10 vezes. Foram indicadas para compensação dívidas ativas no montante de R\$ 347,8 milhões. Até agosto, foram recolhidos R\$ 18,8 milhões relativos à antecipação dos 10,0% exigidos pela legislação.
- Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos (GERA) - formado pela CRE e pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), acompanhou 10 grupos empresariais com histórico de dívida ativa de grande montante.
- Intensificação da cobrança do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) nas doações declaradas à Receita Federal do Brasil e não recolhidas ao Tesouro Estadual.
- Tratativas para integração do Módulo do ITCMD do novo Sistema de Gestão Tributária (SGT) com o PROJUDI do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e com o Banco de Dados do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) da prefeitura.
- Avaliação, verificação e atualização da aplicação das Margens de Valor Agregado (MVA) da substituição tributária.
- Ações para a cobrança de inadimplentes do IPVA: a) *blitz* para recuperação de débitos em atraso; b) envio de correspondências para os inadimplentes cobrando pendências; c) inscrição no CADIN de 1.474.495 débitos de IPVA, relativos aos exercícios de 2013 a 2017, no valor de R\$ 536,1 milhões (destes, foram baixados, até setembro, 89.169 débitos no valor de R\$ 46,8 milhões); d) notificação de grandes devedores, sob pena de inscrição em dívida ativa, com débitos pendentes de 2013 a 2016 (17 CNPJs com débitos de R\$ 37,7 milhões e 100 CPFs com débitos de R\$ 3,4 milhões), gerando R\$ 5,2 milhões de recolhimentos antes da inscrição em dívida e a inscrição de 21.740 dívidas ativas.
- Intensificação do uso do instituto da autorregularização - realizadas 10 autorregularizações que buscavam o pagamento ou a justificativa pelo não recolhimento de R\$ 271,6 milhões de ICMS por 24.804 contribuintes. As ações geraram recolhimentos de R\$ 24,2 milhões (ICMS + atualização), até setembro.
- Programação Fiscal Estadual (PFE) - voltada à lavratura de autos de infração, encontram-se em execução três fases, referentes a 311 verificações fiscais, no montante estimado de R\$ 1,9 milhão (ICMS + multa).
- Cancelamento da Inscrição Estadual de contribuintes do Simples Nacional por omissão de declaração, débitos de tributos estaduais e atividades vedadas.
- Monitoramento de contribuintes impedidos de recolher o ICMS pelas regras do Simples Nacional, em virtude de a receita bruta ter ultrapassado o sublimite do ICMS.

- Exclusão de contribuintes do Simples Nacional que possuíam débitos perante a Fazenda Pública Estadual cuja exigibilidade não estava suspensa e/ou pendência cadastral.
- Exigência da aplicação da alíquota de 12,0% nas operações interestaduais com produtos importados constantes da lista da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).
- Monitoramento da apropriação indevida de créditos de ICMS referentes a entradas interestaduais de produtos importados (Resoluções n.º 13/2012 e n.º 137/2016 do Senado Federal), creditando-se de 12,0% quando o correto seria de 4,0% (CAMEX invertida).
- Avaliação e Renovação dos benefícios fiscais.
- Instituição de incentivos fiscais para geração de energia elétrica oriunda de fontes renováveis (eólica, biomassa hidráulica, solar, etc.) mediante a adesão ao Convênio ICMS 16/2015 e publicação da Lei n.º 19.595/2018, regulamentada pelo Decreto n.º 10.686/2018.
- Revisão dos benefícios fiscais vencidos em 2018.
- Limitação de valores de créditos apropriados em 2018 no Sistema de Controle da Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCRED).
- Acompanhamento do recolhimento de ICMS - Substituição Tributária de Estados não signatários e realização de autuações. Está sendo ampliado para outros produtos e expandido para as Delegacias Regionais da Receita.
- Nova Integração, por meio da REDESIM, dos Cadastros da Receita Estadual e da Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) com o propósito de permitir a redução do tempo médio de abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas.
- Monitoramento das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) e cruzamento com o Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório (PGDAS-D) e o Nota Paraná. Monitoramento com o cruzamento da NF-e e Declaração Eletrônica de Substituição Tributária, Antecipação e Diferencial de Alíquota (DeSTDA) - Decreto n.º 442/2015).
- Auditoria no PGDAS-D para identificar a utilização incorreta do percentual de isenção e redução da alíquota do ICMS.
- Monitoramento da não escrituração de Notas Fiscais de Saídas; da apropriação de créditos de ICMS referentes a Notas Fiscais canceladas pelos emitentes; da apropriação de créditos de ICMS em duplicidade; de nota fiscal de saída com valor declarado a menor na EFD; de Crédito de ICMS oriundo de Nota Fiscal modelo 1 com indícios de ilícito; da apropriação indevida de crédito (EFD diferente da NF).
- Monitoramento de pedidos de restituição de ICMS, baseados em decisões judiciais com trânsito em julgado contrárias à SEFA/CRE, nas saídas de

mercadorias, a título de bonificação, para identificar: recolhimento de imposto anteriormente diferido, valores a restituir com base na emissão de NF-e com produtos posteriormente devolvidos, estorno do imposto creditado na entrada pelos destinatários, emissão de notas fiscais de devolução, sem a respectiva nota fiscal de venda das mercadorias, entre outros.

- *Business Intelligence (BI) MicroStrategy* - reorganização da camada semântica visando melhoria no desempenho e simplicidade no acesso pelos auditores fiscais aos dados corporativos disponibilizados no ambiente analítico; mentoria no uso da ferramenta voltada à solução de problemas na análise de dados, em todas as delegacias e inspetorias gerais; ampliação dos dados disponíveis para análise, tais como do sistema IVA no *data warehouse* corporativo (DW), do Simples Nacional no DW (DAF607, DASD, DEFIS), da ECD, do Cadastro Centralizado dos Contribuintes, dos participantes (remetentes e destinatários de notas fiscais) e dados públicos da Receita Federal do Brasil (RFB); disponibilização do Painel NF-e Total Analítico Estado, e do Painel Ajustes EFD.
- Projeto piloto para adoção de métodos de análise avançada de dados, com algoritmos para classificação de itens de notas fiscais pelo NCM e pelo CEST, visando a inclusão ou exclusão de produtos do regime de substituição tributária.
- Credenciamento de novos Bancos para o recolhimento de Guia de Recolhimento do Estado do Paraná (GR-PR) e Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), implantação de rotina para recolhimento de Parcelamento de Créditos Não Tributários e Créditos Tributários do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP), e acompanhamento do projeto para implantação da GNRE Única.
- Apuração e indicação de benefícios fiscais concedidos no Estado do Paraná desde 1988, em cumprimento a Lei Complementar n.º 160/2017 e Convênio n.º 190/2017, que tratam de remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea g do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstituições.

10.3.2 Receitas Não-Tributárias

- Acompanhamento da apuração e recebimento dos recursos do Sistema de Compensação Previdenciária (COMPREV) entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
- Implantação do parcelamento de dívidas ativas não tributárias, conforme Resolução SEFA n.º 1.064/2018 e art. 13 da Lei n.º 19.358/2017.
- Depósitos judiciais - obtenção da liberação de R\$ 427,5 milhões, até agosto.
- Alienação da participação acionária excedente do Estado na SANEPAR, no valor de R\$ 546,2 milhões, sem perda do controle acionário.

- Gestão do Fundo de Combate à Pobreza (FECOP) - visando promover medidas destinadas à redução da pobreza, com ações em assistência social, nutrição, habitação popular e proteção de direitos (Lei n.º 18.573/2015), foram arrecadados R\$ 343,7 milhões (até setembro).
- Identificação e cobrança das contrapartidas sociais das empresas do Programa Paraná Competitivo. Os recursos são destinados aos programas sociais, de tecnologia e inovação gerenciados pelo Estado.
- Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III - iniciado novo pleito para financiamento junto ao Governo Federal, no valor de US\$ 118.4 milhões, com o objetivo de contribuir para a redução do *déficit* de infraestrutura urbana nos municípios paranaenses de maneira sustentável.
- Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná - PROFISCO II PR - iniciado novo pleito junto ao Governo Federal no valor de US\$ 55.0 milhões.

10.4 Melhoria da Gestão

- Companhia Paranaense de Securitização (PRSEC) – inativada em 31/08/2018, com a devolução de R\$ 556,0 mil ao tesouro estadual, deixando de gerar despesas ou custos ao Estado.
- Programa de Capacitação e Desenvolvimento - priorizadas as capacitações para os novos sistemas: Novo SIAF, Sistema de Gestão Tributária (SGT) e para o e-Processo (Processo Eletrônico).
- Aprovados o Planejamento Estratégico da SEFA e instituído os indicadores estratégicos para mensurar os avanços em cada objetivo e possibilitar a gestão dos resultados esperados (Resolução nº 1.813/2017, e o Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação (Resolução nº 445/2018).
- Cota-Parte de 25,0% do ICMS aos municípios paranaenses - encaminhada minuta de Anteprojeto de Lei alterando o parágrafo único do art. 1º, da Lei n.º 9.491/1990, atualizada pela Lei n.º 19.380/2017, a ser apreciado pela Assembleia Legislativa em regime de urgência.
- e-Processo - em fase de homologação do sistema para gerenciamento eletrônico de processos e documentos que tornará o Processo Administrativo Fiscal (PAF) totalmente eletrônico, melhorando a gestão, reduzindo custos e prazos, e ampliando a capacidade.
- Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. (BADEP) - extinto em 31/07/2018, o Estado recebeu R\$ 85,0 milhões em ativos (R\$ 30,0 milhões em dinheiro e R\$ 55,0 milhões em imóveis) e a transferência de 540 contratos de financiamento

(operações realizadas nas décadas de 1980/1990) que se encontram em execução judicial na PGE.

- Novo Sistema de Gestão Tributária - visa a modernização dos processos de tributação, arrecadação e fiscalização da Receita Estadual, com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Encontram-se em desenvolvimento os módulos do IPVA e ITCMD.
- Solução Integrada de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil (Novo SIAF) - visa modernizar e tornar mais eficiente a gestão fazendária do Estado. Conclusão do módulo de Orçamento e continuidade às melhorias dos módulos de Gestão Financeira e Contábil.
- Modernização do ambiente autorizador de documentos eletrônicos da SEFA, que emite mais de sete milhões de documentos por dia.

10.5 Atração de Novos Investimentos

10.5.1 Programa Paraná Competitivo

Objetiva atrair novos investimentos, gerar emprego e renda, promover a descentralização regional e a preservação ambiental, pela indução do desenvolvimento industrial do Estado. Em 2018, o Decreto n.º 10.362 ajustou os critérios que disciplinam os procedimentos para o enquadramento das empresas no programa.

O Paraná Competitivo contabiliza mais de 200 empresas na carteira, que proporcionaram ao Estado R\$ 46,0 bilhões em investimentos no período de 2011 a setembro de 2018, sendo R\$ 26,7 bilhões da iniciativa privada e R\$ 19,3 bilhões das estatais (R\$ 15,0 bilhões da COPEL, R\$ 4,0 bilhões da SANEPAR e R\$ 293,7 milhões da COMPAGAS), que resultaram na geração de 540,0 mil empregos (100,0 mil empregos diretos e 440,0 mil indiretos).

Foram elaborados diversos Protocolos de Intenções visando a implantação ou expansão de projetos de investimentos industriais e comerciais (e-commerce e Centro de Distribuição) no Estado.

10.5.2 Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC)

O SEPARTEC, instituído pelo Decreto n.º 9.194/2018, é o instrumento articulador dos Parques Tecnológicos do Paraná, visa criar um ambiente favorável para o desenvolvimento da inovação. Os Parques Tecnológicos consistem num ambiente planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor de cultura de inovação, da competitividade, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa, de desenvolvimento

tecnológico e de inovação entre empresas e uma ou mais instituições de ciência e tecnologia, com ou sem vínculo entre si.

O Estado, por meio da Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI), envidará esforços no sentido de celebrar os instrumentos jurídicos apropriados com órgãos ou entes da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimento ou financiamento e entidades de classe, buscando promover a cooperação entre os atores envolvidos.

A SEFA, em parceria com a SETI, é responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho Permanente (GT Permanente), instância que operacionaliza as ações do SEPARTEC.

Atividades realizadas:

- Aprovação do regimento interno do Conselho Estadual de Parques Tecnológicos (Decreto n.º 9.195/2018).
- Instalação das Câmaras Temáticas do Financiamento, de Gestão e Governança; da Relação Universidade-Empresa e do Marco Regulatório.
- Estruturou no âmbito do GT/Permanente a validação dos planos de ações do Planejamento Estratégico do SEPARTEC.
- Elaboração da proposta para criação do Fundo de Aval Garantidor das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FAG/PR); do Fundo de Inovação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Paraná (FIME/PR); e do Fundo de Capital de Risco do Estado do Paraná (FCR/PR).
- Proposta de política pública para o tratamento tributário do ICMS para empresas estabelecidas nos Parques Tecnológicos credenciadas no SEPARTEC.
- Estruturação da Secretaria Executiva, uma unidade de apoio ao Conselho Estadual de Parques Tecnológicos, responsável pela sistematização das informações e realização das tarefas técnicas administrativas de apoio ao colegiado, ao GT Permanente e aos Grupos temáticos.

10.6 Resultados Alcançados

Comparativos entre os exercícios de 2017 e 2018 (janeiro-agosto):

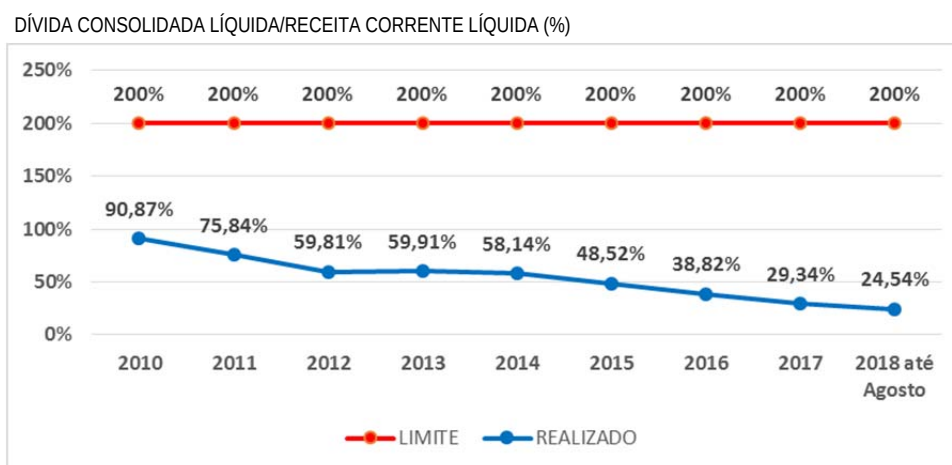
- Receita Corrente Líquida - retirando o efeito da receita extraordinária de ICMS nos meses de janeiro de 2017 e de 2018, em um cenário de crescimento do PIB do País muito baixo, o Paraná apresentou crescimento nominal de +4,3% e crescimento real de +0,1%.
- Receita Corrente - crescimento nominal de +0,6% e queda real de -3,5%. As Transferências da União também tiveram uma queda real de -0,1%.
- Receita Tributária - retirando o efeito da receita extraordinária de ICMS nos meses de janeiro de 2017 e de 2018, teve crescimento nominal de +3,9% e queda real de

- 0,3%, assim distribuídos: a) ICMS, valor nominal +3,3% e valor real -0,8%; b) IPVA, valor nominal +5,4% e valor real +1,1%; c) ITCMD, valor nominal +7,4% e valor real +3,1%; d) IRRF, valor nominal +6,1% e valor real +1,8%.
- Despesas Correntes - queda nominal de -4,3% e queda real de -8,2%, com os principais itens de despesas liquidadas: a) pessoal, valor nominal +2,2% e valor real -1,9%; b) outras despesas correntes, valor nominal -13,8% e valor real -17,3%.

10.7 Evolução dos Indicadores

Comparativos entre os exercícios de 2017 e 2018 (janeiro-agosto):

- Limite de Endividamento - mede a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Apresentou redução de 16,3%, passando de 29,3% para 24,5%.



- Limite de Despesa de Pessoal do Executivo - mede a relação das despesas com pessoal do Poder Executivo, que aumentou em 2,1%, passando de 44,1% para 46,2%.
- Limite de Despesa com Educação - mede as despesas com educação em relação ao mínimo constitucional. Teve a aplicação de 32,3% da Receita Líquida de Impostos com Educação (7,7% acima do mínimo constitucional de 30,0%).
- Resultado Primário - indica a economia de recursos para pagamento da dívida. O resultado, antes deficitário em R\$ 177,9 milhões em 2014, fechou 2015 superavitário em R\$ 1,9 bilhão, deficitário em R\$ 481,0 milhões em 2016, e deficitário em 2,8 bilhões em 2017, encontra-se superavitário em R\$ 170,7 milhões (valores nominais) em 2018.
- Resultado Nominal - mede a variação da dívida fiscal líquida. O resultado fechou 2015 superavitário em R\$ 447,4 milhões, fechou 2016 superavitário em R\$ 2,8 bilhões, fechou 2017 superavitário em 2,5 bilhões e, em 2018, encontra-se superavitário em R\$ 1,7 bilhão.

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

11 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) tem por finalidade a execução das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, assim como a orientação técnica especializada no planejamento, na organização, no controle e na execução das atividades dos setores agropecuário e do abastecimento do Estado. Com seus departamentos e suas unidades descentralizadas, constitui o Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI) que, juntamente com as entidades organizadas do setor rural, estabelecem mecanismos de apoio aos agricultores paranaenses.

O agronegócio responde pela principal atividade da economia paranaense, representando a vocação natural do Estado, gera riquezas, adiciona renda, multiplica empregos, e subtrai desigualdades regionais.

O SEAGRI estabeleceu instrumentos de ampliação de oportunidades no meio rural, com o uso sustentável dos recursos, garantindo a produção de alimentos, fibras, e matéria prima para transformação. Os programas e projetos desenvolvidos nessa área tiveram foco em quatro estratégias: a) planejamento e ação em Microbacias Hidrográficas; b) redução das taxas de perda de solo e do uso de agrotóxicos; c) inovação tecnológica para o aumento da produção, produtividade e renda; d) prioridade à agricultura familiar.

As diretrizes da SEAB estão conectadas em uma lógica social, econômica e ecológica, levando-se em conta os aspectos referentes ao chamado paradigma sistêmico e holístico, que tende a ser o modelo científico mais adequado para se alcançar a sustentabilidade. Tratam-se de princípios que regem a ação do SEAGRI que atuam de forma sistêmica e em sincronia, em prol da agricultura familiar, prioritariamente. Quatro diretrizes estratégicas regem o SEAGRI: renda no campo; sustentabilidade; qualidade de vida; e segurança alimentar.

11.1 Desenvolvimento Rural Sustentável

Visando a produção de alimentos de forma sustentável, a SEAB, por meio do seu Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DEAGRO), estabeleceu instrumentos de ampliação de oportunidades no meio rural, com o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo a produção de alimentos seguros em quantidade e qualidade para a população, priorizando seu foco na agricultura familiar. Os principais instrumentos de gestão dos processos de apoio ocorreram por meio de contratos e convênios com municípios, mediante projetos voltados ao desenvolvimento rural sustentável. Destacando-se:

- Programas e projetos na área da agropecuária: a) atendimento a 60 municípios nas áreas de bovinocultura de leite, sericicultura, ovinocultura, caprinocultura e piscicultura, com cerca de R\$ 1,2 milhão; b) apoio às Cadeias Produtivas (CP) do leite, café, cana-de-açúcar, erva mate e hortícola por meio de convênios firmados com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da

Casa Civil da Presidência da República; c) quatro convênios com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no valor aproximado de R\$ 2,5 milhões, destinados à aquisição de equipamentos agrícolas, implementos, veículos, tratores e caminhões; d) implantação de uma unidade de beneficiamento de arroz parboilizado na Região do Noroeste do Paraná, com a aplicação de R\$ 2,3 milhões. Em complementação realizou cursos de capacitação para a implantação de Unidades Demonstrativas Leiteiras em Propriedades Rurais.

- Programa de Apoio aos Municípios (PAM-2018) - investimento de R\$ 28,9 milhões em parceria com 153 municípios, com patrulhas mecanizadas, implementos agrícolas, veículos de transporte, carreta agrícola, resfriadores de leite, subsoladores, ensiladeiras, distribuidores de calcário, retroescavadeiras, britadores móveis, entre outros equipamentos.
- Programa Estradas da Integração - realizada pavimentação poliédrica (com pedras irregulares) integrada aos sistemas conservacionistas das áreas de influência, com investimento de R\$ 9,5 milhões, beneficiando 14 municípios com 65,0 km de estradas rurais. Do total de 16 Patrulhas Rurais em atuação: a) 09 conjuntos de máquinas (escavadeira, retroescavadeira, trator de esteira, rolo compactador, motoniveladora, caminhão comboio e quatro caminhões basculantes), adquiridos com recursos financiados do Banco Mundial do Programa PRO-RURAL, foram repassados aos Consórcios Intermunicipais envolvendo 60 municípios, sendo que um destes conjuntos foi utilizado em contrato com a CODAPAR para adequar estradas em Adrianópolis; b) 07 conjuntos de máquinas (pá carregadeira, trator de esteiras, rolo compactador, escavadeira hidráulica, caminhão comboio e 02 caminhões caçamba), adquiridos com recursos próprios do Estado, foram cedidos via convênios, aos Consórcios Intermunicipais; contemplando 18 municípios, com 219,9 km de estradas rurais adequadas, envolvendo 912 propriedades e cerca de 6.000 pessoas; c) foi aberto processo para a aquisição de seis motoniveladoras, um vez que, em 2017, o lote foi fracassado; d) por meio do programa PRO-RURAL, foram realizados oito cursos de operadores de máquinas e motoristas de caminhões, a 101 pessoas, além de capacitação assistida a engenheiros civis, engenheiros agrônomos e técnicos agropecuários, com 13 participantes.
- PRO-RURAL (Edital SEAB/Banco Mundial n.º 003/2017) - apoiou 32 projetos produtivos de Associações e Cooperativas da Agricultura Familiar, com a formalização de Termos de Fomento (instrumento instituído pela Lei Federal n.º 13.019/2014), investindo cerca de R\$ 11,0 milhões, beneficiando 3.311 agricultores, promovendo a agro industrialização e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.
- Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias - R\$ 4,9 milhões utilizados em práticas corretivas e preventivas de conservação de solo e águas, na modernização do planejamento das propriedades, na gestão ambiental e na correta utilização dos seus recursos naturais, envolvendo cerca de 2,5 mil produtores, abrangendo mais de 100.000 ha de áreas.

- Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF-PR) - ações compartilhadas com entidades representativas dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar, em especial o EMATER, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Paraná (FETRAF-PR) e Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR). Foram contratadas propostas, beneficiando nove famílias com área de 45 ha, com investimentos de R\$ 720,0 mil, classificando o Paraná na terceira posição em número de famílias beneficiadas pelo programa com o acesso à terra no *ranking* nacional, do PNCF.
- Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) - articulação com o Grupo Gestor do Plano ABC, apoiando a viabilização de contratos de crédito rural nas tecnologias de baixa emissão de dióxido de carbono (CO₂); e capacitação de 135 produtores rurais e técnicos, em três eventos.
- Programa Rural Sustentável - em parceria com o MAPA, que coordena o Programa financiado pelo Governo Britânico, via Banco Interamericano de Desenvolvimento, foram mobilizadas lideranças, empresas de planejamento, técnicos e produtores rurais, nos 10 municípios contemplados para a instalação de 50 Unidades Demonstrativas e 400 Unidades de Multiplicação, em ambos os casos 10 unidades por município. Foram realizados 60 dias de campo (DC), além da capacitação de 1.092 produtores rurais e 190 técnicos, com práticas voltadas à sustentabilidade das propriedades. Foram investidos cerca de R\$ 2,6 milhões.
- Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (PROSOLO) - visa à preservação do solo e da água por meio de ações de conscientização e sensibilização da sociedade, desenvolvimento de pesquisas, formação aplicada e capacitação. É um programa sistêmico, em consonância com outros programas como o Programa Microbacias, o PRO-RURAL, o PRONASOLOS, o Moringa Cheia e o Plante Seu Futuro, composto por 22 entidades parceiras, e que por meio destas esteve presente em eventos visando sensibilizar o produtor para a importância da conservação de solo em sua propriedade. Na capacitação de técnicos (Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas), conta com cerca de 500 engenheiros e técnicos capacitados ou em treinamento. Foi estabelecida, pela Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada, a maior rede de pesquisa em manejo e conservação de solo do País, que envolve recursos na ordem de R\$ 12,0 milhões em 35 projetos; 19 instituições entre universidades, fundações privadas de pesquisa, institutos de pesquisa e outras entidades; 147 pesquisadores; e 55 bolsas de pesquisa.

11.2 Informação, Comunicação e Economia Rural

Principais realizações do Departamento de Economia Rural (DERAL), em consonância com a Resolução n.º 031/2006 e as diretrizes estabelecidas pela Direção Superior da Pasta:

- Análises de conjuntura agropecuária; estatística básica e planejamento agropecuário; trabalhos de pesquisa, coleta, sistematização e divulgação de dados socioeconômicos sobre o agronegócio mundial e nacional com ênfase ao estadual, com divulgação concomitante na página da *internet* da SEAB. Formulação e divulgação de avaliações e pareceres técnicos, produzindo cerca de 100 boletins informativos referentes à situação conjuntural dos principais produtos agrícolas, silvícolas e da pecuária de corte e leite; elaboração e disponibilização de 10 revistas digitais (prognósticos); elaborados informes técnicos e pareceres sobre preços de produtos agrícolas e pecuários para diversos órgãos do setor público e privado; participação mensal na elaboração e análise dos dados estatísticos sobre a produção de grãos no Paraná em conjunto com o IBGE; elaboração e divulgação trimestral da pesquisa de café em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).
- Elaboração, junto com entidades representativas da agricultura paranaense, de proposta de política agrícola para as culturas de verão e de inverno, no âmbito estadual e federal, tendo atendidas a maioria das demandas junto ao governo federal.
- Palestras técnicas sobre o agronegócio, Paraná/Brasil, situação presente e tendências para a safra, com a participação de representantes de entidades públicas, privadas, técnicos, agricultores e estudantes.
- Publicação dos índices do Valor Bruto da Produção (VBP) referentes a 2017.
- Coordenação Estadual do Programa Fundo de Aval (FAR/PR) - realizou reuniões buscando readequar e reestruturar o programa que visa viabilizar investimentos na melhoria do sistema de produção agropecuário a agricultores familiares.
- Coordenação Estadual do Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR) - analisadas e autorizadas pelos agentes financeiros as propostas de financiamentos apresentadas pelos pequenos produtores, com elaboração de projetos técnicos pelo EMATER, que resultaram no financiamento de cerca de 540 unidades de tratores agrícolas de pneus, 100 colhedoras de grãos e oito pulverizadores, com valor aproximado de R\$ 82,7 milhões, beneficiando diretamente cerca de 1.000 agricultores familiares e mais de 2.000 propriedades de forma indireta.
- Coordenação Estadual do Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR-PR) - aplicados cerca de R\$ 9,7 milhões, beneficiando cerca de 3.850 produtores, envolvendo as culturas de milho 2ª safra, feijão, trigo, café e frutas. Realizou orientações aos produtores, estabelecimentos e às empresas de comercialização, industrialização e beneficiamento, enquadrados na categoria de fornecedores de insumos e de produtos de uso final na agropecuária (educação fiscal), em atenção à atividade fiscal tributária - Cadastro de Produtores Rurais (CAD/PRO) - atrelado à política da SEFA - Regulamento do ICMS (RICMS).

11.3 Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional

A SEAB atua com vistas a garantir a produção de alimentos seguros quanto à sua qualidade nutricional, tanto para consumo interno, quanto para exportação. Há a necessidade de se monitorar toda a cadeia produtiva dos produtos, desde sua produção até o consumo final. Neste aspecto, estão incluídas atividades ligadas ao uso e manejo adequado de solos e água e de agrotóxicos; à entrega de produtos como leite e outros produtos da alimentação básica; à estruturação de equipamentos para atendimento a famílias em fragilidade social; à oferta de produtos de boa qualidade para a merenda escolar; ao apoio produtivo a agricultores familiares, entre outras.

Coube ao Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN) a coordenação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (DPSAN) visando garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), mediante o desenvolvimento do Programa Leite das Crianças (PLC), Programa Paranaense de Apoio aos Restaurantes Populares (PPRP), Programa de Apoio às Cozinhas Comunitárias (PACC), Programa Mais Renda no Campo, Programa de Hortas Urbanas e Periurbanas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de abrigar a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PR) e a Secretaria Executiva da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN/PR).

O destaque em 2018 foi a celebração e implantação de 57 Termos de Fomento com organizações da agricultura familiar, que deverão contribuir para a melhoria da infraestrutura, geração de renda e desenvolvimento local, que marcou a implantação do Programa Mais Renda no Campo. Principais realizações:

- Publicação do Edital de Chamamento Público, com classificação de 57 projetos de associações e cooperativas em processo de contratação, totalizando R\$ 9,0 milhões, em projetos que enfatizam a redução da pobreza e das desigualdades sociais, geração de renda, desenvolvimento local, estímulo à produção de orgânicos, com observância da política de segurança alimentar e nutricional.
- Publicação do Edital de Fluxo Contínuo para apoio à implantação/modernização de restaurantes populares, com apresentação de cinco projetos, com um conveniado no valor de R\$ 965,7 mil para implantação de restaurante popular no viaduto do Capanema e modernização de outros quatro restaurantes, em Curitiba. O convênio ocorreu em 2017 e a inauguração do restaurante ocorreu em 19 de janeiro de 2018. Os demais projetos encontram-se em análise e ajuste de projetos.
- Celebração de Convênios com seis municípios, envolvendo R\$ 794,7 mil para implantação e/ou modernização de Cozinhas Comunitárias nos municípios de Cornélio Procopio, Jacarezinho, Mato Rico, Bandeirantes, Ibaiti e Joaquim Távora, que irão proporcionar a produção e distribuição de aproximadamente 8.000 refeições/dia.

- Continuidade do Convênio SEAB/DESAN/MDS de R\$ 600,0 mil para o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, aquisição de equipamentos para as Secretarias Executivas da CAISAN e do CONSEA, publicação de cartilhas de educação alimentar e pagamento de diárias para conselheiros do CONSEA. Cabe esclarecer que a vigência e objeto do convênio, iniciado em 29/12/1017, tem duração de três anos.
- Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) - com objetivo de modernizar a logística de recepção, conferência e distribuição dos produtos da agricultura familiar nas centrais públicas de 105 municípios, foram adquiridos veículos e materiais (*pallets*, caixas, lavadoras de alta pressão), tendo sido entregues um conjunto de materiais e um veículo para 25 municípios e, após finalização da licitação outros 80 veículos serão entregues juntamente com os materiais aos demais municípios.
- Elaboração, publicação e distribuição, em parceria com a CAISAN, dos seguintes materiais: II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019, com tiragem de 2.000 exemplares; cartilha Alimentação Saudável, Adote esta Ideia, com tiragem de 9.000 exemplares; cartilha Trabalhando o DHAA e a Alimentação Adequada, em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com tiragem de 8.000 exemplares; e realizou a articulação com equipe da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) para publicação do Guia Alimentar para o Idoso.
- Celebração de Convênio com a CEASA/PR, para modernização e reestruturação dos cinco Bancos de Alimentos, com estudos para regulamentação e capacitação dos funcionários, com repasse de R\$ 999,8 mil.
- Participação na inauguração do Espaço Saúde & Cidadania, na CEASA-Curitiba, em março, com ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e orientação sobre alimentação saudável à população presente ao evento.
- Implantação do estágio curricular de Nutrição, em Saúde Pública, a acadêmicos da UFPR, com ações relativas aos programas desenvolvidos.
- Celebração do Acordo de Cooperação Técnica SEAB/EMATER/MDS/SEAD, para oportunizar a inclusão de 1.300 famílias no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, com orçamento de R\$ 3,8 milhões.
- Projeto Hortas Urbanas e Periurbanas - visa contribuir para a erradicação da extrema pobreza e fome, permitindo o acesso ao cultivo de hortaliças e pequenas lavouras de subsistência. Foi celebrado convênio com o município de Curitiba, e encontra-se em fase inicial de implantação o projeto para a implantação de sete hortas; a Cáritas Paraná e os municípios de Foz do Iguaçu e Campo Largo estão finalizando seus projetos e os convênios devem ser assinados em 2018.

- II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - monitoramento das ações e a sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU), em cumprimento do previsto no Plano 2016-2019.
- Projeto de redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos (PDA) - desenvolvimento de projeto piloto com demais Estados da Região Sul; o projeto SEAB/EMATER/MDS/BRDE contará com um orçamento de R\$ 1,0 milhão.
- Programa Leite das Crianças (PLC) - elaboração do Edital de Chamamento Público para o credenciamento das usinas de beneficiamento de leite para o fornecimento de leite pasteurizado integral, que se encontra em fase final de análise com publicação prevista para dezembro. Foram adquiridos 1.300 kg da pré-mistura de vitaminas e minerais (PREMIX), no valor de R\$ 148,0 mil, para adição no leite pasteurizado integral distribuído aos beneficiários cadastrados no programa. A entrega ocorreu em 1.311 pontos de distribuição e 830 pontos de redistribuição nas áreas rurais, possibilitando o atendimento mensal a cerca de 120.000 crianças, envolvendo cerca de 4.500 produtores rurais como fornecedores. Para o monitoramento do PLC é realizada a avaliação antropométrica trimestral nas crianças beneficiárias pelos agentes de saúde dos municípios, sendo que mais de 90% do público alvo, na faixa etária de 06 a 36 meses de idade encontra-se com peso ideal para a sua idade.

11.4 Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR)

O IAPAR tem por missão prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio do Paraná, conduziu atividades em cerca de 200 projetos, organizados em 13 Programas de Pesquisa (Agroecologia, Cultivos Florestais, Energias Renováveis, Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Pecuária de Leite e Corte, Recursos Naturais, Sistemas de Produção, Raízes e Tubérculos, Cereais de Inverno, Café, Milho, Feijão e Fruticultura) e dois Programas de Inovação e Transferência de Tecnologia (Produção e Gestão da Inovação). Coordenou três projetos estratégicos do SEAGRI, além de participar como membro do Comitê Gestor da Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada. Atuou em projetos da rede de estudos de hidrossedimentologia nas principais regiões agropecuárias do Paraná, do Programa Pecuária Moderna, do Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná e atua como colaborador-executor do Programa Nacional de Levantamento de Solos (PRONASOLO). Principais atividades:

- Mestrado em Agricultura Conservacionista - em consonância com as pesquisas do IAPAR e com o objetivo de capacitar profissionais, contribuindo para uma agricultura produtiva e sustentável, oferece anualmente 21 vagas, sendo 08 apoiadas pela CAPES na forma de bolsas de estudo, em três áreas de concentração: a) Genética, Melhoramento e Biotecnologia Vegetal; b) Produção e Proteção Vegetal; c) Manejo Conservacionista de Recursos Naturais. Em 2018, foram titulados 11 mestres.

- Otimização de Sistemas de Produção Diversificados de Erva-Mate na Floresta de Araucária com o lançamento de projeto conjunto com EMBRAPA Florestas, MAPA, FETRAF-Sul, Ministério Público do Trabalho e IAPAR.
- Apresentação de alternativas para sistemas de plantio direto na palha de qualidade, resultados de experimentos de longo prazo sobre Rotação de Culturas em Sistema Plantio Direto, incluindo análise econômica, produtiva e ambiental.
- Definição de parâmetros técnicos ao manejo da irrigação em áreas de pastagens no Arenito Caiuá e implantação de unidades de teste e validação da irrigação em sistemas de produção de leite a pasto.
- Zoneamento de cultivares de milho para plantio na safra e na 2.^a safra (safrinha).
- Definição de um novo posicionamento da adubação nitrogenada no milho, com vistas a reduzir danos do percevejo na fase inicial da cultura.
- Protagonismo na identificação e confirmação da doença do milho: Estria Bacteriana.
- Programa Feijão - vem colaborando na execução do Projeto Plante seu Futuro e no Programa Centro Sul de Milho e Feijão, em parceria com EMATER.
- Lançamento da cultivar de feijão carioca IPR Sabiá - elevado potencial produtivo, excelente comportamento em relação a doenças e qualidade nutricional.
- Obtenção de linhagens promissoras de feijão com resistência a nematoides (*Meloidogyne incognita*, *Meloidogyne javanica* e *Pratylenchus brachyurus*). Algumas linhagens selecionadas também têm se destacado para resistência ao fungo *Colletotrichum lindemuthianum*, agente causal da antracnose.
- Obtenção do Certificado de Proteção para a cultivar de trigo IPR *Potyporã*, e obtenção do Certificado Provisório de Proteção para a cultivar de trigo IPR *Panaty* (Serviço Nacional de Proteção de Cultivares-MAPA), de ciclo médio, elevada produtividade e ótima qualidade tecnológica para a produção de pães.
- Obtenção do Certificado de Proteção para a cultivar de aveia branca granífera IPR Artemis, indicada para cultivo no sul do País, junto ao SNPC/MAPA.
- Obtenção, junto ao Registro Nacional de Cultivares-RNC/MAPA, para a cultivar de tritcale IPR Caiapó, que representa uma nova opção de cultivo para a cultura.
- Identificação de 11 clones de seringueira para plantios comerciais no Paraná, com potencial produtivo superior ao material mais plantado nacionalmente.
- Com relação à cadeia produtiva do café o IAPAR participou da organização e promoção da 16.^a edição do Concurso Café Qualidade Paraná com a SEAB e vinculadas, objetivando selecionar os melhores cafés do Estado, premiar os cafeicultores destaques em quatro categorias distintas, promover o potencial do produto paranaense e incentivar a cadeia produtiva cafeeira. Participou da organização e promoção do 2º *Cup* das Mulheres do Café do Norte Pioneiro, com a EMATER, objetivando selecionar e apresentar os melhores nanolotes de Cafés

Especiais, produzidos artesanalmente por mulheres da agricultura familiar. Contribuiu na elaboração de proposta de políticas públicas permanentes de incentivos e subsídios financeiros aos produtores de café, apresentada à Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) em audiência pública, por meio de representação na Câmara Setorial do Café. Realizou monitoramento agrometeorológico da região cafeeira do Estado e emissão de avisos do Alerta Geadas, serviço que opera de maio até meados de setembro; diagnose de áreas com nematoides em lavouras cafeeiras do norte do Estado, em parceria com EMATER, identificando espécies de nematoides nas lavouras e recomendando estratégias de manejo integrado para os produtores atendidos; bem como a criação e manutenção da broca-do-café *Hypothenemus hampei*, em dieta artificial, sendo a única instituição brasileira a dominar esta técnica.

- Avanços quanto aos efeitos do manejo de espécies forrageiras perenes tropicais nos Campos Gerais, tanto na produtividade, como no valor nutritivo.
- Certificação da produção orgânica animal e vegetal na produção de Leite de Búfala em Base Agroecológica com certificação pelo TECPAR.
- Distribuição de 120 matrizes de caprinos para produtores individuais, prefeituras, colégios agrícolas e associações de produtores.
- Atualização das Cartas Climáticas do Paraná - permitindo o planejamento das atividades de produção agropecuária com risco climático reduzido, têm sido um importante subsídio na elaboração dos planos diretores dos municípios onde não existem estações meteorológicas e no planejamento de atividades dos setores de construção civil, recursos hídricos, indústria, comércio, ecologia e educação.
- Continuidade da execução do Projeto IBITIBA (IAPAR e ITAIPU BINACIONAL), com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento agropecuário da Região Oeste Paranaense, especialmente os municípios lindeiros ao lago de ITAIPU, visando a promoção de sistemas conservacionistas de produção. Sob esse projeto, também foi firmada parceria multi-institucional entre a empresa Frimesa, a EMBRAPA e as universidades da região para acelerar os estudos no solo que garantirão o descarte controlado e seguro de resíduos.
- Os resultados da Pesquisa dos circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos demonstraram aumento no número de feiras, lojas, entregas de cestas via internet e grupos de consumo organizados na RMC. Foram investigados consumidores, agricultores e suas organizações e pontos de vendas de orgânicos em Curitiba e o estudo revelou diferenças de hábitos de vida entre consumidores e inovações no consumo.
- Obtenção, junto à Comissão Nacional de Biossegurança (CNTBio), do certificado de biossegurança (CQB), necessário para que os eventos transgênicos de plantas cítricas com resistência às principais doenças, possam ser avaliados em condições de campo.

- Continuidade do projeto que disponibiliza no *site* do IAPAR o serviço de aviso fitossanitário para cultura da maçã no Paraná e de informações sobre o número de horas de frio para quebra de dormência em fruticultura temperada.
- Continuidade no projeto Frutas Arenito, do SEAGRI, com ações de pesquisa, difusão de tecnologia, assistência técnica e organização da produção voltadas para apoio aos polos de produção de citros, abacaxi e maracujá na Região Noroeste do Paraná.
- Introdução de variedades de copa e porta-enxerto e estudos do manejo de uva rústica.
- Continuidade do projeto de criação massal do inimigo natural *Tamarixia radiata* (parasitoide) do inseto vetor da HLB dos citros (IAPAR, COCAMAR e CITRI).
- Centro de Difusão de Tecnologias (CDT) - deu suporte a mais de 570 eventos com a presença de 9.500 pessoas, atendendo mais de 3.000 visitantes, incluindo participantes internacionais (Japão, Índia, China, Guatemala, Honduras, Peru, Itália, Estados Unidos, Colômbia, México, Noruega, Coreia do Sul, Alemanha, Portugal e Austrália).
- Foram organizados e apoiados cerca de 100 eventos técnico-científicos e institucionais, com a participação aproximada de 5.000 pessoas, destacando-se congressos, dias de campo e grandes feiras agropecuárias.
- A Área de Transferência de Tecnologia ofereceu eventos de capacitação e aperfeiçoamento ao público externo a cerca de 200 pessoas, além de eventos técnicos científicos de alcance regional e nacional, como o III Agricon-Semana de Agricultura Conservacionista e o III Congresso Paranaense de Agroecologia.
- Foram firmados cerca de 30 contratos de inovação e transferência de tecnologia, com empresas de cadeia produtivas agropecuárias, cooperativas, empresas privadas e outras instituições governamentais.
- Programa de Produção (PPR) - nas safras 2016/2017 e 2017/2018 a produção de sementes beneficiadas foi de 240,3 toneladas dos seguintes materiais: adubos verdes (nabo forrageiro, quando anão, ervilha forrageira, mourisco, crotalária, entre outros), aveias forrageiras e graníferas, café, centeio, feijão, milho, trigo e tritcale; e comercializados mais de 100 quilos de sementes e quase 30 mil borbulhas de cultivares de citros.
- Encontram-se em andamento 170 contratos de produção de materiais propagativos, em parceria com a iniciativa privada, alcançando 113 parceiros nacionais, distribuídos por oito Estados (GO, MG, MS, MT, PR, RS, SC, SP) e o Distrito Federal. Internacionalmente, há parcerias com produtores do Paraguai e Uruguai, e negociações avançadas com a França.
- Foram lançadas 19 publicações técnico-científicas, entre boletins técnicos, informes de pesquisa, fôlderes e livros.
- Foram publicados cerca de 350 trabalhos científicos em periódicos, congressos, eventos, mídia em geral, havendo apresentação formal dos mesmos, em níveis nacional e internacional, com incentivo direto e/ou indireto do IAPAR.

- Foram modernizadas as Unidades de Beneficiamento de Sementes de Londrina e de Ponta Grossa, aumentando a capacidade, segurança e facilidade de limpeza dos equipamentos, mantendo a pureza física das cultivares beneficiadas.
- 182 servidores e colaboradores participaram de 86 eventos de treinamentos em áreas técnicas, gerenciais e capacitações em geral.
- Foram concedidas e administradas 20 bolsas técnicas (Fundação Araucária e SETI), 31 bolsas diversas (Consórcio Café, pós-graduação, FAPEAGRO, entre outros) e 11 bolsas para servidores voluntários.
- Por meio do programa de Estágio foram capacitados 114 estudantes de Ensino Médio, Cursos Técnicos Profissionalizantes e Graduação.
- Em 2018, o Programa de Iniciação Científica e o Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (ProICI) ofertaram 82 bolsas para projetos desenvolvidos por alunos de diversas instituições de ensino superior, com fontes pagadoras do CNPq, Fundação Araucária e IAPAR.

11.5 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

O EMATER tem a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável, coordenando, articulando e executando assistência técnica e extensão rural em benefício da sociedade paranaense. Prestou assistência técnica a 112,3 mil pessoas do meio rural paranaense por meio dos seguintes instrumentos de políticas públicas:

- Contratação de novos técnicos - posse de novos funcionários - em 2018, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) foi autorizada a nomear outros 255 profissionais no EMATER, mas houve desistências em função do tempo decorrido do concurso. Após o processo de posse e efetivo exercício, teve-se a efetivação de 190 novos extensionistas à força de trabalho técnico (finalístico), assim distribuídos: 64 engenheiros agrônomos, 23 assistentes sociais, 17 economistas domésticos, 03 engenheiros de alimentos, 02 engenheiros de pesca, 05 engenheiros florestais, 12 médicos veterinários e 16 zootecnistas, além de 48 extensionistas especializados (técnicos agrícolas). Esses profissionais estão atuando em todo o Paraná, compondo as equipes Municipais, de ADIs e de Macrorregião, em atendimento ao público alvo da extensão Rural e aos Programas e Políticas Públicas de Governo.
- Programa Mulheres Rurais - atendeu 7,3 mil mulheres rurais, envolvendo mais de 100 grupos organizados, promovendo o fortalecimento dos empreendimentos econômicos femininos, por meio de capacitações e criação de espaços para comercialização, envolvendo-as nas políticas públicas, como Renda Agricultor (Família Paranaense); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); habitação rural, entre outras. Por meio de acordo de cooperação técnica firmado com o Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram atendidas 401 mulheres assentadas com a elaboração de projetos produtivos para acesso ao Crédito de Instalação, na modalidade Fomento Mulher do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

- Programa Juventude Rural - envolveu 3,6 mil jovens, contribuindo com debates a respeito da sucessão familiar e busca de alternativas produtivas para o jovem.
- Programa Renda Família Paranaense - Agricultor Familiar - foram atendidas 3.000 famílias com elaboração de projeto para repasse de R\$ 3,0 mil reais por família rural que esteja incluída no Programa Família Paranaense, aplicados em atividades de abastecimento de água, saneamento e melhorias de banheiros, além de projetos produtivos em horta, lavouras de grãos, criação de suínos, aves, bovinos de leite e corte, fruticultura, bem como em costura, artesanato, panificação e equipamentos de prestação de serviços.
- Programa de Fomento as Atividades Produtivas Rurais - executado por meio de acordo de cooperação técnica, firmado com a SEAB e o Governo Federal (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social), atendeu 1.300 famílias, com o repasse de R\$ 2,4 mil por família, para realizar projetos produtivos destacando-se atividades agrícolas em hortas, fruticultura e criação de pequenos animais; atividades não agrícolas como costura, artesanato, panificação; e equipamentos para prestação de serviços.
- Programa Moradias Rurais (PNHR) - parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) com apoio do Governo Federal; em 300 municípios, 10.570 famílias receberam orientações quanto à obtenção dos documentos necessários para se beneficiarem no programa, tendo sido orientadas posteriormente na escolha e indicação do local para a edificação da casa.
- Programa Organização Rural - apoiou a implementação de ações junto a 308 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, por meio do Convênio EMATER/FETAEP, especialmente na discussão e qualificação de temas relacionados à política agrícola (Plano Safra), agrária (PNCF), meio ambiente, questões de gênero e sucessão familiar, assessoria na discussão de dissídios, formação em política sindical, assessoria em finanças dos sindicatos, cursos de qualificação profissional e produtiva. Nesta ação foram envolvidos 1,2 milhão de trabalhadores rurais. No Projeto Mais Gestão (Contrato MDA), atuou junto a 30 cooperativas, envolvendo diretamente 180 dirigentes e, de forma indireta, 4,5 mil

associados, com elaboração de diagnósticos, planos de aprimoramento, estudos de demanda, capacitações, visitas a organizações e avaliação dos trabalhos.

- Projeto Fundo de Combate à Pobreza (FECOP) - apoiou e assessorou 27 organizações em ações voltadas à implantação do projeto produtivo e na qualificação da gestão; público envolvido: 300 diretores e 1.500 associados.
- Programa Crédito Rural - PRONAF - parceria com sindicatos, agentes financeiros e prefeituras, divulgando, cadastrando, elaborando Declarações de Aptidão (DAP) ao PRONAF e acompanhando a atividade financiada por meio de crédito de custeio e investimento. Aplicados R\$ 3,8 bilhões em 118,2 mil contratos (95,6 mil de custeio). O EMATER participou na elaboração direta de 13,9 mil projetos de crédito orientado, envolvendo R\$ 436,4 milhões.
- Programa PRO-RURAL - operado em 132 municípios, abrangendo oito territórios com ações variadas, desde a assistência direta a 12,5 mil agricultores familiares, até a capacitação de 23,5 mil agricultores, além do envolvimento e capacitação de 3,5 mil lideranças e 1,1 mil técnicos. Foram assessoradas 120 organizações rurais, entre associações de agricultores familiares e cooperativas, destas, 57 apresentaram proposta para recebimento de apoio financeiro para Projetos de Negócios Sustentáveis apoiados pelo programa. Assessorou 38 organizações rurais (cooperativas e associações), desenvolvendo ações voltadas à qualificação da gestão, implantação do projeto produtivo (financiado pelo programa) e no apoio à comercialização, nos canais de Mercado Institucionais (PAA e PNAE) e no mercado convencional (CEASA e varejo). Envolveu 2.000 agricultores entre dirigentes e associados.
- Projeto Agroindústria Familiar - orientou 4.378 pessoas para melhoria de agroindústrias, 667 em boas práticas de fabricação, 993 ao acesso a mercados diferenciados e a regularização de 160 unidades de processamento. Capacitou 12.811 pessoas, em 364 eventos técnicos, nas Regiões Oeste, Sudoeste e Norte. Destacou-se o Concurso de Queijos Artesanais do Paraná, que envolveu 185 produtores e 1.280 pessoas nas oito etapas do concurso, resgatando a produção de queijos artesanais, a busca do aprimoramento e ampliação da produção, dando visibilidade à produção, com a promulgação da Lei Estadual n.º 19.599/2018. Realizou apoio para o acesso a canais de comercialização de feiras semanais, de Centros de Comercialização Permanente e dos mercados Institucionais (PAA, compras Institucionais e PNAE municipal e estadual). Nas feiras especiais da Agricultura Familiar junto a exposições agropecuárias, participaram 500 agroindústrias familiares, gerando resultados da ordem de R\$ 3,0 milhões, além de negócios futuros, acima de R\$ 10,0 milhões.
- Programa Olericultura - atendeu 10,2 mil olericultores, em 214 municípios e realizou 673 eventos grupais, envolvendo 12,1 mil agricultores. Monitorou 290 Unidades Referenciais (UR), funcionando como modelos de sistemas ou padrões

de produção a serem visitadas por outros produtores. A produtividade passou de 26,3 mil kg/ha para 29,6 mil kg/ha na cultura da cebola; de 60,8 mil kg/ha para 75,5 mil kg/ha na cultura do tomate; e de 24,3 mil kg/ha para 29,2 mil kg/ha, em média, em outras olerícolas; e a renda média dos produtores familiares assistidos passou de R\$ 3,8 mil para R\$ 4,7 mil mensais. No que se refere à economia da propriedade, destacou-se a redução no custo de produção, de R\$ 23,1 mil/ha para R\$ 17,9 mil/ha, principalmente em função da redução no uso de agrotóxicos e adubos químicos, que reduziu os impactos negativos sobre o meio ambiente, pela diminuição do número de pulverizações, e do manejo correto do solo.

- Projeto Bovinocultura de Leite - foram atendidos 23.649 produtores, visando o aumento da renda das propriedades leiteiras assistidas, por meio do aumento da eficiência na produção, melhoria na interação com a indústria de laticínios e ampliação das tecnologias de melhoria da qualidade do leite produzido nos programas: Programa Leite das Crianças; Projeto Estratégico Leite Sudoeste; Projeto Estratégico Leite-Mais Arenito; Projeto Estratégico Leite Sustentável Oeste; Projeto Estratégico Leite Competitivo Sul-Cantu; e Projeto Estratégico Leite Competitivo Norte. A inserção da assistência técnica intensiva e continuada, com base em coleta e monitoramento de resultados, tem mostrado aumento de produção e produtividade de cerca de 30,0% e melhoria da qualidade da matéria-prima em cada ano de trabalho.
- Projeto Bovinocultura de Corte (Pecuária Moderna) - objetiva criar a política estadual de desenvolvimento e fortalecimento para o setor, produzindo carnes de qualidade com padrão internacional. Visa tornar o Paraná referência nacional na produção e exportação de carne de qualidade a mercados mais exigentes, com alta produtividade, eficiência, escala de produção e segurança alimentar, agregando valor ao produto e beneficiando o produtor. Foram atendidos 3.151 produtores, perfazendo um rebanho de 337.157 cabeças. Foram assessoradas seis cooperativas de carnes nobres com 560 produtores beneficiados, comercializando 112 mil cabeças ou 25,2 mil toneladas de carne.
- Projeto Aquicultura e Pesca – na aquicultura o trabalho foi concentrado em polos de piscicultura Oeste (Toledo e Cascavel) e Norte (Cornélio Procopio, Santo Antônio da Platina e Londrina), envolvendo 2.090 produtores; foram atendidos 505 pescadores artesanais. Enquanto a produção da pesca encontra-se estagnada por volta de 12,5 toneladas por ano, sem perspectivas de crescimento devido às limitações ambientais, a piscicultura continua apresentando crescimento acima do nacional. O crescimento do VBP da piscicultura foi de 18,0%, em 2017, em relação a 2016, atingindo a produção paranaense 123 mil toneladas, conforme dados do DERAL. Em 2018, os dados estão sendo analisados e as perspectivas são de

crescimento em termos de produção, produtividade, consumo e número de produtores buscando a atividade como alternativa de renda.

- Programa Turismo Rural - foram capacitadas 3.364 pessoas em 174 eventos técnicos; organizados 22 circuitos de turismo rural, 99 Caminhadas da Natureza, em parcerias com diversas entidades, com adesão de 47.762 caminhantes, que, além de valorizarem o turismo rural, movimentaram cerca de R\$ 183,0 mil em produtos; foram realizados eventos especiais, com 10.000 participantes como o Outono e Primavera Gastronômicos, com a realização de concurso de pratos regionais, circuitos de turismo e agroindústria; participou de eventos como a Expo Londrina - com Armazém do Campo e roteiros turísticos, *Show Rural COOPAVEL*, Festival Internacional de Turismo das Cataratas, envolvendo agroindústrias familiares, roteiros de turismo rural e gastronomia associada.
- Programa Centro Sul de Feijão e Milho - tem por objetivo principal profissionalizar agricultores familiares nas culturas de feijão e milho, com vistas a produzir com eficiência e sustentabilidade. Foram instaladas 87 Unidades Demonstrativas (UD) de um hectare cada, destinadas à cultura de feijão e 79 UD de milho. Junto com o IAPAR e a Universidade de Londrina (UEL), foram instaladas 20 Unidades de Observação (UO) de feijão, para o desenvolvimento de protocolo de Manejo Integrado de Pragas de Feijão (Paraná e Sul do Brasil ainda não possuem). Foram realizadas 228 atividades grupais que envolveram 10,5 mil participantes. Como resultados obteve-se produtividade média por hectare de feijão dos agricultores trabalhados de 1,7 vezes a média do Estado e de 2,5 vezes a média nacional. No caso da cultura do milho, a produtividade média superou em 1,9 vezes a média do Estado e a Nacional. Os resultados financeiros mostraram margem média de R\$ 1,8 mil/ha de feijão e R\$ 2,3 mil/ha de milho. As ações contribuem na economia do Estado, para o VBP agropecuário aproximado de R\$ 1,3 bilhão do feijão (1,7%) e R\$ 6,6 bilhões do milho (8,0%), que mantém o Paraná como o maior produtor nacional de feijão e o segundo maior de milho.
- Programa Grãos Sustentáveis - a campanha Plante seu Futuro apoia a geração de renda por meio da produção sustentável de grãos, promovendo referências positivas à melhoria do sistema de produção por meio de boas práticas agrícolas no Manejo Integrado de Pragas (MIP), principalmente das culturas de soja e milho, bem como no Manejo Integrado de Doenças (MID), no controle da ferrugem asiática na soja. O foco é a racionalização e redução do uso de agrotóxicos, combate à deriva dos agrotóxicos e seus impactos econômicos e ambientais, prevenção e redução das perdas na colheita e manejo e conservação de solos e água. Atuou em 215 Unidades de Referência (UR) em MIP, em 93 municípios nas diferentes regiões produtoras, com envolvimento de 114 extensionistas da EMATER; outras 195 URs foram conduzidas em MID, com

instalação de coletores de esporos para a detecção inicial da ferrugem asiática na soja em 115 delas. As atividades de boas práticas agrícolas em MIP, MID, fixação biológica de nitrogênio, tecnologia de aplicação de agrotóxicos e manejo de solo/fertilidade envolveu cerca de 10 mil produtores. No MIP, o número médio de aplicações de inseticidas nas UR, foi de 1,5 aplicações de inseticidas contra 3,4 aplicações no Paraná, uma redução de 55,0% no uso de inseticidas com melhoria de rentabilidade em 2,0 sacas de soja por hectare. O tempo médio decorrido da semeadura à primeira aplicação de inseticida nas UR chegou a 78,7 dias, superior aos 43,6 dias da média do Paraná, sendo que a entrada da primeira aplicação de inseticidas aumentou em 35 dias na média, concentrando a necessidade de controle químico na fase de enchimento de grãos. No que se refere ao MID, o número médio de aplicações de fungicidas nas URs foi de 1,7 contra 2,5 aplicações no Paraná com redução em 32,0% no número de aplicações de fungicidas, sendo o tempo médio decorrido da semeadura à primeira aplicação de fungicidas nas URs de 78 dias e no Paraná de 56 em média. Se todos os agricultores do Estado adotassem as técnicas de manejo em MIP e MID os ganhos de rentabilidade dos produtores poderiam ser superiores em R\$ 1,1 bilhão com base na safra 2017/2018.

- Programa Fruticultura - atendeu 4,3 mil produtores (567 em produção agroecológica), em 128 municípios do Estado; foram realizados 283 eventos grupais.
- Programa Cultivos Florestais (2) - Projeto Erva-Mate e Projeto Madeira - nas URs conduzidas pelo Instituto, o Projeto Erva-Mate visa manter e incrementar a cultura, principalmente em termos de produção, produtividade e qualidade. Ampliou a produtividade média em 50,0% do erval assistido, passando de 5,0 mil kg/ha para 8,0 mil kg/ha, obtidos no quarto ano de implantação. Foi dada ênfase a ervais sombreados, que promovem diferenciação da produção do Estado em termos de qualidade; nesse enfoque foram atendidos 1.410 produtores e assistidos diretamente 874 produtores rurais da Agricultura Familiar. Foram envolvidos 50 acadêmicos de agronomia e florestas da UFPR e PUCPR; a Associação de Produtores (Identificação Geográfica-IG) de São Mateus do Sul e 32 Indústrias Ervateiras das regiões de União da Vitória, Irati, Guarapuava e Laranjeiras do Sul. Foram capacitados 60 técnicos (EMATER, prefeituras municipais, associações e viveiristas das regiões). Implantou-se a Agenda-2018, bem como fóruns para instalação de Arranjo Produtivo Local (APL) Expandido da Erva-Mate, com envolvimento de toda a cadeia produtiva, desde o plantio à comercialização. No Projeto Madeira Paraná, a prioridade foi dada ao conceito de modelos de implantação florestal, com a integração da floresta à agropecuária paranaense, por meio de sistemas silvipastoris, onde foi envolvida uma área superior a 120 mil hectares, em que o EMATER é pioneiro no contexto nacional. Foi implementado

projeto específico, em parceria com o MAPA, direcionado à produção de carnes e madeira de qualidade, envolvendo 1.500 produtores e instalação de 15 vitrines tecnológicas na Região Noroeste do Estado. Quanto aos maciços florestais o modelo de expansão da base florestal produtiva do Estado baseou-se na implantação de pequenas áreas de produção em pequenas e médias propriedades, perfazendo 78 mil hectares, manejados para uso múltiplo, com fluxo em diversas cadeias (celulose, energia, painéis, desdobro, dentre outras).

- Programa Café - a cafeicultura paranaense é composta por aproximadamente 8.000 produtores rurais, dos quais 90,0% exploram a atividade em regime de agricultura familiar; e cerca de 3.100 foram atendidos indiretamente, por meio de encontros, Dias de Campo, visitas, entre outras metodologias. O Projeto Piloto Café, em parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), assiste 1.000 produtores. A produtividade média estadual é de 25 sacas beneficiadas/ha; os produtores assistidos vêm aumentando a produtividade média, alcançando cerca de 35 sacas beneficiadas/ha, próximo à meta de 40 sacas. Destaque para o trabalho com as Mulheres do Café do Norte Pioneiro, que atingiu projeção internacional, via Aliança Internacional das Mulheres do Café e que, em 2018, realizou o seu 6º Encontro das Mulheres do Café. O toque feminino tem sido essencial na valorização da produção de cafés especiais no Norte Pioneiro, cuja coleta de grãos é feita de forma manual. No Norte Pioneiro e Norte Novo são aproximadamente 300 cafeicultoras que atuam em 15 municípios da região.
- Editais de Chamadas Públicas - o EMATER encerrou um trabalho na região Centro Sul, atendendo 3.800 famílias em 15 municípios, com ênfase na diversificação da produção de tabaco. Este processo de diversificação se deu especialmente por meio da produção de leite, olericultura e fruticultura.
- Programa Agroecologia - o Paraná conta com 2.498 famílias de produtores com produção certificada registrada no MAPA, estando em primeiro lugar no *ranking* brasileiro (14,8% de unidades de produção certificada). Cabe ao EMATER dar suporte aos agricultores familiares na consolidação e na transição agroecológica dos seus sistemas produtivos comerciais e de autoconsumo, com foco no desenvolvimento integrado e segurança alimentar em bases sustentáveis. Foram realizados 5.407 atendimentos, em 219 municípios, por meio de 316 extensionistas, dos quais 36 especialistas da área. Os trabalhos se concentraram nas cadeias produtivas da olericultura, leite, fruticultura e feijão. Técnicos da área participaram do Grupo Interinstitucional Estadual (GTI-E) que elaborou a minuta do Decreto e o Plano de Introdução Progressiva de Alimentos Orgânicos na Alimentação Escolar do Estado, que regulamentará a Lei n.º 16.751/2010, e de oficinas em todo o Estado para construção de diretrizes regionais que comporá o Plano Estadual de Agroecologia e Produções Orgânicas do Programa Paraná

Agroecológico. Foram intensificadas as parcerias com os Programas Estaduais Família Paranaense, Microbacias, PRO-RURAL e Paraná mais Orgânico (TECPAR/SETI). Deu continuidade ao Projeto Estratégico de Governo (SEAB/Fundo Paraná) Hortaliças Saudáveis nos municípios da RMC, em parceria com o CPRA e IAPAR, utilizando a metodologia do Projeto REDES de Referência (EMATER/IAPAR), com atividades e resultados em 20 Propriedades de Referência e Inovações Tecnológicas, de 19 municípios da RMC, irradiando para mais 200 famílias assistidas pelos extensionistas. Foram intensificadas as parcerias estratégicas para maior amplitude de alcance de resultados, a exemplo do Termo de Cooperação de ATER do EMATER a famílias de produtores orgânicos da Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA), da Rede Ecovida, distribuídos em 14 municípios da RMC; foram realizadas assessorias e consultorias às cooperativas, associações, núcleos de agroecologia, Rede Ecovida de Agroecologia, grupos de agricultores, consumidores e feirantes.

- Projeto Adequação Ambiental da Propriedades Rurais - executou ações para melhoria do armazenamento e da destinação adequada de produtos obsoletos, reduzindo perdas; licenciamento ambiental de atividades produtivas; outorga de captação de água e de emissão de efluentes; realização de eventos de educação ambiental; elaboração e retificações de Cadastro Ambiental Rural, assessoria em comitês de bacias hidrográficas com a atuação de 623 técnicos campo por meio de visitas técnicas individuais, reuniões técnicas, dias de campo, vistorias técnicas, excursões envolvendo 42 mil pequenos agricultores familiares.
- Programa Gestão de Solo e Água em Microbacias - programa de Estado negociado com o Banco Mundial (BIRD) com a finalidade de desenvolver uma agricultura sustentável, por meio da implantação de ações da recuperação e conservação do solo, da água e da biodiversidade. Foram celebrados 157 termos de convênios (pagos); 14 aguardando pagamento; e 68 em tramitação, totalizando 239 projetos com planos de ação e de trabalho desenvolvidos e acompanhados pelo EMATER.

11.6 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)

O CPRA tem como missão promover e apoiar ações de capacitação, pesquisa, ensino e articulação entre pessoas e organizações, voltadas à produção agropecuária e ao consumo sustentáveis, baseados nos preceitos da agroecologia.

- Desenvolveu, em 2018, o atendimento a 5.700 pessoas em cerca de 200 eventos de capacitação e divulgação de referências, nas áreas temáticas: Produção e Bem-Estar Animal, Produção Vegetal Integrada, Recursos Naturais, Engenharia Alternativa, Socioeconômica e Comercialização.

- Foram criados grupos de estudo reunindo técnicos e agricultores nos temas ligados à agroecologia: sistemas agroflorestais, avicultura colonial em bases agroecológicas, agricultura biodinâmica, homeopatia na agroecologia e radiestesia; participou de eventos; promoveu cursos e visitas técnicas; capacitou produtores e técnicos na produção animal agroecológica; ministrou palestras e cursos visando a conscientização de um modelo alimentar mais saudável, sustentável e solidário; foram criados 12 grupos de consumo responsável e acompanhados cerca de 30, representando 750 famílias de consumidores que recebem, semanalmente, cestas solidárias de hortaliças orgânicas direto do produtor; publicados 10 fôlderes (20.000 unidades), mantida informada a rede de 3.800 seguidores, por meio das redes sociais, e cerca de 10.000 pessoas por meio do boletim bimensal; realizadas oficinas, palestras, dias de campo e participação em eventos como convidados a representar a agroecologia, com recursos do projeto Agroecologia Acontece (termo de cooperação junto ao Fundo Paraná/SETI).
- Programa Paraná Mais Orgânico - participa, com recursos do Fundo Paraná da SETI em parceria com as universidades estaduais e o TECPAR; atendeu mais de 900 agricultores e técnicos em ações de sensibilização e ATER para a certificação e produção orgânica, propiciou a certificação de 25 propriedades e realizou auditoria em outras 17. O programa foi renovado por mais dois anos.
- Encontra-se em desenvolvimento pesquisa com a Universidade Tuiuti no controle em sistema orgânico da doença antracnose em caquizeiro; está apoiando as iniciativas locais de produção, comercialização e capacitação para produção e manutenção das sementes orgânicas e crioulas no Estado, por meio do fortalecimento da Rede Ecovida, da Rede Sementes da Agroecologia (RESA) e da Casa da Semente; ministrou palestras e cursos; foi coordenadora e parceira na realização da 6ª Festa Regional das Sementes Crioulas (2.000 pessoas) e articulou com a rede para a realização de 15 feiras e festas de sementes do Estado do Paraná, que reuniram em torno de 20.000 pessoas.
- Projeto Produção em Base Agroecológica na RMC - trabalho junto a uma rede de estabelecimentos de referência na Região Metropolitana de Curitiba (Fundo Paraná/SETI), na identificação de gargalos, demandas de pesquisa e outros apoios além de gerar indicadores e promover eventos de capacitação.
- Comercialização do leite orgânico - iniciou parceria com laticínio da RMC para desenvolvimento da cadeia produtiva orgânica.
- Recursos naturais - na meliponicultura destacam-se os eventos de capacitação, realizados em parceria com o SENAR e a participação em grupo técnico que discute a regulamentação da atividade; na educação ambiental foram recepcionados, em visitas de sensibilização, formativas e técnicas, estudantes dos diferentes níveis, desde crianças até estudantes de graduação.

- Engenharia alternativa - as atividades se concentraram na capacitação do uso sustentável do bambu e no emprego de tecnologias sustentáveis na produção de energia, irrigação e outras. Destaca-se a presença no Show Rural de Cascavel, cujo tema Engenharia Alternativa é responsabilidade do CPRA.
- Atuou em grupos e trabalhos de agroecologia: a) promoção da Agroecologia junto aos agricultores com estabelecimentos próximos a reservatórios para abastecimento de água na RMC (termo de cooperação com a SANEPAR); b) Comitê Gestor do Programa Paraná Agroecológico - promoveu cinco oficinas regionais para a construção do plano de ação do programa; c) grupo intersetorial, sob coordenação da FUNDEPAR - participação, tendo o plano para o fornecimento exclusivo de alimento orgânico na merenda escolar até o ano 2030 (Lei Estadual n.º 16.751/2010) sido entregue à governadora em outubro; d) III Paraná Agroecológico - participação na comissão organizadora do evento realizado, em novembro, em Foz do Iguaçu, com mais de 500 participantes; e) Coordenação da Rede de Pesquisa em Agroecologia - promoveu o III Congresso Paranaense de Agroecologia, no III Paraná Agroecológico. Participou ainda de Câmaras Técnica, Setorial, Comissão, Conselho Estadual, Grupo de Trabalho, reuniões e oficinas de temas afetos à área.

11.7 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR)

Os programas executados pela ADAPAR geram impactos positivos na saúde animal e sanidade vegetal, no ambiente de produção, nas cadeias produtivas agropecuárias e na saúde pública. Em 2018, investiu-se na melhoria na estrutura física, de transporte e comunicação das unidades; capacitação dos servidores; simplificação e informatização de processos; modernização e segurança dos serviços.

Encontra-se em fase final de elaboração a Portaria para a criação do Comitê Estadual de Sanidade dos Animais Aquáticos.

Áreas livres de doenças e pragas foram conquistadas e consolidadas, a exemplo da cultura da laranja, e outras estão em adiantado estágio para reconhecimento, como área livre de febre aftosa sem vacinação e área livre de cancro cítrico.

Para tanto, a parceria pública e privada permitiu, por exemplo, a construção de cinco unidades de Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário, doação de material e equipamentos de informática e equipamentos laboratoriais para a ADAPAR. Principais ações e resultados alcançados:

- Promoção da Saúde Animal: a) manutenção e melhoria do *status* sanitário de diversas doenças dos rebanhos, frente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e à Organização Internacional de Epizootias (OIE); b) atualização do cadastro e georreferenciamento de mais de 238 mil propriedades com bovinocultura, avicultura e suinocultura; c) implantação de sistemas informatizados para registro de aproximadamente 20.000

estabelecimentos avícolas; d) disponibilização de sistema informatizado para a obtenção da Guia de Trânsito Animal (e-GTA) pelos produtores rurais, via *internet*; d) manutenção de sistema de vigilância ativa e passiva com ênfase em febre aftosa, peste suína clássica, *influenza* aviária e mormo; e) ações de fiscalização visando o controle e erradicação da brucelose e tuberculose bovina, raiva dos herbívoros, anemia infecciosa equina e doenças dos animais aquáticos; f) registros e fiscalizações de estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário de interesse da defesa agropecuária; g) realização de ensaios e análises laboratoriais em bacteriologia, parasitologia e virologia, para certificação de explorações pecuárias e para vigilância sanitária animal.

- Promoção da Sanidade Vegetal: a) implantação do uso da assinatura eletrônica e certificados digitais nas receitas agrônômicas, permitindo aos profissionais da iniciativa privada realizarem recomendações técnicas diretamente no campo mediante dispositivos móveis, refletindo em segurança e eficiência, aumentando a competitividade ao produtor; b) adoção de medidas fitossanitárias, para controle e prevenção do cancro cítrico e erradicação do Greening (HLB), resultando em competitividade e abertura de mercado aos citros produzidos no Estado; c) vigilância sobre pragas da fruticultura de clima temperado e erradicação de focos de ocorrência, mantendo o status fitossanitário; d) estabelecimento do vazio sanitário e período de semeadura para a soja, e a sua fiscalização, como ações de combate à ferrugem asiática da soja; e) ações de fiscalização, inclusive conjuntas com o Ministério Público do Paraná, para coibir o comércio e uso irregular de agrotóxicos; f) fiscalização do comércio de fertilizantes, sementes e mudas de interesse da defesa agropecuária; g) projeto piloto para auferir a qualidade dos fertilizantes comercializados diretamente aos produtores rurais; h) fiscalização e adoção de medidas relacionadas ao uso do solo agrícola, visando a manutenção da capacidade produtiva dos solos paranaenses.
- Inspeção de Produtos de Origem Animal (POA): a) fiscalização de 376 estabelecimentos de processamento e produção de POA, no cumprimento da legislação para a produção e comercialização de produtos com sanidade, qualidade, conformidade, identidade e inocuidade; b) informatização do processo de registro de estabelecimentos, projetos de reformas e registro de produtos; c) implantação da Gestão da Qualidade na Gerência de Inspeção de POA (março); d) controle e fiscalização do Trânsito Agropecuário; e) construção, reformas e adequações em Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário, nas divisas do Estado, com 30 postos finalizados e dois em construção; f) integração formal das ações com a Polícia Rodoviária Estadual (Lei n.º 18.669/2015 e Decreto n.º 8.704/2018); g) informatização dos processos de fiscalização do trânsito agropecuário (Informes diários e *Business Intelligence*), resultando, de janeiro a novembro, no registro de mais de 117.000 cargas fiscalizadas e monitoradas quanto à conformidade da origem, documentação sanitária e destino.

11.8 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)

- Área de armazenamento: a) deu continuidade às negociações para parcerias das unidades armazenadoras de Assaí, Guarapuava e Maringá; tendo realizado licitação para a parceria da Unidade de Assaí; b) parceria em Paranaguá - concluíram-se as obras da Unidade Armazenadora de Paranaguá com capacidade estática para 55.000 toneladas; encontra-se em implantação a correia transportadora com capacidade de arrasto de 2.500 toneladas/hora, que terá uma extensão de mais de 1.000 metros, do armazém CODAPAR ao berço 201 no cais do Porto, cujo início de funcionamento é previsto para março de 2019 (armazém/correias transportadoras). Por meio de suas Unidades Armazenadoras de grãos e Unidades Frigoríficas, a CODAPAR armazenou mais de 142 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados.
- Área de classificação - em atendimento ao controle de qualidade dos produtos destinados à exportação, realizou a auditagem do processo de classificação de mais de 20,5 milhões de toneladas de produtos para exportação no Porto de Paranaguá.
- Área de qualidade - classificados e certificados 2,8 milhões de toneladas (Lei Estadual n.º 9.972/2000) de produtos destinados à alimentação humana.
- Processo logístico de distribuição de gêneros alimentícios e materiais escolares - contratos com a SEED e FUNDEPAR para a distribuição de gêneros alimentícios, que compõem a Merenda Escolar aos 399 municípios, no montante próximo a 8.300 toneladas e de suprimentos como carteiras e cadeiras escolares, mesas e armários em mais de 10.000 unidades.
- Atividades dos processos aduaneiros - com a implantação pela Receita Federal, no SISCOMEX, da modalidade de despacho aduaneiro fracionado, os portos secos localizados nas zonas secundárias poderão realizar exportação de mercadorias em grandes quantidades. Assim, o Porto Seco CODAPAR Cascavel, passou a ser atrativo a novos clientes: a) exportadores de fertilizantes para o Paraguai - exportação de mais de 80.000 toneladas de adubo de setembro de 2017 a setembro de 2018; b) exportadores de cimento - iniciado em julho e agosto, c) realização de mais de 500 processos de importação e exportação de mercadorias diversas.
- Melhorias estruturais no Porto Seco (Cascavel) - para atender à crescente demanda por serviços: a) construção de Abrigo aos Motoristas (com instalações e equipamentos de apoio); b) construção de docas no armazém convencional - para facilitar serviços de carga e descarga de mercadorias.
- Área de engenharia rural - foram readequados 7,5 km da estrada rural da comunidade quilombola no município de Adrianópolis; foi concluída a obra de contenção de erosão e recuperação da área degradada às margens do Rio Iraí,

abrangendo os municípios de Pinhais e Piraquara; foi efetuada a recuperação ambiental e melhoria em áreas da SANEPAR, no município de Campina Grande do Sul e Quatro Barras em uma área aproximada de 60 ha. Além disso, a equipe de técnicos da CODAPAR executou as atividades de monitoramento e fiscalização de Programas como o PRO-RURAL e Patrulhas Rurais Rodoviárias, bem como no de Pavimentação de Estradas Rurais/Estradas da Integração junto aos municípios.

11.9 Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR)

A CEASA possui cinco unidades de comercialização no Estado e congrega cerca de 650 empresários atacadistas e 3.000 agricultores. Em 2018, o volume de comercialização atingiu em torno de 1,1 milhão de toneladas, gerando receita superior a R\$ 2,4 bilhões, sendo 60,0 comercializado pela unidade Curitiba. A logística empregada nas unidades da CEASA foi concebida com base no trabalho humano com um contingente de 8.000 trabalhadores nas atividades de carga e descarga de produtos, e embora ultrapassada, esta logística foi suficiente para que a CEASA-PR seja a quarta maior em comercialização do Brasil.

Em 2018, a companhia focou na recuperação de sua capacidade operacional, por meio de modernização e investimentos nas estruturas, destacando-se: a) Londrina - iniciou a construção de novo estacionamento, de investimento de R\$ 300,0 mil nessa primeira etapa; b) Cascavel - realizada licitação para a recuperação do pavimento interno, com de investimento de R\$ 300,0 mil; c) Curitiba - iniciada a recuperação do estacionamento externo (R\$ 2,5 milhões) e executada obras de melhoria do Projeto de Combate a Incêndio (R\$ 500,0 mil). Iniciou obras de preparação para a edificação de um Pavilhão de Desdobramento de Mercadorias, cujas obras de sistematização dos solos, terão custo de aproximadamente R\$ 500,0 mil. Além disso, foram licitadas as obras para construção de Doca de Abastecimento, no valor aproximado de R\$ 560,0 mil.

As Centrais de Abastecimento tem sido um mecanismo propulsor da retomada de oportunidade para a participação mais efetiva dos agricultores no processo de comercialização de hortifrutigranjeiros. Foram realizadas reuniões em diversas regiões do Paraná visando desenvolver projetos de produção e organização da produção para o mercado. Encontra-se em elaboração um Projeto de Lei para garantir espaços para que novos agricultores passem a frequentar o mercado.

Em dezembro de 2017, foi efetivado o convênio 351/2017 entre a SEAB e a CEASA/PR na ordem de R\$ 1,0 milhão, para melhorias nos cinco bancos de alimentos da CEASA/PR, com cerca de 90% dos recursos atualizados aplicados em 2018 e 10% em 2019, aumentando a capacidade de processar produtos de forma a ampliar o raio de ação dos Bancos de Alimentos e a formar estoques estratégicos para situações de calamidades.

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

12 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) tem a missão de definir, coordenar e executar políticas e diretrizes nas áreas da ciência, tecnologia, inovação e ensino superior. O Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES) conta com os seguintes órgãos e entidades vinculados:

- Instituições de Ensino Superior (IEES) - Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) - empresa pública dedicada à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.
- Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) - serviço social autônomo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à prestação de serviços em meteorologia, hidrologia e meio ambiente.
- Integram a estrutura organizacional das IEES, três Colégios de Aplicação Pedagógica, quatro Hospitais Universitários, quatro Hospitais Veterinários, cinco Escritórios de Aplicação Jurídica, cinco Centros Odontológicos, duas Clínicas de Fisioterapia e quatro Laboratórios de Análises Clínicas. Estes, além da função acadêmica, são importantes espaços de atendimento e assistência à população.

12.1 Excelência no Ensino Superior

Visa à melhoria dos indicadores acadêmicos na graduação e pós-graduação e a consolidação da excelência das universidades no ensino, na pesquisa, na extensão e na cooperação técnico-científica.

12.1.1 Ensino

As universidades estaduais são importantes locais de produção de conhecimento científico e de inovação tecnológica. Oferecem ensino gratuito em diversas áreas do conhecimento, com atividades de ensino de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, pesquisa, inovação, extensão universitária e cooperação técnico-científica nacional e internacional, com ensino presencial em 32 municípios e na modalidade a distância em 60 municípios. Com 7.685 docentes (90,0% com título de Mestre e/ou Doutor) e 8.847 agentes universitários, ofertou 350 cursos de graduação, 304 cursos de especialização, 186 cursos de mestrado e 83 cursos de doutorado. Até setembro, estavam matriculados 97.000 alunos, com previsão de formarem nível de graduação entre 10.000 e 12.000 alunos, em 2018.

O Índice Geral de Cursos (IGC) é um indicador que considera o conceito dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* das instituições, os recursos didáticos pedagógicos, a titulação do corpo docente, entre outros indicadores mostrando a relevância na qualidade das universidades que compõem o Sistema Estadual de Ensino Superior. A UEM, a UEL, a UNIOESTE, a UEPG e a UNICENTRO obtiveram nota 4 no IGC, a UENP e UNESPAR atingiram nota 3, em um universo de 1 a 5.

12.1.1.1 Coordenadoria do Ensino Superior (CES)

- Ações de regulação de cursos e instituições que resultaram na autorização de funcionamento de cursos de graduação em regime de extensão: a) História na UNICENTRO, em Coronel Vivida; b) Direito na UNESPAR, em Paranavaí; c) Matemática na UNICENTRO, em Coronel Vivida; d) Pedagogia – Licenciatura, em Nova Laranjeiras na Terra Indígena Rio das Cobras;
- Autorização de funcionamento de cursos de graduação: a) Museologia - UNESPAR, Campus Curitiba I; b) Engenharia de Produção na UNESPAR, Campus de Paranaguá; c) Nutrição e Biotecnologia na UEL, em Londrina; d) Medicina na UENP, em Cornélio Procopio; e) Medicina na UNICENTRO, em Guarapuava.
- Tramitação dos pedidos de criação de novos cursos: a) Direito no Campus Guarapuava e Engenharia Civil no Campus de Irati; b) Fisioterapia e Nutrição na UEPG.
- Credenciamento do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), do Ministério Público do Paraná; credenciamento da Escola de Magistratura do Paraná, do Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV) e da Escola de Saúde Pública do Paraná; e tramitação de credenciamento da UNESPAR e da Escola da Polícia Civil do Paraná.
- Comissão Universidade para os Índios (CUIA) - realizado o XVIII Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná, em outubro, em Faxinal do Céu, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com 852 inscritos.
- Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC) - cinco doações pelos Institutos Médicos Legais do Paraná (IMLs) e de familiares às IEES.

12.1.1.2 Assessoria Técnica

Principais atividades de planejamento do ensino superior:

- Continuidade na implementação da Universidade Virtual do Paraná (UVPR/SETI): a) Curso Superior de Graduação de Tecnologia em Gestão Pública, com 1.657 alunos matriculados, sendo 134 alunos do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN) e 1.123 funcionários públicos estaduais da UNICENTRO e SETI, com investimento de R\$ 666,4 mil; b) Curso de Especialização em Saneamento Ambiental, com aproximadamente 500 alunos, funcionários da SANEPAR, da UENP e da SETI.

- Programa Residência Técnica - Curso de Especialização em Gestão Pública, na modalidade a distância, ofertada pela UEPG, em conjunto com a UEL, a UEM, e a UNICENTRO, em cooperação com as Secretarias de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS); da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU); da Administração e da Previdência (SEAP) e Casa Civil (CC), com 205 vagas para residentes e 280 vagas para o Curso de Especialização para servidores estaduais, com investimento de R\$ 5,7 milhões.
- Programa Residência Técnica - Curso de Especialização em Engenharia e Gestão Ambiental, na modalidade à distância, ofertado pela UEPG, em conjunto com as Universidades Estaduais UEL, UEM, UNICENTRO, UNIOESTE, UENP, em cooperação com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ), Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), com 120 vagas para residentes técnicos e 20 vagas para o Curso de Especialização para servidores estaduais.
- Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (PEAS), Resolução n.º 021/2018 - GS/SEJU. Realizou reuniões de trabalho, apresentação, discussão dos instrumentais de monitoramento e avaliação, detalhamento do cronograma, preenchimento dos instrumentais de monitoramento, validação e apresentação; avaliação e validação pelos titulares da pasta, análise conjunta dos instrumentais de avaliação e ratificação pela Comissão.
- Continuidade aos trabalhos da Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Estadual de Educação (PEE); e Comissão para o Desenvolvimento e Efetivação da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2018), com as etapas intermunicipais e estaduais realizadas nos meses de maio, junho, julho e agosto e a etapa final em novembro, na cidade de Brasília/DF.

Principais atividades da Assessoria de Saúde:

- Hospital Universitário de Londrina (HUL) - atendeu mais de 738.022 pacientes nas diversas especialidades incluindo atendimentos em centro cirúrgico, UTI, pronto socorro, ambulatório, internações, exames, entre outros, com uma taxa de ocupação hospitalar de 90,4%. Encontra-se em andamento a construção da maternidade (82,7% concluída), e do pronto socorro (8,1% concluída), com investimento total de R\$ 25,6 milhões.
- Hospital Universitário de Maringá (HUM) - atendeu 271.999 pacientes nas diversas especialidades como UTI, pronto socorro, ambulatório, internações, centro cirúrgico e exames, com taxa de ocupação hospitalar de 88,6%. Encontra-se em andamento a ampliação de 100 leitos hospitalares na área de internamentos (82,8% concluída), no valor de R\$ 16,1 milhões.

- Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) - atendeu 350.655 pacientes nas diversas especialidades incluindo, além do pronto socorro, centro cirúrgico, ambulatório, UTI, exames, entre outras, com taxa de ocupação hospitalar de 84,3%. Encontra-se em construção a Ala Materno Infantil, no valor de R\$ 7,0 milhões (72,7% concluída) e a reforma do Pronto Socorro (78,6% concluída), com investimento total de R\$ 10,5 milhões.
- Hospital Universitário Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva (HURCG) – atendeu 316.988 pacientes nas diversas especialidades, incluindo centro cirúrgico, UTI, pronto socorro, ambulatório, internações, maternidade, exames, entre outros, com taxa de ocupação hospitalar de 70,2%.
- Hospitais Veterinários - entre consultas, retornos, internamentos, exames e clínica médica, foram realizados: a) mais de 93.569 atendimentos na UEL; b) mais de 5.896 atendimentos na UEM; c) tratou 3.297 animais na UENP, dando oportunidade à complementação das atividades acadêmicas, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão; d) mais de 12.652 animais na UNICENTRO, complementando o ensino da graduação e pós-graduação em medicina veterinária, conta ainda com doação de sangue canino e o serviço de acupuntura para os animais.

Ações de ensino relevantes para a comunidade universitária e à população externa:

- Implantação do Plano Estadual de Segurança do Paciente - encontra-se em desenvolvimento, no Programa da Qualidade e Segurança dos Pacientes nos Hospitais Universitários, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), junto à Superintendência de Unidades Próprias (SUP), e por determinação da Resolução da Diretoria Colegiada ANVISA/MS n.º 36/2013, e o Comitê Estadual da Segurança dos Pacientes/SESA, que tem a finalidade de implantar o protocolo de Segurança do Paciente, de acordo com o Ministério da Saúde, nos Hospitais Universitários do Paraná.
- Monitoramento das ações do Plano Estadual para pessoas com Deficiência (2018-2021) - sete ações efetivadas visando a garantia dos direitos humanos fundamentais para essa população.
- Coordenação da Política de Educação Permanente em Saúde no Paraná - contribuindo com o fortalecimento do SUS e o compromisso de alinhar e coordenar as ações de Educação Permanente em Saúde (EPS) entre as IEES, por meio de Oficinas Macrorregionais, visando a definição de prioridades de EPS.

12.2 Paraná Inovador

As ações em Ciência, Tecnologia e Inovação visam o desenvolvimento social, promovido por meio da melhoria da qualidade de vida, da geração de emprego e renda. Para isto, é necessária constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação que objetivem a geração de produtos e processos inovadores, além de programas

que socializem informações que possam subsidiar políticas de governo e possibilitem à sociedade o acesso ao conhecimento e a aplicação de seus resultados. Os programas e projetos desenvolvidos e/ou apoiados pelo Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior devem garantir o desenvolvimento científico, humano, cultural e econômico. Para este fim serão focalizados o saber e a qualificação, a modernização do Estado, a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de empreendimentos inovadores, a transferência de conhecimento da academia para o setor produtivo e a inclusão social.

12.2.1 Pesquisa

12.2.1.1 Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF)

Tem como função principal a gestão executiva dos recursos do Fundo Paraná, atendendo as áreas estratégicas estabelecidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR).

Em 2018, o orçamento previsto para apoio a projetos foi de R\$ 72,0 milhões, com 179 termos de cooperação com Instituições Estaduais e três Termos de Convênio com o Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Prefeitura de Castro.

A XXIV Reunião Ordinária do CCT/PR, realizada em março, aprovou o Plano de Aplicação - 2017 e confirmou, para 2018, a ampliação, de 14 para 15, das Áreas Prioritárias aptas a receberem investimentos do Fundo Paraná, inseridas no Programa Paraná Inovador. Em função de alterações na natureza jurídica do TECPAR, a 15ª área estabelecida pelo CCT/PR passou a ser o Programa de Apoio ao TECPAR.

Principais ações da Unidade Gestora do Fundo Paraná:

- Programa Paraná Mais Orgânico - visa contribuir para a consolidação do Paraná como o Estado com o maior número de produtores orgânicos certificados do País, mediante diferentes formas de certificação dos agricultores familiares, promovendo a inovação tecnológica em bases agroecológicas e fomentando novas formas de comercialização, por meio do cooperativismo/associativismo. É formado por oito núcleos - sete nas Universidades Estaduais e um no Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), tendo o TECPAR como órgão certificador. Foram atendidos 1.120 produtores com estudos de caso e/ou certificações e investimento de R\$ 1,3 milhão.
- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de Horticultura na UEM - visa contribuir para o desenvolvimento econômico e social das pequenas propriedades que têm na horticultura (hortaliças, flores, frutos, plantas medicinais, cogumelos e produção de mudas) sua principal fonte de renda, agregando medidas para elevar o nível de vida no meio rural. Foram atendidos cerca de 2.000 produtores rurais nos Dias de Campo, com investimento de R\$ 572,9 mil.

- Programa Paraná Fala Idiomas - visa impulsionar as universidades a promoverem ações de internacionalização de maneira significativa por meio de ensino, pesquisa e extensão que ultrapassem as barreiras geográficas ao capacitar estudantes, docentes e agentes universitários em língua estrangeira. Com investimento de R\$ 1,2 milhão, no Paraná Fala Inglês foram desenvolvidas três etapas da Fase I (iniciada em 2014), com 3.300 alunos atendidos, e desenvolvidas duas etapas da Fase II, com 1.770 alunos atendidos; e no Paraná Fala Francês foi iniciada a etapa I da Fase I, com 530 alunos. O Programa está sendo ampliado para os idiomas Espanhol, Japonês e Alemão.
- Construção dos Blocos Didáticos para atender os cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Química da UTFPR - Campus Londrina - visa implementar laboratórios específicos desses cursos para oferecer formação de qualidade aos alunos, com investimento de R\$ 2,0 milhões.
- Uso de tecnologia para melhoria da qualidade educacional no município de Castro - visa efetivar novas práticas pedagógicas, integrando a tecnologia por meio do uso de *tablets* para a melhoria da qualidade educacional com base na elevação do Índice de Desenvolvimento Educacional de Castro (IDEC), com investimento de R\$ 460,6 mil.
- A Fundação Araucária (FA) recebeu recursos originários do Fundo Paraná, no valor de R\$ 38,7 milhões, que foram aplicados em três grandes linhas de ação: Fomento à Produção Científica e Tecnológica; Verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores; e, Fomento à Disseminação da Ciência e Tecnologia. Foram lançadas 16 chamadas públicas e 6 processos de inexigibilidade de Chamamento Público (PI's), onde foram concedidas 3.097 bolsas de iniciação científica, de extensão e de inclusão social contratadas, ademais outras chamadas públicas encontram-se em processo de avaliação. Este projeto tem como Público Alvo a comunidade Científica e o retorno da comunidade paranaense. Voltado ao incentivo, ao desenvolvimento científico, tecnológico e à inovação, mediante parcerias com o setor produtivo, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais e governos municipal, estadual e federal.

12.2.1.2 Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)

O TECPAR passou a adotar o conceito de ICT 4.0 e instituiu sua independência orçamentária, como consequência da mudança de processos internos. Uma ICT 4.0 é uma instituição que aproveita a eliminação dos limites entre os mundos digital e físico para alterar a sua cadeia de valor.

Principais atividades:

- Recebeu recursos na ordem de R\$ 82,0 milhões do Ministério da Saúde para implantação do Centro Biotecnológico em Maringá, nova fábrica do Estado, que irá produzir para o SUS os medicamentos: *Trastuzumabe*, *Infliximabe*, *Rituximabe*, *Adalimumabe*, *Bevacizumabe*, *Etarnecepte*, *Betagalsidase*, *Imiglucerase*.
- Centro de Desenvolvimento e Produção de Medicamentos Sintéticos – na UEPG, em Ponta Grossa, iniciou a operação com capacidade de produção de 200 milhões de comprimidos/ano e 100 milhões de cápsulas/ano, quantidades suficientes para suprir a demanda do Ministério da Saúde por meio da transferência de tecnologia de medicamentos sintéticos inovadores, com investimento de R\$ 23,5 milhões, para fornecer *Lenalidomida*, *Abiraterona*, *Anastrozol*, *Letrozol*, *Bosentana* ao SUS, entrando para o mapa nacional de produção de medicamentos.
- Análise de 142 produtos utilizados na merenda das escolas estaduais do Paraná.
- Firmou parceria com a HEMOBRÁS na produção de hemoderivados.
- Incubadora do TECPAR - foram selecionadas 32 novas empresas inovadoras; e a empresa Compracam, incubada no TECPAR, foi selecionada para programa da *Campus Party Brasil*.
- Assinado acordo para a criação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Nanotecnologia Aplicada à Saúde com a UNICENTRO, visando a atuação conjunta em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o desenvolvimento de uma plataforma nanotecnológica voltada a novos avanços na área da saúde.
- Adquiriu tecnologia para exportação de painéis de madeira; e obteve acreditação para ensaios de migração de embalagens plásticas.
- Assinado acordo com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) para a implantação da metodologia *Building Information Modeling* (BIM) em obras públicas do Paraná. A tecnologia propicia melhorias no planejamento dos empreendimentos, na integração das diversas disciplinas dos projetos e redução de suas incompatibilidades, na maior precisão dos orçamentos, na previsibilidade dos prazos de execução, na transparência dos gastos e na sustentabilidade dos projetos.
- Instalado o protótipo da Casa Sustentável, no campus do TECPAR, em Araucária, em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), que testa tecnologias verdes em uma moradia de 44 metros quadrados com custos que podem ser enquadrados nas condições do Minha Casa, Minha Vida e será referência para moradias sociais no Paraná. A Casa Sustentável é uma residência com sala, cozinha, dois quartos e um banheiro. Os diferenciais do projeto vão desde a geração própria de energia elétrica ao aproveitamento da água da chuva. Foi assinado termo de compromisso assinado que prevê outras

duas casas (Jacarezinho e Região Metropolitana de Curitiba) visando avaliar os dados dos três protótipos para chegar a um modelo que possa ser replicado em todas as regiões do Estado.

- Capacita Paraná EAD - mais de 3,2 mil servidores municipais paranaenses foram capacitados em cursos que vão desde a gestão pública, contabilidade pública até a gestão estratégica de pessoas. Este programa do Governo do Estado objetiva a capacitação de servidores municipais e estaduais e é promovido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e o PARANACIDADE.
- TECPAR Educação - promoveu curso sobre ferramenta de análise de dados.

12.2.1.3 Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR)

- Atividades de pesquisa focadas na gestão de riscos e desastres no Paraná, incluindo investigações sobre a determinação de índices pluviométricos críticos para a deflagração de desastres (projeto com financiamento de bolsas pelo CEPED/SANEPAR).
- Produção de Base Cartográfica Complementar - desenvolvimento e manutenção de plataforma *WebGIS* e análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Estado do Paraná.
- Serviços tecnológicos para a Gestão de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) do Paraná - seleção das RPPNs elegíveis, avaliação e monitoramento das condições ambientais, implantação de plataforma *WebGIS* contendo dados e informações das RPPNs.
- Operação do sistema de alerta meteorológico - funcionamento permanente (operação 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano), inclui a geração de boletins meteorológicos e de alertas de eventos severos para a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC).
- Operação e atualização do portal de Monitoramento e Previsão Hidrometeorológica, concebido para atender demandas do AGUASPARANÁ e da CEPDEC.

12.2.1.4 Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos (SEPARTEC)

Instrumento articulador dos diversos atores da ciência e tecnologia do Paraná, responsável por propor políticas públicas e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento da inovação no Estado, com foco nos Parques Tecnológicos.

Fazem parte da estrutura de geração e difusão de conhecimento as IEES, com presença em 32 municípios, Universidade Federal do Paraná (UFPR) multi *campi*, UTFPR com 13 *campi*, Instituto Federal do Paraná com capilaridade em pequenos municípios, rede de universidades confessionais e privadas, 3.000 grupos de pesquisa cadastrados no

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), sendo 500 grupos em parceria com o setor privado, institutos de pesquisa (IAPAR, TECPAR, EMBRAPA soja e floresta), protagonismo dos sistemas FIEP/SENAI, FAEP/SENAR e SEBRAE, cooperativas no sistema OCEPAR e empresas com estruturas de P&D+1.

Encontra-se em tramitação o projeto denominado Sistema de Credenciamento e Avaliação dos Parques Tecnológicos no Estado do Paraná, que permitirá desenvolver o sistema de credenciamento e avaliação da maturidade dos parques tecnológicos, representados por 15 iniciativas efetivas de parques tecnológicos nas áreas de agroindústria, biotecnologia, nanotecnologia e tecnologias da informação.

12.2.2 Extensão Universitária

12.2.2.1 Assessoria de Projetos Especiais

O Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), por meio do Fundo Paraná, investiu R\$ 11,2 milhões para a execução de 135 projetos de extensão universitária voltados ao desenvolvimento socioeconômico em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Paraná. As ações foram executadas pelas universidades por meio de equipes multidisciplinares que atuam em diferentes áreas sociais e em ciência e tecnologia, primando pela qualificação acadêmica (docentes e estudantes) e oportunizando a experiência do primeiro emprego ao recém-formado. Os projetos beneficiaram mais de 379 municípios e 1.406 bolsistas, sendo: 287 orientadores, 477 recém-formados e 642 estudantes de graduação.

Os projetos contemplaram diferentes áreas sociais: a) 85 projetos para a promoção da Saúde, Agricultura Familiar e Agroecologia, Educação, Inclusão e Direitos Sociais e Inovação e Diversidade Cultural (Edital n.º 01/2016); b) 10 projetos para atender aos Núcleos de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ), em conjunto com a rede de atendimento da criança e adolescente (Edital n.º 01/2017); c) 16 projetos para atender ao Programa Patronato, em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), Edital n.º 04/2017; d) 14 projetos do Programa Bom Negócio Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), Edital n.º 05/2017; e) 10 projetos referentes ao Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), que oferece acolhimento, apoio jurídico e psicológico para mulheres vítimas de violência doméstica (Edital n.º 02/2017). Para atender aos subprogramas da Universidade sem Fronteiras foram iniciados 85 projetos, em outubro (Edital n.º 07/2017).

Foram lançados os seguintes editais para execução em 2019: a) Edital n.º 01/2017 - seleção de 10 projetos para o NEDDIJ; b) Edital n.º 02/2017 do NUMAPE, seleção de 10 projetos para o atendimento e apoio às mulheres vítimas de violência doméstica. Foram elaborados Editais para o Patronato e Programa Bom Negócio Paraná visando à continuidade em 2019.

Secretaria da Cultura



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

13 Secretaria de Estado da Cultura

A Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), responsável pela implantação e gerenciamento das políticas culturais do Paraná, realiza projetos, estratégias e ações que reconhecem, valorizam, fomentam, incentivam, promovem, difundem e garantem a perpetuação dos bens culturais - materiais e imateriais - do Estado.

Foi divulgado o resultado do 2º edital do Programa de Fomento e Incentivo à Cultura do Paraná (PROFICE), que selecionou 126 projetos culturais, no total de R\$ 30,3 milhões. Até setembro, foram captados R\$ 3,0 milhões. Os proponentes iniciaram a abertura de conta corrente e a captação de recursos em agosto e têm prazo até 2019 para a captação do valor total. O prazo para a realização das atividades culturais encerra em 17 de agosto de 2020.

Lançado o edital de Produção e Distribuição de Obras Audiovisuais, com investimento de R\$ 3,7 milhões, foram selecionadas 17 obras paranaenses nas categorias de curta, longa-metragem, telefilme e distribuição, que se encontram em fase de produção, com prazo de 12 a 36 meses para finalização.

A SEEC lançou dois editais com produções prontas para circulação e projetos para descentralização das ações culturais no Estado, garantindo o acesso à cultura nas suas mais variadas formas: a) Domingo tem Teatro - quarta edição (Edital n.º 01/2018), ampliado para municípios de até 50 mil habitantes, com 40 apresentações e R\$ 240,0 mil investidos; b) Prêmio Arte Paraná - quarta edição (Edital n.º 02/2018), contemplou 25 projetos (05 de circo, 04 de dança, 06 de música e 10 de teatro), com 100 apresentações realizadas em municípios de até 50 mil habitantes, nas oito macrorregiões histórico-culturais do Estado e investimento de R\$ 400,0 mil.

Na Viradinha Cultural Paraná 2018, em Matinhos, a SEEC realizou atividades recreativas no Verão Paraná, como oficinas de artesanato, jogos educativos, ações de arte-educação no trânsito, atendimento do DETRAN ao público e apresentações de circo, contação de história e teatro, com investimento de R\$ 500,0 mil, em parceria com o Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR).

Visando estreitar as relações com dirigentes e gestores culturais e criar um canal de comunicação mais ativo entre o governo do Estado e as prefeituras, promoveu o 2º Encontro de Gestores e Dirigentes Municipais de Cultura do Paraná, nos dias 22 e 23 de março, no auditório do Museu Oscar Niemeyer. O evento contou com a participação de autoridades estaduais e apresentou as principais diretrizes e projetos na área da cultura do Estado aos municípios, além de palestras e debates voltados à gestão municipal de cultura e apresentação de projetos de sucesso dos municípios.

Deu-se continuidade ao trabalho de consolidar a institucionalização da cultura no Paraná, com a edição de um relatório com as diretrizes e metas do Plano Estadual de Cultura do Paraná (PEC-PR), que norteará as políticas públicas da cultura para os próximos 10 anos.

O Conselho Estadual da Cultura (CONSEC) tem por finalidade promover a participação da sociedade na formulação das políticas públicas de cultura do Paraná. Em 2018, foram realizadas quatro reuniões, sendo uma extraordinária, em Guarapuava, visando a descentralização das ações.

Os museus administrados pela SEEC passaram por obras de reforma e melhoria na acessibilidade e segurança. O Museu Paranaense, um dos principais do Estado, passou por reforma no prédio anexo (concluída em abril), com investimento de R\$ 222,0 mil na substituição de vidros da cúpula do prédio, novos corrimões, rampa e sinalização de segurança. No Museu Alfredo Andersen encontram-se em andamento obras para modernização do prédio e das salas de exposição, no valor de R\$ 700,0 mil, investidos pela empresa Renault do Brasil (Programa Paraná Competitivo). Encontra-se em licitação o projeto de restauro do prédio histórico, sede do museu, com custo de R\$ 150,0 mil. Concluído o projeto de restauro do Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC-PR), no valor de R\$ 300,0 mil, que se encontra em funcionamento temporariamente no Museu Oscar Niemeyer (MON). A licitação, em fase final, tem previsão de início das obras para 2019 e incluem a reforma e o restauro da estrutura física do complexo de prédios que compõem a sede do museu, com investimento previsto de R\$ 5,8 milhões.

O programa DiversidArte, que tem por objetivo incentivar e promover ações afirmativas e inclusivas que contribuam para o fim de todo tipo de discriminação, completou um ano, com a participação de mais de 200 mil pessoas em suas ações. Ao reconhecer e valorizar os grupos de culturas populares, imigrantes e aqueles historicamente discriminados (população negra, povos de terreiro, ciganos, indígenas, quilombolas, faxinalenses, LGBTIs, movimentos de rua e idosos), suas identidades e saberes são defendidos, garantindo o fortalecimento e a inserção desses grupos nas políticas públicas culturais, viabilizando a criação, a produção, a difusão e a fruição cultural. As ações vão desde exposições itinerantes, que enaltecem a cultura paranaense, a projetos que contribuem com a acessibilidade de pessoas com deficiência, além da criação de um calendário cultural para valorizar esses grupos.

Em março, foi realizado, pelo segundo ano consecutivo, o Mês da Mulher, que contou com atividades como exposições, visitas mediadas, mesas-redondas e *workshops* em vários espaços da SEEC, visando promover discussões a respeito do papel da mulher na sociedade, apresentar sua força e seu trabalho na área cultural, e exaltar suas obras e conquistas.

Em abril, o destaque na programação foram os povos indígenas, com discussões acerca de sua representatividade na sociedade. O Museu Paranaense promoveu o Mês do Índio, com apresentações e vivências dos integrantes do povo Fulni-ô, do interior de Pernambuco, e recebeu diversos estudantes em visitas mediadas.

No Mês da Consciência Negra, em novembro, celebrou os povos afrodescendentes do Paraná com o objetivo de despertar a reflexão sobre a população negra no Estado. A programação foi definida com o auxílio do CONSEC, do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), da Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

(SEJU) e colaboração da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foram realizadas apresentações musicais, bate-papos, conferências, exibição de filmes, exposições, oficinas, palestras, peças teatrais, rodas de capoeira e maracatu e seminário.

A Seção Braille da Biblioteca Pública do Paraná, em atividade desde 1974, referência no atendimento a pessoas com deficiência visual no Brasil, é um espaço aberto à prestação de serviços culturais e educacionais que visam ao desenvolvimento e à formação das pessoas com deficiência visual, presta atendimento e orientação aos usuários no acesso à informação e à leitura por meio de dispositivos especializados, como o livro falado, o livro digitalizado e o livro em Sistema Braille. A seção desenvolveu diversas atividades de orientação sobre a convivência com pessoas com deficiência visual em empresas e outras instituições.

A Semana do Migrante, em junho, realizada em parceria com a Biblioteca Pública do Paraná (BPP), contou com palestras e mesas-redondas sobre migração, apresentações de música, dança, exposições e venda de comidas típicas.

Visando à valorização do público da terceira idade, foram desenvolvidas ações específicas como o Arte para Maiores, do MON, voltado à iniciação do público com mais de 60 anos às atividades artísticas por meio de minicursos de sensibilização para a arte, mediações, oficinas artísticas e atividades de criatividade. A Sessão Sabedoria, promovida pelo Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS-PR), com apoio do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI), realizou a exibição comentada de filmes, uma vez ao mês, no auditório, em Curitiba, com o objetivo de estimular intelectualmente a terceira idade e abrir um canal para a expressão de suas ideias.

Promoveu a segunda edição do Mês da Literatura do Paraná no período de 24 de agosto a 29 de setembro, cuja abertura foi realizada no Palácio Iguaçu, com a inauguração da exposição Meu coração de Polaco voltou, em homenagem ao poeta Paulo Leminski (1944-1989).

Na área do incentivo ao livro, leitura e literatura, foi promovido o Mês da Literatura do Paraná, com ações de fomento à leitura nas 18 Associações Regionais de Municípios do Paraná, por meio da Caravana Literária, realizando bate-papo com escritores em duas cidades por regional. A ação consiste na contratação de escritores paranaenses e nacionais conceituados para bate-papos sobre formação de leitores e incentivo à leitura. Organizada em parceria com a BPP, 15 autores paranaenses e nacionais percorreram 45 municípios do Estado com oficinas e palestras. Cada autor visitou entre duas e três cidades e durante os encontros falaram sobre suas próprias obras, abordaram temas de incentivo à leitura e formação de leitores. O encerramento aconteceu no dia 26 de setembro, data em que se comemora o aniversário da Academia Paranaense de Letras, com apresentação do Balé Teatro Guaíra, no Palácio Iguaçu.

Com o objetivo de facilitar o acesso ao livro e incentivar a leitura entre crianças e adolescentes, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social, foi realizada a segunda edição do projeto Agentes de Leitura, iniciativa da SEEC e da BPP, em parceria com a empresa Audi do Brasil, com investimento de R\$ 514,0 mil e ações em 10 municípios.

Em outubro, a segunda Mostra de Arte Popular do Paraná, realizada em Guarapuava, teve como objetivo a valorização e a difusão das culturas populares típicas do Estado, como: dança, música, folclore, etnias, gastronomia e artesanato.

A Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM), responsável por promover a articulação entre os espaços expositivos da SEEC e desenvolver programas de assessoria técnica na área da museologia, registrou 187.823 visitantes, até setembro, em 49 exposições nos museus Alfredo Andersen, de Arte Contemporânea do Paraná, do Expedicionário, da Imagem e do Som do Paraná, Oscar Niemeyer, Paranaense, e no Centro Juvenil de Artes Plásticas. Exposições itineraram pelos municípios de Curitiba, São Mateus do Sul, São José dos Pinhais, Piraquara, Arapongas, Almirante Tamandaré, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu. Foram catalogados cerca de 205 mil objetos no Pergamum Museus, até setembro. Atendeu demandas dos municípios, com a realização de treinamento, apoio e orientação aos técnicos museológicos dos municípios de Londrina, Curitiba, Cambé, Piraquara, Itaguajé, Goioerê, Ivaí, União da Vitória, Foz do Iguaçu e Assaí, garantindo a qualidade e a continuidade das ações museológicas e museográficas.

A Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) é a responsável legal pela preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná, além dos bens culturais de natureza imaterial do Estado. Na gestão dos 192 bens tombados pelo Estado, atuou na fiscalização, orientação técnica, análise e/ou aprovação de projetos em sete áreas tombadas, em 16 bens tombados individualmente e acompanhou a execução de obras em nove bens tombados individualmente. Elaborou termos de referência, prestou assessoramento para a elaboração de laudos fitossanitários de árvores tombadas e orientação a proprietários de imóveis tombados, situados em áreas tombadas ou em áreas em processo de tombamento. Prestou assessoria técnica, em sete municípios, referente à gestão de bens tombados e criação de Leis Municipais de Preservação do Patrimônio Cultural.

13.1 Administração Indireta

13.1.1 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)

O CCTG tem por finalidade promover o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança e a apresentação de espetáculos artístico-culturais. Até o início de setembro, o Balé Teatro Guaíra, a Orquestra Sinfônica do Paraná, o G2 Cia de Dança, a Escola de Dança Teatro Guaíra e o Festival Espetacular de Teatro de Bonecos realizaram 150 apresentações a um público de 73.214 pessoas, em 19 municípios paranaenses e nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Itajaí, Porto Alegre, Taguatinga, Campinas, Taubaté e Salvador.

De janeiro a agosto, o CCTG viabilizou a realização de 490 apresentações de espetáculos e eventos de produções locais, nacionais e internacionais dos mais variados gêneros artísticos em seus três auditórios (Guairão, Guairinha e Miniauditório) e no Teatro José Maria Santos, a um total de 215.711 espectadores.

13.1.2 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

A BPP passou por um amplo processo de modernização nos últimos anos. A segunda etapa das obras, entregue em 2018, incluiu a revitalização das salas destinadas à Literatura, Periódicos, Multimeios e Infantil. Os espaços receberam novo mobiliário, iluminação e pintura; além de nova cantina e reformas nos banheiros dos funcionários. Na primeira etapa, o espaço em que ficava a seção de empréstimos, foi remanejado e deu lugar a um café, em funcionamento desde julho. Na terceira etapa, iniciada em julho, as salas de Filosofia e Religião (no segundo andar), Ciências Puras e Aplicadas e Esportes e Belas Artes (no terceiro andar) receberam pintura, mobiliário e projeto de iluminação novos. No total, a empresa Renault investiu R\$ 6,4 milhões na modernização do prédio histórico da BPP, inaugurado em 1954.

Na programação anual, destacam-se:

- Festa Literária da Biblioteca (FLIBI) - realizada em outubro, a segunda edição do evento teve mais de 60 atrações, trazendo escritores e artistas de Curitiba e outras regiões do País. A programação incluiu cursos de desenho e criação literária, bate-papos, palestras, sessões de cinema e *shows*, com a participação de nomes como Rubens Figueiredo, Edyr Augusto, Fernando Bonassi, Milton Hatoum, Mel Duarte, Carola Saavedra e Giovana Madalosso.
- Música na Biblioteca - realizadas 10 edições, com cinco apresentações como parte da programação da segunda edição da Festa Literária da Biblioteca. O Projeto incentiva e dá visibilidade a cantores e compositores locais de gêneros musicais que variam do erudito ao jazz e MPB.
- Um Escritor na Biblioteca - realizados oito encontros, em formato de bate-papos sobre bibliotecas e livros, com a presença de um mediador, com os autores Luiz Antonio de Assis Brasil, Beatriz Bracher, Paulo Henriques Britto, Laurentino Gomes, Angélica Freitas, Mel Duarte, Alice Ruiz e João Silvério Trevisan.
- Prêmio Paraná de Literatura - selecionou obras inéditas, de autores de todo o País, em três categorias que homenageiam figuras importantes da literatura paranaense - prêmios Manoel Carlos Karam (romance), Helena Kolody (poesia) e Newton Sampaio (conto). Em sua 5ª edição, contou com 1.852 inscritos. O vencedor de cada categoria recebe R\$ 30,0 mil e tem sua obra publicada pelo selo Biblioteca Paraná, com tiragem de 1.000 exemplares, distribuídos gratuitamente em bibliotecas do Estado e diversos pontos de cultura do país. Os premiados recebem 100 cópias de seus livros podendo, mais tarde, reeditar os trabalhos por outras editoras.
- 1ª Semana de HQ da Biblioteca - realizada de 19 a 24 de março, aborda o universo das histórias em quadrinhos; contou com oficinas de criação, lançamentos de livros, feira e escambo de HQs e bate-papos sobre o universo dos quadrinhos.
- Oficinas de Criação Literária e Ilustração - o projeto traz alguns dos mais importantes escritores da atual cena literária; foram quatro cursos de contos, ilustração, romance e poesia. Os encontros aconteceram mensalmente e aliaram

teoria e prática à experiência dos convidados, colocando o público em contato com diversos gêneros de escrita.

- Uma noite na Biblioteca - realizadas duas edições, em julho e novembro. O projeto leva crianças de 7 a 13 anos para uma divertida noite na biblioteca, com média de 50 crianças por edição. As atividades iniciam às 18h do sábado e acabam na manhã de domingo. Em cada seção da biblioteca, uma atividade diferente é realizada. Com grande aceitação por parte do público, o projeto entrou no calendário cultural da cidade.
- Coral Cantateca - atividade cultural oferecida à comunidade, que alia o estudo da música a textos de autores da literatura brasileira. Composto por 25 crianças de 7 a 16 anos, o coral é coordenado por uma musicoterapeuta e violinista e por uma pianista, com orientação de uma pedagoga.
- Exposições - a biblioteca realizou cinco exposições sobre temas diversos, que vão de temática infantil, reunindo trabalhos de crianças que participaram de cursos de criação na Seção Infantil, a uma mostra que teve como tema a Copa do Mundo, em parceria com a Gazeta do Povo, reunindo 80 fotografias dos últimos quatro mundiais.
- Jornal Cândido - completou sete anos em 2018, com 12 edições publicadas mensalmente com textos sobre grandes nomes da literatura nacional e mundial, matérias sobre o mercado editorial, perfis e inéditos - contos, crônicas e poemas. O jornal dá visibilidade à literatura paranaense, resgatando autores do passado e promovendo nomes do presente.
- Biblioteca Paraná - selo editorial da BPP lançou o Livro aberto: uma história da Biblioteca Pública do Paraná, do jornalista Nilson Monteiro, os Roteiro Literário - Helena Kolody e Roteiro Literário - Paulo Leminski, a coletânea 85 cronistas paranaenses, organizada por Luís Bueno, e o romance A noite do absoluto, de Ernani Reichmann.
- Revista Helena - retomada em 2017, a publicação trimestral da SEEC e BPP teve três edições em 2018, trazendo ensaios de fôlego e conteúdo de âmbito nacional, assinados por colaboradores de diferentes regiões do Brasil.
- Novos livros - no primeiro semestre, foram disponibilizados 1.000 novos livros para empréstimo, com 300 exemplares adquiridos pela própria biblioteca. Por meio do Programa Paraná Competitivo, a Audi do Brasil fez o repasse das outras 700 obras.
- Projeto Aventuras - voltado ao público infantil, busca a interação entre artistas e público, trazendo autores de literatura infanto-juvenil para compartilharem suas experiências.
- 7.º Festival Literário dos Campos Gerais (FLICAMPOS) - realizado em Ponta Grossa, de 11 a 14 de junho, teve a participação de três autores a convite da BPP.

Secretaria do Desenvolvimento Urbano



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

14 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) tem como missão definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes.

14.1 Administração Direta

Principais atividades:

- Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM): a) convênios - realizadas 2.474 ações relativas à celebração de convênios, sendo 1.290 convênios PAM/2018 e 1.184 aditivos de vigências/alteração de cláusula de repasses de adiantamento e de valor de contrapartida municipal, incluindo os convênios de anos anteriores; b) empenhos - realizados empenhos a 1.290 convênios com execução financeira de R\$ 431,5 milhões; c) pagamentos - foram liberados cerca de R\$ 150,0 milhões a ações já executadas e em andamento, incluindo os convênios celebrados em anos anteriores.
- Infraestrutura - transferência da SEDU para o Palácio das Araucárias; aquisição de 50 computadores.
- Estatuto da Metrópole (Lei n.º 13.089/2015): a) foram referendadas as quatro Regiões Metropolitanas de Curitiba, Cascavel, Londrina e Maringá, e elaboradas minutas de leis de criação em conformidade com os preceitos do Estatuto da Metrópole; e foram propostas minutas de leis de extinção às Regiões Metropolitanas de Campo Mourão, Apucarana, Toledo e Umuarama, criadas por lei; b) desenvolveu estudos para a implantação e projeto piloto da Coordenação da Região Metropolitana de Maringá; c) estudos, formatação e publicação do documento Referências para uma Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado do Paraná - Aglomerações Urbanas, e para as Microrregiões e Associações de Municípios.
- Elaboração de pareceres técnicos e manifestação à respeito de projetos de leis relacionadas ao Planejamento Urbano e Regional em especial aos temas: Estatuto das Metrópoles/Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná e Mobilidade Urbana.
- Participação na análise técnica e acompanhamento do desenvolvimento do Programa Metrópole Paraná Norte, coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), no eixo Maringá-Apucarana-Londrina.

- Proposta para a reestruturação das Associações de Municípios do Paraná, com a previsão de recursos para a sua infraestrutura física, incluindo a aquisição de equipamentos de informática.
- Deu continuidade ao desenvolvimento do Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo, com as ações operacionais desencadeadas pelo PARANACIDADE
- Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES) - tem por finalidade acompanhar e propor ações na área de desenvolvimento urbano; foram realizadas cinco reuniões ordinárias.

14.2 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

Tem por atribuição encontrar soluções para problemas comuns dos municípios, a formulação de diretrizes da política de desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), planejar e coordenar as funções públicas de interesse comum e a articulação com os demais níveis de governo, visando a minimização dos desequilíbrios regionais.

Principais ações de proteção, conservação e preservação do meio ambiente na RMC:

- Elaborados: a) planos e legislação em área de interesse de proteção de mananciais; b) minuta de alteração do Decreto Estadual n.º 745/2015, em andamento, com a proposta de regulamentação do Ordenamento Territorial das Áreas de Mananciais da RMC que norteará as legislações municipais e os projetos de parcelamento do solo e condomínios horizontais e verticais das áreas urbanas dos municípios situados em áreas de mananciais da RMC; c) minuta de alteração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Rio Iraí (Decreto n.º 9.920/2018); d) minuta de alteração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Piraquara (Decreto n.º 9.021/2018); d) minuta de alteração do Zoneamento Ecológico-Econômico da APA Estadual do Verde (Decreto n.º 9.024/2018).
- PAC 2 – Drenagem (Parques Metropolitanos) - a) conclusão do projeto básico e executivo do Parque Ambiental Piraquara, no município de Piraquara; b) implantação da Fase 1 do Parque Ambiental Piraquara, em execução; c) elaboração do projeto básico e executivo do Parque Ambiental Itaquí, no município de São José dos Pinhais, em fase final de conclusão; d) elaboração do projeto básico e executivo do Parque Natural do Iguaçu, no município de Araucária, em fase final de conclusão; e) elaboração do projeto básico e executivo do Parque Metropolitano do Iguaçu, nos municípios de Piraquara e São José dos Pinhais, em andamento.

Principais ações Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico:

- Elaboração do Termo de Referência do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMC (não concluído); elaboração de pareceres técnicos e assessoria técnica aos Planos Diretores dos municípios da RMC.
- Análise do Sistema Viário Metropolitano para verificar o atendimento nos processos de parcelamento, condomínios, indústrias e atividades que necessitem acesso e gerem tráfego metropolitano.
- Atuação da Câmara Técnica do Sistema Viário da RMC, para promover a gestão integrada do conjunto de vias de interesse comum dos municípios metropolitanos.
- Controle do Uso e Ocupação do Solo - emissão de 390 pareceres técnicos e anuência prévia aos projetos de parcelamento do solo urbano e emissão de consulta prévia à implantação de indústrias e empreendimentos na forma de condomínios em áreas de mananciais.
- Sistema de Informações Metropolitano (SIMM) - Contrato n.º 02/2013 com a DATAPROM - os serviços relativos ao modelo de transmissão de dados foram retomados após revisão e aprovação pela CAIXA; com 85,0% de execução, até novembro, e previsão de conclusão para abril de 2019.
- Desenvolvimento de atividades na área de geoprocessamento - para subsidiar o planejamento metropolitano e colaborar com o planejamento dos municípios, com destaque para: a) revisão e organização em base de dados espacial de desapropriações promovidas pela COMEC; b) localização de processos de áreas usucapiendas na RMC; c) análise de processo de usucapião em resposta às solicitações da PGE via SEAP/CPE; d) apoio na preparação de base de dados para o planejamento da RMC; e) apoio no georreferenciamento de informações municipais; f) fornecimento de dados digitais para instituições de ensino e órgãos públicos; g) informações em projetos de desapropriações; h) processo de desapropriação do Parque Piraquara (três unidades); i) respostas a respeito do projeto de desapropriação do Corredor Metropolitano.
- Programa de Aceleração do Crescimento - Mobilidade das Grandes Cidades - deu-se continuidade às ações decorrentes dos ajustes, apresentando as seguintes situações: a) Corredor Aeroporto-Rodoferroviária/requalificação da Avenida das Torres - a empresa responsável pelo Contrato n.º 10/2012, executou cerca de 70,0% dos serviços previstos; os serviços remanescentes para a conclusão da obra foram contratados em janeiro (Contrato n.º 02/2018/COMEC), e encontram-se com 14,0% de realização; b) Corredor Marechal Floriano/requalificação da Avenida das Américas - a empresa responsável pelo Contrato n.º 11/2012, executou cerca de 80,0% dos serviços previstos; para as obras remanescentes foi necessária a atualização de alguns itens do projeto e do orçamento, que se encontram em

análise técnica junto à CEF, após o cancelamento da Concorrência 02/2017/COMEC; após a conclusão desta etapa os serviços remanescentes para a conclusão da obra deverão ser relicitados; c) Sistema Integrado de Monitoramento Metropolitano (SIMM) - permite o monitoramento viário em tempo real, dando agilidade e segurança às principais vias de acesso a Curitiba; os serviços são executados por meio do Contrato n.º 02/2013/DATAPROM; o projeto passou por uma revisão quanto à tecnologia de transmissão de dados e alocação dos equipamentos, e encontra-se com cerca de 80,0% de execução; d) serviços de apoio tecnológico e gerencial à COMEC - realizados pela empresa DALCON Engenharia, contemplam a verificação de quantidades e dos controles da qualidade dos serviços realizados no âmbito dos Programas de Aceleração do Crescimento, PAC Mobilidade - Programa Pró-Transporte e PAC Drenagem.

A Gestão dos Serviços de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros na RMC tem como competência a delegação, a regulação, o gerenciamento, a operação, o planejamento e a fiscalização do Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros. Principais ações:

- Convênio entre Estado do Paraná e município de Curitiba - retrata os valores repassados pelo Estado do Paraná, por meio da COMEC, ao Fundo de Urbanização de Curitiba (FUC), correspondente a R\$ 71,4 milhões, para subsidiar o transporte urbano de passageiros do município de Curitiba, manutenção da modicidade tarifária e operacionalizar as ações referentes ao Sistema de Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros da RMC, sob gestão e supervisão da COMEC e apoio operacional da Urbanização de Curitiba S.A. (URBS).
- Ações do Transporte Coletivo Metropolitano - foram realizadas inclusões de horários e de novos veículos articulados, retorno de uma linha, novo formato de atendimento, alterações de linha, horário, de itinerário, do ponto final, dos pontos de embarque e desembarque, ampliação de itinerário, em diversas linhas de ônibus da RMC.
- Obras realizadas: a) terminal metropolitano do Jardim Paulista em Campina Grande do Sul; b) plataformas de embarque e desembarque de ônibus ligeirinho e melhorias no Terminal Cachoeira e no Terminal Sede, localizados em Almirante Tamandaré; c) nova plataforma de embarque e desembarque de ônibus no Terminal Fazenda Rio Grande; d) pontos para municípios - em fase de distribuição, com 130 pontos entregues, do total de 343 para 18 municípios da RMC.
- Mantida e aprimorada a regulação dos Serviços Metropolitanos de Transporte Coletivo em conformidade com o Decreto Estadual n.º 2009/2015 e a Portaria COMEC n.º 26/2015.

- Controle e Fiscalização: a) relatórios mensais da demanda, quilometragem programada, quilometragem realizada e frota operante; b) cálculo para definição da tarifa social e técnica, do custo por quilômetro por empresa, para distribuição do subsídio previsto e destinado, de acordo com o comportamento da demanda e quilometragem de cada empresa operadora; c) controle da inspeção veicular da frota.
- Subsídios repassados às Operadoras – realizado até agosto o repasse na forma de subsídio às empresas operadoras do Sistema de Transporte de Passageiros, (R\$ 45,0 milhões), como complemento referente à diferença apurada entre a tarifa social e a tarifa técnica.

14.3 Serviço Social Autônomo - PARANACIDADE

Tem por missão fomentar e executar atividades e serviços não exclusivos do Estado, relacionados ao desenvolvimento regional, urbano e institucional dos municípios e administrar recursos provenientes de fundos financeiros públicos, destinados ao desenvolvimento urbano, regional e institucional, em especial o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (FDU).

- Operacionalização do FDU/SFM, com 140 contratos firmados e valor contratado de R\$ 342,1 milhões.
- Tecnologia da Informação: foi criado o *Data Warehouse* para geração de relatórios gerenciais.
- Fortalecimento e desenvolvimento municipal: a) realizados cursos de capacitação sobre a utilização do SEDU/PARANACIDADE INTERATIVO para 100 técnicos municipais; geoprocessamento na gestão municipal utilizando *software* QGIS para capacitação de 10 técnicos municipais; Plano Diretor Municipal e Perímetro Urbano, Zona de Expansão Urbana e Zonas de Urbanização Específica e Plano Diretor Municipal e o Macrozoneamento Urbano, para 138 técnicos municipais; b). disponibilização de consulta às Unidades de Conservação no Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo; c) aperfeiçoamento de instrumentos de planejamento e gestão municipal para elaborar Indicador Municipal de Fortalecimento Institucional; d) implementação de indicador municipal de desenvolvimento urbano; e) definição de rotas de acessibilidade universal urbana: rotas Acessíveis Prioritárias; f) Implementação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Pacto Global/Programa Cidades da ONU com encontros/reuniões com os municípios da Associação dos Municípios do Setentrão Paranaense (AMUSEP); Associação dos Municípios do Médio Parapanema (AMEPAR); Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (ASSOMECE).

14.3.1 Programas de Investimento em Infraestrutura Básica e Social

A SEDU em parceria com o Serviço Social Autônomo (PARANACIDADE) realizou, de janeiro a outubro, ações de infraestrutura básica e social, divididas entre programas de financiamento e transferências voluntárias; com investimentos de R\$ 1,33 bilhões para 2.878 ações, beneficiando 390 municípios que receberam recursos de financiamento e/ou transferências voluntárias (quadro 1).

QUADRO 1 - FONTES DE RECURSOS, NÚMERO DE AÇÕES DE INFRAESTRUTURA BÁSICA E NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS - JAN.-OUT./2018

FONTE DE RECURSO	INVESTIMENTO (R\$)	N.º AÇÕES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
Transferências Voluntárias	707.816.095,35	2.328	387
Financiamentos	625.869.893,04	550	211
TOTAL	1.333.685.988,39	2.878	390

FONTE: PARANACIDADE

QUADRO 2 - PROGRAMAS SEDU/PARANACIDADE, VALOR TOTAL DOS INVESTIMENTOS, NÚMERO DE AÇÕES A E NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS - JAN.-OUT./2018

PROGRAMA	INVESTIMENTO (R\$)	N.º AÇÕES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
PROGRAMA DE AUXÍLIO AOS MUNICÍPIOS	113.351,90	1	1
AUXÍLIO AOS MUNICÍPIOS - SEDU	16.802.544,65	27	22
PLANO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS (PAM)	5.080.239,74	18	17
PAM - 2017	372.420.362,25	1.111	357
SEDU - Meu Campinho	5.005.389,18	13	13
PAM - 2018	303.565.045,40	1.152	336
PROJETO CALÇADAS PARANÁ	463.147,44	2	2
Unidade de Atenção Primária - SAÚDE DA FAMÍLIA (2 Edifícios)	1.035.704,49	02	2
CENTROS DA JUVENTUDE (SECJ) (2 Edifícios)	3.330.310,30	02	2
PARANÁ URBANO (Sistema Financ. Ações Munic.)	595.103.875,49	542	210
BRDE MUNICÍPIOS	13.900.307,94	6	5
PRÓTRANSPORTE/FGTS Fomento Paraná	14.485.709,61	1	1
PMAT AUTOMÁTICO - FOMENTO PARANÁ	2.380.000,00	1	1
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	1.333.685.988,39	2.878	390

FONTE: PARANACIDADE

Secretaria da Educação



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

15 Secretaria de Estado da Educação

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) tem por objetivo a definição e a execução da política governamental no setor de Educação Básica e de Educação Profissional, visando à melhoria das condições de vida da população.

Compete à SEED adequar a oferta à demanda por escolaridade básica de forma prioritária e por escolaridade profissional, de acordo com a política governamental, de maneira autônoma ou em cooperação com os municípios, primando pela qualidade dos resultados. Os trabalhos desenvolvidos, por meio de seus departamentos e coordenações, sinalizam avanços alcançados e os compromissos com a educação, com a inclusão social e com o exercício da cidadania.

15.1 Superintendência de Educação (SUED)

Tem a função de administrar a política educacional do Estado, garantindo a formação de qualidade em todos os níveis e etapas de ensino e atendendo às especificidades e diferenças culturais de cada local em busca de uma educação democrática no Paraná.

Objetiva estabelecer e organizar o trabalho pedagógico e administrativo do sistema de ensino no Estado, pautada nos seguintes princípios: defesa da educação como direito de todos os cidadãos; valorização dos profissionais da educação; garantia de escola pública de qualidade; atendimento à diversidade cultural e gestão escolar democrática, participativa e colegiada.

Entre as ações desenvolvidas, destaca-se a III Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada visando monitorar e avaliar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas e estratégias até 2024, e propor políticas públicas para a educação nas diferentes esferas organizativas da federação. Foram realizadas 32 Conferências da Etapa Intermunicipal, nos 32 municípios sede dos Núcleos Regionais de Educação do Paraná (NREs), que precederam a Etapa Estadual da III Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em Curitiba. Participaram 5.158 representantes da educação básica, técnica e superior na Etapa Intermunicipal, e 360 na Etapa Estadual. Foi produzido o Documento Base do Paraná, com 293 contribuições (emendas) ao Documento Referência da CONAE 2018. Na Etapa Nacional, prevista para novembro de 2018, em Brasília, as contribuições serão contempladas no Documento Base Nacional e discutidas por representantes da educação dos estados brasileiros.

15.1.1 Gestão Educacional (DGE)

Cabe à SEED subsidiar a rede pública estadual de ensino, visando: fomentar a promoção da participação da comunidade escolar na tomada de decisões com valorização da autonomia e da corresponsabilidade, possibilitando que a equipe gestora atue nas

dimensões política, administrativa e pedagógica, articulando com os demais setores desta Secretaria, bem como demais segmentos; promovendo formação continuada, orientações, normatizações e instrumentalizando as questões relacionadas à gestão educacional.

Principais ações:

- Caminhos Pedagógicos em Foco - formação específica para pedagogos na modalidade presencial a 96 técnicos pedagógicos dos 32 Núcleos em 3 etapas, para subsidiar as equipes pedagógicas dos NRE, propiciando aprofundamento teórico-metodológico sobre os elementos fundamentais do trabalho pedagógico escolar: gestão, currículo, planejamento, avaliação, processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC no contexto paranaense e gestão democrática, funcionamento das instâncias colegiadas nas escolas (Conselho Escolar, APMF, Grêmio Estudantil e Conselho de Classe), visando a efetivação da gestão participativa.
- Curso EaD: fortalecimento dos Conselhos Escolares para auxiliar teoricamente os conselheiros escolares das escolas públicas da rede estadual de ensino para exercerem o papel de representantes do Conselho Escolar, compreendendo a importância de sua participação e atuação na condução do processo de avaliação dos diretores e diretores auxiliares de aproximadamente 9.000 conselheiros escolares.
- Realização do processo de avaliação dos diretores e diretores auxiliares da rede pública estadual, conforme previsto no Art. 18 da Lei Estadual n.º 18.590 de 13/10/2015. Ao completar 02 anos, estes deveriam apresentar ao Conselho Escolar relatório com informações sobre o Plano de Ação, bem como comprovar que não existiam prestações de contas da instituição de ensino em atraso ou reprovadas, sendo avaliados 1944 diretores e diretores auxiliares da rede pública estadual.
- Seminário Gestão em Foco - 2018 Presencial: oferta de formação continuada aos 2500 diretores das escolas estaduais, visando o fortalecimento da Gestão Democrática, promovendo a qualidade da educação. Os participantes tiveram acesso a diferentes conhecimentos, momentos de estudos, reflexão e a socialização de práticas e estratégias importantes na articulação do trabalho administrativo e pedagógico, por intermédio de ações significativas de gestão escolar com os temas: avaliação educacional, abandono e evasão escolar, enfrentamento à violência, instâncias colegiadas e gestão escolar.
- Gestão em Foco: programa que visa o fortalecimento da gestão escolar por meio da formação continuada de diretores e diretores auxiliares. Foram disponibilizados, na modalidade a distância, 21 módulos de curso, totalizando 33.707 vagas em 13 ofertas, beneficiando profissionais da educação, estudantes e comunidade escolar do estado do Paraná.

15.1.2 Educação Especial

Nas políticas públicas para estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Congresso Brasileiro de Educação para Altas Habilidades/Superdotação - Concepções, Práticas e Tecnologias - com a participação de profissionais de 21 estados brasileiros (435 presentes e 100 *online*).
- 1.^a Semana Cultural de Arte Cultural e 1º Seminário de Arte Surda Paranaense em comemoração ao Dia Nacional e Internacional do Surdo (26 e 30 de setembro) -realizada no Museu Oscar Niemeyer com cerca de 1.000 pessoas.
- Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH) aos estudantes afastados das escolas por motivo de saúde - atendidos 5.074 alunos estudantes nos hospitais conveniados e 500 alunos do SAREH Domiciliar.
- Criação do Centro de Apoio aos Profissionais de Educação de Surdos do Paraná em Guarapuava, para ampliação da formação de profissionais para atuarem na área da surdez, permitindo a 21 NREs mais facilidade de acesso aos eventos de formação e às bancas de proficiência para professores e tradutores intérpretes de Libras/Língua Portuguesa.
- Elaboração de normas e diretrizes administrativas, como Resoluções, e referentes aos termos de colaboração celebrados com as 402 instituições do terceiro setor que ofertam Educação Básica na modalidade de Educação Especial.
- Assinatura do Decreto n.º 11948 que dá nova redação ao caput do art. 10 do Decreto n.º 9.014, de 13 de março de 2018 relativo aos afastamentos definitivos e temporários de professores cedidos que poderão ser substituídos ou complementados pela SEED, desde que cumpridos os requisitos pré-estabelecidos.
- Atualização do Sinalário Disciplinar em Libras para acesso ao currículo para os estudantes surdos.
- Aperfeiçoamento de 1.273 profissionais que atuam nas salas de recursos multifuncionais de deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência física neuromotora, altas habilidades/superdotação, surdez e deficiência visual, além de cursos de aperfeiçoamento nas áreas visual, surdez, surdocegueira e SAREH.
- Palestra na Câmara dos Deputados - Comissão de Educação, sobre o atendimento a superdotados desenvolvido na rede pública estadual do Paraná, que é referência no Brasil, com o objetivo de impulsionar a área.
- Política de Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar e Protocolo de Identificação de Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Paraná (UNDIME PR). O primeiro evento ocorreu no NRE de Apucarana, com a participação de 1.380 professores das redes municipais e estadual.

- Projeto Visão de Liberdade: Casa de Custódia de Curitiba - ampliou a produção de recursos pedagógicos (digitação de livros didáticos para ampliação e impressão em *Braille*) para o atendimento aos estudantes com deficiência visual da rede pública estadual de ensino.

15.1.3 Educação Básica

Cabe à SEED a formulação, coordenação e execução da política educacional do Estado nas três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na oferta da Educação Integral. Tem por objetivo a garantia do direito à aprendizagem, proporcionando o pleno desenvolvimento do estudante por meio da organização curricular, da formação continuada aos docentes e da produção de materiais pedagógicos. Nesse sentido, foram disseminadas ações pedagógicas às instituições de ensino da rede pública, por meio dos NREs e, em situações específicas, da rede privada. Principais ações:

- Formação continuada para: todos os professores em Ação Disciplinar; professores, diretores e técnicos pedagógicos dos NREs que atendem as instituições que ofertam Ensino Médio em Tempo Integral Turno Único (EMTI); e profissionais dos NREs que atuam no Programa de Aceleração de Estudos (PAE).
- Programa Agrinho - curso na modalidade Ensino a Distância (EAD), em parceria com o SENAR, com a participação de 3.225 professores.
- Simpósio de Educação em Tempo Integral no Ensino Médio, com 600 participantes, entre diretores, professores e técnicos pedagógicos; e formação aos técnicos e coordenadores que atuam na educação básica nos NREs.
- Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP) 2018 - forneceu informações relevantes sobre o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, que contribuíram para a melhoria do processo ensino e aprendizagem, fato este evidenciado nos resultados obtidos pelo Paraná no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
- Formação pedagógica aos técnicos de Língua Portuguesa e Matemática dos NREs sobre o SAEP, para continuidade as avaliações externas.
- Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - 526 escolas envolvidas, tendo sido selecionados 23 estudantes para a Etapa Nacional.
- Elaboração do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, em atenção à Resolução n.º 02/2017 do CNE, que trata da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
- Educação Integral em Turno Único: nove instituições exclusivamente de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI); 43 instituições exclusivamente de Ensino Fundamental (ETI); e quatro 04 instituições de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral - Turno Único.

- Atividades de Ampliação de Jornada em aproximadamente 1.000 escolas.
- Educação empreendedora - em parceria com o SEBRAE, atendeu cerca de 10.000 estudantes dos NREs, em 64 instituições de ensino da rede pública estadual.
- Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná - oferta de Curso de Português para falantes de outras línguas.
- Exame Educação de Jovens e Adultos (EJA) - realizado *online*, no período de 10 de julho a 08 de novembro, com Certificação do Ensino Fundamental e Médio de 23.145 candidatos.
- IV Jornada de Ensino Religioso - disseminação das propostas pedagógicas da disciplina acerca da diversidade religiosa e apresentação do Referencial Curricular do Paraná.
- Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e Privadas (OBMEP) - promoção do ensino da matemática junto aos estudantes das redes de ensino.

15.1.4 Educação e Trabalho

A SEED ofertou Cursos Técnicos Profissionalizantes em Nível Médio e o Curso de Formação de Docentes para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental na rede pública estadual.

- Educação Profissional: 71.546 matrículas nos cursos da Educação Profissional, inclusive o curso de Formação de Docentes para as comunidades indígenas das etnias Kaingang e Guaraní, com 189 municípios e 343 instituições de ensino atendidos.
- Aquisição de 19 carros para 19 Colégios Agrícolas e Florestal.
- Oferta de formação continuada para 1.052 professores que atuam na Educação Profissional.
- Qualificação profissional para estudantes da rede pública estadual matriculados no Ensino Médio, possibilitando a inserção no mundo do trabalho - 29 municípios, 32 instituições de ensino, 22 cursos, 963 matrículas.

15.1.5 Diversidade

A SEED tem como princípio que tão importante quanto assegurar o direito a educação é reconhecer e valorizar as diferenças que envolvem: gênero e identidade de gênero, orientação sexual, classe social, étnico-racial, cultural, religiosa, geracional (idoso), campo e territorialidade. Para atingir seus objetivos, teve como principais ações:

- Simpósios de Educação Escolar Quilombola e visitas técnicas, realizados nas comunidades remanescentes de Quilombos para a implementação das Diretrizes Nacionais Curriculares para modalidade de Educação Escolar Quilombola com 150 participantes (docentes, gestores, agentes I e II, e comunidade quilombola).

- Formação continuada para: a) professores indígenas, preferencialmente alfabetizadores das 38 escolas indígenas do Estado, por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)/Ministério da Educação (MEC) e Universidade Estadual de Maringá (UEM); b) profissionais nas temáticas da educação das relações étnico raciais, de gênero e diversidade sexual, com 580 inscritos; c) 200 professores das escolas multiseriadas municipais do campo no Programa Escola da Terra.
- Formação: a) sobre a temática da superação do preconceito e discriminação nas escolas do NRE de Loanda, com 80 participantes; b) Programa Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), visando subsidiar os coordenadores Regionais do PNAIC dos NRES e os formadores locais para implementar e acompanhar a execução do Programa; c) para a comissão permanente de verificação de pertencimento étnico-racial, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), com 109 participantes.
- Atendimento às 12 Escolas Itinerantes do Movimento Sem Terra - crianças da educação infantil e anos iniciais, totalizando 708 estudantes.
- Acompanhamento do Programa Jovem Agricultor Aprendiz, que qualifica os filhos de pequenos produtores para o trabalho na propriedade, com 1.157 estudantes das escolas estaduais do Campo.
- Implantação do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Modalidade Normal Bilíngue Kaingang/Guarani - Aproveitamento de Estudos - atendeu 88 estudantes.
- Livro infanto-juvenil Escola Livre de Violência Contra as Mulheres - trabalho pedagógico de promoção da igualdade de gênero e superação das violências contra mulheres. Foi distribuído um conjunto de livros para cada uma das 2.143 escolas, totalizando 54.950 unidades.
- Programa Agricultura Familiar nas Comunidades Quilombolas e Ilhas - capacitação de lideranças das 37 Comunidades Quilombolas para participarem do Edital/2018, visando ao fornecimento de produtos para o Programa de Alimentação Escolar, em parceria com o FUNDEPAR.
- XV Encontro do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Paraná - realizado em Guarapuava, sobre a importância das políticas afirmativas na educação, com 400 profissionais da educação da rede estadual e municipal de ensino.
- Programa Saúde na Escola (PSE) - realizadas videoconferências para 32 técnicos pedagógicos dos NREs, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), para o fortalecimento das ações Intersetoriais do PSE nas 841 escolas estaduais e 1.637 municipais, e nas 1.414 creches (787.747 estudantes).

15.1.6 Políticas e Tecnologias Educacionais

Visa assegurar a integração das ações da SEED no que se refere à formação continuada aos profissionais da educação e às diretrizes de uso de tecnologias na educação.

- Projeto Conectados 2.0 - formação sobre impressão 3D, filmadoras e fotografia para as 21 escolas que escolheram os laboratórios de produção, bem como, produzindo vídeos tutoriais e materiais impressos para orientar as escolas. O Departamento de Políticas e Tecnologias Educacionais (DPTE) ofertou a segunda etapa de formação em Educação Digital - Disciplinas Curriculares para atendimento às escolas do Projeto. Foram ofertados 16 cursos, em diferentes disciplinas, para os profissionais da rede de todas as escolas do Paraná.
- SEED Lab - espaço criado na sede Boqueirão com objetivo de se constituir em um Centro de Inovação e Tecnologia do Estado do Paraná. Conta com equipamentos de prototipagem, eletrônica, robótica e produção. São realizadas oficinas, diariamente, para professores e estudantes e também são produzidos materiais pedagógicos disponibilizados no Portal Dia a Dia Educação. Foram atendidas 21 turmas, em diferentes cursos, com a participação de aproximadamente 400 estudantes e professores.
- Escola Interativa Recursos Digitais - plataforma que agrega conteúdos digitais para uso dentro e fora da sala de aula, com cerca de 11.000 objetos digitais cadastrados. Permite ao professor e ao estudante pesquisar por disciplina e conteúdo, possibilita a interação entre os cadastrados e realiza transmissões de palestras em tempo real, oferecendo formação pedagógica, a distância, de forma síncrona e assíncrona, a todos profissionais da educação.
- Oferta do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica - proporcionou a aproximação entre a SEED e as Instituições de Ensino Superior do Estado, contribuindo com a formação dos estudantes dos cursos de licenciaturas, e o desenvolvimento de projetos nas escolas estaduais que potencializam o currículo. Contemplou professores de todas as disciplinas do currículo, possibilitando a progressão na carreira, por meio da certificação como Professor Orientador e Preceptor.

15.1.7 Legislação Escolar

A SEED, responsável pela elaboração e organização de Instruções e Resoluções pertinentes à educação, proporciona suporte aos NREs na otimização de turmas, matrículas, mudança de nomenclatura, porte dos Núcleos e das Escolas, atualização da Vida Legal das Instituições de Ensino no sistema, acompanhamento da vida escolar dos estudantes, análise de processos, emissão de atos oficiais de credenciamento da Instituição de Ensino, autorização de funcionamento e reconhecimento de cursos, análise de relatórios

finais, emissão de Diplomas de Cursos Profissionalizantes, regularização de vida escolar e convalidação de estudos estrangeiros.

- Livro Registro de Classe *online* (LRCO) - facilita e dá visibilidade ao registro de frequência e desempenho dos estudantes durante o ano letivo, foi ampliado em 2018 para mais 469 escolas, totalizando 1.437 com o LRCO.
- Formação aos Técnicos Pedagógicos dos NREs e aos Secretários Municipais de Educação em Legislação Escolar - proporcionou troca de experiências, especialmente na criação dos Sistemas Municipais de Educação dos 399 municípios.
- Sistema de Processos *Online* - ampliou as possibilidades de solicitação dos atos regulatórios por temas para a rede pública estadual e municipal e rede particular.
- Aplicativo Escola Paraná - possibilita a comunicação entre a família e a escola, além do acompanhamento à vida escolar do estudante.
- Conexão SEED e Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) - possibilita a impressão de documentos escolares das escolas da rede estadual de ensino nos terminais do DETRAN.

15.1.8 Informações, Registro e Planejamento Escolar

A SEED é responsável pela gestão das atividades técnicas e de apoio relativas ao planejamento das matrículas da rede estadual de ensino, adequação dos espaços físicos, gerenciamento do Censo Escolar da Educação Básica no Estado do Paraná, administração dos Sistemas Estaduais de Registro Escolar e divulgação dos dados educacionais.

- Implantação do Módulo de Planejamento de Turmas e Matrículas no Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) - facilidade, agilidade e maior fidedignidade e transparência do processo de planejamento das turmas e matrículas do Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional das 2.145 instituições de ensino.
- Pactuação do Convênio do Censo Escolar SEED - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): repassados recursos do INEP para treinamento das equipes do Censo Escolar do NRE, compra de equipamentos e inspeções *in loco* nas escolas estaduais, municipais e particulares indicadas pelo INEP por equipes do Censo Escolar da SEED e NRE, e indiretamente as equipes responsáveis pelo Censo Escolar em todos os municípios do Paraná.

15.2 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR)

O FUNDEPAR é responsável pela gestão das questões relacionadas à infraestrutura escolar, como obras, transporte, merenda, fornecimento de mobiliário e equipamentos no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Tem por objetivo

proporcionar às crianças, jovens e adultos estudantes, de todos os níveis e modalidades, totais condições para um aprendizado com dignidade e bem-estar.

- Reformulação do Módulo Diagnóstico da Infraestrutura Escolar no Sistema Obras *Online* - desenvolvida com a colaboração de outros órgãos do Estado, passou a relacionar informações qualitativas e quantitativas de todos os prédios escolares da Rede Pública Estadual, por meio da identificação e avaliação dos ambientes e dos espaços que integram a estrutura da escola. O diagnóstico permite diferentes análises e estudos para o desenvolvimento de políticas públicas.
- *Business Intelligence Obras Online* - desenvolvido parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), possibilita a organização e a estratificação dos dados referentes à infraestrutura escolar, que podem ser acessados por meio de ferramentas de visualização como *dashboards*, relatórios e mapas temáticos, além da finalização dos procedimentos de integração do Sistema Obras *Online* com o Sistema e-Protocolo, tornando as solicitações de intervenções na infraestrutura física das escolas 100,0% digital.
- Programa Escola Conectada - implantado com o objetivo de potencializar a utilização de recursos tecnológicos nas instituições de ensino da rede pública, com previsão de melhoria da rede lógica e elétrica, bem como inovação, renovação e ampliação do parque tecnológico mediante aquisição de *desktops* para as áreas administrativa e pedagógica, *notebooks*, laboratórios móveis, impressoras, projetos multimídias e rede sem fio.

ITEM	QUANTIDADE	VALOR APLICADO (R\$)	N.º DE INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS
<i>Notebooks</i>	761	2.526.520,00	721 escolas + NREs + CEE
<i>Desktops</i>	10.000	34.750.000,00	744 escolas + NREs
<i>Desktops</i>	4.000	14.032.000,00	581 escolas do campo
Impressoras	4.000	15.460.000,00	2.149 escolas + NREs + CEE
Cota Extra Especial para Infraestrutura rede lógica e elétrica	721	9.444.000,00	721 escolas + NREs
Rede sem Fio	6000 pontos e 1900 switches	9.589.557,99	721 escolas, restando equipamentos para atender a segunda fase do programa
Projetores Multimídia	2.350	10.527.718,00	721 escolas + NREs
Laboratório Móvel - <i>Netbooks</i>	17.728	36.036.979,80	477 escolas + NREs
Laboratório Móvel - <i>Netbooks</i>	9.056	18.408.782,10	244 escolas
TOTAL		150.775.557,89	

- Fundo Rotativo - em 2018, dobraram os valores repassados pelo Fundo Rotativo das cotas normais, em relação ao ano de 2017, que passaram de R\$ 39,8 milhões para R\$ 80,0 milhões (cota consumo) e de R\$ 15,9 milhões para R\$ 32,0 milhões (cota serviço), propiciando às escolas mais recursos para atender as suas necessidades, ampliando sua autonomia. O Fundo Rotativo repassou recursos financeiros às escolas, aos Núcleos Regionais de Educação e às Unidades Descentralizadas para despesas correntes. Em 2018, a distribuição da Cota

Especial, no valor de R\$ 27,3 milhões (executado), e da Cota Extra para serviço e materiais permanentes, no valor de R\$ 1,4 milhão (executado), conforme necessidade e solicitação de cada direção escolar, possibilitou às escolas a melhoria da infraestrutura e de suas condições básicas de funcionamento.

- Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE) - fornece alimentação saudável aos alunos da rede estadual de ensino, nos 200 dias letivos, tendo servido aproximadamente um milhão de refeições, em 2018. Com recursos estaduais e federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no total de R\$ 134,2 milhões (valor contratado) foram adquiridos 8.900.887 de quilos de alimentos não perecíveis (R\$ 38,4 milhões), 2.861.908 de quilos de carne e ovos (R\$ 30,3 milhões), 15.365.090 de quilos de alimentos provenientes da agricultura familiar (R\$ 65,5 milhões). Das aquisições realizadas diretamente da agricultura familiar, o atendimento com alimentos orgânicos e de base agroecológica contemplaram 42,0% dos municípios, 39,0% das escolas e 24,0% da quantidade em quilos contratada, o que representou o melhor resultado da série histórica.
- Engenharia e Projetos - concentrados esforços para a realização de reformas, ampliação e construção de escolas, utilizando todos os mecanismos disponíveis de financiamento. Entre obras e reparos, foram concluídas: a) 172 obras e ampliações, no valor total de R\$ 48,3 milhões; b) 717 do Programa Escola 1000, no valor total de R\$ 71,7 milhões; c) 213 do Reparo Rápido, no valor total de R\$ 44,9 milhões; d) 2.139 do Pintando nas Férias, no valor total de R\$ 17,1 milhões.
- Suprimentos e Materiais - no planejamento e administração das questões relacionadas à infraestrutura escolar, a exemplo do suprimento de mobiliário e equipamentos para a Rede Estadual de Ensino do Paraná, foram adquiridos 25 itens (entre cadeiras, mesas, conjuntos escolares, fogões, balanças e freezers), num total de 600 mil unidades, beneficiando 2.147 escolas, com valor aplicado de R\$ 30,0 milhões (maior contratação dos últimos oito anos).
- Transporte Escolar: a) transporte de 205 mil alunos da Rede Pública Estadual de Educação, nos 399 municípios, com investimento de R\$ 118,8 milhões; b) acompanhamento do Programa Estadual de Transporte Escolar (PETE) nos 399 municípios; c) acompanhamento da frequência do transporte escolar nos 399 municípios e nos 2.000 estabelecimentos estaduais de ensino; d) verificação da oferta do serviço quanto à qualidade, segurança e aplicação do recurso em 13 municípios (visitados até outubro); e) manutenção e melhorias no Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET) com a contratação de empresa para sua decodificação, com investimento de R\$ 202,5 mil (até setembro); f) aquisição de 48 veículos de transporte escolar, que beneficiaram 42 municípios, mediante convênios, com investimento de R\$ 11,0 milhões.

15.3 Colégio Estadual do Paraná (CEP)

- Oferta de 4.415 vagas, distribuídas em: 2.288 Ensino Médio Regular; 352 Ensino Médio Integrado; 812 Ensino Médio Subsequente; 410 Ensino Fundamental e 553 CELEM.
- Participação de 08 alunos nos eventos de Astronomia: Projeto Garatêa-E, em São Carlos, e XVIII Jornada de Foguetes em Barra do Piraí, Rio de Janeiro.
- Banda Bento Mossurunga - participação no 32º Concurso de Bandas e Fanfarras em Gaspar, em Santa Catarina; no XXVII Campeonato Paranaense de Bandas e Fanfarras em Ivaiporã e no I Campeonato Sul brasileiro de Fanfarras e Bandas em Capão da Canoa, Rio Grande do Sul.
- Aquisição de 180 computadores para a modernização dos setores administrativos e pedagógicos e de 16 *workstation* 16 GB para o Laboratório do Curso Técnico em Produção de Áudio e Vídeo.
- Projeto Sedução Poética - impressão de 700 exemplares e divulgação de livro com trabalhos dos alunos, incentivando os educandos a lerem e produzirem literatura.
- Oferta do Curso Preparatório para o Vestibular da UFPR e ENEM (CURCEP) para 200 alunos.
- Aquisição de 48 conjuntos de Uniforme para a Banda Sinfônica Bento Mossurunga.
- Participação de 112 alunos nos 63º Jogos Estudantis.

Secretaria do Esporte e do Turismo



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

16 Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo

A Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) tem como finalidade planejar e organizar o acompanhamento e manutenção das políticas e diretrizes do Governo do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida; incentivar, apoiar e orientar a realização de atividades e eventos recreativos e esportivos, de profissionais e amadores, quer no âmbito da administração estadual ou da iniciativa privada, promovendo o esporte nas manifestações educacional, de rendimento e participação e a atividade física; promover o turismo na perspectiva do fomento aos negócios e empregos, integrando as lideranças representativas do poder público, privado e terceiro setor na busca de resultados efetivos para a sociedade e para a economia do Estado, bem como a satisfação dos que visitam o Paraná.

Ao Instituto Paranaense de Ciências do Esporte (IPCE) compete a execução dos programas e projetos voltados à área científica do esporte e o acompanhamento dos projetos de detecção de talentos esportivos e de atletas de alto rendimento.

A Paraná Turismo é responsável pela execução da Política Estadual de Turismo e tem como missão fomentar e promover a atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná e para a satisfação de seus visitantes.

16.1 Ações do Esporte

- Disseminação da Política de Esportes do Estado - divulgou a Política de Esportes por meio eletrônico na página da SEET e em meio impresso, aos grupos de interesse. Promoveu palestras presenciais em encontros de capacitação, em congressos técnicos que antecedem os jogos oficiais e em reuniões técnicas nas fases finais das competições, onde há maior mobilização de técnicos e gestores do esporte, garantindo a continuidade nas ações de disseminação da Política de Esportes homologada em 2017.
- Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte - em abril, o Programa foi contemplado por meio da Resolução SEFA n.º 376/2018 que destinou R\$ 2,0 milhões em 2018 e R\$ 8,0 milhões em 2019, a partir de parte do ICMS arrecadado de instituições contribuintes, a projetos credenciados pela SEET. Em abril, foi instituída a Comissão do Programa que teve seu primeiro edital publicado em setembro. A Coordenação do Programa foi estruturada, definindo responsabilidades no âmbito da coordenação geral, do atendimento aos proponentes e da assessoria técnica para fins de implantação do edital no Sistema do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (SISPROFICE) - na plataforma digital cedida pela Secretaria de Estado da Cultura.
- Infraestrutura Esportiva - o Ginásio Professor Almir Nelson de Almeida, (Ginásio do Tarumã), com capacidade para 4.550 pessoas, recebeu 37 eventos regionais, 06 estaduais, 02 nacionais e 01 internacional até novembro, totalizando 46 eventos

esportivos, com destaque para 19 eventos de artes marciais/lutas. Para dezembro estão previstos quatro eventos no calendário do ginásio, tendo como destaque a realização do Campeonato Brasileiro de Levantamento de Peso.

- Arenas Multiuso - foram entregues até outubro, 158 arenas multiuso, instaladas em 102 municípios, sendo que 70 arenas foram vistoriadas por amostragem, quanto à qualidade e à resistência dos equipamentos, totalizando 44,0% em plenas condições de uso à iniciação esportiva, práticas esportivas e de lazer em geral.
- Jogos Escolares do Paraná - com alunos das várias regiões do Estado, propiciou o estímulo recíproco, intercâmbio social, a vivência e reflexo sobre os aspectos positivos do esporte, contribuindo para situar a escola como centro cultural, desportivo e formativo da comunidade, além de favorecer aos alunos a aquisição de experiências que venham enriquecer seus conhecimentos e facilitar sua relação com o meio, contribuindo desta forma para o exercício da cidadania. A edição de 2018 reuniu 75.768 participantes, em 396 municípios e as competições ocorreram de maio à novembro.
- Jogos Escolares Bom de Bola - realizados em paralelo aos Jogos Escolares, adotando a mesma estrutura organizacional, atendeu 22.234 alunos de 396 municípios. Os jogos promovem e fortalecem o futebol como esporte, propiciando o surgimento de novos talentos.
- Jogos Escolares da Juventude - considerada a olimpíada escolar nacional, é organizada pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) e possibilita o encaminhamento de estudantes-atletas, técnicos e dirigentes ao esporte de rendimento e redimensiona os valores sócio-culturais-esportivos dos participantes, por meio da democratização de práticas esportivas. A fase regional ocorreu em setembro, em Joinville (SC) e contou com 79 participações; a fase nacional realizada em novembro contou com 303 participações.
- Paralimpíadas Escolares - estimula a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte. A participação dos paratletas paranaenses se dá por meio da classificação nos Jogos Escolares do Paraná, realizados em São Paulo, em novembro, com a delegação de 75 integrantes entre atletas, técnicos e dirigentes.
- Jogos Abertos do Paraná (JAPS) – visa o incremento da qualidade técnica dos atletas na busca do aprimoramento do rendimento esportivo no Paraná. Promove a integração socioesportiva por meio de linhas de desenvolvimento do Esporte de Participação para Divisão B e de Rendimento para a Divisão A, gerando atividade econômica, em especial nos ramos de hotelaria, alimentação e pró-labore em

arbitragem. Contou com 13.849 participantes na fase regional, 3.284 participantes na fase final B e 4.178 participantes na fase final A, entre atletas, técnicos e dirigentes.

- Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS) - visa suprir a lacuna existente entre os Jogos Escolares e os Jogos Abertos do Paraná, atender a comunidade esportiva paranaense e os atletas com melhor rendimento esportivo, que após suas participações nos Jogos Escolares, muitas vezes deixam a carreira esportiva de lado por falta de competições. Contou com 13.279 participantes na fase regional, 2.587 participantes na fase final B e 3.883 participantes na fase final A, entre atletas, técnicos e dirigentes.
- Jogos Abertos Paradesportivos (PARAJAPS) - realizado em novembro, em Maringá, com 1.500 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes, têm como objetivo promover a integração socioesportiva, propiciar o desenvolvimento integral do cidadão com deficiência e interagir com os demais segmentos que contribuem para o desenvolvimento do paradesporto.
- Jogos da Integração da Terceira Idade - visa promover a integração de pessoas da terceira idade por meio de práticas esportivas adaptadas, recreativas e artísticas, garantindo uma melhor qualidade de vida aos praticantes regulares. Evento realizado em Guaratuba (junho e julho), com 500 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes, teve o apoio da SEET com materiais esportivos, premiação e arbitragem.
- Jogos Regionais - com o intuito de promover a integração socioesportiva, visando atender a diversidade social, cultural e étnica do Estado e oportunizando a prática de modalidades esportivas e atividades culturais, os Jogos Regionais em 2018, executaram, com apoio da SEET em materiais esportivos, premiação e arbitragem: a) Jogos Abertos da Cantuquiriguaçu (JARCANS) - em Laranjeiras do Sul, contou com 1.000 participantes, entre atletas, técnicos e dirigentes da região; b) Jogos Abertos do Vale do Ivaí (JAVS) - em Manoel Ribas, contou com 1.800 participantes, entre atletas técnicos e dirigentes da região; c) Jogos da Reforma Agrária - nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Santa Maria do Oeste, contou com 400 participantes entre atletas, técnicos e dirigentes.
- Jogos da Primavera - evento multiesportivo realizado para alunos de ensino médio e superior, em Ponta Grossa e região, nas modalidades atletismo, basquetebol, futebol, futebol *society*, futsal, handebol, judô, natação, tênis de mesa, voleibol, voleibol de areia, xadrez, divididos em ensino médio, cursos superiores e seleções universitárias; em sua 63ª Edição, contou com 4.200 participantes.
- Verão Paraná - direcionado aos veranistas e comunidade dos municípios do Litoral, busca conscientizar quanto à importância da prática de atividade física diária durante o ano, para a promoção da saúde e bem-estar do cidadão.

Realizado em Pontal do Paraná e Matinhos, com investimento em infraestrutura e materiais esportivos, registrou 148.591 atendimentos.

- Projeto Lazer no Paraná - com foco nas populações mais carentes e situadas em territórios de vulnerabilidade social, atendeu 150 municípios com até 30.000 habitantes cadastrados no Programa Família Paranaense (SEDS). O projeto Lazer Paraná tem o intuito de proporcionar atividades recreativas envolvendo os adolescentes, as famílias e toda a sociedade em geral.
- Esporte para Toda Vida - visa levar às cidades do Estado práticas esportivas, desde a infância até à terceira idade, conforme a adaptação do desenvolvimento motor dos beneficiados, os espaços e os materiais disponíveis. Em sua primeira edição atendeu 17.059 pessoas entre crianças, adolescentes e idosos, em 113 municípios; foram contratados 253 bolsistas em 19 núcleos instalados no Estado no período de seis meses de execução.
- Prêmio Orgulho Paranaense - na edição regional, em Ponta Grossa, homenageou 40 pessoas com a entrega do certificado Orgulho Paranaense.
- Talento Olímpico do Paraná (TOP) - tornou-se marco para o País, sendo o maior programa estadual de incentivo ao esporte. Criado, inicialmente, para atender o ciclo olímpico e paralímpico Rio 2016, encontra-se em sua sétima edição, apoiando os atletas com o pagamento de 1.600 bolsas durante seis meses, em 2018.

16.2 Ações do Turismo

Memória do Turismo Paranaense:

- Resgates Históricos - foram desenvolvidas ações referentes aos projetos: a) Monge João Maria - elaboração de textos e distribuição do folder aos 50 municípios envolvidos; elaboração de mapas por onde o Monge João Maria passou; preparação de palestras apresentada nas reuniões realizadas em oito municípios, com representantes dos municípios convidados; b) Caminhos do Peabiru - realização de estudos; de retificação do mapa do geógrafo Reinhard Maack, com o intuito de descobrir por quais municípios passava o Caminho, seguida da montagem de um novo mapa; elaboração de folder para distribuição aos municípios envolvidos com o intuito de desenvolver ações de turismo, à medida em que novos vestígios do Caminho sejam encontrados; c) Paraná Espanhol - em desenvolvimento, texto para o folder para distribuição aos municípios envolvidos; d) Exposição de Fotos Antigas de Paisagens Turísticas - realizada em parceria com o Museu da Imagem e do Som com parte do acervo da extinta PARANATUR, no próprio Museu e no Festival de Turismo das Cataratas em Foz do Iguaçu.

- Sistema de Informação do Turismo do Paraná - sistematização de dados e concepção de indicadores para o Paraná Turístico 2026; ações e projetos da Paraná Turismo com mapeamento referente à regionalização e categorização do turismo (G11 - Grupo dos 11 municípios nas categorias A e B do Ministério do Turismo) e segmentação do turismo; confecção dos Cadernos de Atrativos e Passageiros e Turismo em Números disponibilizados no *site* da Paraná Turismo; desenvolvimento de *Business Intelligence* (BI) para o CADASTUR; sistematização e análise de informações sobre os atrativos turísticos municipais por segmentos para estruturação do Banco de Dados.

Excelência Técnica:

- Turismo e Inclusão Social - distribuição de aproximadamente 3.000 cartilhas do Ministério do Turismo (MTUR) sobre O Turismo na Defesa dos Direitos - Crianças e Adolescentes e Igualdade Racial; elaboração das cartilhas O Turismo na Defesa dos Direitos da pessoa com Deficiência e do Idoso.
- Capacitação Profissional - desenvolvimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Voluntário e do PRONATEC Presencial em parceria com o MTUR; desenvolvimento da Plataforma Braços Abertos e Gestores de Turismo; com divulgação nas 14 Regiões Turísticas do Estado.
- Capacitação de Gestores Públicos - coordenação da capacitação Estágio de Gestores, voltada aos gestores municipais de turismo, por meio de agenda técnica com os profissionais que atuam na Paraná Turismo nas áreas de regionalização, meio ambiente, turismo cultural, capacitação, eventos, comunicação, CADASTUR, relacionamento empresarial e banco de dados. Atendeu representantes dos órgãos municipais de turismo de Fazenda Rio Grande, Ivaté, Jaguariaíva, Rolândia, Ribeirão do Pinhal, Planalto e Apucarana, totalizando 07 capacitações.
- Turismo Certificado - por meio do Cadastro de Empreendimentos Turísticos, a Paraná Turismo divulgou, sensibilizou e orientou os prestadores de serviços turísticos, com ferramentas de publicidade, visando novos cadastros e atualização dos cadastros vencidos ou irregulares. Foram realizados 2.272 cadastros entre inicial, de renovação ou alteração dos prestadores de serviços turísticos e 1.434 atendimentos a prestadores de serviços por telefone, pessoalmente, e por e-mail. Tais números devem-se em grande parte à implantação do CADASTUR 3.0 totalmente *online*, a partir de março; e capacitações do MTUR aos técnicos da Paraná Turismo, em Porto Alegre e Brasília, que atuaram como multiplicadores em cursos e palestras nas 14 Regiões Turísticas do Estado. Prestou apoio técnico e logístico ao MTUR na Fiscalização dos meios de hospedagem de Curitiba e Foz do Iguaçu, realizada

pela primeira vez no Paraná. Participou na Comissão Técnica do Selo de Qualidade no Turismo Paraná, junto ao SEBRAE, em reuniões e ações para análise das propostas e definição das empresas ganhadoras 2018.

Mercado Turístico:

- Jornalista Saiba Mais sobre o Paraná Turístico - produziu e enviou textos e fotos para jornalistas do Paraná, do Brasil e MERCOSUL; realizou cobertura jornalística nas datas comemorativas, festividades e eventos realizados nos diversos municípios das 14 Regiões Turísticas do Paraná, divulgadas nas mídias sociais, blogs, sites; produziu matérias e anúncios que foram veiculados nas revistas: PG Turismo, Agente Urgente e Panorama do Turismo.
- Gastronomia Paraná - elaborou calendário de mesa ao projeto Gastronomia Paraná com os principais pratos típicos do Estado; assessorou municípios, empresas e empreendedores na estruturação de restaurantes, associações e eventos gastronômicos; participou do júri de concursos gastronômicos em municípios e no concurso de queijos artesanais promovido pelo EMATER, em Curitiba, integrou a comissão para aprovação da lei que regulamentava a produção de queijos artesanais com leite cru; participou da manutenção da rede de restaurantes envolvidos no projeto Gastromotiva Curitiba, que faz a inclusão social pela gastronomia, além de atividades com a Universidade Positivo, que hospeda a iniciativa; contribuiu na organização do Fórum Tutano de Gastronomia, e mediou debate; palestrou em eventos de gastronomia; organizou e operacionalizou estande na feira Farofa no evento Mesa São Paulo, da revista Prazeres da Mesa; fez a curadoria de gastronomia da Feira de *Design* Rosenbaum/ÔDA, no MON, em Curitiba.
- Eventos e Feiras Promocionais - organizou e operacionalizou estande promocional do Paraná no 24º Salão Paranaense de Turismo; na WTM em São Paulo; na BNT Mercosul, em Itajaí; no 13º Festival de Turismo das Cataratas; no Encontro Nacional das Agências de Viagem, em São Paulo; na Feira Internacional de Turismo Termal, Saúde e Bem-Estar (Termatália), em Foz do Iguaçu; e na 46ª Feira da Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV); Conecta, em Foz do Iguaçu. Realizou a 14ª Mostra das Regiões Turísticas do Paraná, em Curitiba, participou em estandes da EMATER no *Show Rural* Cascavel e na EXPOLONDRINA; operacionalizou Posto de Informação Turística Móvel para atendimento aos visitantes em eventos municipais de público final.
- Publicidade e Propaganda - elaborou arte gráfica para impressão de materiais de divulgação das 14 regiões Turísticas do Paraná; do Passaporte Turístico do Paraná; do Guia da Rota do Rosário e do Mapa Turístico-Rodoviário do Paraná, em parceria com DER; elaborou *layout* gráfico para estandes nos eventos: ABAV

Paraná, ABAV Nacional, BNT Mercosul, Feira dos Guias de Turismo, Festival das Cataratas, FESTURIS Gramado; entre outros.

- Ações de *Marketing* e Relacionamento Empresarial - participou em rodadas e encontros de negócios e *roadshows* diversos com vistas ao envolvimento do *trade* turístico do Paraná, do Brasil e do Mercosul na comercialização do destino Paraná; realizou Viagem Técnica nas regiões turísticas Norte do Paraná e Norte Pioneiro; participou nas convenções das operadoras turísticas MGM, BWT e CVC e em rodadas de negócios da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA).
- Turismo Náutico e Ecoturismo - participou em reuniões voltadas a organizar as contribuições da SEET/Paraná Turismo por meio da elaboração de documentos técnicos ao projeto Parques Paraná da SEMA; realizou ações em capacitações aos monitores e condutores junto ao Monumento Natural Salto São João e Parque Estadual de Vila Velha; realizou visitas técnicas a áreas rurais de municípios visando a estruturação de produtos turísticos por meio de orientações e sugestões voltadas à melhoria da qualidade da visitação nos atrativos, com infraestruturas e prestação de serviços; participou no Plano para o Desenvolvimento Sustentável (PDS) - Litoral como membro da Equipe Interinstitucional (ETI); representação no Projeto Angra Doce e no Projeto dos municípios lindeiros à Represa do Capivara; prestou apoio técnico aos projetos Vale do Gigante (Antonina) e Vale da Aventura (Rosário do Ivaí; Borrazópolis; Grandes Rios; Faxinal; Mauá da Serra); membro do GT de Regulamentação do Transporte Aquaviário do Paraná, sob coordenação da SEIL, com ação especial nos Terminais de Embarque para Ilha do Mel (Paranaguá e Pontal do Paraná); membro do Conselho Gestor do P.E de Vila Velha; do P.E do Monge; do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e do Conselho Estadual do Meio Ambiente; obteve o Licenciamento Ambiental e Autorização da Capitania dos Portos para a construção da Base Náutica de Guaratuba; articulação entre o Programa Pedala Paraná, da TVE, e municípios interessados em desenvolver o Cicloturismo; percorridos 5 km do Caminho Colonial-Histórico da Graciosa, na Mata Atlântica, para estudos de viabilidade para se transformar num produto turístico.
- Turismo Religioso - participou em reuniões de capacitação com palestras dirigidas aos reitores de santuários do Paraná; apoiou a estruturação e promoção da Rota do Rosário, com confecção do Guia da Rota e Apoio ao Serviço Social Autônomo PARANÁ PROJETOS para estruturação do projeto de sinalização turística; viabilizou cursos de capacitação para recepção no Turismo Religioso em parceria com o Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com a

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (FECOMÉRCIO), por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e dioceses; apoiou e desenvolveu ações referentes ao Ano do Turismo Religioso como a estruturação do projeto, a coordenação de reuniões da Comissão e a viagem técnica a Lunardelli, junto com parceiros, para apoio ao desenvolvimento do segmento.

Agenda Estruturante:

- Planejamento do Turismo Estadual - coordenou a Câmara de Gestão e de Operacionalização do MASTERPLAN Paraná Turístico 2026, com participação em reuniões e oficinas; realizou palestras e estudos para modernização da gestão estadual e criação do Fundo Estadual de Turismo; participou em reuniões da Rede de Inteligência do Ministério do Turismo com alimentação do Sistema de Informações de Destinos Turísticos (SIDTUR); exerceu a Secretaria Executiva do Conselho Paranaense do Turismo (CEPATUR) que realizou cinco reuniões ordinárias; apoiou a divulgação de linhas e ações de investimento do MTUR para poder público municipal e iniciativa privada; participou de eventos da Rede de Observatórios de Turismo do Brasil; apoiou a coordenação do Observatório Trinacional de Turismo Iguassu (Paraguai/Argentina/Brasil) e o planejamento estratégico da Região Trinacional; acompanhou projetos de infraestrutura turística em Foz do Iguaçu (Centrais de Informações Turísticas) com recursos do MTUR, em parceria com a Paraná Edificações (em construção) e, em Barracão (Parque Ambiental José Richa) com recursos do Estado e do município (em construção).
- Apoio à Gestão Municipal e Regional - participou em reuniões das Instâncias de Governança Regionais e de eventos técnicos com os municípios que as integram; estruturou o Encontro Estadual de Gestores Municipais de Turismo; realizou reuniões nas 14 regiões turísticas visando a Atualização do Mapa do Turismo Brasileiro e orientações decorrentes; participação em Encontros de Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo promovidos pelo Ministério do Turismo; distribuiu Guia de Orientação para Gestão Municipal do Turismo; participou em reuniões dos Conselhos Municipais de Cascavel, Londrina, Foz do Iguaçu e Curitiba; orientou e atendeu municípios na estruturação da oferta turística local.
- Paraná MICE - atualizou o Calendário de Eventos 2018 *online* e realizou pesquisa junto aos promotores para edição 2019 *online*; participou e apoiou a realização de eventos turísticos nos municípios.

Secretaria da Família e Desenvolvimento Social



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

17 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) desenvolve atividades de planejamento, gestão, organização, promoção, desenvolvimento e coordenação das políticas públicas de Assistência Social; de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente; de Defesa dos Direitos da Mulher; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Devido ao seu caráter prioritariamente articulador, exercitou um amplo movimento de diálogo e parceria envolvendo rede de atores dos três entes federados e parcerias internacionais; e em diferentes espaços de controle social.

Em 29 de agosto, foi nomeado o Secretário Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por meio do Decreto nº 10.885, passando a vincular-se a ele o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Com Deficiência do Paraná (COEDE) e à sua subordinação a Coordenação da Política da Pessoa com Deficiência (CPCD), além das atividades e competências relativas à Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência, em consonância com os instrumentos e as deliberações do COEDE/PR.

A SEDS possui, em sua estrutura programática duas Superintendências: Assistência Social e Garantia de Direitos. Uma Unidade Técnica gerencia o planejamento, a execução e o monitoramento do Programa Família Paranaense e é responsável pela execução de recursos oriundos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A SEDS articula e executa o Programa Paraná Seguro, também financiado pelo BID, em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SESP) e a Secretaria Estadual da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU).

Para maior agilidade e eficiência no atendimento das demandas regionais, a SEDS descentraliza a administração por meio de 22 Escritórios Regionais (ERs) que assessoram os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando e assessorando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados. Foi consolidada metodologia de repasses de recurso fundo a fundo aos municípios, para atendimento às políticas da assistência social, garantia de direitos da criança e do adolescente e garantia dos direitos da pessoa idosa. O aprimoramento do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF) e do Sistema de Transferências e Apoio à Gestão (SISTAG) permitiu maior agilidade no repasse de recursos a municípios e organizações da sociedade civil, em cumprimento às normativas referentes ao governo digital (Decreto n.º 9.360/2018).

A SEDS avançou, em 2018, em seu compromisso com a prioridade absoluta prevista constitucionalmente à criança e ao adolescente, com a adesão ao Programa Criança Feliz, por meio da Deliberação 126/2018 do Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS), que prevê o repasse de recursos do Governo Federal ao Estado de R\$ 1,2 milhão, e a Deliberação 096/2018 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) que preve recursos para o fortalecimento das ações voltadas à Primeira Infância, que repassará recursos a 62 municípios no valor total de R\$ 5 milhões.

17.1 Programa Família Paranaense

Programa estratégico do Governo, coordenado pela SEDS, que objetiva promover a melhoria das condições de vida das famílias, por meio da articulação entre políticas públicas de várias áreas dos governos estaduais e municipais, em regime de cooperação mútua e com participação das famílias. O Programa Família Paranaense estabeleceu uma rede integrada de proteção às famílias mais vulneráveis, por meio da oferta de um conjunto de ações intersetoriais planejadas de acordo com as necessidades e especificidades do território onde residem, viabilizando o acesso aos seus direitos sociais. Até agosto de 2018, foram mais de 335 mil famílias atendidas pelo Programa.

Há 381 municípios com adesão à metodologia do Programa, com 156 municípios prioritários, 211 municípios de adesão espontânea e 192 desenvolvem a metodologia de Atenção às Famílias de Adolescentes Internados por Medidas Socioeducativas (AFAI). Principais ações:

- Acompanhamento familiar intersetorial - conta com 34,3 mil famílias incluídas, atendidas pelo Programa Família Paranaense, beneficiadas por 334,4 mil ações.
- Realizou a supervisão presencial e à distância dos 180 municípios que aderiram à metodologia desenvolvida ao acompanhamento familiar em 2017. Foram capacitados/supervisionados 891 técnicos. São 3.076 famílias acompanhadas por esta metodologia no Programa Família Paranaense.
- Incentivo Família Paranaense - De 2013 a 2018 foram repassados R\$ 31,2 milhões para 352 municípios, para 2018 está previsto o repasse do Incentivo V aos municípios prioritários, no montante entre R\$ 40 mil a R\$ 80 mil reais por município.
- Fundo Estadual da Infância e Adolescência (FIA) - repasse de recursos aos municípios que aderiram à modalidade AFAI. Foram repassados, até outubro R\$ 8,6 milhões aos municípios e está previsto, até o final de 2018, o repasse de R\$ 4,8 milhões a 89 municípios.
- Benefícios às famílias: a) Renda Família Paranaense - complementar ao Bolsa Família, beneficia famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 95,00; em 2018, até julho, foram beneficiadas 130,4 mil famílias com recursos no montante de R\$ 19,8 milhões; b) Renda Agricultor Familiar - destinado à promoção da inclusão social e produtiva das famílias de baixa renda residentes no meio rural, as famílias recebem apoio financeiro nos valores de R\$ 2,0 mil ou R\$ 3,0 mil reais; até setembro, 3.838 famílias já haviam recebido pelo menos uma parcela do benefício, correspondendo a 68,5% da meta já atingida, com repasse de R\$ 4,91 milhões em 2018 (parceria com a SEAB).; c) Projeto Caixa-d'Água Família Paranaense - foram beneficiadas 185 famílias em situação de vulnerabilidade, sendo transferidos R\$ 185,0 mil em recursos diretos às famílias para a instalação das caixas-d'água, garantindo o acesso à água nos períodos de interrupção de fornecimento; d) Programa Luz Fraterna - até julho, foram beneficiadas 246,5 mil famílias com recursos no montante de R\$ 23,2 milhões.

- Cessão de veículos adaptados e equipados para deslocamento das equipes municipais no atendimento às famílias residentes em áreas rurais e comunidades tradicionais, facilitando o acesso aos serviços públicos, em parceria com a empresa Renault do Brasil S.A. Desde 2015, foram doadas 27 vans para 26 municípios, com previsão de cessão de 11 novas unidades até dezembro.
- Ações de regularização fundiária, requalificação urbana e redução do *déficit* habitacional, em parceria com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), com investimento previsto de R\$ 125,6 milhões. Foram elaborados os cinco editais a cinco municípios, para a construção de 474 moradias e melhorias em 73 moradias: a) Rebouças (Vila Facão) - obra contratada; as 52 famílias a serem beneficiadas recebem R\$ 480,00 mensalmente de aluguel social, tendo sido repassado, até setembro R\$ 224,0 mil às famílias em aluguel social; b) Prudentópolis (Vila Santana) – em processo de licitação; c) Cantagalo (Vila Chimin) - licitação aberta; d) Wenceslau Brás (Vila Sem Teto) - licitação aberta; e) Imbituva (assentamento) - licitação aberta.
- Para redução do *déficit* habitacional abriram-se duas chamadas públicas, ação em parceria com a COHAPAR: a) Chamada Pública n.º 001/2017 - licitada, com 20 municípios aprovados para construção de 545 moradias, com investimento previsto de R\$ 34,0 milhões; as obras foram licitadas em setembro de 2018 e estão sob análise da COHAPAR; b) Chamada Pública n.º 005/2017 - com a previsão de construção de 500 moradias e investimento previsto de R\$ 39,0 milhões encontra-se em análise a documentação de 138 municípios.
- Oferta de cursos de qualificação profissional para famílias em vulnerabilidade social residentes em 40 municípios prioritários do Programa Família Paranaense - a empresa contratada oferta os cursos elencados de acordo com pesquisa aos municípios. Até setembro foram iniciadas 144 turmas, do total de 160 turmas contratadas; 117 turmas foram concluídas e 2.209 alunos capacitados. Os cursos de qualificação profissional ofertados pelo Programa Família Paranaense possuem taxa média de evasão de 9,98%, que representa a menor taxa de evasão de cursos ofertados no Paraná nos últimos 15 anos. O investimento previsto até o final de 2018 é de R\$ 2,4 milhões (parceria com a SEJU e Secretário Especial do Trabalho).
- Construção de dez Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e oito Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), assim como repasse de R\$ 100,0 mil para que os municípios possam equipá-los. Até setembro, 08 obras foram finalizadas, 03 estão em construção, 03 foram contratadas, 04 encontram-se em fase de licitação. O cofinanciamento para equipar as unidades foram repassados a 10 municípios, totalizando o montante de R\$ 1,1 milhão.
- Visando o aprimoramento da metodologia inovadora do Programa e sua implementação, foram contratadas sete consultorias, com investimento de R\$ 1,2 milhão, que resultaram em produção de material de apoio, construção de

plataforma única de informações agregadas das famílias participantes, vídeo de animação sobre o programa, jogo Família Paranaense em Ação, Guia de Acompanhamento Familiar, supervisão, apoio técnico, consultoria sobre Habilitação Psicossocial das Famílias, além de monitoramento e avaliação, que possibilitaram rever fragilidades e potencializar ações com bons resultados.

17.2 Assistência Social

O Estado do Paraná obteve avanços na Política de Assistência Social e demonstrou o compromisso e a importância que o Governo do Estado assumiu para melhorar as condições de vida das famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

A Política de Assistência Social é regida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, conforme o previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, entre as principais ações do Estado constam realizar o assessoramento técnico e apoio financeiro aos municípios. A aquisição de equipamentos de videoconferência e a reforma na Sala de Gestão, bem como a instalação de equipamentos nos 22 Escritórios Regionais, permitiu a inovação nos procedimentos de capacitação, obtendo maior capilaridade no acesso à informação, ampliando o número de profissionais atingidos, proporcionando economia financeira e otimização com deslocamento.

O Estado tem ampliado ano a ano o cofinanciamento aos municípios. Com a criação da Lei n.º 17.544 de 17 de abril de 2013, que permite transferência direta de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para o Fundo Municipal de Assistência social (FMAS), os municípios tiveram maior facilidade para acessar e executar os recursos que antes eram repassados na modalidade convencional, mais morosa e burocrática. São repasses continuados ou pontuais, voltados à qualificação dos serviços ofertados e melhoria da qualidade de vida das famílias, que podem ser investidos em serviços das proteções básica, especial de média e alta complexidade, no aprimoramento da gestão e em benefícios eventuais. Em 2018, foi realizado o repasse de R\$ 31,7 milhões a municípios sendo que os critérios de repasse são baseados em estudos técnicos, pactuados e deliberados na Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), assegurando o protagonismo do controle social.

Destaca-se o Programa Nota Paraná, criado em 2016, no qual as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que atuam na Assistência Social, devidamente cadastradas, acessam recursos para fortalecer as ações que desenvolvem. Foram destinados R\$ 67,6 milhões, atingindo 883 OSC's no Estado.

17.2.1 Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A Gestão do SUAS, no âmbito do Estado do Paraná, tem como objetivo o planejamento das ações de educação permanente dos profissionais, gestores municipais e conselheiros da assistência social, bem como o assessoramento e apoio técnico no que diz respeito às temáticas de Gestão do Trabalho, Educação Permanente e Vigilância Socioassistencial, visando à qualificação e ao desenvolvimento da Gestão da Política de Assistência Social.

- Programa de Residência Técnica - em sua segunda edição, conta com 54 residentes, lotados na sede e nos Escritórios Regionais, que realizam atividades de apoio relacionadas ao processo de gestão, em funções inerentes à sua formação profissional, sendo devidamente supervisionados e acompanhados por profissionais técnicos do quadro de servidores efetivos do Estado.
- Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) - para aperfeiçoar o processo de monitoramento dos CMAS, foi construída ferramenta de acompanhamento sistemático, que identifica a composição e informações relativas ao funcionamento destes, com a utilização de informações disponíveis no Sistema de Cadastro do SUAS (CadSUAS), possibilitando assessoramento e apoio técnico de forma assertiva na superação das fragilidades encontradas, resultando no fortalecimento do Controle Social. Em março, havia 206 CMAS com funcionamento insatisfatório; em outubro apenas oito CMAS continuam com situações insatisfatórias.
- Desenvolvimento do case de *Business Intelligence* para gerenciamento de informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), otimizando o processo de vigilância socioassistencial na identificação das situações de risco e vulnerabilidade social, subsidiando a articulação interinstitucional para a superação da pobreza e extrema pobreza, e a realização de ações de apoio para o planejamento das ofertas de serviço socioassistenciais das políticas municipais de assistência social.
- Elaboração de Relatórios de Identificação da população inserida no CadÚnico e perfil de beneficiários - visando o detalhamento dos perfis e sua participação em benefícios e programas sociais. Sua implementação possibilitou a diminuição dos intervalos entre a inclusão das famílias no sistema do CadÚnico e a atualização cadastral, o que resulta em dados mais fidedignos da realidade territorial; e fortaleceu o processo de busca ativa dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que não tinham cadastro ativo no CadÚnico, saltando de 146.247 para 165.500 beneficiários do BPC com cadastro, de maio a setembro.

17.2.2 Proteção Social Básica

Promoveu ações com foco na gestão, fortalecimento, assessoramento, definição de diretrizes e capacitação das equipes regionais da SEDS e dos municípios, tendo como premissa a prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social de pessoas e famílias.

O Estado possui 569 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em 399 municípios, que ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e referenciam 1.649.125 famílias. Em complemento ao PAIF, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), contemplava, em outubro, 112.464 usuários inseridos em mais de 6.900 grupos de atendimento, em 379 municípios.

Com 1.176.080 famílias inscritas no CadÚnico, buscou intensificar o processo de cadastramento e inserção dos beneficiários do BPC junto ao CadÚnico, em articulação com os municípios e conselhos de políticas públicas, de modo que não houvesse prejuízo com a suspensão/cancelamento de benefícios, conforme alterações de legislação pela União.

No que tange aos benefícios socioassistenciais, o BPC garante a transferência mensal de um salário mínimo à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade. Em complemento à inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino, o Programa BPC na Escola conta a adesão de 293 municípios. Com foco na inserção no mundo do trabalho, o Programa BPC Trabalho fomenta a priorização de beneficiários do BPC em programas como ACESSUAS Trabalho, cuja oferta ocorre em 28 municípios.

Foram realizadas capacitações presenciais e à distância por meio de vídeo e *webconferência*, voltadas às equipes dos Escritórios Regionais da SEDS, técnicos e gestores municipais, com foco na execução dos serviços de proteção social básica, estratégia de mobilização, identificação dos beneficiários do BPC e monitoramento de inclusão e atualização de CadÚnico, execução do Programa BPC na Escola e ACESSUAS Trabalho, operacionalização das ações dos Centros da Juventude, execução das ações previstas no Programa Paraná Seguro.

- Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) - além das 10 unidades cofinanciadas com recursos do BID, que serão entregues em 2018, informadas no Família Paranaense, há 17 unidades cofinanciadas com recursos do Tesouro do Estado em processo para construção: 02 obras iniciadas, 07 licitadas, 07 em estudo preliminar e 01 em fase de projeto para implantação.
- Centro da Juventude - encontram-se em funcionamento 24 unidades, construídas com recursos do FIA/PR, que se constituem em espaços para a oferta de atividades de protagonismo, cidadania e convivência comunitária de adolescentes e jovens. Em 2018, foi disponibilizada a segunda parcela do Incentivo Centro da Juventude, no montante de R\$ 1,3 milhão na modalidade fundo a fundo a 12 municípios, contemplando 13 Centros da Juventude que fazem parte do Programa Paraná Seguro-BID.

- Programa Bolsa Agente de Cidadania - desenvolvido pelos Centros da Juventude em 23 unidades, de 22 municípios, contempla adolescentes e jovens de 14 a 24 anos que recebem bolsa-auxílio no valor de R\$ 210,0 por mês. Até agosto, foram pagas 2.773 bolsas, com recursos do FIA/PR e do Contrato do BID - Paraná Seguro.
- Acompanhamento da execução do SCFV, em 334 municípios cofinanciados com recursos no montante de R\$ 15,9 milhões repassados, aprovados na Deliberação n.º 62/2016 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA).
- Acompanhamento da execução do cofinanciamento estadual de R\$ 1,8 milhão a 227 municípios contemplados em deliberações para a oferta e execução de benefícios eventuais em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Em 2018, 62 municípios receberam os recursos.

17.2.3 Proteção Social Especial

Em 2018, merecem destaque as ações relacionadas a crianças e adolescentes. A parceria com Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) proporcionou a realização de cinco encontros para Diálogos sobre a Socioeducação - Meio Aberto, para atores integrantes da rede de atenção ao adolescente em conflito com a lei do Estado do Paraná e, na sequência, foram realizados cinco encontros da Jornada sobre os Parâmetros para a Qualificação do Atendimento Socioeducativo, em que foram aprofundados os temas junto à rede de atendimento e serviços de medidas socioeducativas em meio aberto. Foi realizada pesquisa juntos aos municípios para verificação da situação do atendimento socioeducativo, com a perspectiva de consolidação dos serviços.

Fortalecendo a prioridade no atendimento às crianças e aos adolescentes, propiciando alternativa diferenciada de acolhimento, foram realizados repasses de recursos financeiros vinculados ao Programa Estadual Crescer em Família, para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; e o Curso para Implantação de Serviço em Acolhimento Familiar, direcionado aos profissionais dos municípios, encontra-se em fase de implantação. Os resultados em relação ao fomento realizado pelo Paraná podem ser percebidos pelo aumento, segundo o CadSUAS, de 15 municípios, em agosto de 2017, para 43 municípios com acolhimento familiar (Família Acolhedora), em outubro de 2018.

Foram realizadas: a) capacitações para Crescer em Família - Processo de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - Plano Individual de Atendimento; b) ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; c) capacitações presenciais aos serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI/CREAS); d) II Encontro para Residências Inclusivas e Centro Dia; e) 17 videoconferências com Escritórios Regionais e municípios tratando de assuntos relacionados à Proteção Social Especial (ex.: MSE, PAEFI/CREAS, Centro Dia, Pessoa em Situação de Rua, Regionalização, Mulher em Situação de Violência) com intuito de informar, orientar, dirimir dúvidas, compartilhar experiências, *feedbacks*, subsidiar as tomadas de decisão e estreitar laços.

Foram realizadas duas campanhas para combate ao trabalho infantil, que atingiram todos os municípios do Estado (Calendário 2018 - Sensibilização às famílias para prevenção e erradicação do trabalho infantil e campanha para a erradicação do trabalho infantil no período do Carnaval).

17.2.3.1 Programas e Serviços de Média Complexidade

- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua – manutenção do cofinanciamento, por meio do PPAS II, no montante de R\$ 2,1 milhões.
- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) - cofinanciamento estadual, por meio do PPAS III, para expansão regionalizada a 24 municípios, sendo R\$ 2,5 mil/mês, totalizando R\$ 60,0 mil/mês e R\$ 720,0 mil/ano e acompanhamento da implementação e implantação dos CREAS municipais.
- Serviço Especializado de Abordagem Social - manutenção do cofinanciamento a 20 municípios, configurando R\$ 117,5 mil/ mês, e R\$ 1,4 milhão/ano. Em 2018, houve desistência de um município.
- Programa Estadual Liberdade Cidadã - repasse de incentivo financeiro aos municípios que aderiram ao Programa, para o Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Dos 144 municípios elegíveis, 131 foram habilitados para receber o incentivo, o que corresponde a R\$ 12,3 milhões.
- Centro Dia para Pessoa com Deficiência em Curitiba - cofinanciamento com recursos estaduais no valor anual de R\$ 240,0 mil, ofertando atendimento especializado a pessoas com deficiência e suas famílias, havendo algum grau de dependência ou agravamento de limitações por violações de direitos.
- Orientação e acompanhamento aos 34 municípios contemplados com cofinanciamento federal para os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e PAEFI, o que ampliou a rede de municípios com aporte financeiro do Governo Federal.

17.2.3.2 Programas e Serviços de Alta Complexidade

- Programa Estadual Crescer em Família - repasse de incentivo financeiro aos municípios que aderiram ao programa; dos 202 municípios elegíveis, 173 foram habilitados a receber o incentivo, o que corresponde a R\$ 18,4 milhões.
- Programa Crescer em Família - Família Acolhedora - repasse de incentivo financeiro aos municípios que aderiram ao programa; dos 100 municípios elegíveis, 86 foram habilitados a receber o incentivo, o que corresponde a R\$ 4,3 milhões.

- Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos - manutenção do cofinanciamento estadual a 99 municípios, por meio do PPAS IV, com valor mensal de R\$ 512,5 mil e anual de R\$ 6,2 milhões, bem como acompanhamento e assessoramento aos municípios.
- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - manutenção do cofinanciamento estadual, por meio do PPAS V, a quatro municípios, atendendo 250 pessoas, com R\$ 25,0 mil ao mês, R\$ 300,0 mil ao ano.
- Acolhimento de Idosos - oferta de 38 atendimentos em duas instituições, com custo anual de R\$ 788 mil.
- Acolhimento para Pessoas com Deficiência - cerca de 180 atendimentos em parceria com quatro entidades, no valor aproximado de R\$ 5,2 milhões ao ano.
- Residências Inclusivas - cofinanciadas seis unidades de Residências Inclusivas, em cinco municípios, no valor de R\$ 5,0 mil mensais, totalizando R\$ 360,0 mil no ano.
- Residências Inclusivas Regionalizadas - manutenção do cofinanciamento a duas unidades, com capacidade de atendimento a até 20 pessoas, no valor anual de R\$ 360,0 mil.
- Acolhimento Institucional a Pessoa em Situação de Rua - manutenção do cofinanciamento para 20 municípios, resultando no investimento de R\$ 229,3 mil ao mês e R\$ 2,7 milhões ao ano, com possibilidade de atendimento a 1.500 pessoas e/ou famílias.
- Análise e assessoramento aos municípios quanto a solicitações de acolhimento a indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco por violações de direitos, determinados judicialmente.
- Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) em que são realizadas análises, assessoramento e visitas técnicas, bem como apoio à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) na avaliação e análise dos egressos do Sistema Penitenciário, com intuito de encaminhamentos para retorno à vida em sociedade.

17.3 Garantia de Direitos

Para concretizar iniciativas de Garantia de Direitos, Proteção Integral e enfrentamento às violências sofridas por cidadãos paranaenses, a SEDS adotou uma abordagem integradora, com articulação intermunicipal e construção de diálogos inovadores entre as políticas. As políticas transversais da criança e do adolescente, da mulher, da pessoa com deficiência e da pessoa idosa contaram com a coordenação, assessoramento técnico e apoio da Superintendência de Políticas de Garantia de Direitos (SPGD). A SPGD atuou nas atividades relacionadas à coordenação, articulação, execução das ações e orientação técnica especializada nessas áreas, bem como no gerenciamento do repasse de recursos destinados às políticas mencionadas com a formalização de parcerias por meio de

termos de colaboração e termos de fomento. Prestou assessoramento técnico ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM), Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE), e Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI).

Destaca-se, a formalização de parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (OSC's) para atendimento a crianças e adolescentes, no âmbito dos editais n.º 2, n.º 4 e n.º 6 de 2017 do CEDCA, que totalizam o repasse de R\$ 27,5 milhões. Foram elaborados editais com o objetivo de formalizar parcerias para a transferência voluntária a OSC's que atendam crianças e adolescentes (R\$ 18,0 milhões); OSC's que atendam pessoas idosas (R\$ 4,0 milhões); OSC's que realizem capacitação com foco em Protagonismo Juvenil para formação de adolescentes para atuação no CEDCA (R\$ 1,2 milhão); e OSC's que realizem capacitação com foco em Controle Social na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes (R\$ 1,8 milhão).

17.3.1 Política da Defesa de Direitos da Mulher

Promove a consolidação da Política Estadual dos Direitos da Mulher, promovendo a integração com as unidades operacionais da SEDS, demais órgãos do Estado e movimentos sociais organizados, fortalecendo a pauta das mulheres na agenda das políticas públicas, e potencializando as ações do poder público ao contribuir para a reversão do quadro de desigualdades persistentes na sociedade. Com objetivo de garantir direitos, promover a igualdade e incorporar as mulheres como sujeitos políticos, a SEDS atuou na articulação, elaboração, coordenação, formulação de estratégias e implementação das políticas públicas para as mulheres no Estado, destacando-se as seguintes ações:

- Assessoramento técnico do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná (CEDM), conforme as diretrizes do Plano Nacional da Política para Mulheres.
- Elaboração e aprovação do Segundo Plano Estadual dos Direitos da Mulher com vigência de 2018-2021.
- Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) - acolhimento a mulheres em situação de violência doméstica da Região Metropolitana. Realizou 547 atendimentos tais como: psicológico, social e jurídico, com orientações e informações à mulher em situação de violência.
- Unidades Móveis do Programa Mulher Viver sem Violência (Ônibus Lilás) - adaptado para atendimento individualizado às mulheres do campo e da floresta em situação de violência doméstica; realizou, em 2018, atendimento em 131 municípios.
- Botão do Pânico - capacitação presencial aos municípios que formalizaram parceria para implementação do dispositivo de segurança preventiva, bem como aos profissionais da rede de enfrentamento à violência contra a mulher quanto ao uso e implementação do dispositivo.

- Parceria com a Superintendência da Assistência Social para implantação do Benefício Eventual aos 399 municípios do Paraná, priorizando a sua utilização para o atendimento às mulheres em situação de violência. Foram repassados R\$ 594,0 mil a 79 municípios para cofinanciamento de benefícios eventuais.
- Projeto Costurando o Futuro - viabilizado por intermédio do Paraná Competitivo, foi executado em parceria com a iniciativa privada. Atendimento de mulheres de dez municípios da regional de Francisco Beltrão, e dez municípios da regional de Curitiba, com 20 mulheres por turma, totalizou 400 participantes, para o desenvolvimento de habilidades técnicas de alta-costura, designer, competências empreendedoras e reutilização de retalhos.
- Coordenação do Grupo de Trabalho para a implementação, no Paraná, das diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar, com perspectiva de gênero, as mortes violentas de mulheres (feminicídio).
- Organização da Semana Estadual da Mulher com o Lançamento da Campanha Você Pode Mais.

17.3.2 Política dos Direitos da Criança e do Adolescente

Coordena a Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do assessoramento técnico e articulação intergovernamental e intersetorial nos assuntos relativos à política, garantindo sua execução, em articulação com o CEDCA/PR. Tem por objetivo assegurar, de forma prioritária e permanente, os direitos fundamentais das crianças e adolescentes paranaenses, bem como efetivar a política da garantia da proteção integral desse público em peculiar fase de desenvolvimento.

- Implementação e acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, com a gestão de processos de acompanhamento e monitoramento do plano de ação pactuado.
- Assessoramento aos municípios para a utilização do novo Sistema de Informação para Infância e Adolescência-Conselho Tutelar (SIPIA-Conselho Tutelar), lançado oficialmente pelo Governo Federal em agosto.
- Ações de Aprendizagem e Qualificação Profissional - encontram-se em tramitação os processos para transferência de recursos: a) visando apoiar programas de aprendizagem - por meio da Deliberação n.º 052/2016 - CEDCA/PR a 50 municípios, dos quais 37 apresentaram adesão; b) visando apoiar programas de qualificação profissional - por meio da Deliberação n.º 081/2016 - CEDCA/PR a 72 municípios, dos quais 66 apresentaram adesão.
- Enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes: a) registro das denúncias encaminhadas do Disque Denúncia 181 no SIPIA Conselho Tutelar; b) realização do Congresso Estadual de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes em março do corrente ano, o qual contou com a

participação de aproximadamente 900 profissionais de rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente; c) execução da campanha Não Engula o Choro, que contou com a produção e distribuição de 100.000 cartilhas, 100.000 cartazes e produção de vídeos, com alcance em todo o Estado; d) produção e distribuição de 5.000 exemplares do Caderno Orientativo Responsabilidade Compartilhada para o trabalho Intersetorial no Enfrentamento as Violências Contra Criança e Adolescente, com alcance em todo o Estado; e) assessoramento as 22 Comissões Regionais de Enfrentamento as Violências Contra Crianças e Adolescentes; f) gerenciamento do Grupo de Trabalho da Criança, vinculado ao Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura da Paz - Núcleo da Paz; g) disponibilização de recursos por meio da Deliberação n.º 051/2016 - CEDCA/PR a 157 municípios, dos quais 129 apresentaram adesão, e os processos encontram-se em tramitação para transferência de recursos; h) disponibilização de recursos por meio da Deliberação n.º 109/2017 - CEDCA/PR a 32 municípios, dos quais 20 apresentaram adesão, e os processos encontram-se em tramitação para transferência de recursos.

- Foram assinados 11 Termos de Cessão de Uso e seus respectivos Termos de Ajuste e realizada licitação para construção de conselhos tutelares nos municípios de Campo Magro, Mandirituba e Marialva, com recursos repassados à Paraná Edificações para construção direta.
- Em apoio ao aprimoramento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente foram disponibilizados recursos por meio da Deliberação n.º 107/2017 - CEDCA/PR, aos 399 municípios, para fortalecimento da estrutura dos Conselhos Tutelares; 384 municípios apresentaram adesão, e os processos encontram-se em tramitação para transferência de recursos.
- Assessoramento e apoio a projetos de organizações da sociedade civil que acessam recursos por meio de Editais de Chamamento Público e projetos aprovados junto ao Banco de Projetos/FIA.
- Apoio às ações de outras Secretarias de Estado, as quais abrangem repasse de recursos para execução de ações relacionadas à socioeducação (projetos Karatê no CENSE, Aproximando Famílias, Capacitação dos Profissionais da Socioeducação, Qualificação Profissional dos Adolescentes, Construção de Unidades Socioeducativas, entre outros).

17.3.3 Política Estadual da Pessoa Idosa

Responsável pelo planejamento, acompanhamento e monitoramento de programas, projetos e ações relacionados aos direitos da população idosa em âmbito estadual, bem como a integração e articulação com o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, as

unidades da SEDS e demais órgãos da Administração Pública Estadual, de acordo com as atribuições de cada política pública setorial instituída, além dos órgãos e entidades nacionais e municipais.

O Paraná é o Estado da Federação com maior número de conselhos municipais dos direitos da pessoa idosa, totalizando 93,0% de cobertura. Até outubro, contava com 368 conselhos, 268 fundos municipais e 208 planos municipais. Em 2017, foi aprovado o repasse na modalidade fundo a fundo aos municípios, para o atendimento a projetos voltados à pessoa idosa. A Deliberação n.º 001/2018 ampliou o valor do repasse, totalizando R\$10,5 milhões disponibilizados aos municípios. Ao total, 263 municípios do Paraná apresentaram projetos e 203 foram aprovados. Principais realizações:

- Cofinanciamento fundo a fundo de 41 municípios da Deliberação n.º 01/2017, no valor de R\$ 2,6 milhões.
- Disque Idoso Paraná - 1.167 atendimentos com orientações, esclarecimentos dos direitos da pessoa idosa e encaminhamentos de denúncias aos órgãos competentes.
- Distribuição de 45 mil exemplares de materiais de divulgação sobre os direitos da pessoa idosa.
- Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná - monitoramento do plano com apresentação de resultados obtidos nos primeiros três anos ao Conselho Estadual do Idoso (CEDI).
- Realização de dois seminários de Protagonismo e Valorização à Pessoa Idosa, em Cascavel e Francisco Beltrão, de um Simpósio Macrorregional da Política da Pessoa Idosa, Qualidade de Vida e Envelhecimento em Irati e de Evento alusivo ao Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, os quais reuniram aproximadamente 1.500 pessoas.
- Realização de quatro webconferências sob os seguintes temas: Prevenção a Acidentes Domésticos: Cuidados com a Pessoa Idosa; Prevenção a Golpes e Fraudes contra a Pessoa Idosa; Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa; e Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida.
- Realização de capacitação sobre o Estatuto do Idoso aos professores da rede penitenciária, na Penitenciária de Piraquara, com 120 participantes.
- Realização dos Jogos de Salão da Melhor Idade em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) de Curitiba, com a presença de 800 idosos que receberam os manuais de prevenção a acidentes domésticos.
- Lançamento em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do desenho animado Direitos da Pessoa Idosa, que será exibido na rede pública de ensino do Paraná.

17.4 Resumo da Execução Financeira

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DE JANEIRO A 09 DE OUTUBRO

ATIVIDADES	EMPENHADO (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	27.303.463,78
Gestão Administrativa	5.151.441,86
Luz Fraterna*	29.089.848,00
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA)	47.362.638,80
Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS)	90.322.085,50
Fundo Estadual da Saúde (FUNSAÚDE)	4.283.121,71
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FEID)	6.022.548,85
Sistema Intersetorial de Proteção à Família	21.370.736,60
Garantia de Direitos da Mulher	613.069,53
Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência	30.000,00
TOTAL	231.548.954,63

FONTE: GOFIS/SEDS. Dados do dia 09/10/2018

Atualizado até 17/09/2018.

Secretaria de Infraestrutura e Logística



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

18 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) tem por missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a sua finalidade de promover ações eficazes, para possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança; reduzir custos operacionais; e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL é composta por suas unidades programáticas: Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP), Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e Departamento de Gestão de Projetos e Obras (DGPO). Na estrutura descentralizada, atua por meio de suas unidades vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE) e Paraná Edificações (PRED).

18.1 Coordenação de Gestão de Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP)

Com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, desenvolveu as seguintes atividades:

- Modal Rodoviário - revisão e edição anual do Sistema Rodoviário Estadual (SRE), atualização do cadastro que compõe a malha rodoviária estadual e envio do documento oficial para o Ministério dos Transportes, visando compor a base do Sistema Nacional de Viação; edição, formatação e contratação da impressão dos Mapas Político Rodoviários do Paraná - 2019 e gestão de sua distribuição.
- Modal Aeroviário - apoio técnico institucional aos administradores aeroportuários com o objetivo de melhorar a gestão e operação aeroportuária no Estado; realização de estudos técnicos. Sob a Coordenação da Casa Civil, esta Coordenação minutou o Decreto de Utilidade Pública para desapropriação do Aeroporto Regional do Oeste e realizou estudos técnicos que deverão embasar a contratação futura de um EVTEA – Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental. Alinhou-se à Secretaria de Aviação Civil reforçando a iniciativa daquela Secretaria na contratação dos estudos de prospecção para a implantação do Aeroporto Regional do Sudoeste.
- Modal Hidroviário - desenvolvimento de ações de regulamentação do transporte aquaviário, por meio da coordenação do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GT) Regulamentação das Travessias Aquaviárias do Paraná; gestão dos

convênios de delegação n.º 067/2016 e n.º 068/2016 junto às prefeituras de Pontal do Paraná e Paranaguá, respectivamente, para a exploração dos terminais aquaviários de Pontal do Sul e Ilha do Mel; elaboração, revisão e envio à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR) de anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Sistema de Transporte Aquaviário Intermunicipal de Passageiros e de Veículos do Estado.

- Programa BID - Multimodal - apoio técnico na coordenação do programa de Empréstimo Internacional: Programa de Infraestrutura e Logística com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 435,0 milhões. Encaminhamentos para a contratação das ações previstas no Programa, com a contratação de estudos e projetos multimodais para: a) obra de ampliação da capacidade ferroviária da FERROESTE; b) obra de repotencialização do Terminal de Cargas da FERROESTE-Cascavel; c) contratação de estudo de viabilidade técnica econômica e ambiental das linhas de transporte aquaviário de passageiros do Litoral Norte do Estado do Paraná; d) contratação de Planos Diretores Aeroportuários de Umuarama e de Pato Branco. Para a execução destas ações foram elaborados os respectivos Termos de Referência e iniciado processo de contratação por meio dos procedimentos licitatórios do BID.

18.2 Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística Municipal (DFIL)

As ações desenvolvidas no DFIL envolvem a gestão dos convênios em andamento, seu acompanhamento, além da celebração de novos termos de cooperação. Além disso, são realizadas atividades rotineiras como a informação de sistemas, tramitação de processos, e o planejamento das ações programáticas futuras.

- Modal Rodoviário - foram firmados: a) 78 convênios atendendo a 63 municípios com pavimentação asfáltica (24 convênios), recape de massa asfáltica (46 convênios), pavimentação poliédrica (02 convênios), pavimentação de sextavado (01 convênio), reperfilamento com concreto betuminoso usinado a quente (01 convênio), construção de ponte (01 convênio), construção de trincheira e viaduto (01 convênio), aquisição de balsa (02 convênios). A quantidade de convênios informada difere do somatório. Verificar. Dos 78 convênios, 02 foram concluídos, 39 estão em andamento e 37 têm previsão de início entre outubro e novembro (base out/2018), que totalizam o montante de R\$ 284,6 milhões a serem pagos pela SEIL e pelos municípios (em média 5,0% do valor dos convênios); b) 19 Termos de Cooperação, atendendo a 15 municípios, na execução de pontes e com fornecimento de vigas, totalizando R\$ 1,6 milhões; até outubro todos os termos de cooperação encontravam-se em andamento.

- Modal Aeroviário - foram assinados dois convênios com os municípios de Toledo e União da Vitória para recapeamento asfáltico de pista, nos valores de R\$ 1,6 milhão e 2,3 milhões, respectivamente.
- Modal Hidroviário - foram celebrados dois convênios com os municípios de Campina da Lagoa e Cândido de Abreu, nos valores de R\$ 532,2 mil e R\$ 317,3 mil respectivamente.

18.3 Departamento de Gestão de Projetos e Obras (DGPO)

Promoveu ações para a melhoria da gestão de Projetos e Obras Públicas, no âmbito da SEIL, destacando-se:

- Transparência - acompanhou e contribuiu, em conjunto com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR) e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), no desenvolvimento do gerador de *Quick Response Code* (QR Code) e Mapa de Obras, aplicativos que visam apresentar as informações especializadas dos contratos de obras e projetos do Estado, vinculadas ao Sistema de Gestão de Projetos e Obras (SGPO), G-Gov e ao Portal da Transparência. O principal objetivo é facilitar o acesso às informações de obras públicas e propiciar a colaboração voluntária de qualquer cidadão no processo de acompanhamento e fiscalização de um empreendimento do Governo do Estado.
- Inovação Tecnológica - executou ações previstas no Plano de Fomento à Implantação da Tecnologia *Building Information Modeling* (BIM): a) elaboração e execução do Plano de Trabalho com as instituições credenciadas na Chamada Pública SEIL n.º 001/201, para o desenvolvimento de estudos de caso visando a definição de critérios para a contratação de projetos e obras públicas em BIM para edificações e infraestrutura rodoviária; b) lançamento da Consulta Pública SEIL nº 001/2018 da Minuta do Caderno BIM com o intuito de dar conhecimento e receber contribuições; a Consulta Pública permaneceu aberta por 79 dias tendo sido divulgada por meio do Portal BIM, em meios digitais e por ofício, tendo recebido 21 contribuições que, dada a relevância e consistência técnica, foram importantes na construção do Caderno BIM, parte da coletânea de Caderno Orientadores elaborados pela SEIL.
- Apoio técnico: a) firmou termo de cooperação técnica com o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), para apoiar a implantação do BIM no referido Instituto, tendo destaque o apoio no desenvolvimento de termo de referência e edital para contratação de projetos em BIM; a realização de acultramento interno por meio de reuniões técnicas e capacitação em ferramentas BIM; a modelagem de projetos existentes para verificação de incompatibilidades e a detecção de conflitos entre disciplinas; b) apoiou a elaboração de estudo técnico

para o Aeroporto Regional do Oeste, por meio de realização de dimensionamento prévio e estudos de implantação geral em BIM.

- **Gestão de Custos de Edificações** - em conjunto com a PRED, monitorou a variação de custos de edificações e manteve a Tabela Referencial de Custos de Edificações, utilizada pela administração estadual, atualizada e compatível com os valores praticados no mercado, reduzindo a possibilidade de ocorrência de aditivos contratuais de valor ou paralisações de obra. A última atualização ocorreu por meio da Resolução Conjunta SEIL/PRED n.º 002/2017.

18.4 Departamento de Estradas de Rodagem (DER)

Tem por missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual. A malha rodoviária federal e estadual, sob sua responsabilidade é de 11.448,13 km de extensão e 690,1 km são de rodovias estaduais concedidas.

QUADRO 1 – RODOVIAS ESTADUAIS SOB RESPONSABILIDADE DO DER E CONCESSIONADAS, NO ESTADO DO PARANÁ, 2017)

RESPONSABILIDADE	RODOVIAS ESTADUAIS (KM)							TOTAL
	Não Pavimentada	Pavimentada			Em Obras			
		pista simples	pista dupla	total	pista simples	pista dupla	total	
DER	1.643,7	9.680,0	99,61	9.779,61	14,02	10,8	24,82	11.448,13
Concessão Estadual	0,0	416,91	243,73	660,64	0,0	30,26	30,26	690,9
TOTAL	1.643,7	10.096,91	343,34	10.440,25	14,02	41,06	55,08	12.139,03

FONTE: DER/PR

Atividades Realizadas:

- **Obras Rodoviárias** - Os programas existentes têm por objetivo melhorar as condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações para ampliação de capacidade, pavimentação e serviços de conservação da malha rodoviária. O Estado investiu R\$ 422,8 milhões, até agosto, nos contratos de obras rodoviárias (tabela 1).

TABELA 1- OBRAS RODOVIÁRIAS EM ANDAMENTO, SEGUNDO O VALOR DO INVESTIMENTO (EM REAIS) E TIPO DE AÇÃO - PARANÁ - 2018

AÇÃO	INVESTIMENTO EM 2018 (R\$)
Duplicação/Contorno/Implantação de Pavimento	108.569.892,87
Conservação de Rodovias (PERC)	314.204.047,30
TOTAL	422.773.940,17

FONTE: DER/PR

- **Conservação da Malha Rodoviária** - desde 2012, o Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC) investiu R\$ 2,4 bilhão na malha rodoviária, com serviços de reperfilamento, tapa buracos, remendo

profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros e outros, abrangendo toda a malha rodoviária sob sua responsabilidade. O PERC é subdividido em três subprogramas: a) Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP), que atendeu 2.012,0 km; b) Conservação Rotineira de Pavimentos (COP), abrangendo 7.985,0 km; c) Conservação da Faixa de Domínio, que compreende 11.433,0 km.

- Rodovias concessionadas com obras concluídas: a) duplicação - BR-376, entre Presidente Castelo Branco e Mandaguaçu, 12,5 Km; b) duplicação - BR-369, entre Contorno Sul de Apucarana e Jandaia do Sul (interseção Pirapó) 1,0 Km; c) duplicação - PR-317, variante do Rio Ivaí, 42,1 Km; d) duplicação - BR-151, trecho Jaguariaíva - Piraí do Sul (Trecho IV - Piraí do Sul), 15,0 Km.
- Rodovias concessionadas com obras em andamento: a) duplicação - BR-369, perímetro urbano de Corbélia, 5,3 Km; b) duplicação - BR-376, entre Paranavaí e Nova Esperança, 30,2 Km; c) duplicação - BR-277, perímetro urbano de Guarapuava (km 344,0 ao km 345,2 e km 349,3 ao km 350,2), 2,0 Km; d) duplicação - BR-277, perímetro urbano de Cascavel (km 580,4 ao km 583,6), 3,1 Km; e) duplicação - BR-277, trecho Relógio - Guarapuava (Rio das Pedras-Rio das Mortes), 4,7 Km; f) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho III), 6,5 Km; g) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho IV - Entroncamento BR-153) 8,5 Km; h) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho V - Alto do Amparo), 10,0 Km; i) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho X - Imbaú) 4,5 Km; j) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XV - Ortigueira), 5,0 Km; k) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXIII - Marilândia do Sul), 4,40 Km; l) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXI), 9,40 Km; m) duplicação - BR-151, trecho Jaguariaíva - Piraí do Sul (Trecho I - Jaguariaíva), 7,1 Km; n) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXII), 17,0 Km; o) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXVI), 11,0 Km; p) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho VIII), 8,3 Km; q) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho IX-A) 7,7 Km; r) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XXIV - Apucarana) 5,0 Km; s) duplicação - BR-376, trecho Apucarana - Ponta Grossa (Trecho XVII), 4,0 Km; t) duplicação - BR-376, entre Nova Esperança - Mandaguaçu, 23,9 Km; u) duplicação - BR-476, perímetro urbano de Guarapuava a Mariental, 3,5 Km; v) duplicação - BR-369, implantação do contorno de Arapongas, 10,1 Km; w) duplicação - BR-369, entre Cornélio Procópio - Jataizinho, 34,4 Km; x) duplicação - PR-317, entre Floresta - Peabiru (variante do Rio Ivaí), 42,1 Km.

18.5 Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

Os Portos de Paranaguá e Antonina estão na constante busca de melhoria para oferecer um sistema moderno e eficaz com infraestrutura e segurança às cargas e aos navios, transparência na gestão e nas operações, buscando oferecer aos operadores portuários, agentes marítimos e à comunidade em geral, alternativa de movimentações de suas cargas, seja em terminal público ou privado, garantindo assim a isonomia a todos os usuários do Complexo Portuário do Paraná.

Visam prover condições técnicas necessárias para as operações de carga e descarga de mercadorias. As ações executadas demonstram a efetiva aplicação dos recursos oriundos de tarifas pagas pelos usuários, proporcionando a infraestrutura adequada, e assim, a continuidade das relações econômicas internacionais.

Os investimentos feitos pelo Estado do Paraná na APPA são os maiores dos últimos 40 anos. Em 2018, foram contratados R\$ 206,0 milhões em investimentos, tendo como principais a modernização dos berços e as obras de melhoria no acesso terrestre. Desse valor, foi pago até outubro, R\$ 5,6 milhões, sendo que as maiores obras iniciaram no segundo semestre.

18.5.1 Projetos Estruturantes

O Porto de Paranaguá tem se mostrado eficaz na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, onde disponibiliza um aparato de infraestrutura, garantindo aos produtos que passam pelos Portos do Paraná um grau de competitividade e qualidade exigível pelo mercado internacional. Para tanto, nos anos de 2012 a 2018, a APPA focou na gestão de programas de infraestrutura onde foram investidos volumes expressivos de recursos que resultaram na execução de obras estruturantes:

- Programa de Manutenção de Infraestrutura Marítima - visa a preparação dos Portos de Paranaguá e Antonina para os próximos 20 anos, com a realização de investimentos massivos na infraestrutura marítima. Campanhas de dragagem ampliaram o canal de Paranaguá, permitindo que navios de grande porte atraiquem em Paranaguá: a) dragagem de regularização - com previsão de conclusão em 2018, sendo que até setembro, foi realizado o pagamento de quase R\$ 150,0 milhões, equivalente à 76,65% do serviço; b) dragagem de aprofundamento - aumentou o calado no Canal da Galheta, que dá acesso aos portos paranaenses, na bacia de evolução e nas áreas intermediárias, localizadas entre o canal e a bacia; dragagem está concluída, restando apenas a homologação dos calados pela Marinha; c) modernização e expansão da infraestrutura portuária - remodelação de 1.806 metros lineares de cais de acostagem, com a instalação de nova e moderna estrutura de acostagem, atendendo maiores embarcações; obra concluída, no valor de R\$ 95,9 milhões; d) foram instaladas novas defensas, além do reposicionamento, manutenção preventiva, corretiva e inspeção periódica das defensas de borracha instaladas nos berços de atracação da APPA, com o objetivo de auxiliar a atracação

de navios com maior segurança, estabilizando a embarcação na hora de acostar no cais; serviço concluído em todo o cais comercial e no píer de produtos inflamáveis, em 2018, o valor contratado foi de R\$ 4,8 milhões.

- Programa de Manutenção Infraestrutura Terrestre - determina as condições técnicas necessárias às operações de carga e descarga. Iniciado investimento de R\$ 177,0 milhões para modernização dos berços 201 e 202 e ampliação em 100 metros do cais do berço 201 - sentido oeste; o contrato foi assinado em março de 2018, e as obras foram iniciadas, com 3,9% de execução, até outubro. Encontra-se em andamento a obra para melhoria nas vias de acesso, com recuperação do pavimento em concreto e readequação do sistema de drenagem da Av. Bento Rocha, com extensão de 2,8 km, importante via de acesso dos caminhões que chegam ao Porto de Paranaguá; o valor do investimento, é da ordem de R\$ 14,6 milhões, e está sendo pago com recursos da APPA, porém realizado pelo DER, com 6,2% de execução, até outubro. Em andamento, por meio de convênio com o DER, a construção do viaduto na interseção da rodovia BR 277 com a Avenida Ayrton Senna, no valor do convênio de R\$ 14,1 milhões, com 12,2% de execução, até outubro.
- Programa de Investimentos em Tecnologia - destaca-se: a) Projeto ISPS CODE, em execução, com a recuperação e ampliação do sistema de segurança, mediante a instalação de novos equipamentos para controle de acesso de pessoas, veículos e cargas, que resultará na credibilidade e segurança do Porto de Paranaguá, reconhecida e certificada internacionalmente, no valor de R\$ 19,1 milhões, e em 2018, foi concluída a implantação, restando apenas as manutenções como saldo contratual; b) implantação do sistema corporativo da APPA, que proporcionou uma evolução tecnológica (e integrada) nos sistemas administrativos e operacionais, no valor reajustado de R\$ 8,4 milhões; o sistema já está concluído, sendo que o saldo contratual se refere às manutenções preventivas e corretivas.
- Programa de Gerenciamento Ambiental - em 2018, APPA superou a marca de 60 programas ambientais executados, elevando os patamares ambientais portuários da empresa a níveis internacionais, sendo reconhecido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), no Índice de Desempenho Ambiental, como o melhor porto brasileiro. Ressalta-se também que o Porto de Paranaguá se tornou o primeiro ECOPORT (Certificação de Sistema de Gestão Ambiental Global Portuário, fundamentado pela ISO 14.001), em território nacional. Entre os investimentos mais importantes na área está a contratação do Serviço da Base de Prontidão e Atendimento das Emergências Ambientais, com um investimento de R\$ 6,9 milhões, com o propósito de disponibilizar uma equipe treinada e equipada, para atender, mitigar e/ou prevenir os problemas de caráter ambiental, permitindo segurança na forma de redução de riscos de acidentes. Ampliou sua abrangência nos programas de educação ambiental, chegando a atuar nos sete municípios do Litoral por meio da criação do Almanaque Ambiental. Foram desenvolvidos

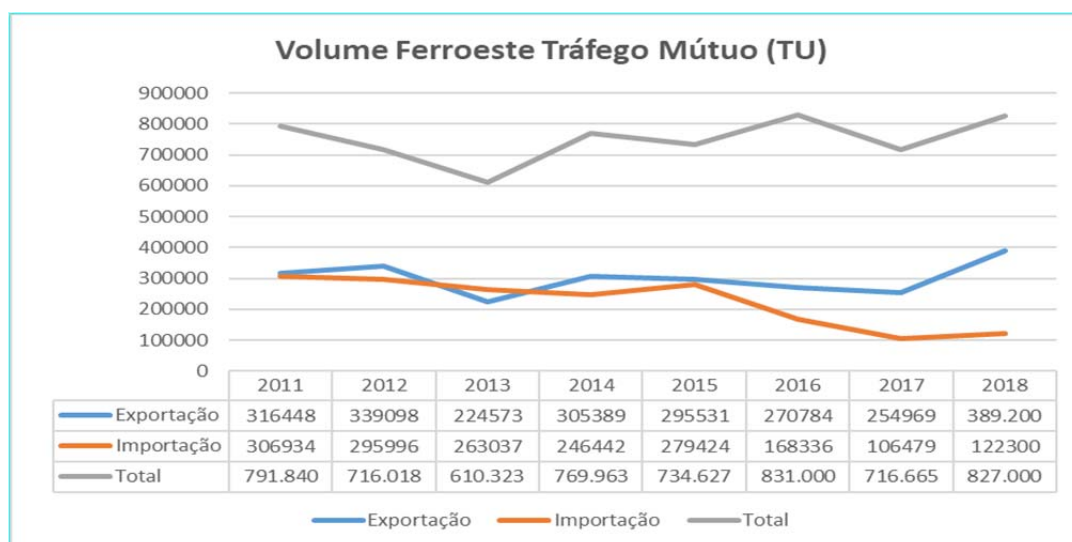
projetos executivos de reformas e construções dos trapiches de comunidades ilhadas e costeiras na área de influência do porto, que resultarão em mais de R\$ 10,0 milhões em investimentos voltados a fins sociais, reiterando e fortalecendo os compromissos da relação porto-cidade.

18.6 Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE)

Tem por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem. Detém concessão federal para construção, uso e gozo de estrada de ferro e ramais necessários à viabilidade da ferrovia. Opera em um trecho com 248,6 km entre Cascavel e Guarapuava, e conta com dois Terminais Ferroviários de Cargas: Guarapuava e Cascavel, com capacidade de armazenagem aproximada de cinco milhões de toneladas/ano. Os principais produtos transportados são: grãos, cimento, fertilizantes, contêiner frigorificado, combustível e óleo vegetal.

No trecho Guarapuava-Ponta Grossa-Paranaguá a FERROESTE se utiliza da malha operada pela Rumo Logística, que impõe à FERROESTE uma dependência operacional. A situação é agravada em razão da Rumo não manter o trecho Guarapuava-Ponta Grossa em boas condições de uso, o que vem oferecendo riscos operacionais e dificultando a evolução da produção da FERROESTE.

A FERROESTE realizou o transporte de 653.703 toneladas úteis (TU), até outubro, realizando a movimentação total de 15.729 vagões. Até o final do ano o volume transportado deverá ultrapassar 800.000 toneladas úteis e o faturamento deverá chegar aos R\$ 20,0 milhões. Segue gráfico contendo o histórico dos volumes transportados de 2011 a 2017 e valores projetados para 2018.



Dentre os produtos transportados pela FERROESTE, em 2018, destacam-se a soja (56,6%), os contêineres de carne de frango (25,0%) e o cimento (20,0%).

Atividades realizadas:

- Programa BID V - a companhia busca recurso junto ao Banco para modernização do Terminal de Cascavel e recuperação de encostas da via permanente e modernização dos Terminais Ferroviários de Cascavel e Guarapuava. Nesse programa do BID estão previstos US\$ 100,0 mil para projetos e US\$ 7,0 milhões para execução das obras.
- Nova ferrovia - a FERROESTE detém a concessão federal até 2079, do trecho que vai de Dourados-MS até Guarapuava-PR. Após consulta à Procuradoria Geral do Estado (PGE), levou ao Conselho Gestor de Concessões a proposta de uma concessão estadual para o trecho entre Guarapuava e o Litoral do Paraná, que foi aceita; e autorizada a publicação de um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para a realização dos estudos para a construção de uma ferrovia ligando Dourados ao Litoral do Paraná. No trecho Dourados-Guarapuava será licitada a sub concessão da FERROESTE e, no trecho Guarapuava-Litoral, uma concessão estadual, chegando, assim, ao Porto de Paranaguá e Pontal do Paraná. Foram realizadas consultas públicas em Guarapuava, Cascavel, Curitiba e Dourados-MS para comunicar à sociedade civil a intenção da elaboração do projeto e proposta para construção do trecho entre Paranaguá-Dourados, tendo recebido o apoio maciço das regiões. O PMI obteve êxito, com a inscrição de 18 empresas agrupadas em seis consórcios. Em fevereiro, o Conselho Gestor de Concessões autorizou quatro desses consórcios a realizarem o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da ferrovia, e terão 270 dias para apresentação do projeto. Vencido o prazo, o Governo do Estado terá 90 dias para escolher o projeto que melhor atende aos interesses do Paraná, feita a escolha estará apto a lançar a licitação para construção da ferrovia que ligará Dourados (MS) ao Litoral do Paraná. A FERROESTE conseguiu a concessão para construção e operação de um ramal ferroviário ligando Cascavel a Foz do Iguaçu, cuja construção somente será viável economicamente após a construção dos dois trechos citados no item anterior.

18.7 Paraná Edificações (PRED)

Tem como missão planejar, coordenar e executar projetos, obras e serviços de engenharia de edificações, de interesse da administração pública estadual, centrada no desenvolvimento sustentável. Realizou e apoiou a elaboração de estudos de viabilidade e termos de referência, bem como de licitação e contratação de projetos, obras e serviços de engenharia, fiscalização, monitoramento e recebimento de projetos, obras e serviços de engenharia da administração direta e autárquica do Estado do Paraná:

- Foram concluídas 94 obras, até setembro, no valor total de R\$ 126,7 milhões; 270 obras por meio de convênios, no total de R\$ 120,6 milhões; 257 obras do Programa Escola 1000, no total de R\$ 24,0 milhões; e encontravam-se em andamento, até setembro, 232 obras no valor de R\$ 320,94 milhões.

- Até setembro, foram concluídos 21 projetos, no valor total de R\$ 2,1 milhões, e 30 projetos encontravam-se em andamento, no valor total de R\$ 2,9 milhões.
- A PRED, em conjunto com a SEIL, executa o monitoramento da variação de custos de edificações e a atualização periódica da Tabela de Custos de Edificações do Governo do Paraná, em sintonia com a Tabela SINAPI do Governo Federal.

Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

19 Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos

A Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU) tem por finalidade a orientação, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos; ao sistema de atendimento socioeducativo e à política de trabalho, emprego e renda.

Estão vinculados à SEJU: Departamento de Direitos Humanos e Cidadania (DEDIHC), Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR), Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE), Departamento do Trabalho (DET), Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED), Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), Conselho Estadual dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR), Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR), Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS), Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (CONDEF), Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON), Conselho Estadual do Trabalho (CET).

19.1 Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

Principais ações:

- Realização da IV Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR), entre os dias 02 e 04 de fevereiro, com a participação de 53 representantes do governo municipal, 18 representantes do governo estadual, 109 representantes da sociedade civil e 47 ouvintes.
- Participação da delegação do Estado do Paraná, com 29 titulares, na 4.^a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) – realizada em Brasília, entre os dias 28 e 30 de maio, cujo tema foi “O Brasil na década dos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”.
- Organização e realização conjunta do Seminário “Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para fins de Trabalho Escravo e Exploração Sexual”, com a Polícia Rodoviária Federal nos dias 30 e 31 de julho.
- Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Paraná (NETP/PR) - tem por principal função a prevenção, articulação e planejamento das ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas na esfera Estadual. Recebe os casos por meio de denúncias e registrou até setembro os seguintes atendimentos: a) exploração sexual - 02 casos acompanhados; b) trabalho em

- condição análoga ao de escravo - 02 casos acompanhados e 02 em andamento;
- c) adoção ilegal - 01 caso acompanhado e 01 em andamento; d) violência psicológica e ameaça contra migrante - 01 caso acompanhado.
- Realização da Conferência Estadual Indígenas e Comunidades Tradicionais - prevista para 13 e 14 de novembro.
 - Comitê Estadual Memória, Verdade e Justiça - fruto das recomendações contidas no Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná - Teresa Urban (CEV/PR). Realizou, em agosto, instalação e posse dos Membros do Comitê composto por representantes de órgãos do Estado do Paraná e de entidades da sociedade civil organizada.
 - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR) - prestou serviços objetivando a preservação da integridade física e psicológica de crianças, adolescentes e seus familiares. Com capacidade para atender 40 pessoas, até outubro/2018 foram incluídas 38 pessoas, sendo 25 crianças e adolescentes e 13 adultos.
 - Programa Estadual de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR) - promove a proteção de pessoas, testemunhas expostas à coação ou graves ameaças, em virtude de colaborarem com a Justiça na elucidação de crimes. Com capacidade para atender 40 pessoas, o Programa atendeu em média 20 pessoas por mês.
 - Programa SOS Racismo - canal do Governo do Paraná para atendimento a população vítima de discriminação racial, com foco prioritário na população negra. Em 2018, firmou parcerias com o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, o Tribunal de Justiça, a OAB Paraná, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Educação, bem como a Ouvidoria Nacional de Promoção da Igualdade Racial para casos envolvendo algum ente federal. Os 27 casos registrados pelo Programa foram encaminhados aos órgãos que fazem parte da Rede de Atendimento e acompanhados pela equipe responsável pelo Programa.
 - Projeto Criança e Adolescente Protegidos no Estado do Paraná - emitiu desde seu lançamento, em 2016, cerca de 45.000 RGs, sendo em 2018, 17.946 carteiras de identidade, por meio da coleta de impressões digitais por biometria, às crianças e adolescentes matriculados em escolas da rede pública estadual e municipal e aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa. O Programa é desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, o Instituto de Identificação do Paraná (IIPR), a Secretaria de Estado da Educação (SEED), além de outras Secretarias de Estado.

QUADRO 2 - DADOS DO PROJETO CRIANÇA E ADOLESCENTE PROTEGIDOS

EMIÇÃO DE CARTEIRAS DE IDENTIDADE	MUNICÍPIOS ONDE O PROJETO FOI REALIZADO EM CONJUNTO COM PARANÁ CIDADÃO E UPS CIDADANIA	MUNICÍPIOS ONDE SÃO REALIZADOS ATENDIMENTOS DO PROJETO POR MEIO DE POSTOS DE ATENDIMENTO TOTALMENTE INFORMATIZADOS (PATI) DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
17.946	Inácio Martins, Bom Sucesso, Reserva do Iguaçu, Marumbi, Faxinal, Goioerê, Godoy Moreira, Ibaiti, Boa Ventura de São Roque, Marquinho, General Carneiro, Santa Amélia, Fernandes Pinheiro, Capitão Leônidas Marques, Mato Rico, Diamante D'Oeste e Corumbataí do Sul. Previstos para outubro a dezembro: Nova Tebas, São Jorge do Ivaí, Ortigueira, Mariluz, Itaperuçu	Arapongas, Araucária, Apucarana, Bocaiúva do Sul, Cascavel, Campo Mourão, Cianorte, Cornélio Procopio, Curitiba, Francisco Beltrão, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guarapuava, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Mamborê, Maringá, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Paranaguá, Paranavai, Pato Branco, Pinhais, Ponta Grossa, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Terra Roxa, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

FONTE: Instituto de Identificação do Paraná e SEJU - período janeiro a setembro/2018

- Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CEIM): realizou 951 cadastros e 3.105 atendimentos a diversas nacionalidades com orientações/encaminhamentos na área do trabalho; educação e social com a interlocução com os órgãos da Assistência Social (CRAS, CREAS e CENTRO POP) e Entidades da Sociedade Civil. Está prevista a realização da Conferência Estadual de Migrantes e Refugiados em dezembro.
- Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH) - tem como atribuição desenvolver programas de capacitação dos servidores da SEJU; bem como implementar o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, em parceria com as secretarias de Estado signatárias do referido Plano. Principais ações: a) coordenação local do Programa de Residência Técnica 2017-2019; b) elaboração do Manual de Práticas Administrativas, Procedimentos Operacionais e Mecanismos de Controle para o Sistema Socioeducativo; c) preparação para publicação da obra Educação em Direitos Humanos: história, epistemologia e práticas pedagógicas; d) ações para a implementação do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos por meio de cursos e seminários realizados em parceria com a Secretaria de Estado da Educação; e) cursos de formação inicial e continuada, seminários, oficinas, treinamentos junto aos Departamentos de Atendimento Socioeducativo, do Trabalho, e de Direitos Humanos e Cidadania, totalizando 43 eventos realizados até setembro/2018, com 1.575 certificados emitidos, com previsão de realização de 10 eventos até dezembro.
- Projeto Paraná em Ação, implementado por meio da realização das feiras de serviços Paraná Cidadão, que possibilita o acesso a serviços gratuitos como encaminhamento para emissão de documentos pessoais, intermediação de vagas de emprego, programa Nota Paraná, tarifa social de água e luz, orientações jurídicas, direitos do consumidor, além de informações sobre direitos humanos e assistência social, prestou atendimentos conforme quadro a seguir. Além destes municípios que participaram do Projeto Paraná em Ação, até o final de 2018 está prevista a realização nos seguintes municípios: Nova Tebas, São Jorge do Ivaí, Ortigueira, Mariluz e Itaperuçu.

EVENTOS	PARCEIROS	SERVIÇOS	ATENDIMENTOS	PARTICIPANTES
Paraná Cidadão Inácio Martins	18	45	4.452	1.200
Paraná Cidadão Bom Sucesso	22	50	7.656	2.660
Paraná Cidadão Reserva do Iguaçu	21	50	6.301	2.350
Paraná Cidadão Marumbi	23	45	7.343	2.200
Paraná Cidadão Faxinal	17	45	7.115	3.600
Paraná Cidadão Goioerê	24	55	7.335	3.667
Paraná Cidadão Godoy Moreira	14	47	6.190	1.450
Paraná Cidadão Ibaiti	18	60	12.150	6.800
Paraná Cidadão Boa Ventura de São Roque	17	44	6.476	1.900
Paraná Cidadão Marquinho	17	44	5.220	2.100
Paraná Cidadão General Carneiro	15	43	5.745	3.000
Paraná Cidadão Santa Amélia	20	51	5.783	1.200
Paraná Cidadão Fernandes Pinheiro	21	54	8.788	1.950
Paraná Cidadão Capitão Leônidas Marques	21	52	8.432	3.600
Paraná Cidadão Mato Rico	21	51	6.244	1.628
Paraná Cidadão Diamante D'Oeste	21	50	5.520	2.864
Paraná Cidadão Corumbataí do Sul	25	40	4.598	2.728
TOTAL			115.348	44.897

FONTE: Coordenação Paraná em Ação - janeiro a setembro/2018

19.2 Defesa do Consumidor - PROCON/PR

Os PROCONs que utilizam o Sistema de Defesa e Proteção do Consumidor (DPC) realizaram até setembro, 62.271 atendimentos, com previsão de atender 201.655 consumidores até o final de 2018.

As principais realizações do PROCON-PR foram: a) 46.764 orientações por telefone e e-mail para sanar dúvidas sobre quais os procedimentos devem ser tomados pelos consumidores e quais seus direitos e deveres nas relações de consumo; b) aplicação de 785 multas, abrangidas decisões administrativas proferidas em 2017, mas incluídas no sistema em 2018, no valor total de R\$ 5,2 milhões; c) recebimento de 111 multas, perfazendo o valor de R\$ 786,8 mil; d) inscrição em dívida ativa de 185 procedimentos administrativos cuja finalização ocorreu em 2018 no valor de R\$ 2.224.323,68 milhões; e) Inclusão de 4.939 processos administrativos de reclamação no Cadastro de Defesa do Consumidor que posteriormente terão aplicação de sanção administrativa de multa; f) elaboração de 4.028 pareceres jurídicos e 4.438 decisões administrativas, sendo estimada a emissão de mais 1.342 pareceres jurídicos e 1.479 decisões administrativas entre outubro e dezembro; g) elaboração de 42 pareceres técnicos para a Assembleia Legislativa sobre projetos de lei na área da defesa do consumidor.

Foram realizados até setembro, pelo PROCON-PR e PROCONs Municipais integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC), 23.696 atendimentos preliminares para resolução de conflitos apresentados pelos consumidores, com média de resolutividade de 80,0% em relação aos maiores ofensores e 9.407 audiências com vistas a solucionar os problemas apresentados pelos consumidores que não foram resolvidos pelos atendimentos preliminares.

Os PROCONs Municipais Integrados realizaram 5.457 audiências de conciliação.

Foram realizados 57.336 registros (com projeção até dezembro) por meio da plataforma consumidor.gov.br que tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor, possibilitando a reclamação por meio da internet de forma rápida e eficaz, com um índice de resolutividade de aproximadamente 80,0%.

19.3 Sistema de Atendimento Socioeducativo

O Estado do Paraná conta com 19 Centros de Socioeducação e 08 Casas de Semiliberdade, com capacidade para 1.158 adolescentes, conforme quadro abaixo:

QUADRO 4 - CAPACIDADE INSTALADA DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO SEGUNDO REGIÃO, MUNICÍPIO, UNIDADE E SEXO

REGIÃO/ VAGAS	MUNICÍPIO	UNIDADE	SEXO	CAPACIDADE INSTALADA			
				IP ¹	I ²	SL ³	TOTAL
Região 1 429 vagas	Ponta Grossa	Cense Ponta Grossa	M/F	32	56	0	88
	Ponta Grossa	Semi Masculina de Ponta Grossa	M	0	0	18	18
	Curitiba	Cense Curitiba	M/F	100	0	0	100
	Curitiba	Cense Joana Miguel Richa	M	0	30	0	30
	Curitiba	Semi Feminina de Curitiba	M	0	0	7	7
	Curitiba	Semi Masculina de Curitiba	M	0	0	18	18
	Fazenda Rio Grande	Cense Fazenda Rio Grande	M	0	30	0	30
	Piraquara	Cense São Francisco	M	0	60	0	60
	São José dos Pinhais	Cense São José dos Pinhais	M	28	50	0	78
Região 2 367 vagas	Paranavaí	Cense Paranavaí	M	8	20	0	28
	Paranavaí	Semi Masculina de Paranavaí	M	0	0	18	18
	Umuarama	Cense de Umuarama	M	4	13	0	17
	Umuarama	Semi Masculina de Umuarama	M	0	0	18	18
	Londrina	Cense 1 de Londrina	M/F	82	0	0	82
	Londrina	Cense 2 de Londrina	M	0	60	0	60
	Londrina	Semi Masculina de Londrina	M	0	0	18	18
	Maringá	Cense de Maringá	M	20	66	0	86
	Santo Antônio da Platina	Cense de Santo Antônio da Platina	M	10	10	0	20
Região 3 362 vagas	Campo Mourão	Cense de Campo Mourão	M	5	15	0	20
	Cascavel	Cense 1 de Cascavel	M	20	0	0	20
	Cascavel	Cense 2 de Cascavel	M	0	78	0	78
	Cascavel	Semi Masculina de Cascavel	M	0	0	18	18
	Foz do Iguaçu	Semi Masculina de Foz do Iguaçu	M/F	43	54	0	97
	Foz do Iguaçu	Cense de Foz do Iguaçu	M	0	0	18	18
	Toledo	Cense de Toledo	M	10	15	0	25
	Pato Branco	Cense de Pato Branco	M	5	13	0	18
TOTAL DA CAPACIDADE INSTALADA	Laranjeiras do Sul	Cense de Laranjeiras do Sul	M	10	78	0	88
				377	648	133	1.158

FONTE: SEJU

(1) Internação provisória.

(2) Internação.

(3) Semiliberdade.

Principais realizações:

- Escolarização formal ofertada aos adolescentes em internação e na medida cautelar de internação provisória (limitada até 45 dias) mediante parceria firmada com a Secretaria de Estado da Educação (SEED). Cerca de 305 profissionais da SEED, dentre eles professores, pedagogos e agentes de apoio atuam no Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação (PROEDUSE).

- Qualificação Profissional Básica - são ofertados 23 cursos nas Unidades Socioeducativas com recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) tais como: Auxiliar Administrativo com Ênfase em Informática, Auxiliar de Cabeleireiro, Colocação de Pisos e Azulejos, Hidráulica, Informática Básica com Open Office e Windows, Panificação, Recepcionista de Hotéis, Texturização e Pintura Decorativa. Foram realizadas 215 turmas, com 1.633 participações, emitidas 480 certificações e 442 declarações. A oferta atual prevê a realização de 456 turmas ao longo de 12 meses (março 2018 – março 2019).
- O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - contou com a participação dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Internação, nas 16 Unidades do Estado. O processo de inscrição dos adolescentes para participação no ENEM/PPL 2018 ocorreu em outubro e a realização das provas no mês de dezembro.
- O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) - realizado em 16 Unidades Socioeducativas de Internação, com 489 inscrições, o que representa 72% do total de adolescentes que cumprem medida de internação.
- Processo Seletivo Simplificado (PSS) - publicação do Edital n.º 030/2018 para a contratação temporária de 71 profissionais da área da saúde (19 técnicos de enfermagem, 06 enfermeiros, 14 médicos, 03 dentistas, 22 psicólogos, 07 terapeutas ocupacionais) com o início das atividades previstas para novembro.
- Autorização de novo concurso em maio, para suprimento de vagas do sistema socioeducativo do Estado do Paraná. Serão oferecidas 69 vagas, destinadas a profissionais da saúde, sendo: a) agentes de execução - função técnico de enfermagem; b) agentes profissionais - 19 psicólogos; 14 médicos; 07 terapeutas ocupacionais; 06 enfermeiros e 04 odontólogos.
- Nomeação de 36 agentes de segurança socioeducativa, aprovados em Concurso Público realizado em 2014 (Edital nº 074/2014). Os agentes foram lotados nos municípios de Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Paranavaí, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama.
- Novas unidades socioeducativas: a) CENSE Cascavel (40 vagas) -inaugurado em 23 de março de 2018; b) CENSE Toledo (60 vagas) - com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2019 c) CENSE Piraquara (90 vagas) - retomada da obra, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2019; d) Casa de Semiliberdade de Toledo (18 vagas) - construção prevista para conclusão no primeiro semestre de 2019.
- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as Unidades Socioeducativas, proporcionando melhoria na infraestrutura das Unidades nas áreas de informática e mobiliários; até dezembro, aquisição de rádios comunicadores.
- Contratação dos serviços de Circuito Fechado de TV (CFTV) - Sistema de Videomonitoramento para o CENSE Curitiba, CENSE Joana Richa, CENSE Londrina 2, CENSE Ponta Grossa, CENSE São Francisco, CENSE Cascavel 2 e CENSE Foz do Iguaçu.

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

20 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) tem por finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente, educação ambiental, recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária e fundiária, saneamento, resíduos sólidos, proteção à biodiversidade, mudanças climáticas, recursos minerais e geológicos, bem como colaborar com a formulação e a execução das políticas de proteção do solo e controle da erosão, de controle de agrotóxicos, de proteção e defesa civil e demais políticas, planos, programas e projetos de temas ambientais e correlatos.

Em 2018, coordenou a proposição e elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos, contribuindo para a definição e implementação da política ambiental do Estado.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANA), e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), estão detalhadas a seguir.

20.1 Recursos Hídricos e Atmosféricos

- Revitalização do Rio Iguaçu - efetivado Acordo Técnico Financeiro com IAP, AGUASPARANÁ, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), Prefeitura Municipal de Curitiba e Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), com investimento de R\$ 10,0 milhões.
- Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) - formalização de convênio, com publicação em Diário Oficial em julho de 2018, com SANEPAR, AGUASPARANÁ e Prefeitura Municipal de Piraquara para implantar o PSA na Bacia do Piraquara.
- Elaboração e lançamento no *site* da SEMA da Cartilha: Uso Racional da Água; Técnica Educacional para difundir a importância do Uso Racional, Reuso da Água e o benefício ambiental.
- Conclusão dos projetos do Santuário Nossa Senhora de Vila Velha, no Parque Estadual de Vila Velha, em Ponta Grossa; finalização do projeto de revitalização das estruturas físicas da Ilha das Cobras, para visitação pública e implantação da Escola do Mar.
- Em andamento elaboração de minuta para alteração do Decreto n.º 745/2015, que regulamenta o ordenamento territorial das áreas de mananciais de abastecimento público situadas na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), em conjunto com técnicos a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Urbano/Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (SEDU/COMEC), SANEPAR, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e integrantes do Grupo Interinstitucional de Trabalho (GIT).

- Acompanhamento dos serviços de elaboração de diagnósticos socioambientais nas microbacias tendo como objetivo a implantação do PSA para a proteção de Mananciais de Abastecimento de Água na RMC (Miringuava e Piraquara), e São Cristóvão no município de Castro.
- Cartilha Nascentes Protegidas e Recuperadas - para proteção e recuperação de nascentes, lançada em meio digital e disponibilizada no *site* da SEMA.
- Palestras e capacitação: a) em quatro regiões do Paraná com vistas a treinamento de técnicos municipais de meio ambiente dos municípios, em ações ambientais obrigatórias e possíveis em suas regiões, segundo o Plano Nacional de Capacitação (PNC); b) para técnicos municipais, sobre a descentralização do licenciamento ambiental para os municípios. Foram capacitados 1.731 participantes de 301 municípios do Paraná.
- Implementação do Decreto n.º 8.462 de dezembro/2017, com o objetivo de estruturar comitês de bacias hidrográficas, com melhorias na sua eficiência e capacitação de seus membros, visando o fortalecimento dos 08 comitês de Bacia do Paraná; com a participação do Instituto das Águas do Paraná, e apoio financeiro da Agência Nacional de Águas (ANA).
- Coordenação do Termo de Referência para contratação do Plano Diretor Integrado dos Municípios do Projeto Angra Doce e do Plano de Uso e Ocupação do Solo da Ilha do Mel.
- Participação na Elaboração do Plano Diretor do Município de Matinhos, na Câmara Técnica Multissetorial da faixa de infraestrutura do Litoral do Paraná; participação e elaboração de relatórios para Grupo técnico do Conselho do Litoral (COLIT).

20.2 Mudanças Climáticas

- Selo CLIMA PARANÁ - na edição 2018, mais de 35 empresas receberam Selo, em solenidade realizada na Sala dos Conselhos da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). O programa tem como objetivo estimular as empresas a publicarem inventários de emissões de gases do efeito estufa, além de reduzirem as emissões. O Selo CLIMA PARANÁ é dividido em três categorias: a) Original - às empresas que elaboram inventários das emissões de gases de efeito estufa e os submetem à validação da Secretaria; b) Ouro - às empresas que submetem os Inventários de Emissões à verificação de uma terceira-parte independente, acreditada pelo INMETRO.; c) Ouro Plus - às empresas que submetem os Inventários de Emissões à verificação de uma terceira-parte independente, acreditada pelo Inmetro, comprovando a redução das emissões em taxa anual compatível com os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo Global do Clima, em Paris. O Selo CLIMA PARANÁ está amparado na Lei Estadual n.º 17.133/2012 e garante, por meio do IAP, a prorrogação de um ano na licença de operação da empresa outorgada.

- Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais - concebida reunião do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas, abordando o tema O Futuro do Carro Elétrico no Paraná.
- Ações de divulgação do tema Mudanças Climáticas - ação contínua de aprimoramento, concepção e realização de Painel Mudanças Climáticas, Meteorologia e Defesa Civil, nos Seminários Regionais de Meio Ambiente realizados em Francisco Beltrão, Guarapuava, Maringá e Curitiba, além de elaboração de dois Termos de Referência objetivando a realização do Plano Estadual sobre a Mudança do Clima
- Programa de Fortalecimento da Gestão de Riscos e Desastres no Paraná - foram adquiridos equipamentos para a Defesa Civil; um Ambiente Computacional de Monitoramento de Descargas Atmosféricas e dois sensores de detecção de descargas atmosféricas. Foi lançado o Inventário Florestal Nacional (IFN), em 161 unidades amostrais de registro (UARs), distribuídas sistematicamente, a cada 20 km, nas mesorregiões Sudoeste, Centro Oriental e Metropolitana de Curitiba, conforme mapa do Inventário Florestal do Estado do Paraná, juntamente com entrevistas socioambientais em domicílios no entorno das unidades amostrais inventariadas.
- Programa de Modernização do setor Ambiental do Governo do Paraná - concepção e implantação do Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos (SIGARH), cujo contrato foi assinado em 2018, composto por quatro subsistemas: Cadastro de Recursos Hídricos (CRH), Monitoramento de Recursos Hídricos (SMRH), Gestão de Bacias Hidrográficas (SGBH), Informações Geográficas. O CRH tem por finalidade assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e disciplinar o exercício dos direitos de acesso à água por meio da outorga.

20.3 Biodiversidade e Florestas

- Inventário Florestal no Estado do Paraná - coordenado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), para avaliar qualitativamente e quantitativamente as florestas em imóveis privados e terras públicas. Em 2018, discutiu-se sobre a definição do mapa de uso do solo que daria suporte aos dados levantados pelo inventário florestal, a fim de dar respaldo às estimativas de mapeamento e da biomassa florestal do Paraná ao relatório final. Foram impressos exemplares do relatório final, com lançamento em novembro, no Palácio Iguaçu, com a presença da *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) e SEMA.

- Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) - o Paraná, por meio da SEMA, IAP e ITCG, estabeleceu parceria técnica com a Fundação SOS Mata Atlântica, com o objetivo de apoiar os Municípios do Litoral do Estado, na elaboração e implementação de 07 Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMA).
- Pagamento por Serviços Ambientais para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Paraná - com objetivo de promover a conservação e, quando necessária, a restauração de processos ecológicos em áreas privadas reconhecidas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), visando manter e ampliar o provimento dos serviços ambientais de conservação da biodiversidade; foram selecionados 21 (RPPNs) para formalização de termos de compromissos para execução de serviços ambientais, em dezembro.
- Atendimento a encalhes de animais marinhos no Litoral do Paraná - considerando o número expressivo de animais que chegam às praias do Litoral Paranaense todos os anos, vivos ou mortos, o projeto tem como objetivo elaborar uma normativa que estabeleça protocolo de atendimento a encalhes de animais marinhos no âmbito do Litoral. O Projeto envolve diversas e importantes instituições: SEMA, IAP, IBAMA, ICMBIO, Ministério Público do Paraná, Centro de Estudos do Mar, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Conselho Regional de Medicina Veterinária e Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS).
- Criação e Ampliação de Unidades de Conservação - por meio de parceria entre o Instituto de Estudos Ambientais - *Mater Natura* e a Coordenação de Biodiversidade e Florestas da SEMA, está sendo desenvolvido o projeto Estudos técnicos para criação de unidade de conservação de proteção integral em remanescente significativo de Floresta Ombrófila Mista, com apoio da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza. Em setembro, foi assinado o Decreto Estadual n.º 10.959/2018 que cria o Parque Estadual Ilha das Cobras, unidade de conservação de proteção integral situada no Mosaico do Lagamar, em que funcionará a Escola do Mar (Decreto Estadual n.º 11.229/2018), centro de referência em educação ambiental não formal, destinada aos estudos sobre os mares e oceanos.
- Atualização de espécies da fauna ameaçada de extinção do Paraná (Lista Vermelha de Fauna) - em janeiro, foi assinado Termo de Convênio entre a Foz Tropicana Parque de Aves com a SEMA e o IAP a fim de revisar a lista de espécies de aves ameaçadas de extinção no Paraná, possibilitando o monitoramento do *status* de conservação dessas espécies. A atualização vai ao encontro dos objetivos nacionais da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) e da Estratégia e Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB), e permitirá melhor atuação do Estado na conservação da sua biodiversidade.

- Desenvolvimento do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica - Planejamento Operacional Anual 2019/2020, com ações de Restauração Ambiental, Comunicação direcionada a proteção das Unidades de Conservação, apoio ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) e elaboração de quatro Planos de Manejo de Unidades de Conservação Estadual, totalizando recursos na ordem de R\$ 4,0 milhões, a serem disponibilizados pela cooperação alemã Gesellschaft Für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).
- Estabelecimento de Acordo de Cooperação com Ministério do Meio Ambiente para o projeto Pró-Espécies com recursos do Global Environment Facility Trust Fund (GEF).

20.4 Educação Ambiental

- Projeto Detetives da Natureza do Paraná - ação de educação ambiental não formal, sem fins lucrativos, que conecta as pessoas à natureza em diversas regiões do Estado, promovendo o conhecimento e a valorização da biodiversidade local; visa estimular a observação, registros fotográficos de flora e fauna nativa do Estado, e a identificação de espécies, contribuindo para um banco de dados sobre biodiversidade.
- Política Estadual de Educação Ambiental - elaborada minuta com nova versão do Programa, mediante várias reuniões de trabalho envolvendo Órgão Gestor de Educação Ambiental (OGE), Grupo de Trabalho e Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA), de forma participativa, a ser levada para consulta pública em seis regiões do Estado, em 2019.
- Portal Colaborativo Conexão Ambiental – elaboração do portal com o objetivo de criar e difundir uma plataforma colaborativa para conectar atores envolvidos em projetos e ações para educação ambiental.

20.5 Resíduos Sólidos

- Plano Estadual de Resíduos Sólidos - concluído em agosto de 2018, contribuí para a implantação, tanto no Estado quanto nos municípios, das políticas nacional e estadual sobre resíduos sólidos, visando proporcionar e garantir a saúde pública e a qualidade ambiental, promovendo a segurança e o zelo com o meio ambiente no Estado. Além de diagnósticos, foram apresentados cenários de sete tipologias de resíduos sólidos (saneamento, mineração, saúde, entre outros), e atualizadas informações sobre resíduos sólidos urbanos, estudados em 2013; foram apresentadas, ainda, 30 metas que deverão ser cumpridas em prazo (imediato, curto, médio e longo) para que ocorra a efetiva implantação do Plano.

Para isso, as equipes de trabalho visitaram 66 municípios e receberam em oficinas e fóruns, 1.241 pessoas de 204 municípios do Estado.

- Sistemas de Logística Reversa - foram consolidados termos de compromisso assinados e buscou novas metas com os setores produtivos. Merece destaque o Plano de Logística Reversa dos medicamentos em desuso do Estado, que estabeleceu o Programa de Medicamentos em 41 pontos de coleta, com retiradas mensais e; a Campanha de Medicamentos que realizou, por 60 dias, o recolhimento em 250 pontos de coleta, em todo o Estado.
- Programa Integrado de Coleta Seletiva - coleta de resíduos recicláveis, educação ambiental e capacitação dos catadores, em parceria com o AGUASPARANÁ. Entregou cerca de 200 caminhões adaptados especialmente para a coleta seletiva e equipamentos (prensa, esteiras e balanças) a 95 municípios; realizou educação ambiental e capacitação aos cooperados na área de segurança e medicina do trabalho, em aproximadamente 60 municípios.
- Programa Coleta Seletiva Solidária (CRES) - realizou assessoria e acompanhamento dos procedimentos para a implantação do Decreto n.º 8.426/2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade da separação seletiva dos resíduos sólidos administrativos recicláveis gerados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo.

20.6 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT)

Têm por objetivo a orientação da política referente às questões econômicas, sociais e ambientais, além da orientação política referente ao uso, parcelamento e ocupação do solo na região do Litoral Paranaense. Atua de forma estratégica a fim de aliar o desenvolvimento econômico à preservação do meio ambiente no Litoral Paranaense.

Em 2018, foram realizadas três reuniões do Conselho do Litoral sendo duas ordinárias e uma extraordinária, tendo sido deliberados em plenária, 78 processos de licenciamento ambiental, e emitidas 13 anuências prévias para edificações urbanas, sendo os mais relevantes:

- Techint Engenharia e Construção S/A - Autorização Ambiental (AA) para execução das atividades de conclusão de conversão do casco da plataforma FPSO P76 proveniente do estaleiro Inhaúma da Petrobras no município de Pontal do Paraná.
- Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) - Licença Prévia (LP) para ampliação do terminal de armazenamento, duto para etanol-TEPAGUA e ramal ferroviário, no município de Paranaguá.
- COAMO Agroindustrial Cooperativa - Licença Prévia para unidade de recebimento, armazenamento e expedição de grãos a ser instalada em área retroportuária, no município de Paranaguá

- ERS Transportes LTDA - Licença Prévia (LP) para atividade de Terminal de contêineres, transportadora de produtos não perigosos e perigosos no município de Paranaguá .
- Requerente: FOSPAR S.A. - solicitação de Autorização Ambiental (AA), para dragagem do berço interno e do canal de apoio para pequenas embarcações do Terminal Portuário da FOSPAR, incluindo a delimitação da área para disposição do material dragado, no município de Paranaguá.
- CAB AGUAS DE PARANAGUÁ S.A - Licença Ambiental Simplificada (LAS) para sistema de esgotamento sanitário cominese, no município de Paranaguá.

20.7 Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ)

- Relatório executivo do Cadastro de Usuários do Comitê do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira.
- Implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paranapanema.
- Acompanhamento do Programa de Efetivação do Enquadramento dos Corpos D'Águas do Comitê do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira e do Comitê do Tibagi.
- Encaminhamento das medições n.º 28, 29 e 30, 1ª etapa da obra de drenagem da Bacia do Rio Palmital, no município de Pinhais; e desenvolvimento de projetos da 3ª etapa da obra de conformação da Foz do Rio Palmital.
- Prestação de contas da obra de drenagem da Bacia do Rio Ressaca, município de São José dos Pinhais.
- Encaminhamento dos projetos e planilhas orçamentárias da 2ª etapa do Controle de Cheias do Rio Mascate, contendo três barragens e microdrenagem no Loteamento Gralha Azul, no município de Fazenda Rio Grande.
- Em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), participou nos projetos técnicos de controle de cheias da Vila 29 de Outubro (Caximba), e no desenvolvimento do Termo de Referência para a contratação do projeto executivo, com definição das obras a serem executadas e realocações urbanas, assegurando participação do Estado na solução de problemas em terreno da propriedade do Estado.
- Realizou análises técnicas para informação de níveis de cheias aos empreendedores e ao IAP, nos processos de Licenciamento Ambiental.
- Atendeu promotorias do Ministério Público, relativos a demandas entre terceiros, a problemas de micro e macrodrenagem para controle de cheias e erosões considerados como atribuição institucional desse Instituto.
- Operação e manutenção de 162 estações fluviométricas convencionais com geração dos seguintes produtos: manutenção das seções de réguas e medição de vazão em 63 estações; boletins fluviométricos e pluviométricos com leituras diárias às 07h00 e às 17h00; amostragem em 20 estações (das 50 estações

sedimentométricas), com geração de análise de sedimento em suspensão e granulometria do material do leito; amostragem em 54 estações, das 116 estações de qualidade da água; manutenção do banco de dados Sistema de Informações Hidrológicas (SIH); processamento e análise de 440 boletins de chuva, recebidos via correio e de 84 boletins de nível de rio; processamento de dados de qualidade da água de 49 estações.

- Operação e manutenção de 450 estações pluviométricas - realizadas visitas em 62 estações, com geração de boletins mensais do índice de chuva, obtidos por meio de leituras realizados por observadores das estações às 07:00 e 17:00 horas.
- Acordo de Cooperação Técnica com a Agência Nacional de Águas - operacionalização do acordo com a execução de amostragens de qualidade da água trimestralmente em 116 estações fluviométricas, distribuídas nas diversas bacias hidrográficas do Estado do Paraná.
- Acompanhamento, análise e manutenção preventiva e corretiva em 82 estações hidrológicas telemétricas com monitoramento de chuva e nível dos rios. Os dados são coletados a cada 15 minutos e transmitidos a cada hora, e as informações disponibilizadas em tempo real à Coordenadoria de Defesa Civil do Estado do Paraná com vistas à emissão de Alertas Hidrológicos.
- Acompanhamento das previsões hidrológicas geradas por meio do Sistema de Previsão de Chuvas (SIPREC) e do Sistema Autônomo de Previsão Hidrológica (SAPH), destinados à geração de informações de vazão e nível do rio, em 15 sub-bacias hidrográficas com maior ocorrência de eventos hidrológicos críticos, que têm como função fornecer à Defesa Civil informações de Alerta hidrológicos.
- No projeto PROGESTÃO, firmado com a ANA, foram vistoriadas três barragens de usos múltiplos, visando o enquadramento quanto ao Risco e ao Dano Potencial Associado.
- Por meio da formalização de 49 convênios municipais, houve a transferência financeira para aquisição de 67 caminhões, coletor de carga retilínea para coleta de recicláveis, totalizando investimentos de R\$ 19,4 milhões.
- Programa Reciclo Paraná - Sistema Integrado de Coleta Seletiva - transferência de 95 kits de equipamentos para barracão, totalizando investimentos de R\$ 20,9 milhões.
- Verão Paraná 2017/2018 - de dezembro de 2017 a março de 2018, realizou serviços coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, limpeza de praias e varrição de vias públicas nos municípios de Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Ponta do Paraná e Paranaguá (Ilha do Mel), com total de R\$ 5,3 milhões transferidos aos municípios.

20.8 Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

Responsável pelo licenciamento, fiscalização, monitoramento e conservação ambiental do Paraná. Principais realizações:

- Fiscalização ambiental: a) foram lavrados 1.653 autos de infrações - contra a flora, relativas a desmatamento e supressão de vegetação em áreas de preservação permanente; contra a fauna, nas atividades caça, rinha de galos e maus tratos a animais; incursões de fiscalização de pesca predatória e outros; b) multas aplicadas totalizando R\$ 21,3 milhões; c) Sistema de Gestão Ambiental por Georreferenciamento (SGAGeo) - integração de sistemas com georreferenciamento de dados de diversas instituições governamentais, auxiliando na fiscalização com a utilização de imagens de satélite e sensoriamento remoto; d) fiscalização do lançamento de efluentes líquidos em 199 empresas com efluentes líquidos industriais, 161 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da SANEPAR e seis ETES do Serviço de Abastecimento Municipal de Água (SAMA); e) convênio com a Polícia Ambiental - para o aprimoramento de ações de fiscalização ambiental e apoio às Unidades de Conservação, com repasse de R\$ 7,9 milhões, ações realizadas em conjunto entre o IAP e o Batalhão de Polícia Florestal (BPFLO); f) Programa de Conversão de Multas Ambientais - instituído pelo Decreto n.º 10.221/2018, permite ao autuado ter a multa substituída pela prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente.
- Licenciamento Ambiental: a) análise e deliberação em cerca de 11.000 pedidos de licenças e autorizações ambientais, até outubro, não incluídos os municípios de Araucária, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Fazenda Rio Grande e Curitiba que atuam de maneira descentralizada sem utilização dos sistemas de licenciamento ambiental do IAP; b) Sistema de Gestão Ambiental (SGA) - integrado aos demais bancos de dados do Governo e à base de dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), a fim de facilitar o licenciamento ambiental e análise dos imóveis rurais, está sendo disponibilizado, inclusive, aos municípios descentralizados; c) Acordos de Cooperação Técnica firmados em 2018, com os municípios de Munhoz de Mello, Colorado, Paiçandu, Ângulo, Sarandi, Floraí, Mandaguari, Marialva, Maringá e Mandaguaçu para que 15 servidores municipais realizem estágio por seis meses atuando na descentralização do licenciamento e fiscalização ambiental, de acordo com Lei Complementar Federal n.º 140/2011; d) Termo de Cooperação Técnica firmado, em junho, com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), para capacitar funcionários dos sindicatos rurais a fim de aprimorar o atendimento ao público; com a FUNASA visando auxiliar nos processos de licenciamento ambiental da área de saneamento; e) Cadastro de Certificação de Laboratórios - com 96

laboratórios cadastrados, tem por objetivo adotar metodologias adequadas de medição ambiental que garantam confiabilidade e precisão dos laudos apresentados ao IAP; estes laboratórios são, geralmente contratados de forma terceirizada por empresas potencialmente poluidoras que precisam apresentar ao IAP relatórios de suas emissões atmosféricas ou de fluidos poluidores com periodicidade, dependendo da atividade de cada empreendimento, sendo que os laudos exigidos pelo Instituto estão listados nas condicionantes dos licenciamentos ambientais emitidos e as informações contidas nos relatórios apresentados auxiliam nas decisões a serem tomadas pelos órgãos ambientais do Governo do Estado para um maior controle ambiental.

- Gestão florestal: a) produção e doação de 1.197.899 mudas florestais nativas para recuperação ambiental; b) Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - com cerca de 420.000 imóveis a serem analisados, o Paraná é o Estado que mais analisou cadastros ambientais rurais de forma tradicional, chegando a aproximadamente 6.000 análises; o IAP estabeleceu parcerias e contratos com a FUNDECC e SIMEPAR para viabilizar o sistema, com o objetivo de formatar tecnologias e capacitar técnicos, para análise dos cadastros de forma adequada e precisa; ressalta-se a publicação do Edital P.E.011, para contratação de instituição que elabore o CAR dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) do Paraná, divididos em sete Lotes: indígenas; faxinalenses; quilombolas; ilhéus do Rio Paraná; cipozeiros e cipozeiras; pescadores e pescadoras; benzedoiras e benzedores; c) Sistema do Cadastro Ambiental Rural por Georeferenciamento (GEOSICAR) - realizada a integração com o sistema SGA, visando a institucionalização do CAR como ferramenta no IAP, trazendo maior interação entre as diretorias do IAP e regionais, promovendo a interface entre os processos de licenciamento ambiental e fiscalização com a regularização ambiental do imóvel rural, possibilitando Acordos de Cooperação Técnica com outros entes públicos, promovendo o compartilhamento de dados e informações como o termo firmado com a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), proporcionando benefícios ao produtor rural, redução de custos ao Estado, entre outros; d) Mapeamento dos Remanescentes de Vegetação Nativa do Paraná - estudo técnico científico realizado pelo SIMEPAR, em parceria com o IAP, concluído em junho, utilizou imagens do satélite LANDSAT/OLI (2016) servindo como base de apoio durante as análises do CAR do Estado; conforme o levantamento, o Paraná possui 5.808.878,19 hectares (30,13% da área total) de vegetação nativa, somando floresta nativa e mangue; as outras áreas mapeadas mostram que 12.824.442,09 hectares (66,51%) são de área antrópica (pastagem, agricultura e reflorestamento), 378.684,99 hectares (1,96%) de lâmina d'água e 270.339,30 hectares (1,40%) de área urbana.

- Conservação: a) ampliou a proteção de mata nativa, incorporando desde 2011, mais 10,7 mil hectares em áreas de preservação, tendo criado 68 Unidades de Conservação de diferentes categorias, distribuídas em 71 municípios; em 2018, realizou manutenção em todas as Unidades de Conservação do Estado do Paraná; b) foi criado o Parque Estadual Ilha das Cobras, situado na Baía de Paranaguá, com total de 212.372,60 m² (Decreto n.º 10.959/2018), o Parque encontra-se em fase de implementação, inclusive o Centro de Referência em Educação Ambiental Não Formal denominado Escola do Mar, conforme Decreto Estadual n.º 11.229/2018; c) Ilhas do Alto Rio Paraná - em andamento o processo de criação de Unidade de Conservação que irá abranger os municípios da Região Noroeste do Paraná e uma área no município de Castro com o intuito de preservar os Mono-carvoeiros ou Muriqui-do-Sul; d) Ilha do Mel - alterações sobre o uso do solo em processo de regularização, bem como o reconhecimento da Ponta Oeste como Comunidade Tradicional; e) criada a Área Especial de Uso Regulamentado (ARESUR) do Faxinal do Salso, situado no município de Quitandinha, por meio da Resolução SEMA n.º 036 de outubro de 2018, com objetivo de criar condições para melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção do pinheiro do Paraná; f) criação do Sistema de Gerenciamento de Unidades de Conservação (SGU), em andamento, para cadastro *online* das unidades de conservação, que será feito pelo seu responsável com o objetivo de centralizar os dados das Unidades aprimorando a qualidade e transparência das informações; g) Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) Estaduais - criação de três RPPNs no município de Tamarana, totalizando 364,9483 ha; h) ICMS ecológico - de janeiro a agosto o Estado destinou R\$ 122,8 milhões aos municípios paranaenses por meio do ICMS Ecológico, cujo objetivo é repassar recursos a municípios que mantém áreas de mata nativa ou de mananciais bem preservadas, com plano de manejo, investimentos e melhorias para a recuperação ambiental.
- Fauna: a) registrou-se em 2018, o recebimento de 1.735 animais, oriundos de entrega voluntária e de fiscalização da própria instituição e da Polícia Ambiental; b) IAP homologou 127 Termos de Guarda de Animal Silvestre, pelo qual a pessoa interessada, que não detinha o animal, deve estar cadastrada no IAP e assume voluntariamente o dever de guarda do animal resgatado, entregue espontaneamente ou apreendido pela fiscalização ambiental; e homologou 21 Termos de Depósito de Animal Silvestre, , pelo qual o autuado por posse sem a devida autorização legal assume voluntariamente o dever de prestar a devida manutenção e manejo do animal apreendido, que foi objeto do auto de infração, enquanto não houver a destinação ideal para o animal e nos termos da lei;

ambos de caráter provisório; c) convênios em andamento - com a Prefeitura Municipal de Curitiba para recebimento e triagem de animais silvestres, e com o Hospital Veterinário da Universidade Federal do Paraná para atendimento clínico dos animais silvestres.

- Legislação e Regulamentação - foram aprovadas e publicadas normativas que estabelecem requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos administrativos referentes ao Licenciamento Ambiental e Regularização Ambiental:
 - a) Portaria IAP n.º 071, de 04 de abril de 2018 - revisa o zoneamento ambiental e institui normas e critérios de licenciamento para o uso e ocupação do solo da área de entorno do reservatório artificial, Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA), da Usina Governador José Richa (UHE Salto Caxias); b) Portaria IAP n.º 091, de 21 de maio de 2018 - estabelece critérios para o trâmite dos processos de licenciamento ambiental no âmbito dos Escritórios Regionais; c) Portaria IAP n.º 097, de 23 de maio de 2018 - exige dos empreendimentos denominados Usinas Hidrelétricas (UHE's) a necessidade de elaborar o PACUERA no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental; d) Orientação Técnica n.º 001/2018/IAP/DIALE - estabelece critérios para os procedimentos de licenciamento/autorização para ligação de energia elétrica em área rural; e) Portaria IAP n.º 216, de 22 de agosto de 2018 - estabelece critérios para o Licenciamento Ambiental para implantação de empreendimentos habitacionais considerados de interesse social em área urbana, destinados ao atendimento da população de baixa renda; f) Resolução SEMA n.º 32/2018, estabelece requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos referentes ao licenciamento ambiental de empreendimentos imobiliários no território paranaense; g) Portaria IAP n.º 210, de 20 de agosto de 2018 - estabelece critérios para atendimento ao disposto o artigo 17, da Lei Federal n.º 11.428/2006 (Lei da Mata Atlântica), nos processos de autorização de supressão florestal de competência do IAP; h) Portaria IAP n.º 162, de 10 de julho de 2018 - estabelece critérios para o licenciamento ambiental de empreendimentos de bovinocultura confinada e semiconfinada de leite e de bovinocultura confinada de corte, com aproveitamento econômico.
- Infraestrutura - firmou convênio para repasse de recursos aos municípios de Joaquim Távora, Pato Branco, Jacarezinho, São Pedro do Paraná, Terra Rica, Porto Rico, Querência do Norte, Barra do Jacaré, Loanda, Fernandes Pinheiro, Mato Rico, Tapira e Marilena, para obras de recuperação, revitalização visando a conservação ambiental e implantação de parques. Os convênios firmados somam R\$ 12,5 milhões. O IAP firmou convênio, sem repasse, com a ITAIPU, referente ao monitoramento da qualidade da água do reservatório; com a FAEP, referente à emissão de certidão negativa e dispensa de licenciamento ambiental,

via SGA; com a FEPAM referente à conservação dos ambientes naturais das UCs e com a ADAPAR referente à base de dados do CAR.

- Transparência Pública: a) convênio com o Ministério Público - com o objetivo de dar mais transparência as suas ações, assinou Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Paraná que permite acesso aos seus sistemas de licenciamento e fiscalização ambiental; os promotores de justiça do Patrimônio Público e de Proteção ao Meio Ambiente passam a ter acesso aos sistemas utilizados pelo IAP sem a necessidade de encaminhar ofícios solicitando informações sobre cada situação; b) audiências públicas - foram realizadas três audiências públicas para dar transparência e oportunidade de manifestação da sociedade quanto a determinados licenciamentos ambientais, cujos procedimentos podem gerar impacto significativo no meio ambiente e que afetem a população do entorno; c) até outubro, respondeu a aproximadamente 600 ofícios do Ministério Público Estadual e Federal, Delegacias e Poder Judiciário, até outubro.
- Monitoramento: a) dos Resíduos Sólidos Urbanos - foram elaborados 109 pareceres técnicos referentes a processos de licenciamento ambiental, sendo que 27 referem-se a empreendimentos de gestão de resíduos sólidos; elaborou 21 informações técnicas referente a assuntos diversos; organizou a II Capacitação Técnica de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná, realizada em setembro, com a participação de técnicos dos Escritórios Regionais; palestrou na Oficina de Trabalho da FUNASA Operacionalização de Aterros Sanitários de Pequeno Porte, com a participação de aproximadamente 15 municípios; b) da água - programas de monitoramento de 52 trechos de rios na área do Comitê de bacia do Alto Iguaçu e Ribeira; dos rios do Comitê de bacia do Tibagi; Qualiáguas, em convênio de cooperação com a ANA Agência Nacional das Águas e AGUASPARANÁ, em 120 estações de amostragens em rios do Estado do Paraná; de reservatórios do Estado do Paraná; do Reservatório de Itaipu (13 estações de amostragem) em convênio de cooperação com a Itaipu Binacional; de rios afluentes da margem direita do Reservatório de Itaipu (17 estações de amostragem), em convênio de cooperação com a Itaipu Binacional, da Balneabilidade em 16 estações de amostragem de oito praias artificiais da Costa Oeste, em convênio de cooperação com a Itaipu Binacional; e de 11 tanques redes no Reservatório de Itaipu em convênio de cooperação com a Itaipu Binacional.

20.9 Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)

- Gestão das atividades de revisão e diagramação dos três volumes do Relatório do ZEE PR visando à publicação impressa e divulgação do relatório *online*.

- Participação em Grupos de Trabalho e representação em Conselhos, como COLIT, Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral, Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea, entre outros.
- Participação em áudio-conferência entre Banco Mundial, Unidade Gestora de Projetos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), equipe técnica da infraestrutura de dados espaciais ambientais do Estado do Paraná (IDE/SEMA) para esclarecimentos acerca da contratação de consultoria no desenvolvimento e implantação da IDE-SEMA, bem como auxílio na elaboração da proposta IDE-SEMA.
- Apoio na elaboração dos Termos de Referência para contratação de consultoria pessoa jurídica para elaboração de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica no Paraná (PMMA); e para elaboração de diagnóstico socioambiental para a sub-bacia do Rio Piraquara I e Rio Iapó.
- Análise do diagnóstico socioeconômico e ambiental para as sub-bacias dos Rios Piraquara II e Miringuava, objeto da Concorrência Pública n.º 01/2016 SEMA-PR.
- Avaliação, em conjunto com a equipe composta por ITCG, IAP, Companhia Paranaense de Energia (COPEL), UFPR, EMBRAPA FLORESTAS, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), SEMA e SEAB, do plano de trabalho da empresa especializada para o Mapeamento do uso e cobertura da terra do Paraná vencedora da licitação, Contrato n.º 02/2018 SEPL.
- Acompanhamento técnico de atividade de campo, com objetivo de identificação de paisagens representativas das classes de uso e cobertura da terra, em várias regiões do Estado, visando a execução de plano de trabalho.
- Revisão de limites municipais em 40 processos com pareceres técnicos aos demandantes.
- Publicação da Base de Divisas Municipais 2018, ajustada à escala 1:50.000 nos formatos *shapefile* para utilização em *softwares* de geoprocessamento e *kml* para visualização no Google *Earth*.
- Digitalização de fotos aéreas e mapas de acervo fundiário, impressão de 2.303 mapas de acervo.
- O setor de Mapoteca realizou 108 atendimentos a público e instituições (pessoalmente ou via protocolo).
- Realizou 136 atendimentos de acesso à informação pelo Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO).
- Continuidade dos trabalhos do Projeto Nomes Geográficos do Paraná nos municípios de Quitandinha; Agudos do Sul; Guaraqueçaba; Antonina; Bocaiuva do Sul; Tunas do Paraná; Guaratuba, Morretes, Cambé, Pitangueiras, Cornélio Procopio, Bituruna e Coronel Domingos Soares.
- Pesquisa em campo junto à comunidade de Quitandinha, sobre a toponímia regional.

- Aplicação da metodologia do projeto de Toponímia/PR, para municípios integrantes da atualização/revisão, pelo PARANACIDADE, dos Planos Diretores da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Agudos do Sul, Quitandinha, Mandirituba, Contenda.
- Leitura, análise, avaliação e contribuições no Projeto de Desenvolvimento do Litoral (PDS), volumes 01, 02, 03 e 04; e no Projeto Metrópole Norte Paraná.
- Atendimentos a 17 protocolos, demanda da Diretoria de Geomática (DIGEO) e Departamento de Geodésia (DGEOD), para a localização de cursos de água e seus nomes, relacionados a regularização fundiária e limites de propriedades.
- Produção de mapas e textos toponímicos/turísticos para os municípios do Projeto Represa Capivara; e participação em reuniões com as comunidades e prefeituras dos 15 municípios e comunidades envolvidos no projeto.
- Alimentação e manutenção do Sistema de Regularização de Terras do Paraná - Processos de trato Isolado - com o levantamento e avaliação do estado físico dos materiais.
- Elaboração de termo de referência e contratação de empresas especializadas para serviços de medição e demarcação topográficas de lotes rurais nos municípios Altamira do Paraná, São Mateus do Sul, Cândido do Abreu, Cândói, Grandes Rios e Rosário do Iguaçu, totalizando 368 propriedades.
- Regularização fundiária: a) participação no grupo de trabalho para elaboração do Sistema de Regularização de Terras do Paraná; b) entrega de 55 alienações, totalizando uma área de 892,6696 hectares, referentes a escrituras definitivas de propriedade para pequenos agricultores; c) entrega de 229 títulos de propriedade rural para fins de regularização fundiária; d) atendimento de 436 Protocolos, com a regularização fundiária de 436 títulos de domínio pleno da terra, expedidos pelo Estado sobre áreas devolutas e 1.686 documentos de domínio expedidos sobre áreas particulares através do Programa Pró-Rural; e) assinatura de termo de cooperação com os municípios de Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Renascença e Piraquara, visando a regularização fundiária; f) atendimento a 230 processos de pessoas físicas ou jurídicas para elaboração de plantas e memoriais descritivos e pareceres técnicos para fins de regularização fundiária.
- Foram concluídos o mapeamento geológico em áreas urbanas, para subsidiar o planejamento e identificar áreas de riscos em Cruz Machado, Salgado Filho, Cerro Azul e Lapa; e o mapeamento da área de exposição do Aquífero Botucatu, abrangendo 2.249,27 km² e do projeto de Mapeamento Geológico-Geotécnico e Setorização de Riscos no Núcleo Urbano Central da Região Metropolitana de Curitiba, abrangendo 4.000 km².
- Avaliação e emissão de 214 pareceres sobre processos de licenciamento ambiental, para o IAP.

- Realizadas atividades de orientação diretamente nas regionais do IAP em Francisco Beltrão e Londrina, em duas campanhas, e Foz do Iguaçu, para avaliação de processos relativos a postos de combustíveis.
- Assessoramento ao Ministério Público do Paraná, sobre áreas de riscos geológico na região da Serra do Mar, em Morretes.
- Elaboração de três informes de economia mineral, sobre a indústria extrativa mineral do Paraná.
- Formulação e implantação do Fórum Permanente de Secretários de Agricultura e Meio Ambiente da Região da Associação dos Municípios da Região de Entre Rios (AMERIOS) e Associação dos Municípios do Médio Noroeste do Estado do Paraná (AMENORTE), com a realização de oito reuniões periódicas e proposição do plano regional de desenvolvimento rural sustentável.
- Mapeamento georreferenciado do uso e ocupação de solo em 34 municípios, referente a safra 2017/2018, correspondente a 1.350.000 ha.
- Atualização do mapeamento de florestas plantadas na Região Noroeste, passando de 19.000ha para 33.000ha).
- Realização do projeto piloto de inventário de florestas plantadas, com a demarcação e o levantamento de 198 parcelas e tabulação de resultados.
- Negociação e ajuste para início dos trabalhos de mapeamento de uso e ocupação de solo para 28 municípios de região de Paranavaí.

Secretaria da Saúde



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

21 Secretaria de Estado da Saúde

As ações prioritárias que a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) desenvolve têm como base o seu Mapa Estratégico e as Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná 2016-2019, instrumentos guia para as principais realizações de 2018.

Na organização da atenção à saúde materno-infantil, por meio do Fortalecimento da Rede Mãe Paranaense, a Secretaria prestou apoio técnico e financeiro aos municípios para a melhoria da infraestrutura dos serviços de Atenção Primária em Saúde (APS), com a aplicação de R\$ 48,4 milhões na construção, ampliação e reforma de Unidades de Saúde da Família (USF) – entre obras concluídas, em andamento, a iniciar ou retomar. Quanto ao Incentivo de Custeio do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde (APSUS), foram destinados R\$ 25,1 milhões, com um reajuste de 35,0% em 2018.

A SESA destinou R\$ 3,7 milhões a hospitais da Rede Mãe Paranaense, que são referência de Risco Habitual e Intermediário e recebem o Incentivo da Estratégia de Qualificação do Parto/HOSPSUS Fase II. Além disso, instituiu novo incentivo financeiro para aquisição de equipamentos aos hospitais da Rede Mãe Paranaense, na modalidade fundo a fundo.

Na educação permanente para o atendimento qualificado às gestantes e crianças, ocorreu, em abril, o VII Encontro Estadual da Rede Mãe Paranaense, que reuniu 2.000 profissionais de saúde.

Os resultados com maiores impactos da Rede Mãe Paranaense, com metas anuais superadas, registraram-se no percentual de gestantes do Sistema Único de Saúde (SUS) vinculadas ao hospital para realização do parto (85% alcançado em relação a 80% esperado); e a redução do Coeficiente de Mortalidade Materna (de 41,3/100.000 nascidos vivos em 2014 para 31,7 em 2018, acumulado até agosto, dados preliminares) e do Coeficiente de Mortalidade Infantil (de 11,2/1.000 nascidos vivos em 2014 para 10,5 em 2018, acumulado até agosto).

Entre as ações de Fortalecimento da Rede Paraná Urgência, destacam-se: a) manutenção do Programa HOSPSUS, com destinação de R\$ 121,5 milhões para as Fases I (hospitais de alta complexidade para referência macrorregional e regional das Redes Mãe Paranaense e Paraná Urgência) e III (hospitais públicos, sem fins lucrativos e filantrópicos com até 50 leitos SUS, de referência local e microrregional), e investimento de R\$ 13,9 milhões na Fase IV (apoio financeiro aos hospitais municipais e fundações públicas municipais para melhorar sua estrutura física e de equipamentos); b) R\$ 38,2 milhões de contrapartida estadual referente ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); c) início da operação do SAMU - Microrregião Norte SAMU Metropolitano, incluindo os municípios de Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Cerro Azul, Tunas do Paraná, Adrianópolis e Doutor Ulysses, abrangendo 207.281 habitantes, passando a ter uma cobertura de 90,3% da população total do Paraná; d) destinadas 09 ambulâncias para reposição de frota

dos SAMUs Regionais (valor total de R\$ 1,2 milhão) e 76 ambulâncias a municípios (valor total de R\$ 10,0 milhões) para a ampliação e reposição de frota municipal de transporte inter-hospitalar; e) implantação da quinta base de helicóptero no município de Ponta Grossa, vinculada ao SAMU Campos Gerais, e manutenção do atendimento e resgate aeromédico nas bases de Curitiba, Cascavel, Maringá e Londrina, com 1.984 atendimentos até setembro.

Referente à Operação Verão Saúde 2017/2018 foram realizados 53.415 atendimentos hospitalares, 4.054 regulações de urgência com 2.472 atendimentos do SAMU e 786 transferências, 34.410 procedimentos da área de vigilância em saúde, 1.053 resgates de afogados pelo Corpo de Bombeiros, 322 atendimentos do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) e 32 atendimentos aeromédicos. Foi desenvolvido o Planejamento da Operação Verão 2018/2019 com os sete municípios do Litoral do Estado e assinada Resolução para o repasse de R\$ 4,9 milhões a serem aplicados em reforço de assistência, ampliação de plantões médicos e de enfermagem, ações de prevenção, aumento no número de ambulâncias e transporte aeromédico durante a temporada.

As duas metas propostas para a Diretriz relativa à Rede Paraná Urgência mostraram resultados de redução das taxas de mortalidade por causas externas (exceto violências) e de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária entre zero e 69 anos, atingindo e superando o esperado para 2018. Isto reflete novamente os efeitos positivos da implantação da Rede e de políticas intersetoriais.

No Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde Mental, ressalta-se as seguintes aplicações: R\$ 3,4 milhões para seis Serviços Regionais Integrados de Saúde Mental do Paraná (SIMPR); R\$ 3,5 milhões para o Incentivo Financeiro de Custeio da Rede de Atenção à Saúde Mental/Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) para 195 municípios habilitados; e R\$ 26,3 milhões para complementação de diárias de internação em hospitais especializados. Das três metas propostas para esta Diretriz, a taxa obtida igual a 1,05 de cobertura de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)/100 mil habitantes, superou o resultado anual previsto (1,01/100 mil).

Quanto ao Fortalecimento da Rede de Saúde Bucal destaca-se: a manutenção do Programa de Bochecho com Flúor para escolares com destinação de 166.000 sachês de fluoreto de sódio; a distribuição de 2.450 kits de azul de toluidina e ácido acético para Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Programa de Detecção Precoce do Câncer Bucal e de 3.500 kits de material restaurador cimento de ionômero de vidro de alta viscosidade para municípios/equipes que aderiram ao Projeto de Expansão do Tratamento Restaurador Atraumático. Foram capacitados 980 profissionais.

A SESA investiu R\$ 7,7 milhões na Clínica Odontológica da Universidade Estadual do Norte Pioneiro (UENP) - Jacarezinho, concluída em maio.

Na Implantação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência (PCD), até agosto, foram realizados Teste do Pezinho em 100,0% dos nascidos vivos, além dos Testes do Olhinho (68,6%) e Coraçãozinho (71,3%), superando a meta de 30,0% em 2018.

Destinados R\$ 8,7 milhões (R\$ 7,9 milhões de restos a pagar e R\$ 800,0 mil de empenhos de 2018) para 221 municípios que aderiram ao Incentivo Financeiro de Investimento para Aquisição de *kits* de Equipamentos de Fisioterapia ou Reabilitação.

O Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente (CRAID), em Curitiba, realizou 21.252 atendimentos e o Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio-Palatal (CAIF)/Hospital do Trabalhador 9.941 atendimentos. De janeiro a agosto, foram dispensados 329.094 Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção.

Por meio da Resolução SESA n.º 468/2018, foi instituído aporte de recurso financeiro para custeio de despesas dos serviços ambulatoriais da média complexidade em Reabilitação Intelectual - APAES, localizados em municípios sob gestão estadual, bem como para os localizados em municípios que ampliaram a gestão dos serviços de saúde ao SUS. Na gestão estadual, foram firmados 34 contratos (publicados entre julho e outubro), no valor de R\$ 170,0 mil/mês, entre eles APAES que realizavam atendimento com programação inferior a R\$ 5,0 mil e novas que passaram a integrar o SUS. Previsão de contratação de mais 75, no valor de R\$ 375,0 mil/mês, com 15 contratos em tramitação.

Lançamento do Programa de Atenção ao Autismo, em junho, e publicação da Resolução SESA n.º 472/2018, que institui o Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente (CRAID) como Centro de Referência Estadual para o atendimento das pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). Aula Inaugural do Curso internacional para capacitação de equipes multiprofissionais, pais e cuidadores em Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavioral Analysis* - ABA), em 01/08/2018, com 616 participantes (presencial e à distância).

No que se refere à Implantação da Rede de Atenção à Saúde do Idoso, todas as três metas estabelecidas foram superadas, destacando-se a redução na taxa de mortalidade prematura (pessoas de 30 a 69 anos) comparado a 2015 (de 353,15 óbitos/100.000 habitantes na faixa etária para 199,33 em 2018, até agosto, dados preliminares) e a implantação da estratificação de risco para a fragilidade de idosos em 81,4% dos municípios do Estado (a meta anual era 80,0%). A Rede foi implantada nas Regiões de Saúde de Maringá, Londrina e Região Metropolitana de Curitiba. Foram rastreados 312.643 idosos com risco e a campanha de vacina antigripal para idosos alcançou 101,7% de cobertura.

Na Qualificação da Atenção Primária à Saúde foram repassados R\$ 74,6 milhões ao Incentivo Financeiro Estadual para Transporte Sanitário, a 268 municípios para aquisição de veículos utilitários, ambulâncias ou ônibus; e R\$ 12,4 milhões para 62 municípios, relativos a Equipamentos para as Unidades de Atenção Primária/Programa APSUS, na modalidade fundo a fundo. Os demais investimentos em custeio e capital foram contemplados na Rede Mãe Paranaense.

Entre as principais ações, teve-se: distribuição de 135.300 *kits* para coleta de exame citopatológico para o controle do câncer de colo de útero; manutenção do fornecimento de Oxigenoterapia Domiciliar Prolongada (ODP) e Ventilação Não Invasiva Domiciliar (1.810

equipamentos com custo anual de R\$ 5,9 milhões); e adesão de 357 municípios ao processo de Tutoria, com 1.069 Unidades de Saúde em todo o Estado (dados cumulativos).

A Tutoria tem como objetivo apoiar as equipes de Atenção Primária em Saúde, estabelecendo padrões e protocolos, organizando processos de trabalho com vistas a garantir a segurança do usuário e da equipe, o gerenciamento de processos e a melhoria dos indicadores de saúde da população. Até agosto de 2017, tinha-se 47,8% das UBS com adesão à Tutoria, enquanto até agosto de 2018, alcançou-se 59,0%.

Quanto à Melhoria do Acesso e do Cuidado às Áreas de Atenção Inclusivas foram destinados R\$ 258,0 mil, como Incentivo Financeiro Estadual, para 17 municípios com Comunidades Remanescentes de Quilombo e/ou Terras Negras Tradicionais; R\$ 433,1 mil, como Incentivo Financeiro Estadual, para 14 municípios sedes de Centro de Socioeducação (CENSE) e/ou Casa de Semi Liberdade; R\$ 256,8 mil como Incentivo de Custeio Estadual para ações e serviços de saúde aos municípios de Cruzeiro do Oeste, Cascavel, Catanduvas e São João do Ivaí que tiverem adesão e habilitação de Equipe de Atenção Básica Prisional (EABP), dentro da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do SUS.

No Fortalecimento das Ações de Promoção da Saúde, destaca-se a realização de iniciativas voltadas para usuários do sistema de saúde, gestores e profissionais de saúde, entre elas as desenvolvidas durante o Dia Mundial da Saúde, Dia Mundial Sem Tabaco, Agosto Azul, Agosto Dourado, Outubro Rosa, Novembro Azul. A SESA manteve o Programa Mais Saúde, em parceria com a E-Paraná, com entrevistas e matérias contendo dicas práticas e orientações à população sobre assuntos relacionados à saúde; bem como o Programa Paraná Saudável, em parceria com as Secretarias de Estado da Educação (SEED) e a de Esporte e do Turismo (SEET).

Em relação ao Fortalecimento da Regulação do Acesso aos Serviços do SUS, ressalta-se a regulação de 100,0% das internações em Leitos SUS e 90,2% do acesso da população SUS à urgência e a implantação do Complexo Regulador Macrorregional do Estado do Paraná e instituição do Incentivo Financeiro Estadual de custeio para apoio às ações estruturais e de gestão, que será repassado fundo a fundo aos municípios sede do Complexo (Resolução SESA n.º 501/2018, de 10/07/2018).

Referente ao Fortalecimento do Desenvolvimento Regional da Atenção à Saúde, foram destinados R\$ 2,8 milhões aos Centros de Especialidades gerenciados pelos Consórcios Intermunicipais das Regiões de Saúde (RS) de Toledo, Londrina, Região Sul de Curitiba e Centro de Especialidades do Paraná (CEP) da Região de Guarapuava para aquisição de equipamentos. Mantidos 21 convênios do COMSUS para apoio ao custeio de Consórcios Intermunicipais de Saúde, com R\$ 25,2 milhões aplicados; R\$ 9,6 milhões ao Consórcio Metropolitano de Saúde do Paraná (COMESP), visando às Linhas de Cuidado das Redes de Atenção à Saúde prioritárias para a SESA e Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC); mais R\$ 10,1 milhões ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do

Setentrão Paranaense (CISAMUSEP), visando à ampliação das ações e serviços prestados pelo CEP para a população da 15ª RS (Maringá); e distribuídos 25 veículos Renault Duster aos Consórcios, no valor total de R\$ 1,6 milhões.

Em andamento as obras dos Centros de Especialidades do Paraná da 10.ª RS (Cascavel), no valor de R\$ 4,5 milhões e da 17ª RS (Londrina), no valor de R\$ 7,5 milhões. Encontra-se em fase de homologação da licitação o CEP da 19ª RS (Jacarezinho), no valor de R\$ 11,0 milhões. Concluída a obra do CEP Guarapuava, no valor de R\$ 9,8 milhões.

Quanto ao Fortalecimento da Governança Regional e Macrorregional, a Comissão Intergestores Bipartite (CIB) realizou sete reuniões de CIB Estadual e 176 reuniões nas 22 CIB Regionais. Destaca-se, a partir de abril, a ampliação do diálogo com as Secretarias Municipais de Saúde para o compartilhamento de decisões e responsabilidades entre os gestores municipais e estadual, por meio da transmissão *online* das reuniões de CIB Estadual, em tempo real, para as 22 Regionais de Saúde e os 399 municípios do Paraná.

Sobre o Fortalecimento da Gestão dos Serviços Próprios da SESA ressaltam-se as seguintes obras na rede hospitalar própria e hospitais universitários com financiamento da SESA, em execução no ano de 2018: a) Hospital de Guarapuava - valor total R\$ 55,7 milhões; b) ampliação e reforma do Hospital de Telêmaco Borba Obra - valor total R\$ 11,7 milhões; c) Hospital de Ivaiporã - valor total R\$ 32,1 milhões; d) construção do Centro da Mulher no Hospital do Trabalhador, em Curitiba - valor total R\$ 17,1 milhões; e) construção da nova Maternidade do Hospital Universitário (HU) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) - valor total R\$ 12,6 milhões; f) reforma/ampliação do Pronto Socorro da UEL - valor total R\$ 13,0 milhões; g) construção de 100 leitos hospitalares no HU da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - valor total R\$ 18,8 milhões; h) construção da Ala de Queimados do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Fases 01 e 02 - valor total R\$ 11,6 milhões; i) construção da Ala Materno Infantil do HU - UNIOESTE, Fases 01 e 02 - valor total R\$ 7,0 milhões; j) reforma e ampliação do Pronto Socorro do HU-UNIOESTE - valor total R\$ 3,9 milhões. Os valores totais correspondem aos empenhados desde início do processo, podendo sofrer alterações por instrumentos legais.

Em 2018, foram concluídas as obras: a) Bloco de Ressonância Magnética do Hospital do Trabalhador, R\$ 1,0 milhão; b) reforma e adequação da Maternidade anexa ao Hospital Regional do Litoral, R\$ 2,4 milhões; c) construção da 1ª Etapa Centro Cirúrgico e Obstétrico HU UEM, R\$ 4,5 milhões.

Como principais investimentos, em 2018, destaca-se a aquisição e distribuição de 162 veículos (caminhões, caminhonetes, vans e carros) para unidades próprias e outras, no valor total de R\$ 9,5 milhões; e 565 equipamentos de informática no valor total de R\$ 2,0 milhões.

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná (FUNEAS), mediante Contrato de Gestão com a SESA, faz a gestão dos Hospitais de Reabilitação de Curitiba, Regional do Litoral em Paranaguá e Guaraqueçaba, Infantil de Campo Largo, Regional do Sudoeste em

Francisco Beltrão, Regional do Norte Pioneiro em Santo Antônio da Platina e Telêmaco Borba (ambulatório em funcionamento desde abril). Para o Hospital do Trabalhador - Curitiba e Zonas Norte e Sul de Londrina, continuam as parcerias para gerência por meio de convênios.

Quanto aos resultados nas áreas de sangue e hemoderivados e de transplantes, a Cobertura Transfusional no SUS pela Rede HEMEPAR alcançou 89,5% (a meta era 89,0%). As Unidades da Hemorrede: Hemonúcleo (HN) de Pato Branco e Unidade de Coleta e Transfusão (UCT) de Cianorte estão novamente sob a gestão da SESA, que também está assumindo os HN de Francisco Beltrão e Paranavaí, e UCT de Ivaiporã, Toledo e União da Vitória.

O Paraná é o primeiro Estado no país com o maior número de doações efetivas para transplantes, com aumento do índice de notificação de morte encefálica (ME) para 106 por milhão de habitantes e do índice de doação de órgãos por morte encefálica (ME) para 48 por milhão de habitantes; sendo que as metas anuais eram 94 e 27, respectivamente.

Referente ao Fortalecimento da Política de Assistência Farmacêutica, foram distribuídos 83,6% de medicamentos previstos para o ano, até agosto. A execução orçamentária de aquisição de medicamentos vem atingindo mais de 100,0% em todos os anos, comparado com o orçamento inicial, para atendimento às necessidades.

COMPONENTES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, NÚMERO DE UNIDADES DISTRIBUÍDAS E VALORES (DADOS PRELIMINARES)

COMPONENTES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	N.º DE UNIDADES DISTRIBUÍDAS	VALOR EM R\$
Componente Básico	5.508.130	10.498.168,00
Componente Estratégico	34.130.544	222.906.387,82
Componente Especializado	60.910.343	279.419.379,78
Oncologia	306.489	28.575.581,54
Elenco Complementar da SESA	52.064.751	54.989.710,70
TOTAL	152.920.257	596.389.227,84

FONTE: SESA-PR/DEAF e CEMEPAR

Sobre os Convênios com o Consórcio Paraná Saúde para aquisição e distribuição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, a SESA destinou R\$ 49,9 milhões de contrapartida federal e R\$ 28,5 milhões de contrapartida estadual. Dos 399 municípios do Paraná, 397 adquirem os medicamentos do Componente Básico por meio do Consórcio. Para os municípios de Curitiba e Foz do Iguaçu, não consorciados, foram repassados R\$ 6,2 milhões como contrapartida estadual.

O Paraná conta com 17 Farmácias e Centrais Regionais estruturadas, e o Cuidado Farmacêutico implantado em 13 Farmácias Regionais e nove em fase de implantação. Encontra-se em andamento as obras da Farmácia da 3ª. Regional de Saúde (Ponta Grossa), com valor total empenhado de R\$ 1,8 milhão.

No Fortalecimento da Política de Vigilância em Saúde, destacam-se: a) 797.902 Testes Rápidos para HIV e Sífilis na rotina; b) Rede de Serviço de Verificação de Causa de

Óbito Regional, com implantação do Incentivo Estadual de Habilitação da Rede (Resolução SESA n.º 482/2018); c) Incentivo Financeiro e apoio técnico para implementação de Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura da Paz (PVPS), com empenho e pagamento de R\$ 400,0 mil, para 16 municípios do Paraná que aderiram; d) Programa VIGIASUS, com repasse de R\$ 33,8 milhões aos 399 municípios paranaenses; e) Programa Saúde do Viajante, com valor pago de R\$ 17,2 milhões, que beneficiou os municípios de Antonina, Barracão, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraqueçaba, Guaratuba, Marechal Cândido Rondon, Matinhos, Mercedes, Morretes, Pato Bragado, Pato Branco, Pontal do Paraná, Santa Helena, Santo Antônio do Sudoeste, São José dos Pinhais; f) implantação do Programa de Logística Reversa de Medicamentos Domiciliares Vencidos ou em Desuso e do Plano Estadual de Vigilância e Atenção à Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.

Em 2018, efetivou-se a 4ª etapa da Campanha de Vacinação contra a Dengue (inicialmente prevista de março a abril), tendo sido vacinadas 7.570 pessoas com a 2ª dose, e 33.319 pessoas com a 3ª dose, totalizando 40.889 pessoas vacinadas. A vacinação foi prorrogada até 29 de junho, com ênfase na melhoria da cobertura da 3ª dose. Oferecido, entre 07 de novembro e 07 de dezembro, a terceira dose da vacina contra a dengue para encerrar o ciclo de imunização contra a doença no Paraná. Somente as pessoas que já tomaram as duas primeiras doses da vacina podem ser imunizadas.

As ações de Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde abrangendo as 04 Macrorregiões de Saúde foram: a) Cursos de Formação Inicial para Agente Comunitário de Saúde (ACS), Agente de Combate a Endemias (ACE) e Cuidador de Idoso, com 1.097 alunos; b) Curso de Formação Nível Médio para Técnico em Enfermagem - ACS e ACE, com 1.040 alunos (em andamento); c) Cursos de Especialização, próprios e em parceria, em Saúde Pública, Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde, Gestão Hospitalar HOSPSUS Fase 1, Residência Médica - Ginecologia e Obstetrícia, Radioterapia com Ênfase em Aceleradores Lineares - Nível Médio, com 204 alunos (51 formados e 153 em andamento); d) 90 Projetos de Educação Permanente em Saúde apoiados pela Escola de Saúde Pública do Paraná - Centro Formador de Recursos Humanos, com 4.763 participantes.

Foram realizadas 2.501 matrículas em 11 cursos ofertados na modalidade Ensino a Distância (EAD) pela Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP) VIRTUAL, com 1.194 alunos certificados/formados.

Em julho, foram realizados o 4º Congresso Paranaense de Saúde Coletiva, com 1.726 inscritos; e o 3º Prêmio Inova Saúde Paraná, com 950 trabalhos inscritos, 856 aprovados e 122 indicados à premiação em diferentes eixos.

Foram nomeados 268 novos servidores, do concurso público referente ao Edital n.º 73/2016; e oficializou-se a Política de Saúde Ocupacional da SESA, por meio da Resolução n.º 247/2018.

Sobre a Ouvidoria como Instrumento de Gestão e Cidadania, ressalta-se a implantação de 25 Ouvidorias Municipais de Saúde, número que faz com que o Paraná registre 378 Ouvidorias Municipais implantadas (94,7% dos municípios); a manutenção de 16 Ouvidorias nos Consórcios Intermunicipais de Saúde e 58 em hospitais contratualizados ao Programa HOSPSUS - Fase 1; e a ampliação para 20 Ouvidorias na Rede de Hospitais Próprios. A Ouvidoria da SESA, por meio do Sistema Integrado de Ouvidoria (SIGO), acolheu 18.804 manifestações, de janeiro a agosto, o que representou o acréscimo de 163,3% quando comparado com o mesmo período de 2017.

Quanto à Qualificação da Gestão do Financiamento em Saúde, em 2018, alcançou-se a execução orçamentário-financeira de 76,0% (empenhado em relação ao orçamento anual liberado) para o órgão SESA todas as fontes; e o percentual de aplicação da receita de impostos líquida em ações e serviços públicos de saúde atingiu 12,4% (acumulado de janeiro a setembro). Informações disponíveis até 10 de outubro, sujeitas a alterações após o fechamento contábil anual.

Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

22 Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária

A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP) realizou investimentos em suas unidades vinculadas, com destaque para a contratação de policiais civis e militares, bombeiros, peritos e agentes de cadeia, aquisições de viaturas, armas, coletes balísticos, possibilitando maior oferta e eficiência dos serviços colocados à disposição da população do Estado.

Desde 2015 foram adquiridas mais de 2.500 viaturas para as Polícias Civil, Militar e Científica, Corpo de Bombeiros, Departamento Penitenciário do Estado (DEPEN) e Departamento de Inteligência do Estado do Paraná, totalizando mais de R\$ 125,0 milhões em investimentos.

Foram realizadas novas construções e melhorias das instalações das unidades vinculadas à SESP, bem como novos serviços foram criados como a Delegacia Anticorrupção e o aplicativo para acionamento da Polícia Militar.

O Paraná manteve o protagonismo do País como um dos Estados com o maior índice de uso de tornozeleiras eletrônicas, consideradas uma importante ferramenta de ressocialização do preso pelo Conselho Nacional de Justiça. São 7.150 presos monitorados diuturnamente pelo Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

A atuação coordenada das unidades refletiu nas estatísticas da segurança pública, com a redução de cerca de 9,5% de vítimas de homicídios em relação a 2017.

Em 30 de abril, foi nomeado o Secretário Especial de Administração Penitenciária, por meio do Decreto n.º 9.442, passando à sua subordinação funcional o DEPEN, o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (COPEN), o Fundo Penitenciário (FUPEN) e o Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Paraná (CED/FUPEN), além das atividades e competências relativas ao sistema prisional no âmbito da SESP.

22.1 Polícia Militar do Paraná (PMPR)

- Contratação de 62 policiais em 2018, totalizando 3.265 novos policiais militares desde 2015.
- Digitalização das comunicações da PMPR - encontra-se em implantação uma solução de radiocomunicação com repetidoras de baixo custo que oferece comunicação digital simplificada em Curitiba (oito batalhões), Litoral, Londrina, Rolândia, Ibiporã, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguaçu, móvel na Fronteira. Com a compra das repetidoras profissionais haverá remanejamento das de baixo custo para outras Unidades (cinco conjuntos).
- APP 190 - Emergência Paraná: lançado em outubro o atendimento por aplicativo, no Google Play, com acionamento da polícia militar para os casos de emergência em Curitiba e Região Metropolitana.

- Criação da segunda Unidade Paraná Seguro em Cascavel (UPS Universitário - Cascavel).
- Programa Estadual de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) - 56.718 estudantes formados, com ênfase nas turmas do 5º ano do Ensino Fundamental.
- Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN) - 29 eventos em empresas com 2.073 participantes, 56 eventos em escolas e faculdades com 10.436 participantes; 12 *blitze* educativas com 7.230 participantes; 23 exposições com 9.124 participantes; 04 participações em ações solidárias com 800 participantes.
- Batalhão de Polícia Ambiental (BPAMB) - 98 *blitze* educativas; 11 *blitze* educativas integradas; 19 palestras em empresas públicas e privadas; 84 palestras em escolas; participação em 241 exposições, entre outras ações, com um total de 4.540 participantes. Foram distribuídos materiais e formadas 400 crianças no Força Verde Mirim.
- Obras: a) concluída a construção do Destacamento da Polícia Militar de Bom Jesus do Sul e a reforma do Setor de Assistência Social da Polícia Militar; b) em andamento a construção do Corpo de Bombeiros da CIC Sul, a Escola de Bombeiros na Academia Policial Militar do Guatupê, o Corpo de Bombeiros de Jaguariaíva, a reforma do Bloco 03 da Academia Policial Militar do Guatupê, do canil do Batalhão de Operações Especiais e a reforma elétrica do 1.º Grupamento de Bombeiros em Curitiba; c) licitadas e em fase de contratação - construção do 7.º Batalhão da Polícia Militar de Cruzeiro do Oeste, da Sede do 7.º Grupamento de Bombeiros, do Corpo de Bombeiros de Ivaiporã e de Apucarana, reforma e ampliação do 9º Batalhão da Polícia Militar em Paranaguá, e reparos no Regimento da Polícia Montada Coronel Dulcídio, com investimentos de R\$ 48,5 milhões.
- Convênio 29 - DETRAN: aquisição de 18 guinchos, 36 vans com *kit* trânsito e rádio transceptor, 54 rádios móveis e 1.035 portáteis, 90 impressoras multifuncionais, 450 *tonners* e 600.000 formulários do BPTRAN.
- Aquisição de 7.954 Coletes Balísticos (R\$ 10,5 milhões); 43.400 peças de fardamento (R\$ 10,2 milhões); 4.241 peças de fardamento do BPRV e do RPMon (R\$ 1,2 milhão); 11.610 cintos de guarnição (R\$ 5,4 milhões).

22.2 Polícia Civil do Paraná

- Concluídas as obras de reparos nas Delegacias de Terra Roxa, Campina da Lagoa e a 20ª Subdivisão Policial em Toledo, com investimento de R\$ 193,1 mil. Encontram-se em andamento a construção da Delegacia Cidadã Padrão II em Pinhais e a Delegacia Cidadã Padrão III em Paranaguá, e as obras de reparos nas Delegacias de Prudentópolis, Astorga, Icaraíma, Tamarana, Cruzeiro do Oeste, 7ª Subdivisão Policial de Umuarama e 21ª Subdivisão Policial de Cianorte, com investimento previsto de R\$ 11,4 milhões.

- Encontram-se em fase de licitação as obras de reparos na Subdivisão de Transportes e Manutenção da Divisão de Infraestrutura da Polícia Civil, na Delegacia de Presidente Castelo Branco, de Jaguariaíva, São Jerônimo da Serra e 21ª Delegacia Regional de Nova Londrina, com investimento previsto de R\$ 454,2 mil.
- Aquisição de 17 *webcams*, e em fase de licitação mais 300 unidades; aquisição e distribuição de 240 televisores tela plana de 43" para ampliar o serviço de videoconferência implantado em 2017.
- Distribuição de 68 novas viaturas, 100 unidades de ar condicionado, 400 aparelhos telefônicos e 460 computadores (monitor e CPU).
- Aquisição de um bote inflável para o Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (TIGRE).
- Desenvolvimento de projeto para implantação de Planejamento Estratégico para a Polícia Civil, visando melhorar as informações para tomada de decisão e reduzir os custos.

22.2.1 Instituto de Identificação do Paraná (IIPR)

- Biometria - renovação do contrato permitindo a melhoria do sistema de solicitação da carteira de identidade e a solução de problemas de documentos não expedidos.
- 2ª Via Rápida - reaproveitamento de imagens (foto, assinatura e impressões digitais) dos cadastros do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR) para os cadastros do IIPR que não possuem imagens. Possibilitou o aumento de 70 para 350 carteiras média/dia solicitadas pela *internet*, desafogando o atendimento presencial nos Postos de Atendimento.
- Contratação de 193 terceirizados para prestar serviços de assistente administrativo na confecção de carteiras de identidades nos Postos de Identificação da Capital e Interior.
- Viaturas - aquisição de quatro viaturas - uma cedida pelo Instituto de Criminalística de Maringá para a Seção Regional de Identificação (SRI) de Maringá - e três veículos modelo Gol para Ponta Grossa, Toledo e Foz, por meio de emenda parlamentar.
- Sistema Antheus - iniciada atualização do sistema que permitirá a formalização de convênios de forma mais ágil com os municípios e órgãos do Estado.
- Aquisição de 61 mesas, 140 cadeiras giratórias e fixas, 40 armários, 30 aparelhos de ar condicionado para atender a sede do IIPR e Postos de Identificação em Curitiba e no Interior.
- Abertura de licitação para aquisição 160 impressoras monocromáticas e 15 impressoras coloridas; e para aquisição de Sistemas Organizacionais de Armazenamento e Arquivamento para o Setor de Perícia Datiloscópica.

- Aquisição de 1.650 carteiras em couro preta.
- Microfilmagem - conversão das imagens dos requerimentos de carteiras de identidade do sistema SIRG, armazenadas em DVDs em formato JPG para imagens PDF pesquisáveis.
- Criminal - integração de sistemas com o Tribunal de Justiça para envio de anotações criminais (denúncia, recebimento de denúncia, absolvição, condenação, entre outras decisões processuais), tendo contabilizado cerca de 520.324 anotações até 10 de outubro. Em novembro de 2017 a integração foi ampliada para as delegacias de polícia, culminando em mais de 47.538 comunicações eletrônicas de inquéritos, com economia de 1.135.724 resmas de papel A4 e de mão de obra para microfilmagem. Iniciado, em abril, o envio eletrônico dos relatórios de antecedentes criminais ao Tribunal de Justiça e Varas Criminais de todo Estado. Criada a solicitação e emissão de atestados de antecedentes criminais via *web*. A solicitação do Número de Cadastro Individual (NCI) passou a ser *online*, por meio de Atividades Cartorárias, o que tornou o procedimento mais célere.
- Análise e Regularização Documental - alteração de regras no sistema informatizado de Inspeção Documental, de solicitação de Registro Geral (RG), que reduziu além do tempo de entrega ao requerente a quantidade de Carteiras de Identidade que passam por intervenção documental. Destaca-se o Provimento 73, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobre alteração de prenome e gênero de pessoas trans, em que o Instituto recebe as informações dos Cartórios do Paraná, por meio de sistema informatizado, sobre as alterações realizadas nas certidões dessas pessoas para providências.
- Análise Antifraude – ações para inibição de fraudes no processo de expedição de carteira de identidade e constatação após a emissão de carteira de identidade. Melhorias tecnológicas possibilitaram o cruzamento de informações, agilizando a comunicação entre outros Órgãos.
- Os atendimentos nos Postos de Identificação, anexos às Delegacias, nos bairros Bacacheri, Cajuru, Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e Santa Felicidade, da Capital, foram substituídos por postos nas Ruas da Cidadania do Boa Vista, Cajuru, Pinheirinho, Bairro Novo e CIC.
- Ampliação dos atendimentos nos postos nas Ruas da Cidadania - foram treinados guardas-municipais para atuarem junto aos postos de identificação auxiliando o papiloscopista responsável por cada unidade. Conta ainda com policiais militares para atuarem no posto Central visando o aumento de atendimentos no maior posto da Capital.
- Seções Regionais de Identificação (SRIs) – aquisição de viaturas, equipamentos e melhorias na estrutura física das SRIs de São Mateus do Sul, União da Vitória,

Pato Branco, Foz do Iguaçu, Umuarama, Paranavaí, Maringá, Londrina, Arapongas, Cornélio Procopio, Jacarezinho, Ponta Grossa, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Cascavel, Toledo, Campo Mourão, Cianorte, Umuarama, Telêmaco Borba e Francisco Beltrão. Aumento na produção de RGs e demais serviços civis, bem como nos atendimentos periciais (NCI, local de crime), ampliação de atendimentos, reabertura do posto 663 na Agência do Trabalhador na SRI Ponta Grossa, implantação de um posto municipal no centro de Cornélio Procopio, entre outros.

- Treinamentos e cursos: a) cursos para atualização dos papiloscopistas em relação ao novo sistema para perícia em local de crime; b) curso de retrato falado; c) treinamento de chefes de SRI para gestão do fundo rotativo; d) treinamentos de servidores municipais que atuam nos postos subordinados.
- Projeto Criança e Adolescente Protegidos - adquiridos 353 *scanners* de mesa coloridos, *scanners* biométricos de impressão digital e leitor manual de código de barras. Encontram-se em fase de licitação mais 353 estações de trabalho e *webcams*, bem como 18 estações de trabalho, *scanners* de mesa coloridos e *scanners* biométricos de impressão digital.
- Realizados 48 eventos em conjunto com a Secretária de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU) e Tribunal de Justiça do Paraná. Atendimentos realizados na Região Metropolitana de Curitiba e Interior: Paraná Cidadão - 17.800; Justiça nos Bairros - 5.622; Mutirão da Cidadania - 7.200.

22.2.2 Escola Superior de Polícia Civil (ESPC)

- Escola Superior de Polícia Civil - credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação e Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).
- Implantação de Núcleos Descentralizados da Escola Superior de Polícia Civil, em diferentes regiões do Paraná.
- Cursos de pós-graduação - realizados: a) curso de formação da carreira de Delegado de Polícia, pela primeira vez na modalidade pós-graduação; b) primeiro curso de pós-graduação do Brasil em Atendimento Pré-Hospitalar (APH) de Combate; c) duas edições do curso de pós-graduação no módulo de Procedimentos Administrativos; d) uma edição do curso de pós-graduação no módulo de Fundamentos do Pensamento Estratégico.
- Realização de 71 cursos de aperfeiçoamento, treinamento, atualização e capacitação permanente, que permitiu a capacitação de 2.824 profissionais até 10 de outubro.
- Inserção do Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial na grade curricular de formação da ESPC.

- Realização de Seminário de Políticas Públicas sobre Maus-tratos aos Animais para aproximadamente 400 agentes da Segurança Pública e Sociedade Civil.
- Construção de pista de atletismo.
- Aquisição de materiais de segurança para compor a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).
- Troca de mobiliário (cadeiras, mesas e armários da área administrativa) e câmeras de segurança.
- Aquisição de 25 aparelhos de ar condicionado Split e 80 computadores de última geração, para área administrativa e salas de aula.
- Coral da Polícia Civil – regulamentado por meio do Decreto n.º 9.362/2018.

22.3 Polícia Científica

- Nomeação e posse de 162 novos servidores.
- Inauguração da nova Sede da Polícia Científica do Paraná, em Curitiba, onde passou a funcionar o novo Instituto Médico Legal (IML), com investimento de mais de R\$ 35,0 milhões (obra e equipamentos) para a modernização das estruturas e laboratórios. Inauguração do novo IML de Londrina, com investimento de mais de R\$ 10,0 milhões.
- Encontra-se em fase de licitação os reparos no IML de Cascavel e no Instituto de Criminalística de Ponta Grossa, com investimentos previstos de R\$ 431,6 mil.
- Estatuto da Polícia Científica - em fase de revisão no Conselho da Polícia Científica.
- Museu de Ciências Forenses - inaugurado na nova Sede da Polícia Científica, atendendo centenas de escolas e faculdades.
- Projeto Ciências Forenses na Escola - palestras para mais de 10.000 alunos sobre a perícia no dia a dia das pessoas.

22.4 Departamento de Políticas Públicas Sobre Drogas (DEPSD)

- 1º Concurso Estadual de Produção de Material Audiovisual sobre Drogas - apresentação das cinco obras vencedoras do concurso cultural para escolas públicas e privadas do Paraná, como informe publicitário nas salas de cinema do Estado, no mês de junho, em conformidade com a Lei n.º 19.068, de 05 de julho de 2017. Encontra-se em fase de inscrição das escolas a segunda edição do concurso.
- Implantação do Centro de Integração Social Metropolitano - abrange os municípios de Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba, tendo como sede o município de Colombo, na gestão 2018-2020.

- Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas (COMPEDs) - implantação de novos conselhos em 36 municípios. Produção de Cartilha contendo orientação para implantação de Conselhos Municipais.
- Centros de Integração Social (CISs) - acompanhamento da estruturação de cidades polos divididas em regionais, por meio dos COMPEDs. O DEPSD busca criar uma rede integrada de apoio biopsicossocial à população, por meio da estruturação de um organograma institucional e funcional em que os CISs serão órgão referencial da região na qual o COMPED se encontra.
- Fundo Estadual Sobre Drogas (FESD) - indicação de novos membros para a nova gestão e articulação financeira visando implantar e executar projetos sobre drogas.
- Comunidades Terapêuticas - recadastramento de 41 comunidades no *site* <http://www.politicassobredrogas.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=193> e emissão de parecer para participação no edital da Secretaria Nacional da Política sobre Drogas (SENAD).
- Doação de 17 veículos provenientes do tráfico de drogas, a entidades que realizam atividades de combate e prevenção ao uso de drogas e recuperação de dependentes químicos.
- Realização de palestras em escolas, empresas e entidades, para um público estimado de 10.000 pessoas.
- Reestruturação do site do DEPSD em parceria com a CELEPAR para melhor atender a população.

22.5 Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CECONSEG)

Encontra-se em processo de implantação 21 novos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs), que têm a finalidade de estreitar a relação entre a comunidade e a Polícia, cooperando entre si.